



CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

ESTADO DE MATO GROSSO

26ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP/MT
PAUTA DO DIA 09/08/2021

PEQUENO EXPEDIENTE

- Abertura da Sessão;
- Votação da Ata da Sessão anterior;
- Apresentação das correspondências em geral de interesse do plenário;
- Breves comunicações;
- Uso da Tribuna Livre pela Sra. Maria das Graças de Mendonça Silva Calichio – Enfermeira, e pela Sra. Débora Cristina Simão dos Santos – Médica Ginecologista Obstetra, para explanarem sobre as ações desenvolvidas no Centro de Referência à Saúde da Mulher – CRASM.

GRANDE EXPEDIENTE

- Matérias para encaminhamento às Comissões Competentes:

Substitutivo ao Projeto de Lei nº Autoria do vereador Luís Paulo da Gleba
045/2021 Promove alterações na Lei nº 2527/2018, de 05 de fevereiro de 2018.

Encaminhando para:

- Comissão de Justiça e Redação.

Projeto de Lei nº 046/2021 Autoria do vereador Lucinei
Dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação, através do *site* da Prefeitura Municipal de Sinop, de listagem de medicamentos de distribuição gratuita disponíveis na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

Encaminhando para:

- Comissão de Justiça e Redação;
- Comissão de Ecologia, Meio Ambiente, Saúde e Seguridade Social.

Projeto de Decreto Legislativo nº Autoria do vereador Hedvaldo Costa
022/2021 Concede a Comenda Colonizador Enio Pipino ao Dr. Marcos Aurélio Barboza de Oliveira.

Encaminhando para:

- Comissão de Justiça e Redação.

Projeto de Decreto Legislativo nº Autoria do vereador Hedvaldo Costa
023/2021 Concede Título de Cidadão Sinopense Honorário ao Sr. Vitório Pereira Guimarães.

Encaminhando para:

- Comissão de Justiça e Redação.



CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

ESTADO DE MATO GROSSO

- Matérias para Ordem do Dia:

Projeto de Lei nº 031/2021

Autoria do Poder Executivo

Institui no âmbito do município de Sinop, o Plano Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos dos Municípios integrantes do Consórcio Intermunicipal de Saúde Vale do Teles Pires do Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

2ª votação

Projeto de Lei nº 042/2021

Autoria dos vereadores Ademir Debortoli e Toninho Bernardes

Cria o Programa Banco de Alimentos no município de Sinop, e dá outras providências.

2ª votação

Moção de Aplauso nº 021/2021

Autoria da vereadora Professora Graciele

Encaminha Moção de Aplauso aos servidores públicos do Centro de Referência à Saúde da Mulher Eliana Carreira de Paula.

Moção de Aplauso nº 022/2021

Autoria do vereador Dilmair Callegaro

Encaminha Moção de Aplauso aos atletas Miguel Alves Umburanas da Costa, Jairo Andrade, Maycon James e André Luís da Silva, pela participação no Campeonato Sul-Americano de Jiu-Jitsu e Campeonato Brasileiro de Jiu-Jitsu.

Indicação nº 438/2021

Autoria do vereador Hedvaldo Costa

Indica ao Exmo. Sr. Roberto Dorner - Prefeito Municipal, com cópia à Sra. Sandra da Conceição Donato Ferreira - Secretária Municipal de Educação, Esporte e Cultura, e ao Sr. Dalton Martini - Secretário de Obras e Serviços Urbanos, a necessidade da construção de uma praça, com pista de caminhada, academia ao ar livre e *playground*, na área institucional do Bairro Santa Catarina.

Indicação nº 439/2021

Autoria do vereador Lucinei

Indica ao Exmo. Sr. Roberto Dorner - Prefeito Municipal, com cópia ao Sr. Joubert Sacramento - Secretário Municipal de Trânsito e Transporte Urbano, a necessidade da construção de quebra-molas na Rua dos Flamingos e na Avenida das Águias, no Bairro Recanto dos Pássaros.

Indicação nº 440/2021

Autoria do vereador Dilmair Callegaro

Indica ao Exmo. Sr. Roberto Dorner - Prefeito Municipal, e ao Sr. Cristian Martarello - Coordenador Regional da Concessionária Águas de Sinop, a necessidade de realizar campanhas sobre economia de água no Município.



CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

ESTADO DE MATO GROSSO

Indicação nº 441/2021

Autoria do vereador Dilmair Callegaro

Indica ao Exmo. Sr. Roberto Dorner - Prefeito Municipal, com cópia ao Sr. Dalton Martini - Secretário de Obras e Serviços Urbanos, a necessidade de realizar reparo no asfalto das duas pistas da Avenida Central do Bairro Jardim Umuarama II, principalmente no cruzamento com a Estrada Sabrina.

Indicação nº 442/2021

Autoria do vereador Luís Paulo da Gleba

Indica ao Exmo. Sr. Roberto Dorner - Prefeito Municipal, a necessidade da criação de um programa municipal de incentivo ao desenvolvimento da apicultura e da meliponicultura.

Indicação nº 443/2021

Autoria do vereador Elbio Volkweis

Indica ao Exmo. Sr. Roberto Dorner - Prefeito Municipal, com cópia à Sra. Ivete Mallmann - Secretária Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a necessidade de firmar parceria com universidades, para recuperação de áreas degradadas no município de Sinop, principalmente em áreas de proteção permanente.

Indicação nº 444/2021

Autoria do vereador Professor Mário

Indica ao Exmo. Sr. Roberto Dorner - Prefeito Municipal, com cópia ao Sr. Joubert Sacramento - Secretário Municipal de Trânsito e Transporte Urbano, e ao Sr. Dalton Martini - Secretário de Obras e Serviços Urbanos, a necessidade de readequação no formato da junção da Avenida das Figueiras com a Avenida André Maggi.

Indicação nº 445/2021

Autoria do vereador Professor Mário

Indica ao Exmo. Sr. Roberto Dorner - Prefeito Municipal, com cópia ao Sr. Joubert Sacramento - Secretário Municipal de Trânsito e Transporte Urbano, e ao Sr. Dalton Martini - Secretário de Obras e Serviços Urbanos, a necessidade da implantação de uma ciclovia e pista de caminhada na Avenida das Figueiras, entre a Avenida André Maggi e a Rua Roma.

Indicação nº 446/2021

Autoria do vereador Adenilson Rocha

Indica ao Exmo. Sr. Mauro Mendes - Governador do Estado, com cópia ao Exmo. Sr. Alexandre Bustamante dos Santos - Secretário de Estado de Segurança Pública, a necessidade da instalação de uma base da Polícia Militar na região do Bairro Vila Mariana.

Indicação nº 447/2021

Autoria do vereador Adenilson Rocha

Indica ao Exmo. Sr. Mauro Mendes - Governador do Estado, com cópia à Exma. Sra. Rosamaria Carvalho - Secretária de Estado de Assistência Social e Cidadania, a necessidade de destinação de um veículo para o Conselho Tutelar de Sinop.



CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

ESTADO DE MATO GROSSO

Indicação nº 448/2021

Autoria da vereadora Professora Graciele

Indica ao Exmo. Sr. Roberto Dorner - Prefeito Municipal, com cópia à Sra. Scheila Pedroso da Silva - Secretária Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação, a necessidade do Município aderir ao Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR).

Indicação nº 449/2021

Autoria da vereadora Professora Graciele

Indica ao Exmo. Sr. Roberto Dorner - Prefeito Municipal, com cópia ao Sr. Ivan Schneider - Procurador Jurídico, a necessidade de responder os ofícios e requisições encaminhados pela Defensoria Pública ao Poder Executivo Municipal.

Indicação nº 450/2021

Autoria do vereador Ademir Debortoli

Indica ao Exmo. Sr. Roberto Dorner - Prefeito Municipal, com cópia ao Sr. Dalton Martini - Secretário de Obras e Serviços Urbanos, a necessidade de instalar tubulação nos canteiros da Avenida dos Flamboyants, em frente à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais e Lar Vicentino.

Indicação nº 451/2021

Autoria do vereador Ademir Debortoli

Indica ao Exmo. Sr. Roberto Dorner - Prefeito Municipal, com cópia ao Sr. Dalton Martini - Secretário de Obras e Serviços Urbanos, a necessidade de viabilizar a construção de pista de caminhada no entorno da quadra onde estão instaladas a Unidade Ganha Tempo e a UBS, no Bairro Jardim Botânico.

Indicação nº 452/2021

Autoria do vereador Celsinho do Sopão

Indica ao Exmo. Sr. Roberto Dorner - Prefeito Municipal, com cópia à Sra. Sandra da Conceição Donato Ferreira - Secretária Municipal de Educação, Esporte e Cultura, e ao Sr. César Muriana - Diretor de Cultura, a necessidade de implantar uma biblioteca na praça do Bairro Vila Mariana.

Indicação nº 453/2021

Autoria do vereador Célio Garcia

Indica ao Exmo. Sr. Roberto Dorner - Prefeito Municipal, com cópia ao Sr. Valério Gobbato - Secretário Municipal de Saúde, a necessidade de realizar reparos e instalar aparelho de ar condicionado na Unidade Básica de Saúde do Bairro Jardim das Palmeiras.

Indicação nº 454/2021

Autoria do vereador Célio Garcia

Indica ao Exmo. Sr. Roberto Dorner - Prefeito Municipal, com cópia ao Sr. Valério Gobbato - Secretário Municipal de Saúde, a necessidade de adquirir duas motocicletas para o Centro de EndemiasIVALDO JOSÉ DA SILVA.



CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

ESTADO DE MATO GROSSO

Indicação nº 455/2021

Autoria do vereador Juventino Silva

Indica ao Exmo. Sr. Roberto Dorner - Prefeito Municipal, com cópia ao Sr. Joubert Sacramento - Secretário Municipal de Trânsito e Transporte Urbano, e ao Sr. Dalton Martini - Secretário de Obras e Serviços Urbanos, a necessidade de pintura de faixa de pedestre e meio-fio na rotatória da Praça Municipal Seicho-no-ie, no Bairro Jardim Primavera.

Indicação nº 456/2021

Autoria do vereador Juventino Silva

Indica ao Exmo. Sr. Roberto Dorner - Prefeito Municipal, com cópia ao Sr. Joubert Sacramento - Secretário Municipal de Trânsito e Transporte Urbano, e ao Sr. Dalton Martini - Secretário de Obras e Serviços Urbanos, a necessidade da implantação de lombadas no Bairro Jardim Conquista, conforme especifica.

Indicação nº 457/2021

Autoria do vereador Hedvaldo Costa

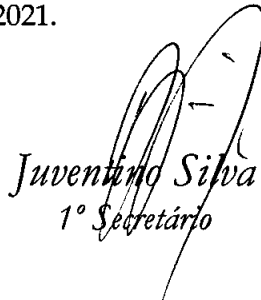
Indica ao Exmo. Sr. Roberto Dorner - Prefeito Municipal, a necessidade de declarar de Utilidade Pública a Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais - ADRA.

- Palavra aos vereadores inscritos;
- Encerramento da Sessão.

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP
ESTADO DE MATO GROSSO

Em, 05 de Agosto de 2021.


Elbio Volkweis
Presidente


Juventino Silva
1º Secretário



CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

ESTADO DE MATO GROSSO

Plenário das Deliberações

Substitutivo ao

	<p>Câmara Municipal de Sinop RECEBIDO 04 AGO 2021 <i>Sinop 12/57</i></p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Projeto de Lei <input type="checkbox"/> Projeto Decreto Legislativo <input type="checkbox"/> Projeto de Resolução <input type="checkbox"/> Requerimento <input type="checkbox"/> Indicação <input type="checkbox"/> Moção <input type="checkbox"/> Emenda</p>	<p>Nº <u>0451/2021</u></p>
--	---	--	--------------------------------

AUTOR:

VEREADOR LUÍS PAULO DA GLEBA

Promove alterações na Lei nº 2527/2018, de 05 de fevereiro de 2018, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP – ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das suas atribuições legais aprovou e o Prefeito aquiescendo, sancionará a seguinte Lei;

Art. 1º O artigo 5º da Lei nº 2527/2018 passa a vigorar com a seguinte redação:

'Artigo 5º A celebração da Semana da Agricultura Familiar será realizada por meio de atividades e eventos a serem definidos pelo Poder Executivo, visando ampliar o acesso às ações de apoio a agricultura familiar, nas seguintes áreas:

- I - apicultura;**
- II - piscicultura;**
- III - avicultura;**
- IV - bovinocultura de corte e leite;**
- V - produção de hortaliças;**
- VI - fruticultura;**
- VII - ovinocultura.”.**

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP
ESTADO DE MATO GROSSO
Em,

Luís Paulo da Gleba
Vereador/PROS *P. dos Santos*



CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

ESTADO DE MATO GROSSO

Plenário das Deliberações

substitutivo ao

	<p>Câmara Municipal de Sinop RECEBIDO 04 AGO 2021 <i>Luís Paulo da Gleba</i></p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Projeto de Lei <input type="checkbox"/> Projeto Decreto Legislativo <input type="checkbox"/> Projeto de Resolução <input type="checkbox"/> Requerimento <input type="checkbox"/> Indicação <input type="checkbox"/> Moção <input type="checkbox"/> Emenda</p>	<p>N° <u>045, 2021</u></p>
--	---	--	--------------------------------

AUTOR:

VEREADOR LUÍS PAULO DA GLEBA

MENSAGEM AO PROJETO

Senhor Presidente; Senhores Vereadores, Vereadora;

Submeto à apreciação dos nobres colegas o presente projeto de lei que promove alterações na Lei nº 2527/2018, de 05 de fevereiro de 2018. A presente Lei, institui a Semana Municipal da Agricultura Familiar, sendo que o Artigo 5º, determina que a celebração da Semana da Agricultura Familiar será feita por meio de atividades a serem desenvolvidas com os alunos das escolas municipais de Sinop. Visando ampliar e aproveitar as informações, entendemos que a realização de tais ações de apoio a agricultura familiar, devem ter como objetivo, o desenvolvimento do produtor rural, contribuindo na solução de problemas, através do repasse de informações, de como aumentar a produtividade, reduzir custos, melhorar condições de produção, preservar recursos e, procedimentos de boas práticas de produção, difundindo novas tecnologias.

Diante o exposto, solicito aos nobres edis apoio na aprovação desta matéria.

Luís Paulo da Gleba
Luís Paulo da Gleba
Vereador/PROS



CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

ESTADO DE MATO GROSSO

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES

<p>Câmara Municipal de Sinop RECEBIDO 02 AGO. 2021 Alonzo Kauden 17:32hs</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Projeto de Lei <input type="checkbox"/> Projeto Decreto Legislativo <input type="checkbox"/> Projeto de Resolução <input type="checkbox"/> Requerimento <input type="checkbox"/> Indicação <input type="checkbox"/> Moção <input type="checkbox"/> Emenda</p>	<p>Nº <u>0461/2021</u></p>
---	--	----------------------------

Autor: VEREADOR LUCINEI

Dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação, através do *site* da Prefeitura Municipal de Sinop, e/ou meio de comunicação competente, a listagem de medicamentos de distribuição gratuita disponíveis pela Secretaria Municipal de Saúde do Município de Sinop e da outras providências.

A Câmara Municipal de Sinop – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e o Prefeito aquiescendo, sancionará a seguinte lei:

Art. 1º Passa a ser obrigatória a divulgação, através do *site* da Prefeitura e/ou de meio de comunicação competente, a listagem de medicamentos distribuídos gratuitamente pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º A listagem deverá ser permanentemente atualizada, de modo que indique quais medicamentos estão disponíveis e quais estão em falta.

Parágrafo único. Junto da indicação dos medicamentos em falta, deve ser informada a previsão de sua disponibilidade.

Art. 3º Deverá ser informado ainda, os locais onde os medicamentos se encontram disponíveis para retirada, bem como a documentação necessária a ser apresentada para ter acesso aos medicamentos.

Art. 4º Esta Lei, será regulamentada, no que couber, pelo Poder Executivo.



CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

ESTADO DE MATO GROSSO

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES

	<input checked="" type="checkbox"/> Projeto de Lei <input type="checkbox"/> Projeto Decreto Legislativo <input type="checkbox"/> Projeto de Resolução <input type="checkbox"/> Requerimento <input type="checkbox"/> Indicação <input type="checkbox"/> Moção <input type="checkbox"/> Emenda	Nº <u>046</u> / <u>2021</u>
--	--	-----------------------------

Autor: VEREADOR LUCINEI

Art. 5º Esta Lei entra em vigor no prazo de 90 (noventa) dias, a partir da data de sua publicação.

Câmara Municipal de Sinop
Estado de Mato Grosso
Em,

Lucinei
Vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

ESTADO DE MATO GROSSO

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES

	<input checked="" type="checkbox"/> Projeto de Lei <input type="checkbox"/> Projeto Decreto Legislativo <input type="checkbox"/> Projeto de Resolução <input type="checkbox"/> Requerimento <input type="checkbox"/> Indicação <input type="checkbox"/> Moção <input type="checkbox"/> Emenda	Nº <u>046 12021</u>
--	--	---------------------

Autor: VEREADOR LUCINEI

MENSAGEM AO PROJETO DE LEI

O presente projeto de lei, tem por finalidade disponibilizar a sociedade, informações acerca dos medicamentos distribuídos gratuitamente pela Secretaria Municipal de Saúde, democratizando assim o acesso e a informação a estes medicamentos.

Objetivamente, quando o cidadão necessitar de medicamentos, em consulta pelo *site* da Prefeitura, na internet, poderá já saber de prontidão se o medicamento que precisa estará disponível, assim como o local, evitando esperas indesejadas.

A Lei, que deverá ser encarada como verdadeiro programa de governo, pois melhorará a qualidade deste serviço de saúde e propiciará tranquilidade aos cidadãos que dependem da distribuição gratuita de medicamentos. Muitas pessoas carentes acabam gastando seus recursos para comprar medicamentos que estão disponíveis na rede pública, ou ainda, enfrentam filas de espera para poder retirar o medicamento, quando esses estão em falta. Além disso, muitas vezes, para retirar o medicamento, as pessoas têm gastos com transporte restando frustrado seu deslocamento pela ausência do remédio necessitado. Neste sentido, se o paciente tiver conhecimento de antemão da indisponibilidade do medicamento mediante consulta na internet, poderá evitar este gasto.

Ainda, propiciará maior transparência e controle referente a aquisição e distribuição de medicamentos pelo poder público municipal, assim como evitará que ocorram casos de vencimentos de medicamentos, por exemplo.

Considerando a importância do projeto e os benefícios que trará a população sinopense, peço o apoio dos demais pares desta Casa para aprovação deste projeto.

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

ESTADO DE MATO GROSSO

EM,

LUCINEI

VEREADOR - MDB



CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

ESTADO DE MATO GROSSO

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES

Câmara Municipal de Sinop RECEBIDO 04 AGO 2021 <i>Fustica 15833</i>	<input type="checkbox"/> Projeto de Lei	Nº <u>022 2021</u>
	<input checked="" type="checkbox"/> Projeto Decreto Legislativo	
	<input type="checkbox"/> Projeto de Resolução	
	<input type="checkbox"/> Requerimento	
	<input type="checkbox"/> Indicação	
	<input type="checkbox"/> Moção	
	<input type="checkbox"/> Emenda	

Autor: VEREADOR HEDVALDO COSTA E VEREADORES

Concede a Comenda "COLONIZADOR ENIO PIPINO" ao Doutor Marcos Aurélio Barboza de Oliveira.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP - ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais aprovou e o Presidente promulgará o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º. Fica concedido a Comenda "COLONIZADOR ENIO PIPINO" ao Doutor Marcos Aurélio Barboza de Oliveira como reconhecimento do Poder Legislativo Municipal pela sua brilhante carreira na medicina, especialmente na área cardíaca e pelo trabalho social que desenvolve junto às famílias carentes do Município.

vigor na data de sua publicação.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP
ESTADO DE MATO GROSSO
Em,

Hedvaldo Costa
Vereador - REPUBLICANO

Adenilson Rocha
Vereador - PSDB

Paulinho Abreu
Vereador - PL

conário.

Professor Mário
Vereador - PODE

Ademir Dehortoli
Vereador - Republicanos

Elbio Volkweis
Vereador - Patriota

Delson do Sópão
Vereador - Republicano

Dilmar Caldeira
Vereador - PSDB

Luciana
Vereador - MDB



CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

ESTADO DE MATO GROSSO

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES

<p>Câmara Municipal de Sinop R E C E B I D O 04 AGO 2021 <i>Sintha 15h33</i></p>	<p><input type="checkbox"/> Projeto de Lei <input checked="" type="checkbox"/> Projeto Decreto Legislativo <input type="checkbox"/> Projeto de Resolução <input type="checkbox"/> Requerimento <input type="checkbox"/> Indicação <input type="checkbox"/> Moção <input type="checkbox"/> Emenda</p>	<p>Nº <u>022/2021</u></p>
---	--	---------------------------

Autor: VEREADOR HEDVALDO COSTA E VEREADORES

JUSTIFICATIVA

Marcos Aurélio Barboza de Oliveira, nascido no dia 22 de agosto de 1977 em Jales/SP, filho de Bevilar Barbosa de Oliveira (corretor de imóveis aposentado) e Jeanet de Oliveira (costureira aposentada), morador desde os cinco anos de idade juntamente com seus pais em São José do Rio Preto/SP. Frequentou somente escolas públicas desde a primeira série até o terceiro colegial, trabalhando no comércio desde os dez anos de idade, informalmente de início e com carteira assinada a partir dos 15 anos.

Graduado em Medicina pela Fundação Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto (FAMERP) e especialização em Cirurgia Geral, Cirurgia Cardiovascular Adulto e Pediátrica e Doutorado em Ciências de Saúde pela mesma faculdade.

Casado com Germana Lopes do Nascimento de Oliveira, nascida em Fortaleza/CE, filha de Francisco Lopes do Nascimento (in memoriam) e Betanha Paulino do Nascimento (enfermeira aposentada), formada pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e especialização em anestesiologia pequenas e grandes cirurgias, incluindo transplante cardíaco e pulmonar e pai de Sarah Lopes de Oliveira (nata Sinopense).

Mudou com sua família e os pais (Bevilar e Jeanet) para Sinop em 2016 já com o desejo de não só conquistarem um espaço na medicina local, mas de promoverem o crescimento tanto da saúde quanto do bem estar social. Atualmente, Marcos trabalha no Hospital Santo Antônio e com consultório na Sinop Clínica e Germana no Hospital Santo Antônio e Hospital Regional.

Na área social, é vice-presidente da "Associação Bom Samaritano Paz" (ABSPAZ), que recentemente foi certificada por nosso prefeito, Excelentíssimo Sr. Roberto Dornier, como de utilidade pública (certificado de 23 de julho de 2021). Forneceu mais de 500 (quinhentas) cestas básicas para famílias em situação de vulnerabilidade em nossa

Paulinho Abreu
Vereador - PL

[Handwritten signatures and initials]



CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

ESTADO DE MATO GROSSO

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES

	<input type="checkbox"/> <i>Projeto de Lei</i> <input checked="" type="checkbox"/> <i>Projeto Decreto Legislativo</i> <input type="checkbox"/> <i>Projeto de Resolução</i> <input type="checkbox"/> <i>Requerimento</i> <input type="checkbox"/> <i>Indicação</i> <input type="checkbox"/> <i>Moção</i> <input type="checkbox"/> <i>Emenda</i>	Nº <u>022/2021</u>
--	--	--------------------

Autor: VEREADOR HEDVALDO COSTA E VEREADORES

cidade através dessa associação, sempre com entrega na casa da pessoa e cadastramento das mesmas em site próprio do Sine para recolocação das mesmas no

mercado de trabalho. Na área médica, Dr. Marcos por incontáveis vezes foi consultar pacientes no Hospital Regional que necessitavam de consulta cardiológica para indicação de cateterismo cardíaco, sem o qual o paciente não teria seu diagnóstico de doença do coração, ou mesmo de um simples risco cirúrgico, possibilitando cirurgias eletivas de pacientes mais graves.

Também realizou atendimentos em ambiente da Unidade de Pronto Atendimento Dra. Anete Maria Mota Maria (UPA) para indicação de cateterismo, angioplastia ou tratamento de arritmias, contribuindo sobremaneira para agilidade no diagnóstico e tratamento de doenças relacionadas ao coração.

Em 2019, receberam moção de aplauso (número 003/2019) nesta Câmara Municipal pela realização da cirurgia de implante de valva aórtica sem cortes, colocada por via endovascular (pela perna), primeira do interior do estado do Mato Grosso, colocando nossa cidade no seletor grupo de cidades que realizam esse tipo de procedimento.

Até a presente data, foram realizados mais de 200 cirurgias em adultos e crianças e implantes de marcapasso, criando a possibilidade dos mesmos obterem tratamento definitivo e de qualidade em sua própria cidade, contribuindo para tornar de Sinop um centro que oferece medicina de ponta.

Na área acadêmica, é professor efetivo Auxiliar A nível 1 pela Universidade Federal do Mato Grosso, nomeado pelo DOU seção 2 número 202 de 17 de



CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP


ESTADO DE MATO GROSSO

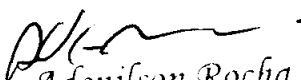
PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES

	<input type="checkbox"/> Projeto de Lei <input checked="" type="checkbox"/> Projeto Decreto Legislativo <input type="checkbox"/> Projeto de Resolução <input type="checkbox"/> Requerimento <input type="checkbox"/> Indicação <input type="checkbox"/> Moção <input type="checkbox"/> Emenda	Nº <u>022/2021</u>
--	---	--------------------

Autor: **VEREADOR HEDVALDO COSTA E VEREADORES**

novembro de 2019 e professor homenageado Terceira Turma de Medicina dessa mesma faculdade.


Elbio Volkweis
Vereador - Patriota

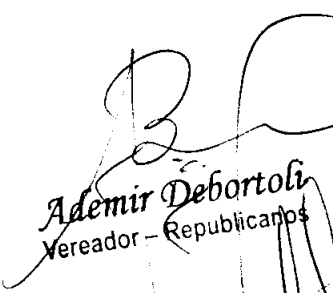

Adenilson Rocha
Vereador - PSDB

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP


ESTADO DE MATO GROSSO


Em,



Professor Mário
Vereador - PODE


Ademir Debortoli
Vereador - Republicanos


HEDVALDO COSTA
Vereador - Republicano


Celso do Souto
Vereador - Republicano


Lucinei
Vereador - MDB


Diomar Callegaro
Vereador - PSDB


Ver. Célio Garcia
2º Secretário



CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

ESTADO DE MATO GROSSO

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES

<p>Câmara Municipal de Sinop RECEBIDO 04 03 2021 [Signature]</p>	<p><input type="checkbox"/> Projeto de Lei <input checked="" type="checkbox"/> Projeto Decreto Legislativo <input type="checkbox"/> Projeto de Resolução <input type="checkbox"/> Requerimento <input type="checkbox"/> Indicação <input type="checkbox"/> Moção <input type="checkbox"/> Emenda</p>	<p>Nº <u>023/2021</u></p>
---	--	---------------------------

Autor: VEREADOR HEDVALDO COSTA E VEREADORES

Concede Título de Cidadão Sinopense Honorário ao Sr. Vitório Pereira Guimarães.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP - ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais aprovou e a Presidente promulgará o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º. Fica concedido o Título de Cidadão Sinopense Honorário ao Sr. Vitório Pereira Guimarães, cidadão exemplar em Sinop, como reconhecimento do Poder Legislativo Municipal pelos serviços prestados à comunidade sinopense.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP
ESTADO DE MATO GROSSO

Em,
Hedvaldo Costa
Vereador - REPUBLICANOS

[Signature]
Celso do Sopaço
Vereador - Republicanos

[Signature]
Dilmar Callegaro
Vereador - PSQB

[Signature]
Luciano
Vereador - MDB

[Signature]
Elbio Volkweis
Vereador - Patriota

[Signature]
Ver. Célio Garcia
2º Secretário

[Signature]
Professor Mário
Vereador - PODE

[Signature]
Ademir Debortoli
Vereador - Republicanos

[Signature]
Vereador - PL

[Signature]
Adenilson Rocha
Vereador - PSDB



CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

ESTADO DE MATO GROSSO

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES

<p>Câmara Municipal de Sinop RECEBIDO 04 JUN 2021 Junta 15h35</p>	<p><input type="checkbox"/> Projeto de Lei <input checked="" type="checkbox"/> Projeto Decreto Legislativo <input type="checkbox"/> Projeto de Resolução <input type="checkbox"/> Requerimento <input type="checkbox"/> Indicação <input type="checkbox"/> Moção <input type="checkbox"/> Emenda</p>	<p>Nº <u>023 10021</u></p>
--	--	----------------------------

Autor: **VEREADOR HEDVALDO COSTA E VEREADORES**

BIOGRAFIA

Vitório Pereira Guimarães, nascido em 23 de dezembro de 1963, na cidade de Santarém Pará, casado com Maria Cavalcante Guimarães há 40 anos, pai e avô, filho de agricultor, cresceu baseado em princípios de uma família tradicional.

Quando adulto foi trabalhar em Tucuruí nas obras da Camargo Correia, nesta cidade teve o privilégio de conhecer a Jesus Cristo e em 1994 tomou a decisão de aceitar e entregar sua vida no altar de Deus, e passou a se dedicar em atividades evangelísticas.

Em 1990, decidiu juntamente com sua esposa retornar para cidade de Santarém no Pará, pois seu pai encontrava-se enfermo, precisando de cuidado e apoio. Em 1994, Vitório Guimarães foi consagrado a pastor, pronto para cumprir o chamado de Deus, evangelizando e ganhando vidas para Cristo.

Na trajetória de seu ministério, Pr. Vitório teve a oportunidade de realizar na cidade de Santarém muitos trabalhos missionários, tanto no Planalto como no Ribeirinho, nessas comunidades carentes, ele juntamente com uma equipe de voluntários e parceiros levava alimentações, doação de roupas, calçados, brinquedos e recreação para as crianças, ofertavam também consultas com médicos, dentistas, consultas e exames oftalmológicos além de levar filtros para as pessoas terem água potável.

No final de 2009 pastoreavam duas igrejas na cidade de Santarém, 176 igrejas no Planalto e no Ribeirinho. Em 2010 Pr. Vitório e Pra. Maria foram enviados, juntamente com uma equipe de pastores e obreiros, para iniciar a Igreja da Paz na cidade de Sinop - Mato Grosso. Antes mesmo de conhecer a cidade de Sinop o pastor Vitório já orava pelo povo desta cidade, no coração dele e de toda equipe foi gerado um amor de alcançar neste estado pessoas para Cristo.

O trabalho foi árduo e desafiador, com apenas três anos e sete meses sua filha Ângela Cavalcante de apenas 29 anos faleceu de meningite, foi algo rápido e inesperado, Ângela era repórter da TV Centro América, mesmo naquele momento de dor e tristeza os pastores Vitório e Maria não retrocederam, mas permaneceram firmes em sua missão e decidiram enterrar sua filha em Sinop, como uma semente.

Em 2014 foi implantada mais duas Igrejas da Paz na cidade de Guarantã do Norte e em seguida na cidade de Sorriso. Em Sinop a igreja vem crescendo numericamente realizando trabalhos em célula nos lares, estendendo o cuidado fora das quatro paredes e indo até as casas e famílias. Tendo como base a Visão do MDA, que é o método de cuidado e discipulado um a um, e acredita-se que esta visão nasceu no coração de Deus. Muitas famílias foram alcançadas através de células e muitas pessoas foram transformadas pelo amor de Jesus.

A missão da Igreja da Paz, hoje conhecida como PAZ CHURCH, potencializou ainda mais sua missão na cidade de Sinop, através de Projetos Sociais, envolvendo as famílias carentes da nossa cidade.



CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

ESTADO DE MATO GROSSO

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES

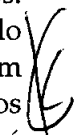
	<input type="checkbox"/> Projeto de Lei <input checked="" type="checkbox"/> Projeto Decreto Legislativo <input type="checkbox"/> Projeto de Resolução <input type="checkbox"/> Requerimento <input type="checkbox"/> Indicação <input type="checkbox"/> Moção <input type="checkbox"/> Emenda	Nº <u>023/2021</u>
--	---	--------------------

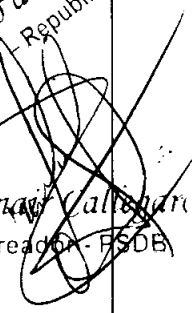
Autor: VEREADOR HEDVALDO COSTA E VEREADORES

- Doações de alimentos: Já foram entregues, mais de 1.000 (mil) cestas básicas para famílias carentes, são realizados trabalhos com crianças, na faixa etária de 3 a 10 anos, são desenvolvidos estudos dentro dos princípios bíblicos, bem como atividades complementares voltadas para ensino e entrega de brinquedos e alimentos. Dentre outros Projetos Sociais na área da saúde como consultas gratuitas para pessoas carentes que estão à tempo na fila de espera ou até mesmo casos de urgência.

O Pasto Vitório tem doado sua vida para que famílias, jovens e crianças de Sinop e do Estado de Mato Grosso sejam transformados pelo poder das Boas novas do Evangelho. Ele tem a convicção de que foi Deus que os trouxe para esta cidade. Em Sinop seus três filhos Alexandra, Analécia e André sua Nora, seus dois genros e seus seis netos: Vitória, Rafael, Gabriel, Letícia, Israel estão estudando e construindo suas vidas, sendo que quatro deles nasceram em Sinop e sua Neta Ângela Louise nascida e sepultada em Sinop. O pastor Vitório é Sinopense de coração, ama e está disposto a doar todos os seus dias por esta cidade. Ele acredita que Sinop é a terra prometida, a cidade que será conhecida como a cidade cujo Deus é o Senhor!

Prossigamos em direção ao alvo, cumprindo o IDE do Senhor! Pois, ISTO NÃO É NEM O COMEÇO DAQUILO QUE DEUS REALIZARÁ NESTA CIDADE!


Celso do Siqueira
Vereador - Republicanos

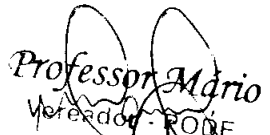

Dilma Callegaro
Vereador - PSDB


Elbio Volkweis
Vereador - Patriota

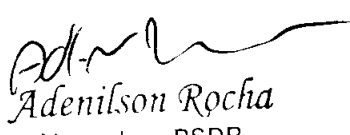
CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP
ESTADO DE MATO GROSSO
Em,


Hedvaldo Costa
Vereador - REPUBLICANOS


Jussara
Vereador - MDB


Professor Mário
Vereador - PODE


Ademir Debortoli
Vereador - Republicanos


Adenilson Rocha
Vereador - PSDB


Ver. Célio Garcia
2º Secretário



SINOP
P R E F E I T U R A

"Com honestidade e transparência,
vamos fazer muito mais!"

Câmara Municipal de Sinop
Aprovado em 1ª Votação
A Sessão Ordinária

02/08/2021

1º SECRETÁRIO

PROJETO DE LEI Nº 031/2021

DATA: 24 de junho de 2021

SÚMULA: Institui no âmbito do município de Sinop, o Plano Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos dos Municípios integrantes do Consórcio Intermunicipal de Saúde Vale do Teles Pires do Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

ROBERTO DORNER, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei;

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Fica aprovado no âmbito do Município de Sinop o Plano Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos dos Municípios Integrantes do Consórcio Público de Saúde Vale do Teles Pires, nos termos do Anexo desta Lei, que dela é parte integrante.

Parágrafo único. O Plano Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos dos Municípios Integrantes do Consórcio Público De Saúde Vale do Teles Pires, na forma do Anexo desta Lei, atende às determinações constantes da Política Nacional de Resíduos Sólidos, conforme determina a Lei Federal nº 12.305, de 02 de agosto de 2010.

Art. 2º. Este Plano Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos dos Municípios Integrantes do Consórcio Público de Saúde Vale do Teles Pires reger-se-á pelo aqui disposto em observância ao conjunto de princípios, objetivos, instrumentos, diretrizes, metas e ações adotadas pelo Governo Federal, isoladamente ou em regime de cooperação com os demais entes federativos, com vistas à gestão integrada e ao gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos.

Art. 3º. Fica o município autorizado a celebrar o respectivo Contrato de Rateio ou Contrato de Programa com o Consórcio Público De Saúde Vale do Teles Pires, para custeio das despesas das iniciativas adotadas através do Consórcio, despesas administrativas, bem como dos serviços contratados para a execução das ações previstas no Plano Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

Art. 4º. As diretrizes e objetivos estabelecidos nesta Lei serão de consideração obrigatória nas programações orçamentárias das áreas envolvidas pelo período nele expresso.

Encaminhado à Comissão de Justiça e Redação

Em 28/06/2021

Encaminhado à Comissão Obras Viação e Serviços Urbanos

Em 28/06/2021

Encaminhado à Comissão de Ecologia Meio Ambiente, Saúde e Segurança Social

Em 28/06/2021

Encaminhado à Comissão de Finanças Orçamentos e Fiscalização

Em 28/06/2021

Art. 5º. O Poder Executivo Municipal dará ampla divulgação dos conteúdos deste Plano.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP
ESTADO DE MATO GROSSO.
Em, 24 de junho de 2021.



ROBERTO DORNER
Prefeito Municipal

MENSAGEM AO PROJETO DE LEI Nº 031/2021

**Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,**

Com base em premissas regimentais e legais, utilizo do presente expediente para encaminhar à apreciação dos nobres pares a matéria epigrafada que *"Institui no âmbito do município de Sinop, o Plano Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos dos Municípios integrantes do Consórcio Intermunicipal de Saúde Vale do Teles Pires do Estado de Mato Grosso e dá outras providências"*.

O Plano Nacional de Resíduos Sólidos, instituído pela Lei Federal nº 12.305/2010, apresenta as diretrizes e metas ao poder público e à sociedade, com o objetivo principal de prover condições adequadas no manejo dos resíduos sólidos em todo o País. Prevê a prevenção e a redução na geração de resíduos, tendo como proposta a prática de hábitos de consumo sustentável e um conjunto de instrumentos para propiciar o aumento da reciclagem e da reutilização dos resíduos sólidos (aquilo que tem valor econômico e pode ser reciclado ou reaproveitado) e a destinação ambientalmente adequada dos rejeitos (aquilo que não pode ser reciclado ou reutilizado).

Por conseguinte, temos o Consórcio Público que é uma sociedade constituída por dois ou mais entes da federação, com o intuito de resolver problemas ou implantar ações de interesse em comum, em qualquer setor público, por meio de articulação e racionalização dos recursos. O mesmo pode atuar em diversas frentes, como promover o desenvolvimento regional, saneamento básico, saúde, ou até execução de projetos urbanos. É basicamente um instrumento de cooperação entre governos localizados em uma determinada microrregião ou região, ou seja, instrumentaliza a união principalmente entre municípios.

Neste sentido, o Consórcio Intermunicipal de Saúde Vale do Teles Pires, propõe a união dos municípios que o integraliza para a elaboração do Plano Regional de Resíduos Sólidos, a fim de reduzir os impactos ambientais decorrentes do manejo inadequado dos resíduos e proporcionar melhor qualidade de vida a população.

Assim, certos de poder contar com o apoio dessa Edilidade para a aprovação do presente Projeto de Lei, neste que é, antes de tudo, um compromisso social a ser cumprido por aqueles que cuidam dos destinos de nossa sociedade, aguardamos confiantes a manifestação dessa Augusta Casa de Leis.

Atenciosamente,



ROBERTO DORNER
Prefeito Municipal



VALE DO TELES PIRES
CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE

**PLANO REGIONAL DE GESTÃO INTEGRADA DE
RESÍDUOS SÓLIDOS DO CONSÓRCIO PÚBLICO
DE SAÚDE DO VALE DO TELES PIRES**

Sorriso, 2021



VALE DO TELES PIRES

CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE

CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DO VALE DO TELES PIRES

PLANO REGIONAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Municípios integrantes:

Cláudia, Feliz Natal, Ipiranga do Norte, Itanhangá, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Nova Ubiratã, Santa Carmem, Santa Rita do Trivelato, Sinop, Sorriso, Tapurah, União do Sul, Vera.

Sorriso, 2021



VALE DO TELES PIRES

CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE

CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DO VALE DO TELES PIRES

Gestão 2021

Presidente: Rodrigo Audrey Frantz

Prefeito de Santa Carmem-MT

Secretária Executiva: Solimara Lígia Moura

Assessor Jurídico: Julcimar Zuchi

Altamir Kurten
Prefeito de Cláudia

José Antônio Bubiella
Prefeito de Feliz Natal

Orlei Jose Grasseli
Prefeito De Ipiranga Do Norte

Edu Laudi Pascoski
Prefeito de Itanhangá

Miguel Vaz Ribeiro
Prefeito De Lucas Do Rio Verde

Leandro Felix
Prefeito De Nova Mutum

Edegar José Bernardi
Prefeito De Nova Ubiratã

Rodrigo Audrey Frantz
Prefeito De Santa Carmem

Egon Hoepers
Prefeito De Santa Rita Do Trivelato

Roberto Dornier
Prefeito De Sinop

Ari Genezio Lafin
Prefeito De Sorriso

Carlos Alberto Capeletti
Prefeito De Tapurah

Claudiomiro Jacinto de Queiroz
Prefeito de União do Sul

Moacir Luiz Giacomelli
Prefeito de Vera

Sorriso, 2021



VALE DO TELES PIRES

CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE

CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DO VALE DO TELES PIRES

Avenida Blumenau nº 500, Jardim Amazônia.

Sorriso – MT

E-MAIL: saneamento@consorciovaledotelespires.com.br

SITE: www.consorciovaledotelespires.com.br

FONE/FAX: 066 3544 3358 / 3544 4109

CNPJ/MF Nº: 23.019.551/0001-00

PLANO REGIONAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Presidente do Consórcio Público do Vale do Teles Pires

Rodrigo Audrey Frantz

Prefeito de Santa Carmem-MT

Engenheiro Sanitarista e Ambiental

Rafael Machado de Oliveira

CREA MT48947

Assessor Jurídico

Julcimar Zuchi

OAB/MT 15.248-A

Sorriso, 2021.



VALE DO TELES PIRES

CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE

Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazônia
CEP: 78890-000 - Sorriso - MT
Fone: (66) 3544-3358
www.consorciavaledotelespires.com.br
E-mail: adm@consorciavaledotelespires.com.br
CNPJ: 23.019.551/0001-00

SUMÁRIO

1.	APRESENTAÇÃO	13
1.1.	CONSÓRCIOS PÚBLICOS	14
1.1.1.	Consórcio Público de Saúde Vale do Teles Pires	16
1.1.2.	Histórico Região Centro-Norte Mato Grosso	18
1.1.3.	Histórico do crescimento demográfico do município	20
1.1.4.	Características sociais, culturais e econômicas	22
1.1.5.	Levantamento dos distritos e comunidades rurais	23
1.1.6.	Infraestrutura urbana	25
2.	DIAGNÓSTICO	26
2.1.	METODOLOGIA	26
2.2.	INSTRUMENTOS LEGAIS	27
2.3.	RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS (RSU).....	30
2.3.1.	Composição gravimétrica	31
2.3.2.	Geração per capita.....	32
2.2.3.	Acondicionamento	34
2.2.4.	Coleta e Transporte	35
2.2.5.	Estações de transbordo.....	37
2.2.6.	Transporte	40
2.2.7.	Destinação final	42
2.2.7.1.	Reciclagem.....	42
2.2.7.2.	Compostagem	44
2.2.8.	Disposição final	45
2.3.	RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS).....	50
2.3.3.	Acondicionamento	51
2.3.4.	Coleta, Transporte, Tratamento e Destinação final.....	53
2.4.	SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA.....	54
2.5.	RESÍDUOS DA LOGÍSTICA REVERSA.....	56



VALE DO TELES PIRES

CONSORCIO PÚBLICO DE SAÚDE

Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazônia

CEP: 78890-000 - Sorriso - MT

Fone: (66) 3544-3358

www.consorciavaledotelespires.com.br

E-mail: adm@consorciavaledotelespires.com.br

CNPJ: 23.019.551/0001-00

2.5.3.	Estimativa de geração de Resíduos da Logística Reversa	58
2.5.4.	Pilhas, Lâmpadas, Baterias e Similares	59
2.5.5.	Pneus	59
2.5.6.	Óleos Lubrificantes, seus Resíduos e Embalagens	63
2.5.7.	Resíduos Eletroeletrônicos.....	63
2.5.8.	Embalagens de Agrotóxicos.....	64
2.6.	RESÍDUOS DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO.....	66
2.7.	RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO DEMOLIÇÃO (RCD).....	66
2.8.	RESÍDUOS INDUSTRIAIS	67
2.9.	RESÍDUOS DE PORTOS E AEROPORTOS.....	67
2.10.	RESÍDUOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO.....	68
2.11.	RECEITAS OPERACIONAIS E DESPESAS DE CUSTEIO	68
2.12.	CONSOLIDADO.....	70
3.	PROGNÓSTICO.....	72
3.1.	ESTUDO DO PERFIL DA POPULAÇÃO E AS TENDÊNCIAS DE CRESCIMENTO.....	72
3.2.	PROJEÇÃO DE DEMANDAS	75
3.3.	COLETA.....	80
3.4.	TRANSPORTE.....	80
3.5.	UNIDADES DE GERENCIAMENTO	81
3.6.	LOGISTICA REVERSA	83
3.7.	DISPOSIÇÃO FINAL	85
3.8.	PASSIVOS AMBIENTAIS E MEDIDAS SANEADORAS	85
3.8.1.	Reabilitação da área	87
3.9.	PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS.....	88
3.10.	EMPREENDIMENTOS PASSÍVEIS DE PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	89
3.10.1.	Diretrizes para o gerenciamento dos resíduos passíveis de PGRS	90
3.10.2.	Controle e fiscalização dos empreendimentos passíveis de PGRS.....	91
4.	VISÕES, OBJETIVOS E METAS	92
4.1.	Visões.....	92



VALE DO TELES PIRES

CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE

Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazônia
CEP: 78890-000 - Sorriso - MT

Fone: (66) 3544-3358

www.consorciavaledotelespires.com.br
E-mail: adm@consorciavaledotelespires.com.br

CNPJ: 23.019.551/0001-00

4.2.	OBJETIVOS	92
4.2.1.	Objetivos Específicos.....	92
4.3.	METAS	93
5.	PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES	95
5.1.	EDUCAÇÃO AMBIENTAL E MOBILIZAÇÃO SOCIAL	95
5.1.1.	Ação de educação Sanitária e Ambiental.....	95
5.1.2.	Ação de mobilização social.....	97
5.2.	COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL	97
5.3.	IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO	98
5.4.	PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL NA GESTÃO DE RESÍDUOS	99
5.5.	INFRAESTRUTURA DE LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	100
5.5.1.	Ponto de Entrega Voluntária.....	101
5.5.2.	Implementação da coleta seletiva	102
5.5.3.	Estruturação das associações de catadores.....	104
5.5.4.	Implantação de centrais de triagem de resíduos	105
5.5.5.	Reaproveitamento dos resíduos orgânicos.....	106
5.5.6.	Estações de transbordo.....	108
5.5.7.	Transporte	109
5.5.8.	Disposição final	110
5.5.9.	Resíduos Sólidos de Saúde	116
5.5.10.	Medidas estruturais e estruturantes.....	117
5.6.	POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO	121
5.7.	FONTE DE RECURSOS FEDERAIS.....	122
5.7.1.	Fundação Nacional Da Saúde (FUNASA)	122
5.7.2.	Ministério Do Meio Ambiente.....	122
5.7.3.	Banco Nacional De Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	123
5.8.	REVISÃO DO PLANO REGIONAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS	123
6.	PLANOS DE CONTINGÊNCIA.....	125
6.1.	CENÁRIOS PARA EMERGÊNCIAS E CONTINGÊNCIAS.....	125



VALE DO TELES PIRES

CONSORCÍO PÚBLICO DE SAÚDE

Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazônia
CEP: 78890-000 - Sorriso - MT
Fone: (66) 3544-3358
www.consorciavaledotelespires.com.br
E-mail: adm@consorciavaledotelespires.com.br
CNPJ: 23.019.551/0001-00

6.2.	ELABORAÇÃO DO PLANO DE CONTINGÊNCIA.....	129
6.3.	VALIDAÇÃO DO PLANO DE CONTINGÊNCIA	129
6.4.	ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE CONTINGÊNCIA	129
7.	INDICADORES DE DESEMPENHO OPERACIONAL	130
7.1.	SELEÇÃO DE INDICADORES PARA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DO PRGIRS.....	131
8.	INSTRUMENTOS LEGAIS.....	136
8.1.	MINUTA DE LEI: INSTITUIÇÃO DO PLANO REGIONAL	138
8.2.	MINUTA DE LEI: INSTITUIÇÃO DA CAMARA TECNICA DE SANEAMENTO	139
9.	CONCLUSÃO	141
10.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	143
11.	ANEXOS (MODELOS SUGESTIVOS).....	147
11.1.	ANEXO 1 - MINUTA DE LEI: CÓDIGO MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA.....	147
11.2.	ANEXO 2 - MINUTA DE LEI: TAXA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES	170
11.3.	ANEXO 3 - QUESTIONÁRIO - GESTÃO DE RESÍDUOS.....	174



LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa dos municípios de abrangência do Consórcio	18
Figura 2 - Instrumentos legais instituídos nos municípios.....	28
Figura 3 - Procedimento de Coleta das Amostras.....	31
Figura 4 - Produção per capita do CPSVTP.....	33
Figura 5 - Acondicionamento de resíduos domiciliares em Tapurah.....	34
Figura 6 - Contentores dispostos nas ruas de Lucas do Rio Verde.....	35
Figura 7 - Contentores de Sinop.....	35
Figura 8 - Coleta dos RSU em Lucas do Rio Verde	37
Figura 9 - Estação de transbordo de Nova Mutum	38
Figura 10 - Estação de transbordo do município de Tapurah	38
Figura 11 - Centro de triagem em Nova Mutum	43
Figura 12 - Ecoponto em Lucas do Rio Verde.....	44
Figura 13 - Compostagem de resíduos de podas em Nova Mutum.....	45
Figura 14 - Lixões municipais de (a) União do Sul, (b) Cláudia e (c-d) Nova Mutum.....	46
Figura 15 - Aterro Sanitário da Sanorte	48
Figura 16 - (A) Maciço em uso com compactação dos resíduos (B) Dreno de gases (C) Sistema de tratamento do efluente (D) Poço de monitoramento.....	49
Figura 17 - (A) Acondicionamento de resíduos do Grupo A e Grupo B (B) Saco comum utilizado para armazenagem dos resíduos do Grupo D (C) Caixa utilizada para armazenamento de perfurocortantes. (imagens de Nova Mutum).	52
Figura 18 - Abrigo de RSS do Posto de Saúde Municipal de Feliz Natal e Nova Ubiratã	53
Figura 19 - Caminhão utilizado para transporte dos RSS em Lucas do Rio Verde	54
Figura 20 - Serviços de varrição urbana em Lucas do Rio Verde e Nova Mutum	55
Figura 21 - Poda e coleta de árvores em Santa Carmem	56
Figura 22 - Esquema simplificado da logística reversa.....	57
Figura 23 - Ponto de coleta de pneus para reciclagem de Ipiranga do Norte.....	60
Figura 24 - Pontos de coleta no Mato Grosso da Reciclanip	61
Figura 25 - Reaproveitamento de pneus em Itanhangá-MT.....	62
Figura 26 - Reutilização de pneus Assentamento 12 de Outubro, Cláudia-MT.....	62
Figura 27 - Centrais de recebimento de embalagens agrícolas cadastradas no INPEV.	65
Figura 28 - Projeção da geração dos RSU.....	76
Figura 29 - Caracterização dos RSU.	77
Figura 30 - Gráfico de projeção da caracterização dos RSU.....	78
Figura 31 - Central de triagem da Lapa, Rio de Janeiro.....	106
Figura 32 - Estação de transbordo Nova Parnamirim	108
Figura 33 - Etapas da compostagem de podas e gramas.	113



Figura 34 – Empresa de reaproveitamento de RCC.....	115
Figura 35 – Estação de tratamento de RSS, do Consórcio Nascentes do Pantanal....	117

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Coordenadas geográficas dos municípios do CPSVTP	17
Quadro 2 - Área territorial da zona urbana dos municípios que compõem o CPSVTP20	
Quadro 3 – Histórico populacional dos municípios integrantes do CPSVTP.....	21
Quadro 4 - Características socioeconômicas dos municípios do CPSVTP.....	22
Quadro 5 - Distritos e comunidades rurais CPSVTP	24
Quadro 6 – Cobrança da taxa de lixo	29
Quadro 7 - Caracterização dos RSU 2019	32
Quadro 8 - Infraestrutura de coleta e transporte municipal.....	36
Quadro 9 - Infraestrutura das estações de transbordo	39
Quadro 10 - Localização das estações de transbordo CPSVTP.....	40
Quadro 11 – Empresas de transporte de resíduos	41
Quadro 12 - Distância das estações de transbordo até o aterro sanitário mais próximo	41
Quadro 13 - Localização das estações de triagem CPSVTP.....	42
Quadro 14 - Coordenadas geográficas dos aterros e lixões	47
Quadro 15 - Estimativa de geração de RSS nos municípios em 2020.	51
Quadro 16 – Empresas responsáveis pela coleta e transporte dos resíduos de saúde ..	53
Quadro 17 - Estimativa de geração de resíduos da logística reversa em 2020.	58
Quadro 18 – Planilha Financeira 2020.....	69
Quadro 19 - Projeção populacional urbana, horizonte 20 anos.	74
Quadro 20 – Projeção geração de resíduos.	75
Quadro 21 – Projeção de caracterização dos resíduos CPSVTP.....	77
Quadro 22 – Metas do PGRIS.....	93
Quadro 23 – Prazo limite para encerramento dos lixões municipais.	111
Quadro 24 – Quadro Resumo das principais medidas estruturantes.....	118
Quadro 25 – Quadro Resumo das principais medidas estruturais.....	119
Quadro 26 – Medidas para situações emergenciais	126
Quadro 27 – Eventos emergenciais previstos para Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos	128
Quadro 28 – Variáveis utilizadas para compor os indicadores de desempenho	132
Quadro 29 – Indicadores de desempenho para acompanhamento do PRGIRS	134



VALE DO TELES PIRES
CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE

Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazônia
CEP: 78890-000 - Sorriso - MT

Fone: (66) 3544-3358

www.consortiovaledotelespires.com.br
E-mail: adm@consorciovaledotelespires.com.br

CNPJ: 23.019.551/0001-00

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABREVIATURA/SIGLA	SIGNIFICADO
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ABRELPE	Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais
ANA	Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Mato Grosso
Art.	Artigo
BASA	Banco da Amazônia S.A.
BNDES	Banco Nacional Do Desenvolvimento
CEARPA/MT	Conselho Estadual de Associações das Revendas de Produtos Agropecuários de Mato Grosso
CF	Constituição Federal
cm	Centímetro
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
CPSVTP	Consórcio Público de Saúde Vale do Teles Pires
d	dia
DBO	Demanda Biológica de Oxigênio
DQO	Demanda Química de Oxigênio
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
hab.	Habitante
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH-M	Indicadores de Desenvolvimento Humano Municipal
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPEV	Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
kg	Quilograma
km	Quilometro
LI	Licença de Instalação
LO	Licença de Operação
LP	Licença prévia
Ltda.	Limitada
m	Metro
mm	Milímetro
MT	Mato Grosso
NBR	Norma Brasileira
PA	Projeto de Assentamento Rural
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PDS	Projeto Estadual
PE	Projeto de Desenvolvimento Sustentável
PEAD	Polietileno de Alta Densidade



VALE DO TELES PIRES

CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE

Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazônia

CEP: 78890-000 - Sorriso - MT

Fone: (66) 3544-3358

www.consorciovaldetelespires.com.br

E-mail: adm@consorciovaldetelespires.com.br

CNPJ: 23.019.551/0001-00

PGRS	Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos
pH	Potencial Hidrogeniônico
PIB	Produto Interno Bruto
PIN	Plano de Integração Nacional
PMI	Projeto Multissetorial Integrado
PMSB	Plano Municipal de Saneamento Básico
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POLAMAZÔNIA	Polo da Amazônia
POLONOROESTE	Polo do Noroeste
PRGIRS	Plano Regional de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos
PROBOR	Polo dos Cerrados e o Programa da Borracha
R\$	Reais
RCC	Resíduo da Construção Civil
RDC	Resíduos de Demolição e Construção
RDO	Resíduos Sólidos Domésticos
REE	Resíduos Eletroeletrônicos
RSS	Resíduos de Serviço de Saúde
RSU	Resíduos Sólidos Urbanos
s	Segundo
SAAE	Serviço Autônomo de Água e Esgoto
SANEMAT	Companhia Estadual de Saneamento do Estado de Mato Grosso
SEMA	Secretaria de Estado de Meio Ambiente
SNIS	Sistema Nacional de Informações em Saneamento
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
TCL	Taxa de Coleta de Lixo
ton	Tonelada
un	Unidade
UNIVAG	Centro Universitário de Várzea Grande
URM	Unidade de Referência Municipal



VALE DO TELES PIRES
CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE

Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazônia
CEP: 78890-000 - Sorriso - MT

Fone: (66) 3544-3358

www.consorciovaldetelespires.com.br
E-mail: adm@consorciovaldetelespires.com.br

CNPJ: 23.019.551/0001-00

1. APRESENTAÇÃO

Com o passar do tempo, e com as mudanças de hábitos, o ser humano obrigou-se a tomar uma nova postura na arte de viver. O que antigamente podia ser considerado adequado, hoje requer uma mudança de atitude e uma profunda investigação. Sendo assim, tópicos como ecologia, meio ambiente, tratamento de resíduos, etc., deixam de serem fantasias de visionários, passando a serem assuntos de alta prioridade, tornando-se problemas de grande amplitude, demandando tratativas severas, inclusive globalizadas, divergindo das posturas adotadas no passado.

O vertiginoso processo de urbanização, unindo com o crescente consumo de produtos descartáveis e menos duráveis, são fatores que provocaram um grande aumento no volume de resíduos e também em sua diversidade, inclusive de sua concentração espacial.

Alguns aspectos como origem e produção, como também o pensamento de matéria prima inesgotável e os reflexos de comprometimento ambiental, especialmente a degradação do solo, do ar e dos recursos hídricos, pode ser considerada a grande problemática do lixo no meio urbano. Pode-se igualmente dizer, que o lixo urbano resulta da atividade diária do homem em sociedade, e que os fatores principais de sua origem e produção são basicamente o aumento populacional e a intensidade da industrialização.

No Mato Grosso de maneira geral, as políticas e investimentos públicos atuais, não cobrem a demanda da elevada quantidade de resíduos sólidos gerados, desse modo, o lixo tornou-se uma tarefa que necessita ações articuladas e diferenciadas dos municípios.

A gestão dos resíduos sólidos domésticos enfrenta dificuldades tanto nos grandes centros urbanos, quanto nos municípios de pequeno porte. Os municípios com menor população, ainda que produzam menor quantidade de resíduos, também sofrem com a degradação ambiental e social relacionada a uma gestão inadequada da geração local dos resíduos sólidos. A maioria destes municípios possuem limitações de ordem financeira, com orçamentos inadequados, arrecadação insuficiente e inexistência de linhas de crédito específicas, além da má capacitação técnica e profissional, descontinuidade política e administrativa e ausência de políticas ambientais.

Dessa forma, demonstra-se praticamente inviável, o desenvolvimento de soluções individualizadas dos municípios para desenvolver e garantir a manutenção dessas políticas públicas, visto que, para o atendimento das legislações atuais, são necessários a implementação de elevados níveis de investimentos e a manutenção de



VALE DO TELES PIRES

CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE

Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazônia

CEP: 78890-000 - Sorriso - MT

Fone: (66) 3544-3358

www.consorciovaledotelespires.com.br

E-mail: adm@consorciovaledotelespires.com.br

CNPJ: 23.019.551/0001-00

vasta equipe técnica especializada, garantindo a eficiente administração dos resíduos gerados pela população. Nesse sentido, a gestão integrada dos resíduos sólidos tem sido uma ferramenta inovadora e eficaz nesse contexto.

A gestão integrada insere uma imagem singular no que diz respeito à sistematização da disposição dos resíduos, pois através do gerenciamento integrado entre municípios de pequeno e médio porte, as ações se centralizam, gerando menores despesas financeiras e impactos ambientais (Suzuki; Gomes, 2009). Segundo Calderan (2013), uma solução que surge referente à coleta e tratamento dos resíduos sólidos domésticos são os consórcios públicos. Que propicia uma nova modalidade à gestão pública municipal para gerenciar de maneira adequada seus resíduos, servindo como instrumento de auxílio e a solução de problemas comuns entre os municípios, visando à implantação de aterros e gestão em conjunto entre os membros participantes.

Este documento, portanto, apresenta o Plano Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos dos municípios do Consórcio Público de Saúde do Vale do Teles Pires, que tem por objetivo, planejar a gestão integrada de resíduos, de forma individualizada ou consorciada, possibilitando a implantação de programas e sistemas regionais com vista a atender às diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos, quanto a universalização da prestação dos serviços de manejo dos resíduos sólidos, a redução da geração, a reutilização, a reciclagem dos resíduos e a disposição final adequada dos rejeitos.

A prestação dos Serviços deverá ser feita garantindo a sustentabilidade técnica, econômica e financeira, por meio da implantação de um modelo tecnológico e de gestão adequado a cada realidade municipal e da recuperação dos custos por meio de taxas e tarifas módicas por domicílio atendido

1.1. CONSÓRCIOS PÚBLICOS

O consórcio é uma sociedade constituída por dois ou mais entes da federação, com o intuito de resolver problemas ou implantar ações de interesse em comum, em qualquer setor público, por meio de articulação e racionalização dos recursos. O consórcio pode atuar em diversas frentes, como promover o desenvolvimento regional, saneamento básico, saúde, ou até execução de projetos urbanos. O consórcio é basicamente instrumentos de cooperação entre governos localizados em uma determinada microrregião ou região, ou seja, o consórcio instrumentaliza a união principalmente entre municípios.

Conforme o artigo 2º do Decreto 6.017/2007, o consórcio público também pode ser descrito com a seguinte definição:

“Art. 2. Para os fins deste Decreto, consideram-se:



VALE DO TELES PIRES

CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE

Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazônia
CEP: 78890-000 - Sorriso - MT
Fone: (66) 3544-3358
www.consortiovaledotelepises.com.br
E-mail: adm@consortiovaledotelepises.com.br
CNPJ: 23.019.551/0001-00

I -consórcio público: pessoa jurídica formada exclusivamente por entes da Federação, na forma da Lei no 11.107, de 2005, para estabelecer relações de cooperação federativa, inclusive à realização de objetivos de interesse comum, constituída como associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, ou como pessoa jurídica de direito privado sem fins econômicos”.

(...)

Com a entrada em vigor da Lei nº 11.107/2005, que, em parte, regulamentou o artigo 241 da CF/88, não só os municípios, mas todos os entes federados passaram a ter uma alternativa para a prestação dos serviços públicos de interesse comum. Essa lei proporcionou esperança aos gestores municipais, pois surgiu a possibilidade de estabelecer consórcios com entes federados nos diferentes níveis e de forma juridicamente correta. Posteriormente, devido às lacunas deixadas pela lei, entrou em vigor o Decreto 6.017 de 2007, que regulamentou a Lei 11.107/2005, e, desta forma, veio sanar as principais dúvidas existentes quanto à constituição de consórcios públicos, oferecendo maior segurança jurídica aos gestores públicos.

A nova Lei dos Consórcios Públicos veio atender a lógica da formação de um Estado Federado, que é a da cooperação entre seus entes, a qual é de extrema importância para a realização dos serviços públicos básicos à população. Essa cooperação traz melhor qualidade de vida, e a possibilidade de os gestores municipais cumprirem seu papel, respeitando o que prediz a Constituição Federal e as demais leis fiscais, contribuindo assim para o desenvolvimento das regiões, pois os problemas quanto à prestação dos serviços públicos à população, pelos entes federados, são também sentidos a nível regional.

Com o intuito de unir a região, foi constituído em meados de 2015, o Consórcio Público de Saúde Vale do Teles Pires, composto por 15 municípios da região que atualmente agregam uma população aproximada de 456.000 habitantes, em uma área territorial de 93.062,231 km².

Vem sendo consolidado através do Consórcio uma importante atuação coordenada dos municípios para desenvolver soluções regionalizadas e, com o agrupamento das demandas e soma de esforços, conseguir maior resolutividade e eficiência na aplicação dos recursos públicos, potencializando resultados e atingindo a totalidade da região abrangida.

O Consórcio vem desenvolvendo uma série de ações demandadas pelos municípios que o integram, notadamente no tocante à serviços complementares na área



VALE DO TELES PIRES

CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE

Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazônia
CEP: 78890-000 - Sorriso - MT

Fone: (66) 3544-3358

www.consorciodevaldetelespires.com.br
E-mail: adm@consorciodevaldetelespires.com.br

CNPJ: 23.019.551/0001-00

da saúde, principalmente relativo a serviços de média e alta complexidade, bem como na realização de compras de insumos para a saúde, desde medicamentos/materiais, médicos, até equipamentos permanentes, com resolutividade, economia e eficiência, trazendo soluções aos problemas enfrentados pelos municípios, principalmente aos municípios de menor faixa populacional.

Ao trabalhar ferramentas para melhoria da saúde pública na região, restou ainda mais latente os efeitos nocivos do tratamento inadequado do lixo urbano para a saúde da população, bem como os elevados valores investidos pelos municípios os quais, ainda que dediquem esforços, individualmente não conseguem dar o adequado tratamento e destinação do resíduo urbano doméstico.

São inúmeros os estudos que apontam os efeitos nocivos que a destinação e a gestão inadequada de resíduos causam na saúde das pessoas e, conseqüentemente, os gastos adicionais ao sistema público de saúde. A destinação inadequada de resíduos contamina o solo, as águas, a flora e a fauna, e traz impacto a um grande número de pessoas que consomem produtos contaminados, ou a água contaminada, gerando uma série de doenças ao ser humano e gerando custos para os tratamentos de saúde.

Por outro lado, conforme levantamento realizado nos municípios que integram este consórcio, na tentativa de dar melhor destinação ao lixo urbano, os municípios vêm investindo valores altos, comprometendo ainda mais sua capacidade de investimentos e custeio de outros serviços públicos essenciais.

Visando desenvolver uma política pública regionalizada de manejo dos resíduos sólidos e limpeza urbana nos municípios, fomentando desta forma a educação ambiental, desenvolvimento na conscientização da população, adequado tratamento e destinação dos resíduos urbanos, com efeito imediato na redução do custo de coleta, transporte e disposição final, que resultará em uma economia aos municípios, foi definido pelo Conselho Gestor que se iniciasse o processo para organização dos municípios de maneira consorciada, criando o setor de saneamento no Consórcio Público de Saúde Vale do Teles Pires.

1.1.1. Consórcio Público de Saúde Vale do Teles Pires

O Consórcio Público de Saúde Vale do Teles Pires (CPSVTP), situado na região Médio Norte do Estado é constituído por 15 Municípios da Região, sendo eles: Claudia; Feliz Natal; Ipiranga do Norte; Itanhangá; Lucas do Rio Verde; Nova Maringá; Nova Mutum; Nova Ubiratã; Santa Carmem; Santa Rita do Trivelato; Sinop; Sorriso; Tapurah; União do Sul; Vera e surgiu da inquietação dos Prefeitos que buscavam a melhoria na qualidade da saúde da região.



VALE DO TELES PIRES

CONSORCIO PÚBLICO DE SAÚDE

Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazônia

CEP: 78890-000 - Sorriso - MT

Fone: (66) 3544-3358

www.consorciovaledotelespires.com.br

E-mail: adm@consorciovaledotelespires.com.br

CNPJ: 23.019.551/0001-00

Apesar do consórcio utilizado para o manejo de resíduos ser o mesmo do consórcio de saúde, o município de Nova Maringá optou por não participar dessa formatação regionalizada, restando os outros 14 municípios conforme o Quadro 1, que demonstra a localização geográfica dos municípios do consórcio e sua sede administrativa.

Quadro 1 - Coordenadas geográficas dos municípios do CPSVTP

Municípios	Coordenada geográfica
Cláudia	11°30'24.4"S 54°53'01.9"W
Feliz Natal	12°22'50.2"S 54°56'13.2"W
Ipiranga do Norte	12°14'23.9"S 56°09'09.5"W
Itanhangá	12°13'57.2"S 56°38'26.6"W
Lucas do Rio Verde	13°03'57.8"S 55°55'11.1"W
Nova Mutum	13°01'44.1"S 57°05'30.6"W
Nova Ubiratã	13°01'57.8"S 55°15'14.2"W
Santa Carmem	11°58'22.4"S 55°16'43.4"W
Santa Rita do Trivelato	13°48'54.1"S 55°16'27.4"W
Sinop	11°51'39.1"S 55°30'35.3"W
Sorriso	12°32'32.7"S 55°43'24.0"W
Tapurah	12°44'33.3"S 56°30'45.1"W
União do Sul	11°31'50.3"S 54°22'09.8"W
Vera	12°17'04.1"S 55°17'50.7"W
Sede Consórcio	12°33'46.3"S 55°44'12.1"W

Fonte: CPSVTP, 2020.

O Consórcio mante sua sede administrativa no município de Sorriso, por ser um município estratégico, ficando no centro da região compreendida pelo consórcio, conforme pode-se verificar no mapa abaixo.



VALE DO TELES PIRES

CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE

Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazônia

CEP: 78890-000 - Sorriso - MT

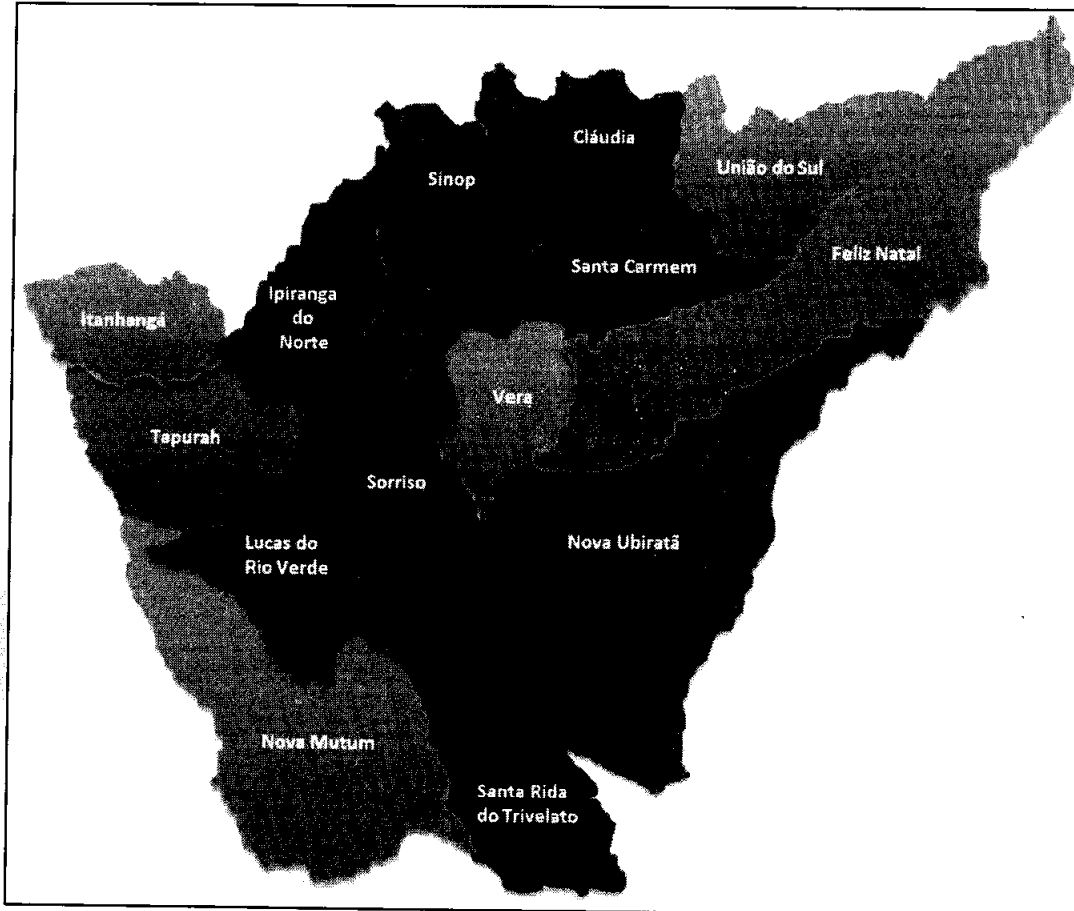
Fone: (66) 3544-3358

www.consortiovaledotelespires.com.br

E-mail: adm@consortiovaledotelespires.com.br

CNPJ: 23.019.551/0001-00

Figura 1 - Mapa dos municípios de abrangência do Consórcio



Fonte: CPSVTP, 2020.

1.1.2. Histórico Região Centro-Norte Mato Grosso

Durante a década de 70, foram promovidas políticas de colonização da Amazônia e do Centro-Oeste. A Operação Amazônia tinha como propósito a integração da Amazônia e torná-la produtiva, a operacionalização desse objetivo fez com que fossem criados vários órgãos e programas federais, destacando-se: Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM); Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Banco da Amazônia S.A. (BASA); Polo da Amazônia (POLAMAZÔNIA); Polo do Noroeste (POLONOROESTE); Polo dos Cerrados e o Programa da Borracha (PROBOR).

O Plano de Integração Nacional (PIN), elaborado na década de 1970, entre as obras executadas sobressai-se a Transamazônica, a Cuiabá-Santarém, a Cuiabá - Porto Velho e a Perimetral Norte. Considerando a importância das rodovias para o acesso a



VALE DO TELES PIRES

CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE

Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazônia

CEP: 78890-000 - Sorriso - MT

Fone: (66) 3544-3358

www.consorciovaldetelespires.com.br

E-mail: adm@consorciovaldetelespires.com.br

CNPJ: 23.019.551/0001-00

estas regiões, o PIN foi de fundamental importância para a viabilização dos projetos de colonização realizados posterior, à Além do PIN, pode-se citar ainda a SUDAM e o BASA, estes órgãos favoreceram capitalistas que viviam na região sul e sudeste através de incentivos fiscais e créditos para que estes adquirissem grandes porções de terra na Amazônia e Centro-Oeste.

Desse modo, as vantagens oferecidas para estes empresários compensavam os gastos iniciais que poderiam ter, pois estes obteriam terras abundantes e de baixo custo, e pelo crédito farto e barato (Barrozo, 2008, p. 20), para que conseguissem tais facilidades deveriam elaborar projetos de colonização a SUDAM, pois cabia a este órgão a viabilização do desenvolvimento da Amazônia a partir de interesses empresariais. Entre os objetivos do plano para ocupar a região podem ser explicitados: a formação de grupos populacionais estáveis, tendentes a um processo de autossustentação; a adoção de uma política imigratória para a região, com aproveitamento de excedentes populacionais internos e contingentes externos selecionados; a fixação de populações regionais, especialmente no que concerne às zonas de fronteira; a adoção de políticas de estímulos fiscais e de crédito (Barrozo, 2008, p. 20).

Assim, a colonização na região norte do Mato Grosso, a partir de 1970 teve como característica a colonização privada tendo a predominância de colonizadores oriundos do Sul e Sudeste do país. Apesar de muita dificuldade com a falta de infraestrutura, intemperes, dificuldade de escoamento da produção e sazonalidade pluviométrica, atualmente a região do consórcio é grande referência no segmento da agricultura pelo cultivo de soja, milho, mandioca, abóbora, feijão, arroz, café e trigo. Os municípios do consórcio movimentam boa parte da economia do estado, basicamente sustentada pela exportação de grãos, migrando em parte atualmente para beneficiamento local derivando subprodutos como por exemplo o beneficiamento através de indústria de produção de etanol de milho, produção de proteína animal, biodiesel, entre outros. A soja é o principal cultivo e produto das exportações, tendo também grande produção de algodão e milho.

Na região do consórcio, há uma grande disparidade na urbanização, modernização e concentração populacional entre os municípios, Sinop, por exemplo tem densidade populacional de mais de 37 habitantes por km² com 83% de urbanização, sendo maior do que a média nacional (24,67 hab/km²), enquanto que Nova Ubiratã, Santa Rita do Trivelato e União do Sul, não atingem nem um habitante por km² e taxa de urbanização gira em torno de 50 a 60%, como pode-se ver no Quadro 2.



VALE DO TELES PIRES

CONSORCIO PÚBLICO DE SAÚDE

Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazônia

CEP: 78890-000 - Sorriso - MT

Fone: (66) 3544-3358

www.consorciovaledotelespires.com.br

E-mail: adm@consorciovaledotelespires.com.br

CNPJ: 23.019.551/0001-00

Quadro 2 - Área territorial da zona urbana dos municípios que compõem o CPSVTP

Município	Habitantes 2020	Pop. Urbana 2020	Urbanização (%)	Extensão (km ²)	Densidade demográfica (hab/km ²)
Cláudia	12.280	9.407	77%	3.849,99	3,19
Feliz Natal	14.609	10.855	74%	11.679,00	1,25
Ipiranga Do Norte	8.018	5.436	68%	3.466,70	2,31
Itanhangá	6.922	4.160	60%	2.898,07	2,39
Lucas Do Rio Verde	68.236	63.596	93%	3.675,22	18,57
Nova Mutum	47.232	38.588	82%	9.532,06	4,96
Nova Uiratã	12.336	7.932	64%	12.500,11	0,99
Santa Carmem	4.577	3.451	75%	3.855,36	1,19
Santa Rita do Trivelato	3.553	1.951	55%	4.734,93	0,75
Sinop	146.772	121.674	83%	3.941,96	37,23
Sorriso	93.434	81.942	88%	9.347,56	10
Tapurah	14.133	8.875	63%	4.489,39	3,15
União Do Sul	3.500	2.177	62%	4.581,91	0,76
Vera	11.435	8.210	72%	2.953,98	3,87
CPSVTP	447.038	368.254	82%	93.062,23	4,9

Fonte: CPSVTP, 2020.

1.1.3. Histórico do crescimento demográfico do município

O Quadro 3 demonstra o crescimento populacional da zona urbana dos municípios do consórcio, nos últimos 10 anos. No período teve um acréscimo de quase 100 mil habitantes. A população atendida atualmente pelo consórcio é de aproximadamente 447 mil habitantes, destes, 368 mil na zona urbana, no geral os municípios possuem uma elevada taxa de crescimento populacional por ano (2.66%), apenas União do Sul possui essa taxa negativa (-0,71%).

Quadro 3 – Histórico populacional dos municípios integrantes do CPSVTP

Histórico da População	Taxa de crescimento populacional	Pop.	Projeção									
		Urbana 2010 IBGE	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Cláudia	1,08%	8.447	8.539	8.631	8.724	8.819	8.914	9.011	9.108	9.207	9.306	9.407
Feliz Natal	2,94%	8.123	8.362	8.608	8.861	9.122	9.390	9.666	9.951	10.243	10.545	10.855
Ipiranga do Norte	4,58%	3.473	3.633	3.799	3.973	4.155	4.345	4.545	4.753	4.970	5.198	5.436
Itanhangá	2,75%	3.171	3.258	3.348	3.440	3.535	3.632	3.732	3.835	3.940	4.049	4.160
Lucas do Rio Verde	4,12%	42.458	44.209	46.031	47.929	49.906	51.963	54.106	56.336	58.659	61.078	63.596
Nova Mutum	4,08%	25.857	26.913	28.013	29.157	30.348	31.588	32.878	34.221	35.619	37.074	38.588
Nova Ubiratã	2,96%	5.927	6.102	6.283	6.469	6.660	6.857	7.060	7.268	7.483	7.704	7.932
Santa Carmem	1,14%	3.080	3.115	3.151	3.187	3.223	3.260	3.297	3.335	3.373	3.412	3.451
Santa Rita do Trivelato	3,61%	1.368	1.417	1.468	1.521	1.576	1.633	1.692	1.753	1.817	1.883	1.951
Sinop	2,64%	93.759	96.235	98.776	101.384	104.061	106.808	109.628	112.523	115.494	118.544	121.674
Sorriso	3,46%	58.339	60.355	62.441	64.598	66.831	69.140	71.530	74.002	76.559	79.205	81.942
Tapurah	3,12%	6.526	6.730	6.940	7.157	7.380	7.611	7.848	8.093	8.346	8.607	8.875
União do Sul	-0,71%	2.339	2.322	2.305	2.289	2.273	2.256	2.240	2.224	2.208	2.193	2.177
Vera	1,11%	7.349	7.431	7.514	7.597	7.682	7.768	7.854	7.942	8.030	8.120	8.210
Consórcio CPSVTP	2,66%	270.217	278.621	287.308	296.287	305.570	315.166	325.087	335.345	345.950	356.916	368.254

Fonte: IBGE, 2010.

1.1.4. Características sociais, culturais e econômicas.

Para caracterizar as condições de vida de cada município do consórcio foi utilizado o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) conforme pode ser observado no Quadro 4.

O IDHM é formulado a partir das dimensões, longevidade, educação e renda. O indicador situa-se entre 0 (zero) e 1 (um) e os valores mais próximos de 1 indicam níveis superiores de desenvolvimento humano. Segundo classificação do PNUD (2013), os valores distribuem-se em cinco categorias:

- Muito Baixo desenvolvimento humano: IDHM de 0 a 0,499;
- Baixo desenvolvimento humano: IDHM de 0,500 a 0,599;
- Médio desenvolvimento humano: IDHM de 0,600 a 0,699;
- Alto desenvolvimento humano: IDHM de 0,700 a 0,799; e
- Muito Alto desenvolvimento humano: IDHM acima de 0,800

A tendência geral de urbanização do domicílio populacional, no caso em estudo, não se deve a significativas mudanças na estrutura produtiva regional, ou seja, continuam majoritariamente as atividades primário-exportadoras, com alguma agregação de valor, em pequenas “ilhas agroindustriais” urbanas.

Apesar de ser uma região de grande expressão econômica no país e possuir os 2º, 3º e 5º maiores IDHM do estado, a região do Consórcio apresenta uma grande disparidade na modernização e desenvolvimento socioeconômico entre os municípios, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sinop por exemplo, tem o IDHM superior a 0,750, sendo maior do que a média nacional (0,699), enquanto Nova Ubiratã, e União do Sul, estão a baixo de 0,670.

Quadro 4 - Características socioeconômicas dos municípios do CPSVTP

Municípios	População 2020 (hab.)	Emancipação (ano)	IDHM	Ranking MT
Cláudia	12.280	1988	0,699	50
Feliz Natal	14.609	1995	0,692	59
Ipiranga do Norte	8.018	2000	0,727	19
Itanhangá	6.922	2000	0,710	33
Lucas do Rio Verde	68.236	1988	0,768	2
Nova Mutum	47.232	1988	0,758	3
Nova Ubiratã	12.336	1995	0,669	93
Santa Carmem	4.577	1991	0,715	27
Santa Rita do Trivelato	3.553	1999	0,735	12

Continuação Quadro 4 - Características socioeconômicas dos municípios do CPSVTP

Municípios	População 2020 (hab.)	Emancipação (ano)	IDHM	Ranking MT
Sinop	146.772	1979	0,754	5
Sorriso	93.434	1986	0,744	9
Tapurah	14.133	1988	0,714	30
União do Sul	3.500	1998	0,665	101
Vera	11.435	1986	0,680	79

Fonte: CPSVTP, 2020.

Apesar de ter um histórico cultural de diversas etnias indígenas e povos ribeirinhos, a cultura atual da região é caracterizada por traços sulistas, principalmente gaúcho, devido à grande imigração e colonização destes nas décadas de 70-80. Ainda a abertura da floresta deu origem a grandes plantações, com a formação de uma grande fronteira agrícola responsável pelo cultivo e comercialização de milho, soja, feijão e trigo, o que norteia na região uma cultura sertaneja baseada no agronegócio.

1.1.5. Levantamento dos distritos e comunidades rurais

O Estado do Mato Grosso apresenta diversas unidades rurais (distritos, assentamentos, comunidades tradicionais e comunidades quilombolas). Dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA-assentamentos), Instituto de Terras do Mato Grosso (INTERMAT-assentamentos), IBGE (distritos), Fundação Palmares (quilombolas) e Empaer-MT (comunidades tradicionais) resultam em 2.230 unidades rurais.

Portanto na região do consórcio, dentre os municípios existem 12 distritos e 35 assentamentos, conforme demonstra o Quadro 5. Em todos os distritos há a coleta regular dos resíduos sólidos, porém nos assentamentos e comunidades rurais, boa parte dos resíduos não são coletados pelas prefeituras. Em geral, os resíduos orgânicos (sobras de alimento, folhas, etc.) produzidos são utilizados como fonte de alimentos para animais ou utilizados como adubo. Os demais resíduos produzidos são enterrados ou queimados.



VALE DO TELES PIRES

CONSORCIO PÚBLICO DE SAÚDE

Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazônia

CEP: 78890-000 - Sorriso - MT

Fone: (66) 3544-3358

www.consorciodevaledotelepares.com.br

E-mail: adm@consorciodevaledotelepares.com.br

CNPJ: 23.019.551/0001-00

Quadro 5 - Distritos e comunidades rurais CPSVTP

Municípios	Divisão administrativa	Nome
Cláudia	Distrito	Guajará-Açu
	PA	12 de outubro
	PDS	Terra de Viver
	PDS	Keno
	PDS	Zumbi dos Palmares II
Feliz Natal	PA	Ena
Ipiranga do Norte	PA	Bogorni
	PA	Cristamel
	PA	Eldorado I
	PA	Furnas III
	PA	Mogiana
	PA	Mogiana 2
	PA	Santa Irene
Lucas do Rio Verde	Distrito	Groslândia
Nova Mutum	PA	Pontal do Marape
	PA	Maria de Oliveira
	PA	Maria de Oliveira I
	PA	Ribeirão Grande - III
Nova Ubratã	Distrito	Entre Rios
	Distrito	Novo Mato Grosso
	Distrito	Parque Água Limpa
	Distrito	Piratininga
	Distrito	Santa Terezinha do Rio Ferro
	Distrito	Santo Antônio do Rio Bonito
	PA	Piratininga
	PA	Santa Terezinha II
	PA	Boa Esperança I, II e III
	PA	Cedro Rosa
Santa Rita do Trivelato	PA	Ponte de Barro
Sinop	PA	Wesley Manoel dos Santos

Este documento foi assinado digitalmente por Rodrigo Audrey Frantz, Rafael Machado de Oliveira e Julimar Zuchi.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.pontaldeassinaturas.com.br/443> e utilize o código 41EF-DFE4-6671-D48E.



VALE DO TELES PIRES

CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE

Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazônia

CEP: 78890-000 - Sorriso - MT

Fone: (66) 3544-3358

www.consortiovaledotelepares.com.br

E-mail: adm@consortiovaledotelepares.com.br

CNPJ: 23.019.551/0001-00

Continuação Quadro 5 - distritos e comunidades rurais CPSVTP

Municípios	Divisão administrativa	Nome
Sorriso	Distrito	Boa Esperança
	Distrito	Primavera
	Distrito	Caravágio
	PA	Jonas Pinheiro
	PCA	Chão do Amanhã
	PA	Santa Rosa II
Tapurah	Distrito	Novo Eldorado
	PA	Eldorado I
	PA	Rio Borges
	PA	Bonanza
	PA	Santa Luzia I
União do Sul	PE	Mata Bonita
	PDS	Frei Crispin
	PDS	Olga Benário
	PDS	Novo Renascer
Vera	PDS	Sonho de Anderson
	PA	Califórnia

Fonte: CPSVTP, 2020.

1.1.6. Infraestrutura urbana

Os municípios do consórcio devido ao grande desenvolvimento econômico agropecuário, principalmente Sinop, Sorriso, Lucas do Rio Verde e Nova Mutum, congregam um grande número de estabelecimentos comerciais e agroindustriais, tendo sido dotada de diversos equipamentos urbanos, serviços educacionais e de saúde, sanitários, estruturas rodoviárias e aeroviárias, templos religiosos e associações civis. Boa parte da malha viária urbana é coberta por asfalto e toda zona urbana possui acesso à energia elétrica nestes municípios.



VALE DO TELES PIRES
CONSORCIO PÚBLICO DE SAÚDE

Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazônia

CEP: 78890-000 - Sorriso - MT

Fone: (66) 3544-3358

www.consorciovaldedotelespires.com.br

E-mail: adm@consorciovaldedotelespires.com.br

CNPJ: 23.019.551/0001-00

2. DIAGNÓSTICO

O objetivo do diagnóstico é apresentar de forma sucinta os aspectos técnicos-operacionais e gerenciais mais relevantes dos municípios. As principais recomendações para solucionar os problemas detectados e sugestões de melhorias constam no capítulo referente às Metas, Programas e Ações do Plano. Para a elaboração deste plano foi realizado o levantamento de informações juntos aos órgãos municipais envolvidos, bem como análises dos diversos tipos de resíduos, do modo de geração, formas de acondicionamento na origem, coleta, caracterização, transporte, processamento e disposição final utilizados atualmente.

O Plano Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do consórcio Vale do Teles Pires apresenta de forma geral a situação atual do manejo dos resíduos sólidos urbanos e da limpeza pública urbana, contendo as informações atuais quanto às ações normativas, financeiras, sociais, operacionais, administrativa, educacionais e ambientais. Esse levantamento apontará os problemas e deficiência do sistema, essa compilação de dados subsidiará as proposições de ações, que subsidiarão a operação e o gerenciamento integrado de resíduos sólidos urbanos dos municípios, a fim de reduzir os impactos ambientais decorrentes do manejo inadequado dos resíduos e proporcionar melhor qualidade de vida a população.

2.1. METODOLOGIA

A obtenção de dados para a elaboração do diagnóstico do presente plano foi obtida de três formas distintas, por dados primários, com aplicação de questionário (Anexo 1) e visita técnica aos municípios, além da obtenção de dados secundários por meio dos Planos Municipais de Saneamento Básico, dados de geração e estudo de caracterização da empresa Sanorte Ambiental, plataforma SNIS e IBGE.

As visitas in loco foram realizadas em cada um dos quatorze municípios integrantes do consórcio, tendo como ponto de partida o diálogo com as Prefeituras Municipais, secretarias municipais envolvidas na gestão de resíduos, cooperativas de catadores e empresas privadas responsáveis pelo gerenciamento ou reaproveitamento de resíduos sólidos nos municípios.

Nas visitas técnicas, foram observadas as instalações operacionais e administrativas responsáveis pela gestão de resíduos nos municípios, como exemplo lixões, aterros sanitários, estações de transbordo, galpões de segregação de resíduos, cooperativa de catadores, locais de acondicionamento de resíduos, bolsões de resíduos, garagem de veículos de coleta, unidades de compostagem, secretarias de meio ambiente, saúde e de obras, entre outros, verificando desta forma o estado atual e as condições



VALE DO TELES PIRES

CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE

Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazônia

CEP: 78890-000 - Sorriso - MT

Fone: (66) 3544-3358

www.consorciopublicodevaledotelespires.com.br

E-mail: adm@consorciopublicodevaledotelespires.com.br

CNPJ: 23.019.551/0001-00

operacionais, com fotos devidamente georreferenciadas, o que permitiu o conhecimento dos principais entraves verificados no atendimento dos serviços.

Além disso foram aplicados os questionários diretamente aos responsáveis pela gestão de resíduos nos municípios, o que auxiliou na obtenção e confirmação de dados técnicos previamente observados in loco. Todos os resultados estão digitalizados no banco de dados do consórcio.

2.2. INSTRUMENTOS LEGAIS

Os instrumentos legais existentes nos municípios partícipes para se compreender com precisão o conjunto de elementos formadores do componente Resíduos Sólidos dentro da Política de saneamento básico, faz-se mister citar o artigo 3º da Lei Federal nº 11.445/07, que apresenta quatro serviços de infraestrutura básica:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

(...)

c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos:

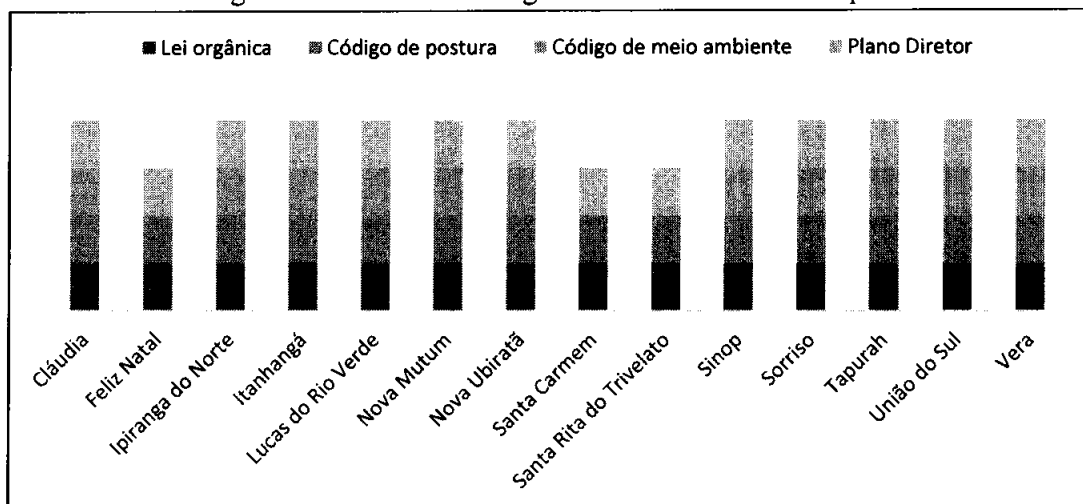
constituídos pelas atividades e pela disponibilização e manutenção de infraestruturas e instalações operacionais de coleta, varrição manual e mecanizada, asseio e conservação urbana, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos domiciliares e dos resíduos de limpeza urbana;

(...)

Tal lei serve de marco regulatório do setor, que vem sendo revisado e atualizado mediante o novo marco do saneamento básico sob a Lei nº 14.026/20, os quais estabelecem as regras jurídicas que se relacionam com outras legislações nacionais, cujo regem aspectos específicos vinculados aos resíduos sólidos, quais sejam: Lei nº. 10.257/01 – Política Nacional Urbana; Lei nº. 9.433/97 – Política Nacional de Recursos Hídricos; Lei nº. 6.938/81 – Política Nacional do Meio Ambiente; e Lei nº. 12.305/10 – Política Nacional de Resíduos Sólidos. Assim denominadas “políticas”, em vez de “planos”, com o propósito de responsabilizar o Poder Executivo, em todos seus entes federativos, inclusive por parte de terceirizados, da prestação dos serviços de saneamento básico. (FERNANDES, 2013)

Nos municípios integrantes do Consórcio Público de Saúde do Vale do Teles Pires, a questão do saneamento e salubridade ambiental não possui base legal específica, sendo reportada à Lei Orgânica, Códigos de Posturas, planos diretores e Códigos de Meio Ambiente, naqueles municípios que possuem tal instrumento legal. (Figura 2).

Figura 2 - Instrumentos legais instituídos nos municípios



Fonte: CPSVTP, 2020.

Todos os municípios apresentam lei orgânica, código de postura, plano diretor e 80% dos municípios possuem o código de meio ambiente. A maioria dos municípios apresentam leis específicas que se referem à água e esgoto, instituídos obrigatoriamente quando da municipalização dos serviços, aprovada pela Lei Estadual nº 7.359 de 13 de dezembro de 2000.

Os municípios beneficiados por obras de saneamento a partir de 2010 instituíram setores ou gerencias de saneamento, como formalização para o recebimento de recursos públicos, embora na prática esses setores não funcionem como proposto. Em relação aos serviços de limpeza urbana, na totalidade dos municípios está vinculada à Secretaria de Obras ou similar, estando descrito suas atribuições e serviços de responsabilidade municipal.

O código tributário dos municípios é a legislação local que rege sobre a cobrança da taxa de lixo e suas especificidades, essa taxa deve garantir a sustentabilidade dos serviços de manejo dos resíduos sólidos e limpeza urbana, porém apenas 11 dos 14 municípios realizam a cobrança e ela é realizada de maneiras distintas nos municípios e de forma subdimensionada, causando déficits nas prefeituras. Os municípios de Nova Ubiratã, Santa Carmem, Sorriso e Vera lançam anualmente a taxa agregado a cobrança do IPTU, já os municípios de Itanhangá, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, e Tapurah, lançam mensalmente a taxa de lixo vinculado a cobrança da taxa de água, no caso dos municípios Cláudia, Santa Rita do Trivelato e Sinop, possuem um boleto específico para a cobrança dessa taxa, que é realizado uma vez por ano e por fim os outros municípios não realizam a cobrança da taxa, que são Feliz Natal, Ipiranga do Norte e União do Sul, conforme Quadro 6.



VALE DO TELES PIRES

CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE

Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazônia
CEP: 78890-000 - Sorriso - MT

Fone: (66) 3544-3358

www.consorciovaldetelespires.com.br
E-mail: adm@consorciovaldetelespires.com.br

CNPJ: 23.019.551/0001-00

Quadro 6 – Cobrança da taxa de lixo

Forma de Cobrança	Municípios			
 IPTU 	Nova Ubiratã	Santa Carmem	Sorriso	Vera
 Conta de Água 	Itanhangá	Lucas do Rio Verde	Nova Mutum	Tapurah
 Boleto individual 	Cláudia	Santa Rita do Trivelato	Sinop	-
 Não possui cobrança 	Feliz Natal	Ipiranga do Norte	União do Sul	

Fonte: CPSVTP,2021

A necessidade de mais eficiência, eficácia e efetividade das ações governamentais está relacionada à questão do desenvolvimento social, pois suas possibilidades são, muitas vezes, cercadas, devido aos limites que surgem quando os atores envolvidos na gestão pública não estão comprometidos com estes conceitos, resultando em impactos negativos na vida de todos os cidadãos. (SANO, 2013) Os mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das metas e ações programadas constituem aspecto explicitamente previsto no escopo da lei 11.445/07 que instituiu conceitos e princípios para o controle da prestação de serviços público, centrado na designação de uma entidade reguladora da matéria.

Os municípios do consorcio, após a extinção da SANEMAT em 2001, assumiram a prestação dos serviços de água e esgoto adotando o auto planejamento e a auto regulação sem a definição clara das políticas públicas para o setor, para a qual também não houve uma preparação ou suporte técnico do Estado nesta fase. Entretanto Cláudia, Santa Carmem, Sinop, Sorriso, União do Sul e Vera terceirizaram seus serviços através de concessão por meio da empresa Aegea saneamento, os demais municípios administram os serviços de água e esgoto através de departamentos, vinculados ao Gabinete do Prefeito, ou Secretaria de Obras ou ainda a Secretaria de Saúde, sendo que apenas Nova Mutum e Lucas do Rio Verde, administram mediante autarquia – SAAE.

Em relação ao serviço de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos, assim como na maioria do país, a gestão e a prestação desses serviços sempre estiveram a cargo dos municípios, portanto são operados de forma geral pela secretaria de obras, que realiza a coleta dos resíduos e a limpeza urbana, a secretaria de meio ambiente usualmente se responsabiliza pelo encargo da gestão do manejo municipal, por fim os resíduos de saúde ficam sob a responsabilidade da secretaria de saúde, que realizam o manejo de forma terceirizada com empresas da região. Quanto à disposição final do resíduo se dá por meio dos aterros sanitários regionais, gerenciados pela iniciativa privada, contendo contratos individualizados com 12 das 14 prefeituras do consórcio.

Somente a partir de 2002, o componente de resíduos sólidos surge no Sistema Nacional de Informações em Saneamento (SNIS), passando a ser obrigatório o envio de informações pelo município. De acordo com o SNIS, 9 dos 14 municípios do consórcio



estão adimplentes com o último preenchimento realizado em 2018. O quantitativo representa 60% dos municípios. Além de diversos municípios estarem inadimplente com o envio das informações, as informações dispostas apresentam incoerência com a realidade atual de disposição final dos resíduos.

2.3. RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS (RSU)

O gerenciamento dos resíduos municipais deve começar pelo conhecimento das suas características, pois vários fatores podem influenciar quali-quantitativamente, como número de habitantes, poder aquisitivo da população, condições climáticas predominantes, hábitos, costumes, cultura e nível educacional da população (GRIPPI, 2001).

De acordo com Monteiro et al. (2001) a composição gravimétrica demonstra o percentual de cada componente de uma amostra de lixo em análise em relação ao peso total desta amostra. Os componentes mais comuns de ocorrerem são papéis, metais, vidros, plásticos e matéria orgânica. Através da determinação da composição gravimétrica é possível identificar a porcentagem média para aproveitamento dos resíduos recicláveis e da matéria orgânica, que pode ser transformada em adubo orgânico, por meio do processo de compostagem. Segundo Zanta et al. (2006, p. 6) “a composição gravimétrica é usada para avaliação de alternativas tecnológicas de tratamento fornecendo, juntamente com a taxa de geração, uma estimativa da quantidade gerada por cada categoria avaliada”.

A geração per capita, que representa a geração de lixo por habitante por dia pode ser estimada relacionando o volume de resíduos gerado por dia na cidade e o número de habitantes. Philippi Jr e Aguiar (2005), afirmam que a geração per capita de resíduos é maior nas cidades maiores e mais desenvolvidas, principalmente devido à maior circulação de mercadorias, maior consumo de embalagens descartáveis e rápida obsolescência de objetos e equipamentos. No Brasil estima-se que a geração per capita de resíduos sólidos urbanos varie entre 0,5 e 1,2 kg/hab./dia, dependendo das condições econômicas da cidade, acarretando na produção diária de cerca de 110 a 130 mil toneladas (SISINNO, 2002).

As informações dispostas no presente plano foram obtidas junto as prefeituras municipais, junto a empresa Sanorte Ambiental, atual responsável pelos aterros sanitários na região, e por meio dos planos municipais de saneamento básico, esses dados foram compilados de modo a descrever a situação dos resíduos sólidos na abrangência do Consorcio Vale do Teles Pires, servindo de base para elaboração do diagnóstico, prognóstico e proposição de metas e objetivos, que norteiam as ações, programas e projetos desenvolvidos neste plano.

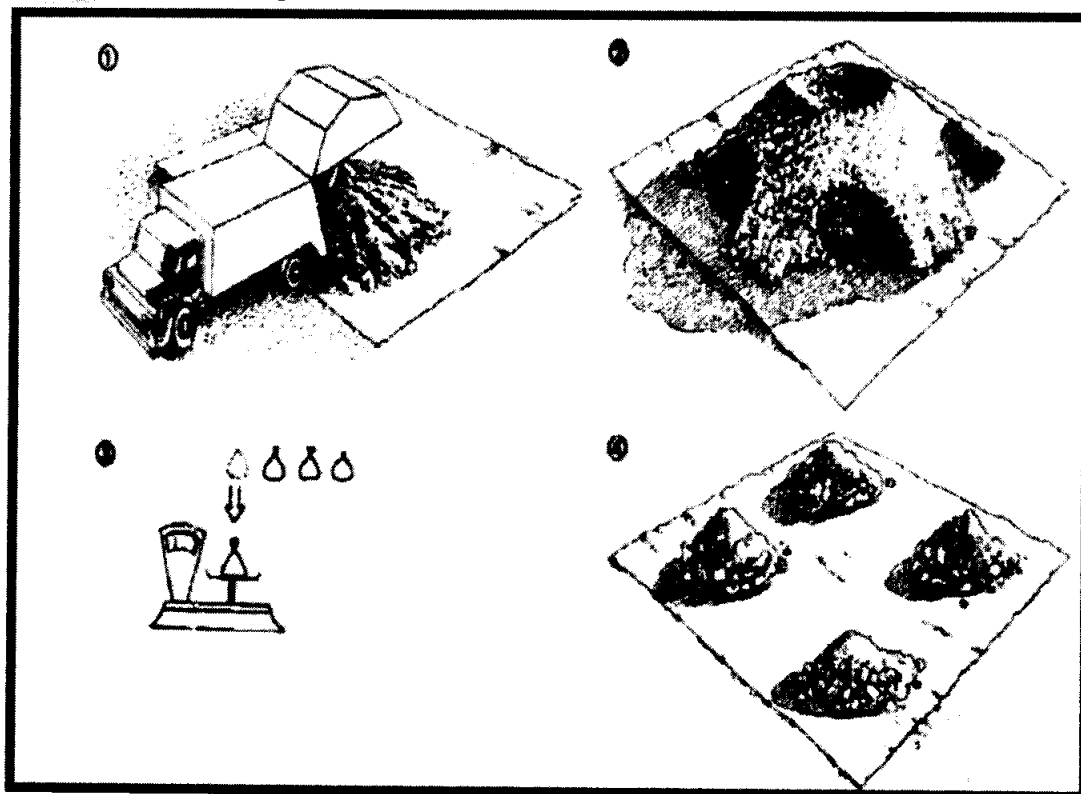


2.3.1. Composição gravimétrica

A empresa responsável pelo aterro sanitário, realiza periodicamente a caracterização dos resíduos sólidos dispostos, diante disto, foi realizado uma caracterização em julho de 2019. Para isso foi firmado um Termo de Parceria Técnica-Científica da Sanorte Ambiental com o Centro Universitário de Várzea Grande – UNIVAG, através do Curso de Engenharia Ambiental, para a execução de tal acompanhamento, e estes foram realizados durante os dias 23/07/2019 até 27/07/2019. Os procedimentos para a realização da caracterização seguiram os seguintes passos:

1. Pesagem do veículo antes da descarga;
2. Descarga do veículo em local previamente escolhido;
3. Coleta de quatro amostras (utilizando-se de tambores de 200 litros);
4. Pesagem individual de cada amostra;
5. Triagem das amostras;
6. Pesagem individual de cada tipo de resíduo;

Figura 3 - Procedimento de Coleta das Amostras.



Fonte: Sanorte, 2020.



VALE DO TELES PIRES

CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE

Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazônia

CEP: 78890-000 - Sorriso - MT

Fone: (66) 3544-3358

www.consorciovaledotelespires.com.br

E-mail: adm@consorciovaledotelespires.com.br

CNPJ: 23.019.551/0001-00

O Quadro 7 demonstra a quantidade de resíduos recicláveis, orgânicos e rejeitos em cada um dos municípios do consórcio e a média total, para os municípios em que não tinham dados (Feliz Natal, Santa Rita do Trivelato e União do Sul) foi utilizado na caracterização a média dos demais municípios do consórcio.

Quadro 7 - Caracterização dos RSU 2019

Municípios	Recicláveis	Orgânicos	Rejeitos
Cláudia	59,53%	19,61%	20,86%
Feliz Natal	*49,42%	*31,67%	*18,90%
Ipiranga do Norte	41,19%	42,53%	16,28%
Itanhangá	61,48%	22,51%	16,01%
Lucas do Rio Verde	46,02%	37,93%	16,05%
Nova Mutum	42,30%	31,66%	26,04%
Nova Ubiratã	41,47%	35,21%	23,32%
Santa Carmem	46,03%	30,18%	23,79%
Santa Rita do Trivelato	*49,42%	*31,67%	*18,90%
Sinop	54,95%	30,67%	14,38%
Sorriso	60,69%	23,20%	16,11%
Tapurah	41,19%	42,53%	16,28%
União do Sul	*49,42%	*31,67%	*18,90%
Vera	48,81%	32,39%	18,80%
CPSVTP	49,42%	31,67%	18,90%

Fonte: Sanorte, 2020. (* - média CPSVTP)

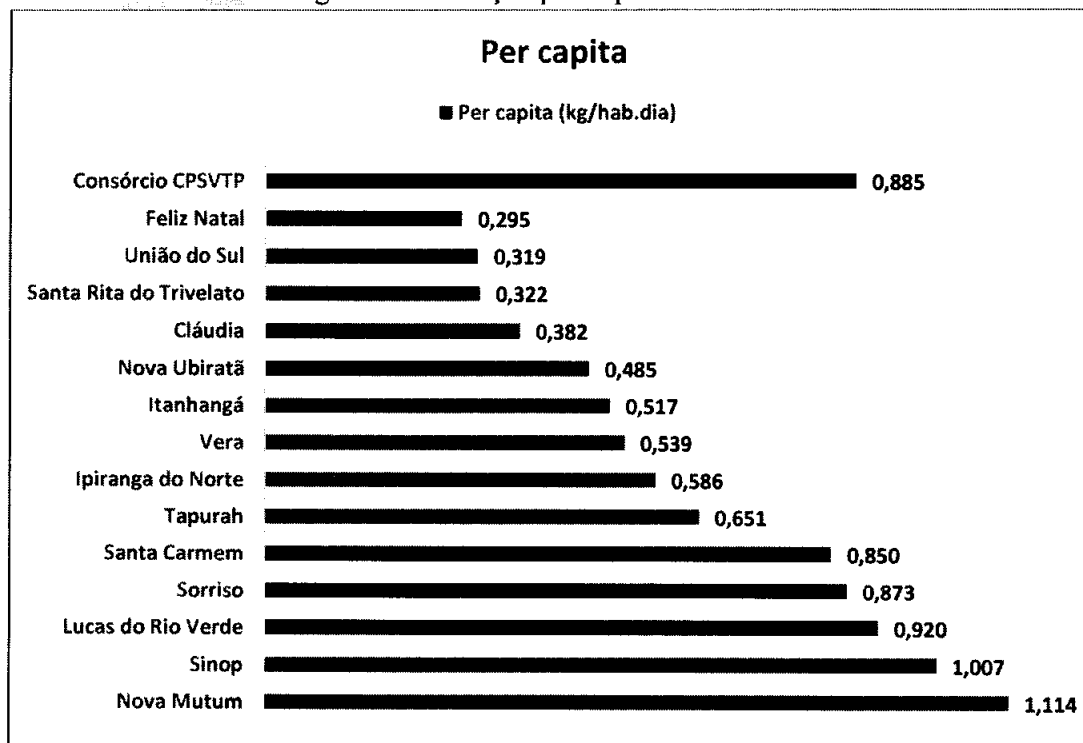
2.3.2. Geração per capita

A produção per capita é expressa em kg/hab.dia, que corresponde uma relação direta entre a atividade diária do homem e a produção de resíduo, ou seja, a dinâmica mostra que para cada atividade do ser humano há uma quantidade correspondente de lixo sendo produzido diariamente. Desta forma, obteve-se a taxa de geração per capita dividindo-se o peso (kg) de resíduos dispostos no aterro sanitário, pela quantidade de dias e a população de cada município. As informações foram adquiridas junto a Sanorte Ambiental, empresa responsável pelo aterro sanitário utilizado pelos municípios do consórcio. Com relação aos municípios de União do Sul e Santa Rita do Trivelato, que não possuem registro de disposição no aterro consorciado, as informações foram coletadas junto as prefeituras municipais.

Como dito anteriormente, no Brasil estima-se que a geração per capita de resíduos sólidos urbanos varie entre 0,5 e 1,2 kg/hab./dia, dependendo das condições econômicas da cidade, acarretando a produção diária de cerca de 110 a 130 mil toneladas (SISINNO, 2002).

A geração per capita do consórcio como um todo é aproximadamente 0,885 kg/hab.dia. Toda via, dentre os municípios do consórcio existe uma grande assimetria entre a geração per capita dos resíduos domiciliares e comerciais, como observado na Figura 4, o que reforça a grande disparidade na modernização, urbanização e desenvolvimento socioeconômico entre os municípios da região.

Figura 4 - Produção per capita do CPSVTP



Fonte: CPSVTP, 2020.

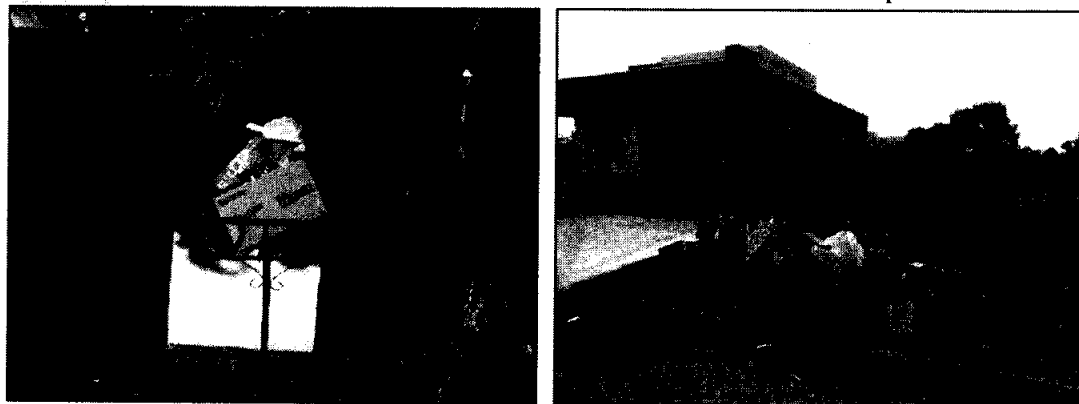
Apesar da média da geração per capita dos municípios do consórcio estarem dentro da faixa comum de produção de resíduos nacional, diversos municípios estão a baixo do valor mínimo (0,5), o que pode ser justificado pelo baixo desenvolvimento socioeconômico municipal e por neste estudo não considerar os resíduos que são encaminhados para reciclagem local, em ações individualizadas.

Em contra ponto valores elevados na geração per capita de resíduos, identificados nos municípios de Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Sinop e Santa Carmem pode ser justificado pelo alto desenvolvimento socioeconômico, além de uma possível defasagem na população e taxa de crescimento populacional, devido ao último recenseamento do IBGE ter sido realizado há 11 anos (2010).

2.2.3. Acondicionamento

Com exceção de Lucas do Rio Verde e a região central de Sinop, os resíduos sólidos domiciliares e comerciais gerados nos municípios são acondicionados de distintas maneiras, não apresentando padronização, os sacos plásticos apresentam tipos e tamanhos variados de 5 a 100 litros, mas observa-se que principalmente são reutilizadas sacolas plásticas de supermercados. Constatou-se que o armazenamento dos resíduos para coleta também não é padronizado, apresenta diversos tipos e volumes como cestos suspensos, tambores dispostos na frente das residências ou apenas largados no chão em passeio público (Figura 5).

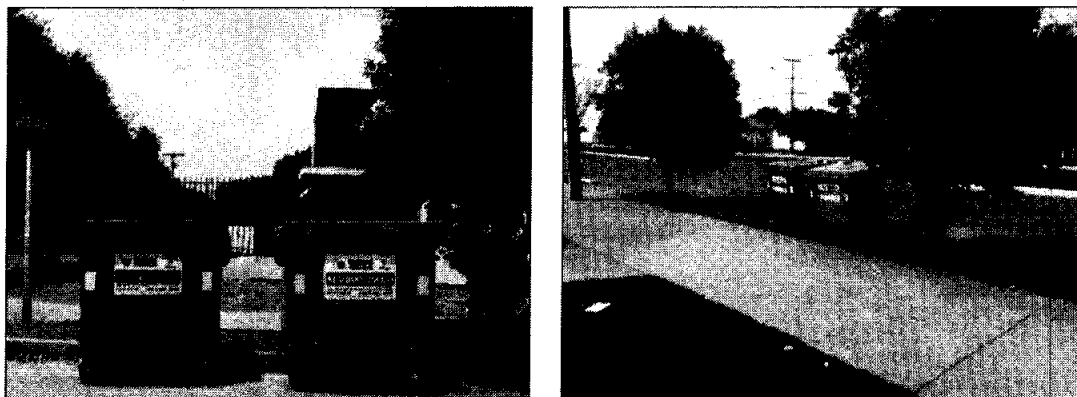
Figura 5 - Acondicionamento de resíduos domiciliares em Tapurah.



Fonte: PMSB-MT, 2016

Em Lucas do Rio Verde, o acondicionamento dos RSU é feito em contentores alocados em pontos específicos da cidade, pois a coleta é realizada de forma mecanizada, e não “porta a porta”, como é mais usual no país. Existem cerca de 3.600 contentores espalhados pela cidade, sendo estes dispostos de forma a ficar a uma distância máxima de até 80 metros de um gerador. Estes contentores possuem capacidade de 1.000 litros, são de polietileno de alta densidade (PEAD) com tampa e rodas com borracha maciça. Existem dois tipos de contentores: os que armazenam os resíduos secos que são de cor azul e os que armazenam os resíduos úmidos que são de cor laranja (Figura 6).

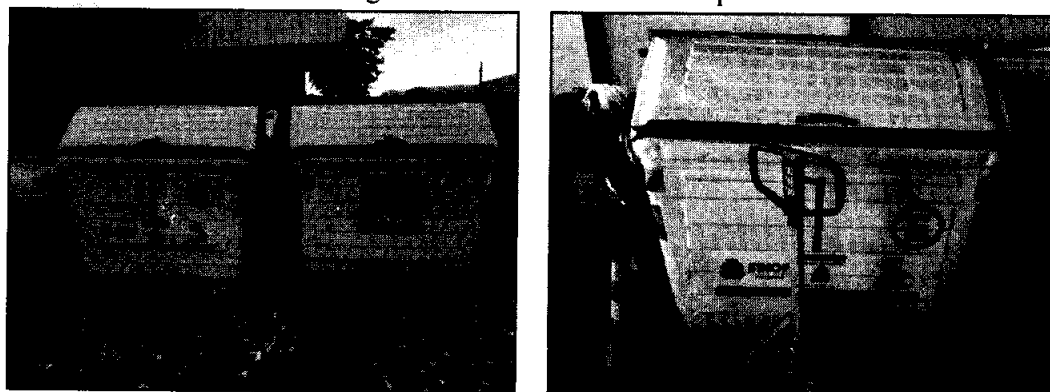
Figura 6 - Contentores dispostos nas ruas de Lucas do Rio Verde



Fonte: PMSB-MT, 2016

Já em Sinop o acondicionamento dos resíduos é realizado de duas formas distintas, sendo na região central executada por meio do posicionamento de contentores espaçados de no máximo 100 metros de distância, com apenas um tipo de contentor (Figura 7) para todos os resíduos, o qual é submetido a coleta mecanizada sem segregação, já no restante da cidade o acondicionamento não possui padronização.

Figura 7 - Contentores de Sinop



Fonte: CPSVTP, 2020.

2.2.4. Coleta e Transporte

Em todos os municípios do consórcio, 100% dos Resíduos Sólidos Urbanos são coletados. As prefeituras municipais são encarregadas da parte administrativa e organizacional da coleta dos RSU até a disposição nas estações de transbordo, por meio



VALE DO TELES PIRES

CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE

Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazônia
CEP: 78890-000 - Sorriso - MT

Fone: (66) 3544-3358

www.consorciovaldetelespires.com.br
E-mail: adm@consorciovaldetelespires.com.br

CNPJ: 23.019.551/0001-00

das Secretarias de Obra, Secretaria do Meio Ambiente (Sinop) ou ainda pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE), nos casos de Lucas do Rio verde e Nova Mutum.

A operação de coleta domiciliar dos resíduos sólidos urbanos na cidade de Sinop é realizada por empresa terceirizada (Sanetran), já em sorriso apesar da coleta ser realizada pela secretaria de obras, a frota utilizada é terceirizada. Nos demais municípios do consórcio, a própria prefeitura dispõe de maquinários e recursos humanos para a realização desta coleta. O Quadro 8 demonstra a quantidade de caminhões e recursos humanos em cada um dos municípios consorciados.

Quadro 8 - Infraestrutura de coleta e transporte municipal.

Municípios	Tipo de veículo	Caminhões	Capacidade (m ³)	Motoristas	Garis
Cláudia	Compactador	2	12	2	4
Feliz Natal	Compactador	1	8	1	3
Ipiranga do Norte	Compactador	1	8	1	2
Itanhangá	Compactador	1	12	1	2
Lucas do Rio Verde	Compactador	9	12	9	16
	Higienizador	2	-		
	Transportador	2	-		
Nova Mutum	Compactador	1	6	8	20
	Compactador	5	12		
Nova Ubiratã	Compactador	1	12	1	2
Santa Carmem	Compactador	1	12	1	2
Santa Rita do Trivelato	Compactador	1	12	1	2
Sinop	Terceirizado				
Sorriso	Terceirizado				
Tapurah	Compactador	1	12	1	5
União do Sul	Compactador	1	6	1	3
Vera	Compactador	1	6	1	3

Fonte: CPSVTP, 2020.

A coleta é realizada de forma convencional (porta a porta) em todos municípios do consórcio, com exceção de Lucas do Rio Verde e Sinop, onde os resíduos são acondicionados em containers, portanto o processo de coleta é realizado acoplado os contentores ao caminhão coletor, que em processo mecanizado dispõe os resíduos dentro do caminhão, os quais posteriormente são submetidos a compactação (Figura 8).

Após a coleta os municípios de Sinop e Santa Carmem encaminham seus resíduos diretamente para a disposição final, porém todos os outros municípios integrantes do consórcio encaminham seus resíduos a uma estação de transbordo no município, para otimizar a eficiência de transporte até a disposição final.

Figura 8 - Coleta dos RSU em Lucas do Rio Verde



Fonte: PMSB, 2017

2.2.5. Estações de transbordo

Aplica-se o termo estação de transbordo às instalações onde se faz o traslado dos resíduos de um veículo coletor/compactador a outro veículo com capacidade de carga maior, tipo carretas e caminhão roll on roll off. Este segundo veículo, de maior porte, é o que transporta o resíduo até o seu destino final. Estas instalações podem resumir-se a uma simples plataforma elevada, dotada de uma rampa de acesso, ou a um edifício sofisticado e de grandes dimensões.

Com relação as estações de transbordo nos municípios do consórcio, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Sorriso, Cláudia, Ipiranga do Norte e Nova Ubiratã, possuem a infraestrutura adequada (Figura 9) nas estações de transbordo, com rampa de acesso, cobertura para proteção da chuva e o piso impermeável (concreto) com canaletas para coleta de possíveis líquidos (chorume) que possam ser derramados pelo contêiner. As canaletas direcionam o efluente para uma caixa de concreto, onde frequentemente o caminhão limpa-fossas realiza a limpeza.



VALE DO TELES PIRES
CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE

Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazonia

CEP: 78890-000 - Sorriso - MT

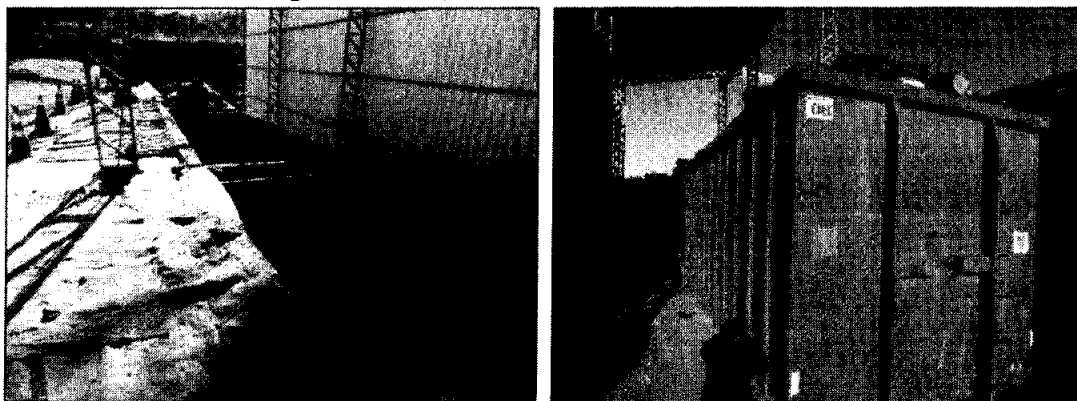
Fone: (66) 3544-3358

www.consortiovaledotelepares.com.br

E-mail: adm@consortiovaledotelepares.com.br

CNPJ: 23.019.551/0001-00

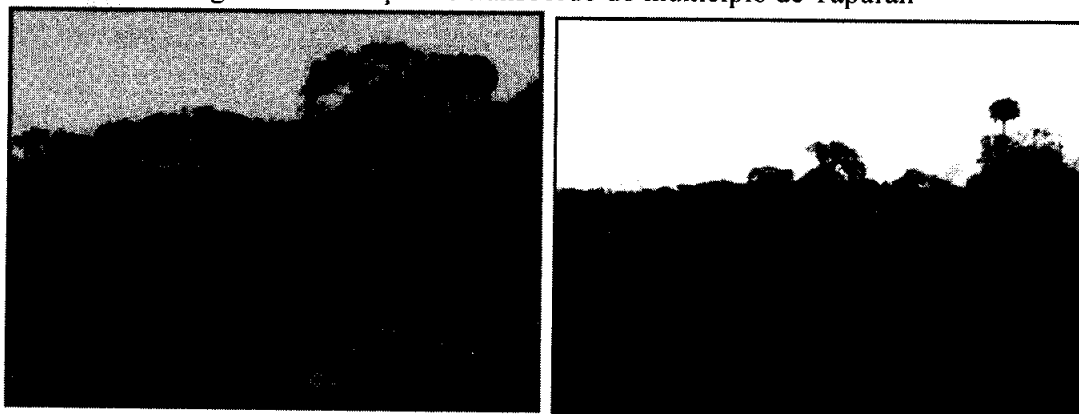
Figura 9 - Estação de transbordo de Nova Mutum



Fonte: PMSB, 2016

Os municípios de Feliz Natal, Itanhangá, Tapurah e Vera, possuem apenas o local onde é disposto os containers para o traslado dos resíduos, com rampas improvisadas de acesso para o deposito, sem nenhuma estrutura de proteção a intemperes, nem impermeabilização de solo, não cumprindo, desta forma, as condições necessárias para evitar as possíveis contaminação, como pode ser observado na Figura 10.

Figura 10 - Estação de transbordo do município de Tapurah



Fonte: PMSB, 2016

Santa Rita do Trivelato e União do Sul não possuem estação de transbordo, por terem como sua disposição final o próprio lixão municipal. Já nos casos de Sinop e Santa Carmem, os municípios também não possuem as estações de transbordo, porque realizam a disposição final direta, sem a necessidade de transbordo, devido a proximidade dos municípios ao aterro sanitário.



VALE DO TELES PIRES

CONSORCIO PÚBLICO DE SAÚDE

Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazônia

CEP: 78890-000 - Sorriso - MT

Fone: (66) 3544-3358

www.consortiovaledotelespires.com.br

E-mail: adm@consortiovaledotelespires.com.br

CNPJ: 23.019.551/0001-00

Com o intuito de facilitar a visualização da infraestrutura de cada estação de transbordo nos municípios foi elaborado um quadro resumo elencando a presença ou ausência dos requisitos mínimos para o funcionamento ideal, de acordo com a legislação ambiental, de uma unidade de estação de transbordo.

Quadro 9 - Infraestrutura das estações de transbordo

Transbordo	Rampa	Cobertura	impermeabilização	Tratamento efluente
Cláudia	✓	✓	✓	✓
Feliz Natal	✓	x	x	x
Ipiranga do Norte	✓	✓	✓	✓
Itanhangá	✓	x	x	x
Lucas do Rio Verde	✓	✓	✓	✓
Nova Mutum	✓	✓	✓	✓
Nova Uiratã	✓	✓	✓	✓
Santa Carmem	Não necessita de transbordo			
Santa Rita do Trivelato	Não possui transbordo			
Sinop	Não necessita de transbordo			
Sorriso	✓	✓	✓	✓
Tapurah	✓	x	x	x
União do Sul	Não possui transbordo			
Vera	✓	x	x	x

Fonte: CPSVTP,2020.

O Quadro 10 demonstra as localizações de cada uma das estações de transbordo dos municípios do consórcio, dentre as que ainda não possuem, o posicionamento está no lixão do município, que a princípio será o local de transbordo. Será avaliado a viabilidade de algumas estações de transbordo atenderem a mais de um município, minimizando gastos de adequação, manutenção e otimizando o procedimento de transporte para o aterro sanitário.

Quadro 10 - Localização das estações de transbordo CPSVTP

Municípios	Coordenada geográfica
Cláudia	11°28'46.1"S 54°51'02.4"W
Feliz Natal	12°23'13.75"S 54°56'08.76"W
Ipiranga do Norte	12°13'38,59"S 56°10'53"W
Itanhangá	12°18'5.83"S 56°39'44.08"W
Lucas do Rio Verde	13°02'29.91"S 55° 54'50.11"W
Nova Mutum	13°50'10,84"S 56°4'34,97"W
Nova Ubiratã	13°01'01.2"S 55°15'23.9"W
Santa Carmem	11°58'21.1"S 55°17'20.5"W
Santa Rita do Trivelato	13°49'2.27"S 55°14'1.76"W
Sinop	11°59'41.0"S 55°30'10.0"W
Sorriso	12°40'44.7"S 55°47'26.6"W
Tapurah	12°43'20.79"S 56°33'52.99"W
União do Sul	11°35'22.5"S 54°24'31.7" W
Vera	12°17'47.71"S 55°18'52.95"W

Fonte: CPSVTP, 2020.

2.2.6. Transporte

Após a disposição dos resíduos sólidos nas estações de transbordo, empresas terceirizadas são contratadas para a realização do transporte até o aterro sanitário mais próximo (Primaverinha/Sinop), cada município possui um contrato individualizado, cujo possuem diferentes valores por km rodado, variando de R\$ 8,06/km em Vera até R\$ 12,31/km em Nova Mutum, e esse serviço é realizado por quatro empresas diferentes MRGC Abrahao, Transporte Zanesco, ACP Transportes Rodoviários, Michel Tessaro Vitorassi, como pode ser observado no Quadro 11.



VALE DO TELES PIRES

CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE

Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazônia

CEP: 78890-000 - Sorriso - MT

Fone: (66) 3544-3358

www.consorciovaledotelespires.com.br

E-mail: adm@consorciovaledotelespires.com.br

CNPJ: 23.019.551/0001-00

Quadro 11 – Empresas de transporte de resíduos

Município	EMPRESA	Valor
Cláudia	MRGC ABRAHAO	R\$ 10,00/km
Feliz Natal	MRGC ABRAHAO	R\$ 11,50/km
Ipiranga do Norte	Transporte Zanesco	R\$ 12,00/km
Itanhangá	MRGC ABRAHAO	R\$ 11,20/km
Lucas do Rio Verde	ACP TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	R\$ 47,00/ton
Nova Mutum	Transporte Zanesco	R\$ 12,31/km
Nova Ubiratã	Transporte Zanesco	R\$ 9,35/km
Santa Carmem	Encaminha direto da coleta para o aterro	
Santa Rita do Trivelato	Dispõe os resíduos domiciliares no lixão municipal	
Sinop	Encaminha direto da coleta para o aterro	
Sorriso	Transporte Zanesco	R\$ 50,90/ton
Tapurah	Transporte Zanesco	R\$ 12,80/km
União do Sul	Dispõe os resíduos domiciliares no lixão municipal	
Vera	Michel Tessaro Vitorassi	R\$ 8,06/km

Fonte: CPSVTP, 2020.

O Quadro 12 demonstra a distância percorridas das estações de transbordo ou o lixão de União do Sul até o aterro mais próximo, explicitando a distância necessária para a disposição correta dos resíduos, conseqüentemente necessitando de alto custo de investimento para execução do serviço de transporte.

Quadro 12 - Distância das estações de transbordo até o aterro sanitário mais próximo

Municípios	Aterro	Distância Transbordo - Aterro (km)
Cláudia	Aterro Sanorte Sinop	90
Feliz Natal	Aterro Sanorte Sinop	100
Ipiranga do Norte	Aterro Sanorte Primavera	140
Itanhangá	Aterro Sanorte Primavera	191
Lucas do Rio Verde	Aterro Sanorte Primavera	47
Nova Mutum	Aterro Sanorte Primavera	127
Nova Ubiratã	Aterro Sanorte Primavera	148
Santa Carmem	Aterro Sanorte Sinop	15
Santa Rita do Trivelato	Aterro Sanorte Primavera	163
Sinop	Aterro Sanorte Sinop	20
Sorriso	Aterro Sanorte Primavera	65
Tapurah	Aterro Sanorte Primavera	142
União do Sul	Aterro Sanorte Sinop	170
Vera	Aterro Sanorte Sinop	50

Fonte: CPSVTP, 2020.

2.2.7. Destinação final

De acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/10) destinação final dos resíduos sólidos são as etapas de compostagem de resíduos orgânico, reutilização, reciclagem, aproveitamento para geração de energia como o biogás, tratamento (mecânico, bioquímico e térmico) e a disposição final (lixão ou aterro).

Devido ao grande percentual de resíduos recicláveis e orgânicos nos resíduos sólidos urbanos dos municípios do consórcio, é extremamente importante ambientalmente e economicamente, a utilização de técnicas de reciclagem e compostagem individuais, tendo em vista a diminuição do volume de resíduos a ser transportado e disposto em aterros sanitários, atividades que possuem alto custo operacional.

Entretanto apenas os municípios de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso possuem programas estruturados de coleta seletiva e reciclagem dos resíduos sólidos urbanos, com a presença de cooperativas, os demais municípios não fazem nenhum tipo de segregação ou é parcialmente realizada por catadores autônomos e empresas privadas, sem nenhum apoio das prefeituras. O Quadro 13 demonstra as coordenadas geográficas das estações de triagem dos municípios.

Quadro 13 - Localização das estações de triagem CPSVTP

Município	Coordenada geográfica
Sorriso	16°07'23.91''S 47°59'53.52''W
Nova Mutum	13°50'20.7''S 56°04'51.4''W
Lucas do Rio Verde	13°02'30.7''S 55°54'51.0''W

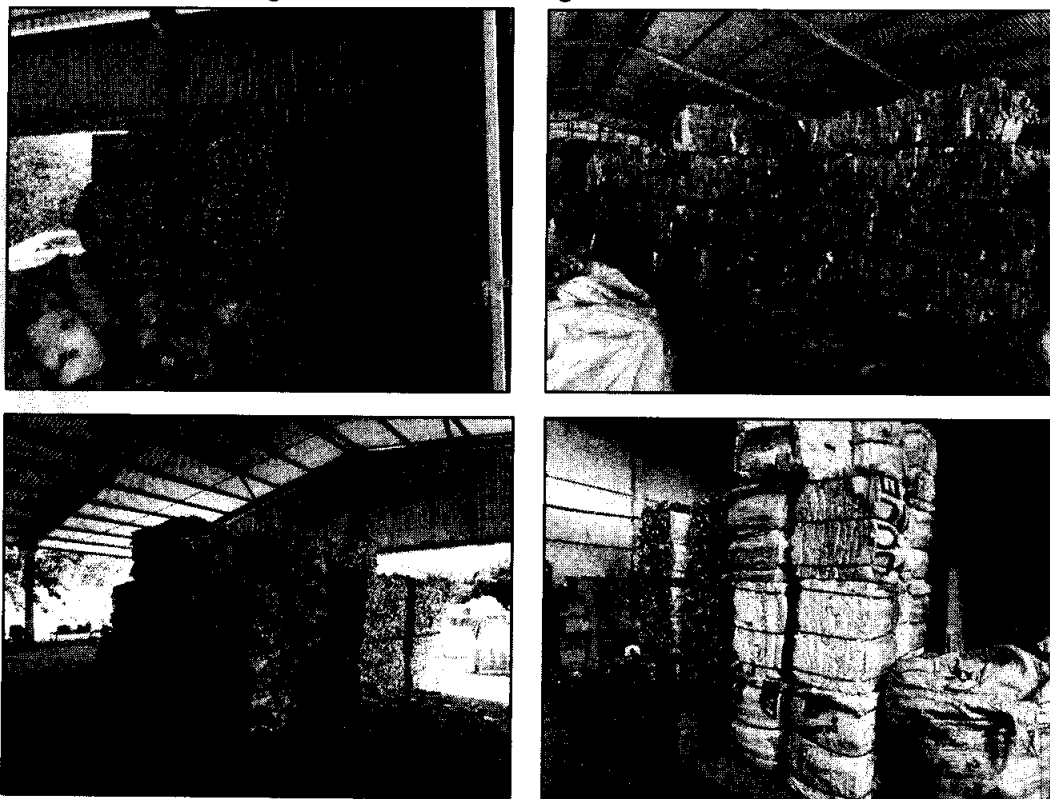
Fonte: CPSVTP, 2020.

2.2.7.1. Reciclagem

A respeito dos projetos de reciclagem estruturados na região existem o programa ReCiclo, no município de Nova Mutum, criado em outubro de 2009, que distribui sacolas especiais do ReCiclo, de cor cinza, próprias para a separação dos resíduos sólidos recicláveis. As sacolas são deixadas nas residências em toda a área urbana de Nova Mutum, essa distribuição é feita simultaneamente à coleta seletiva, cabendo a população a tarefa de separar o lixo orgânico do inorgânico seco e reciclável. A coleta também é realizada nas empresas da cidade, que acabam beneficiadas na medida em que o destino do resíduo é um problema para muitas delas.

Chegando ao centro de triagem, que fica localizado no bairro Industrial próximo ao frigorífico Excelência, os resíduos são separados pela Associação dos Catadores e Seleccionadores de Nova Mutum. O material aproveitável é prensado e armazenado, e o rejeito é destinado ao aterro sanitário. Os produtos do ReCiclo são vendidos pela Associação, que rateia os resultados entre os associados. Sendo os principais produtos vendidos o Papelão, Alumínio, Tetrapak e diversos tipos de plásticos, como pode ser observado na Figura 11.

Figura 11 – Centro de triagem em Nova Mutum



Fonte: CPSVTP, 2020.

Em Lucas do Rio Verde a segregação dos resíduos é realizada pelos munícipes, dispondo separadamente os resíduos passíveis de reciclagem nos containers de cor azul e os demais resíduos nos containers de cor marrom, devidamente identificados com adesivo, que auxilia a segregação correta pela população.

Todo resíduo reciclável é encaminhado para o Ecoponto (Figura 12), onde o resíduo reciclável é separado, prensado e comercializado pela Associação de Coletores de Materiais Recicláveis de Lucas do Rio Verde (Acorlucas), composta por mais de 12

famílias. Os demais resíduos coletados e o refugo (sobra da reciclagem) são destinados ao aterro sanitário.

Figura 12 - Eco ponto em Lucas do Rio Verde



Fonte: SAAE Lucas do Rio Verde, 2019.

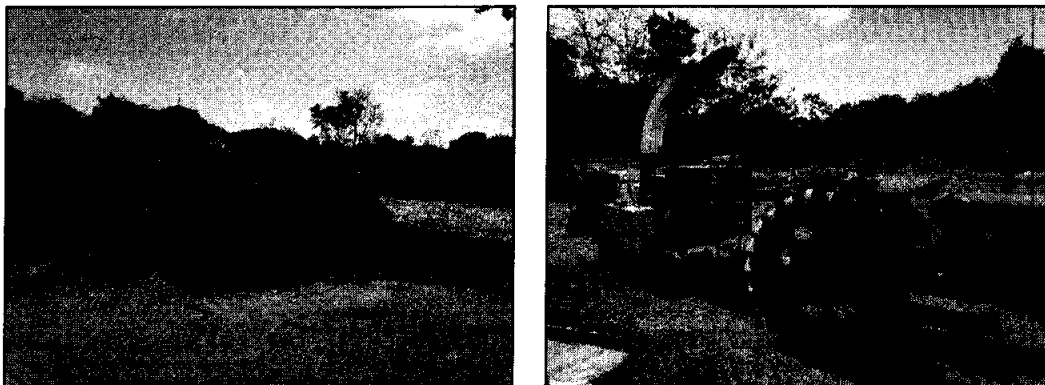
Sorriso também possui um programa especial de coleta seletiva em seu município, porém o projeto primordialmente iniciou em apenas alguns bairros específicos da cidade, realizando a coleta convencional (porta a porta) em dias alternativos a coleta regular. O programa foi implantado através da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Agricultura Familiar, e para isso são cedidos um caminhão e um galpão localizado no bairro Chácara Brasil onde ocorre a triagem do material recolhido. O galpão possui um incinerador que não tem atuação. Para a execução desse programa é necessário um motorista, duas pessoas para a triagem dos resíduos, e duas pessoas para fazer a coleta junto ao caminhão.

Os galpões de triagem, possibilitam aos catadores da cidade uma maior segurança. Há maior inserção dessas pessoas no sistema de coleta seletiva, garantindo uma condição de trabalho melhor e maior renda. Para isso, há a cooperativa, Associação dos Carroceiros, Catadores e Recicladores de Sorriso (CNPJ:11.175.994/0001-01), que mantém o serviço regularizado, incentivando o uso de EPI, e o cadastro dos catadores.

2.2.7.2. Compostagem

Com relação a compostagem, apenas os municípios de Sorriso e Nova Mutum possuem projetos piloto no que cerne ao reaproveitamento dos resíduos orgânicos, sendo em sorriso realizado o processo de compostagem dos resíduos orgânicos domiciliares de apenas um bairro da cidade (Alphaville). Já em Nova Mutum, esse tratamento é desenvolvido por meio da compostagem da poda de árvores e grama, advindos da limpeza urbana (Figura 13). Além disso, há também uma empresa privada (Compostec), localizada na área rural do município de Nova Mutum, que recebe resíduos compostáveis para produção e venda de adubo.

Figura 13 – Compostagem de resíduos de podas em Nova Mutum



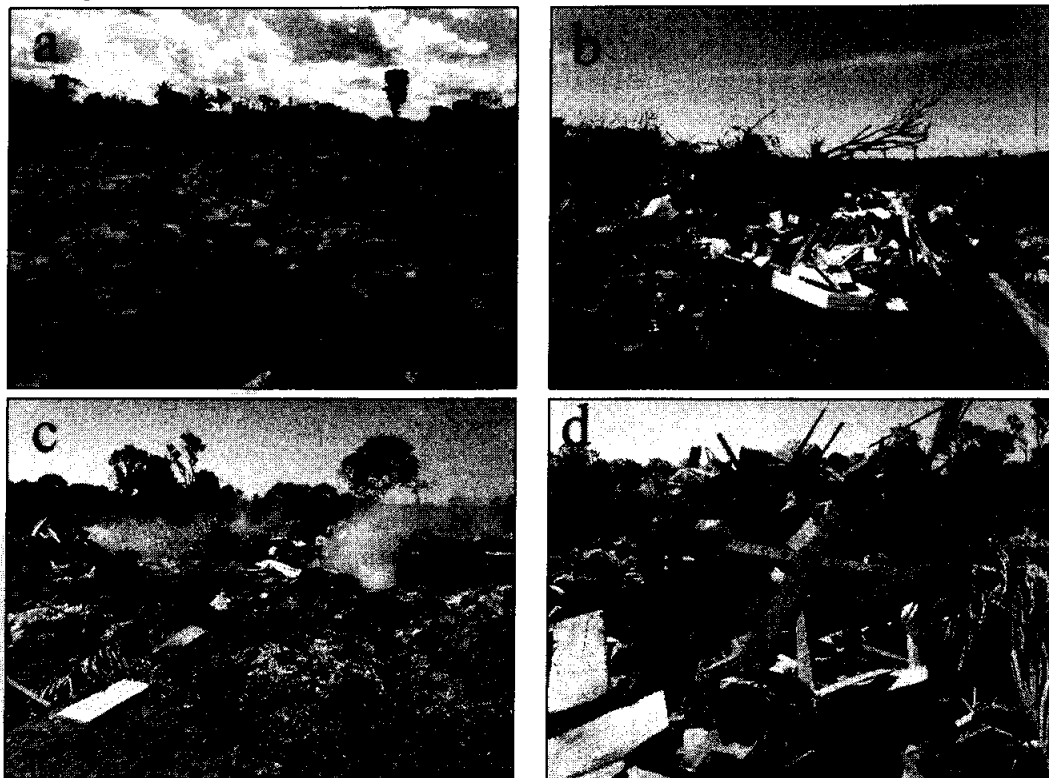
Fonte: CPSVTP, 2020.

2.2.8. Disposição final

Todos os municípios integrantes do consórcio público de saúde do Vale do Teles Pires ainda possuem lixão ativo em seu município (Figura 14). Todos próximos a área urbana dos municípios, normalmente esses lixões são utilizados para disposição dos resíduos referentes a limpeza pública (Figura 14-b), resíduos volumosos, resíduos de construção civil (Figura 14-d) e alguns resíduos passíveis de logística reversa. Apenas os municípios de Santa Rita do Trivelato e União do Sul depositam também todos os resíduos domésticos e comerciais nos seus respectivos lixões (Figura 14-a).

Ainda hoje é muito difícil a realização do encerramento completo dos lixões municipais na região devido à falta de alternativas tecnológicas e financeiramente viáveis, para a destinação adequada dos resíduos provenientes da construção civil, resíduos volumosos e resíduos provenientes da limpeza urbana.

Figura 14 – Lixões municipais de (a) União do Sul, (b) Cláudia e (c-d) Nova Mutum



Fonte: CPSVTP, 2020

Nem todos os lixões apresentam segurança, identificação ou cercamento da área, o que impediria o livre acesso da população. A rotina de recobrimento ou manutenção dos resíduos também não é regular na maioria dos municípios. Nos lixões há presença de muitas aves, muitos insetos, focos de queimada (Figura 14-c) e fumaça no resíduo espalhado e no resíduo que foi colocado em valas.

Com exceção dos municípios que utilizam o próprio lixão municipal (União do Sul e Santa Rita do Trivelato), o procedimento de disposição final dos resíduos sólidos Urbanos é inicialmente levar os resíduos a uma estação de transbordo próximo aos municípios, as quais possuem containers para o recebimento dos resíduos coletados diariamente pela prefeitura e posteriormente é encaminhado a dois aterros sanitários da empresa Sanorte Saneamento Ambiental, os quais são localizados no distrito de Primavera, no município de Sorriso, e no município de Sinop.

O Quadro 14 demonstra as coordenadas geográficas dos locais de disposição final dos municípios do consórcio. O aterro localizado no distrito de primavera atende aos municípios Ipiranga do Norte, Itanhangá, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Nova Ubiratã, Santa Rita do Trivelato, Sorriso e Tapurah. O aterro de Sinop atende a Cláudia,

Feliz Natal, Santa Carmem, Sinop e Vera. Apenas os municípios de Santa Rita do Trivelato e União do Sul utilizam os lixões municipais para disposição dos seus resíduos domiciliares e comerciais.

Quadro 14 - Coordenadas geográficas dos aterros e lixões

Aterros/lixões	Coordenada geográfica
Aterro Sanorte Primavera	12°53'35.8"S 55°42'54.6"W
Aterro Sanorte Sinop	11°53'56.2"S 55°20'29.9"W
Lixão municipal Santa Rita do Trivelato	13°49'02,73"S 55°13'56,90"W
Lixão municipal União do Sul	11°35'22.5"S 54°24'31.7"W

Fonte: CPSVTP, 2020.

O valor pago pelos municípios do consórcio à Sanorte Saneamento Ambiental é de aproximadamente R\$ 147,30/tonelada. O aterro sanitário de Primavera tem capacidade atualmente de receber até 270 toneladas de resíduos diariamente e sua área possui dimensão de 147,32 ha, quanto ao aterro de Sinop pode receber até 200 toneladas diariamente, com área de 101 ha, para funcionamento até 2050. De acordo com informações do responsável pelo aterro, são realizados diversos tipos de programas ambientais, com o intuito de evitar a contaminação e impacto ambiental decorrente da operação do empreendimento.

Figura 15 - Aterro Sanitário da Sanorte

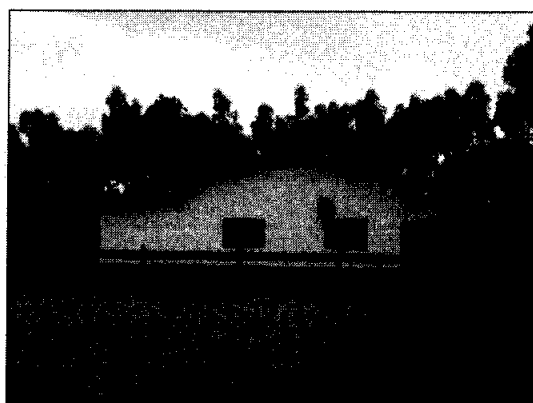
(A) Entrada do aterro



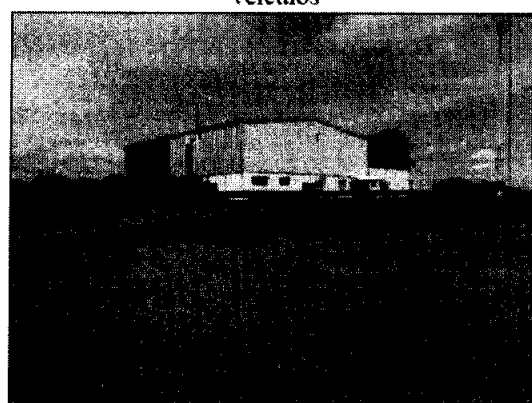
(B) Visão geral do local



(C) Refeitório para uso dos funcionários



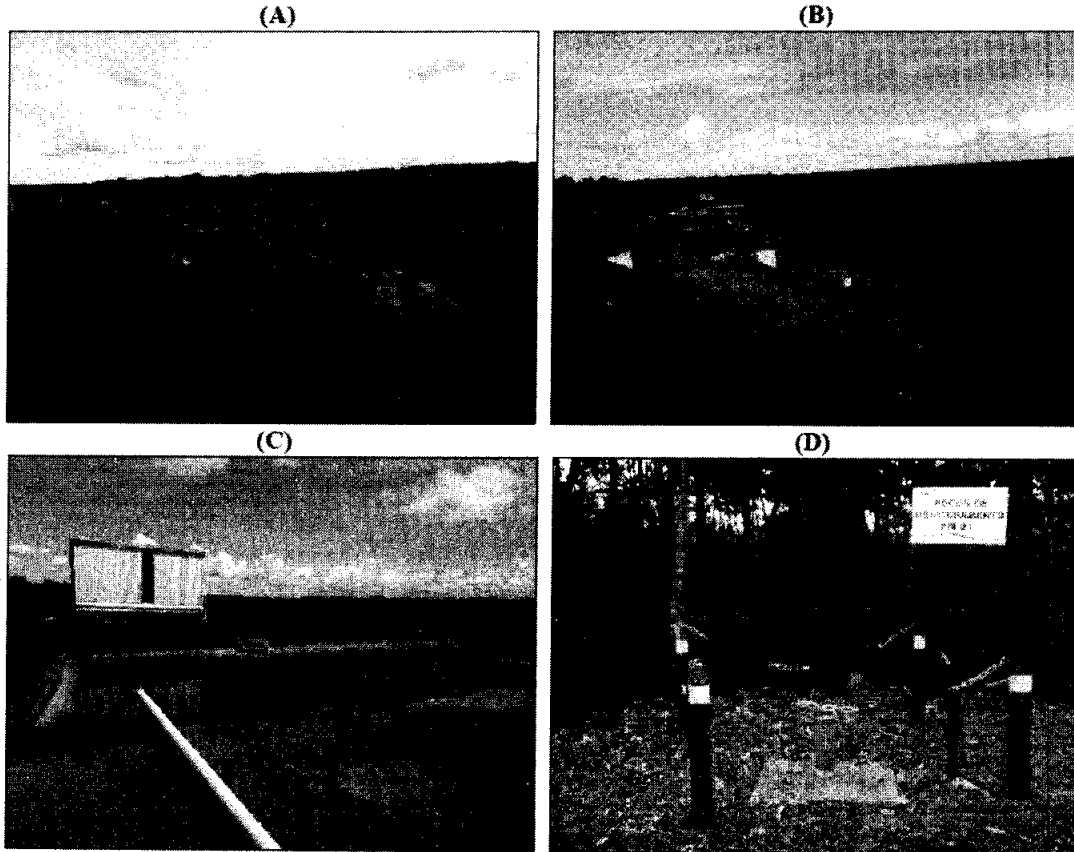
(D) Detalhe da balança para pesagem dos veículos



Fonte: PMSB-MT, 2016

Ambos os aterros possuem o mesmo procedimento operacional e infraestrutura construída. Desta forma, no maciço de resíduos (Figura 16-A), as camadas são executadas com 3,50 metros de altura, sendo que a ocupação da capacidade volumétrica disponível será efetuada em 62 etapas (primavera) e 46 etapas (Sinop). Para a impermeabilização, foram utilizadas mantas sintéticas de PEAD de 1,5 mm envelopada em duas camadas de 0,50 metros cada de argila compactada com coeficiente de permeabilidade de $K < 10^{-6}$ cm/s. Os sistemas de tratamento (Figura 16-C) são compostos por uma sequência de lagoas de tratamento com atual recirculação do chorume. A empresa possui outorga de diluição de efluente, porém não realiza atualmente o serviço, fazendo apenas a recirculação do efluente tratado para os próprios taludes de resíduos.

Figura 16 - (A) Maciço em uso com compactação dos resíduos (B) Dreno de gases (C) Sistema de tratamento do efluente (D) Poço de monitoramento



Fonte: PMSB-MT, 2016

Para o controle ambiental do lençol freático existem poços de monitoramento (Figura 16-D) espalhados em toda área do aterro, onde são realizadas análises trimestrais de temperatura, pH, DBO, DQO, oxigênio dissolvido, coliformes totais e coliformes fecais. Também são realizadas análises semestrais de mercúrio, cianeto, cromo, níquel, cloretos, cobre, chumbo, zinco, fosfato total, nitrogênio total e óleos e graxas.

2.3. RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS)

De acordo com a Resolução Conama 358 de 29 de abril de 2005, os resíduos de serviço de saúde são todos aqueles resultantes de atividades exercidas com o atendimento à saúde humana ou animal, inclusive os serviços de assistência domiciliar e de trabalhos de campo; laboratórios analíticos de produtos para saúde; necrotérios, funerárias e serviços onde se realizem atividades de embalsamamento (tanatopraxia e somatoconservação); serviços de medicina legal; drogarias e farmácias inclusive as de manipulação; estabelecimentos de ensino e pesquisa na área de saúde; centros de controle de zoonoses; distribuidores de produtos farmacêuticos; importadores, distribuidores e produtores de materiais e controles para diagnóstico in vitro; unidades móveis de atendimento à saúde; serviços de acupuntura; serviços de tatuagem, entre outros similares, que devido as suas características necessitem de processos diferenciados em seu manejo, exigindo ou não tratamento prévio à sua disposição final. Esta mesma resolução divide os resíduos em cinco grupos: A, B, C, D e E que são classificados de acordo com suas características e consequentes riscos.

Os resíduos Grupo A são os infectantes (sondas, curativos, cultura de microrganismos, sobras de laboratório contendo sangue ou líquido corpóreo, carcaças de animais, vísceras, órgãos e tecidos humanos); os do Grupo B são os químicos (medicamentos vencidos, produtos hormonais, reagentes, saneantes); do Grupo C são os radioativos (materiais radioativos ou contaminados com radionuclídeos); o do Grupo D são os comuns (sobras de alimentos, resíduos de varrição, papel higiênico, papel, plásticos não contaminados) e os do Grupo E são os perfurocortantes (agulhas, ampolas de vidro, lâminas de bisturi, escalpes).

De acordo com a resolução acima citada, no Art. 3º estabelece que cabe aos geradores de resíduos de serviço de saúde e ao responsável legal o gerenciamento dos materiais desde a geração até a disposição final, de forma a atender aos requisitos ambientais e de saúde pública, sendo solidárias as pessoas físicas e jurídicas que causem ou possam causar degradação ambiental, em especial os transportadores e operadores das instalações de tratamento e disposição final de seus resíduos.

Segundo o Plano Nacional de Resíduos Sólidos (versão preliminar) a estimativa de RSS gerada por cada 1000 habitantes é de 5kg/dia. O Quadro 15 apresenta a quantidade estimada de resíduos de serviços de saúde gerado nos municípios de acordo com a população total no ano de 2020.



VALE DO TELES PIRES

CONSORCIO PÚBLICO DE SAÚDE

Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazônia

CEP: 78890-000 - Sorriso - MT

Fone: (66) 3544-3358

www.consortiovaledotelespires.com.br

E-mail: adm@consorciovaledotelespires.com.br

CNPJ: 23.019.551/0001-00

Quadro 15 - Estimativa de geração de RSS nos municípios em 2020.

Municípios	Habitantes 2020	RSS - Geração (ton/ano)
Cláudia	12.280	22,41
Feliz Natal	14.609	26,66
Ipiranga do Norte	8.018	14,63
Itanhangá	6.922	12,63
Lucas do Rio Verde	68.236	124,53
Nova Mutum	47.232	86,20
Nova Ubiratã	12.336	22,51
Santa Carmem	4.577	8,35
Santa Rita do Trivelato	3.553	6,48
Sinop	146.772	267,86
Sorriso	93.434	170,52
Tapurah	14.133	25,79
União do Sul	3.500	6,39
Vera	11.435	20,87
CPSVTP	447.038	815,84

Fonte: CPSVTP, 2020.

2.3.3. Acondicionamento

Nos estabelecimentos de saúde dos municípios do consórcio, o armazenamento dos resíduos de serviços de saúde segue o disposto na legislação. Resíduos infectantes (Grupo A) são acondicionados em saco branco leitoso conforme exigido na Resolução RDC nº 306 de 07 de dezembro de 2004 do Ministério da Saúde, Capítulo VI e item 5.1.3.1.

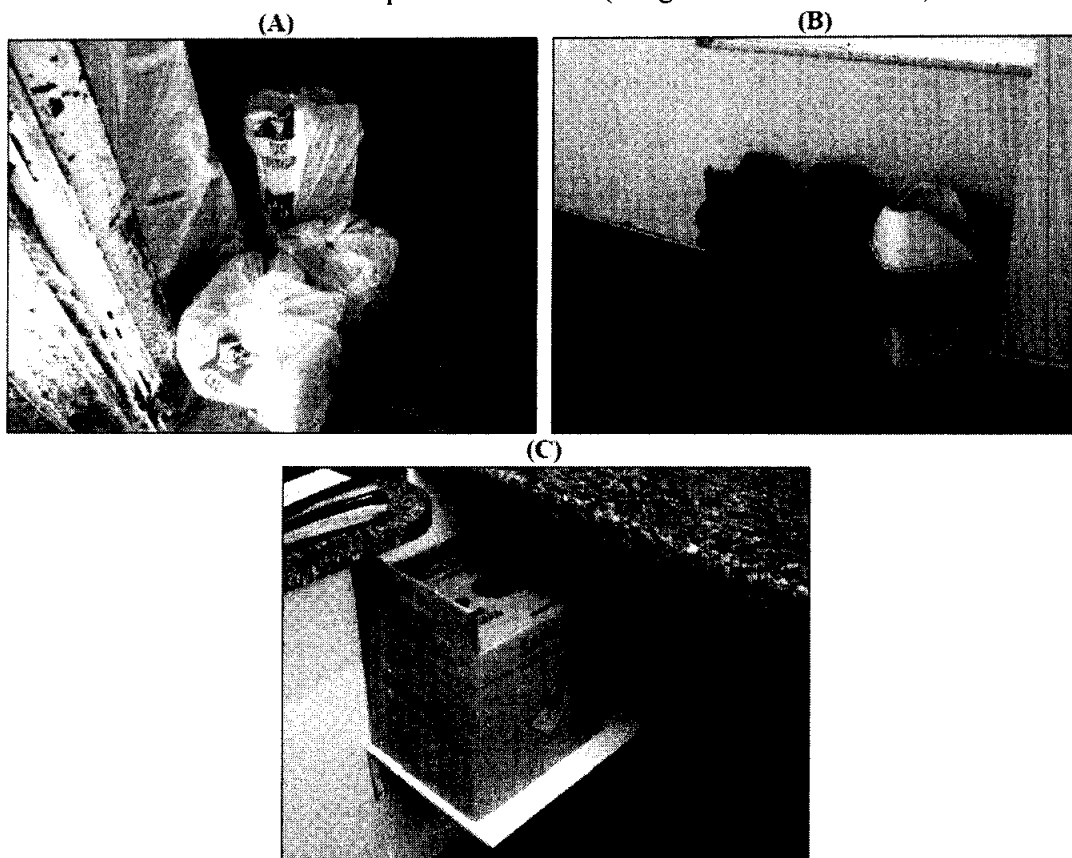
Os resíduos sólidos químicos (Grupo B) também são acondicionados em saco branco leitoso, sendo que nos casos de medicamento, é feito um auto de notificação ao Ministério da Saúde informando o código de cada medicamento, e posteriormente enviados para a destinação final pela Vigilância Sanitária. Não há serviços de medicina nuclear ou radioterapia que geram os resíduos radioativos (Grupo C) nos municípios.

Os resíduos comuns (Grupo D) como plásticos, papéis, orgânicos não infectantes e de banheiros são acondicionados em sacolas plásticas não padronizadas e disponibilizados para a coleta pública.

Os perfuro cortantes (Grupo E) são acondicionados em caixas de papelão tipo “descarpack”, seguindo o exigido pela Resolução RDC nº 306 de 07 de dezembro de 2004 do Ministério da Saúde, Capítulo VI e item 14.1 que diz que os materiais perfuro cortantes

devem ser descartados em recipientes rígidos, resistentes à punctura, ruptura ou vazamento e dotados de tampa.

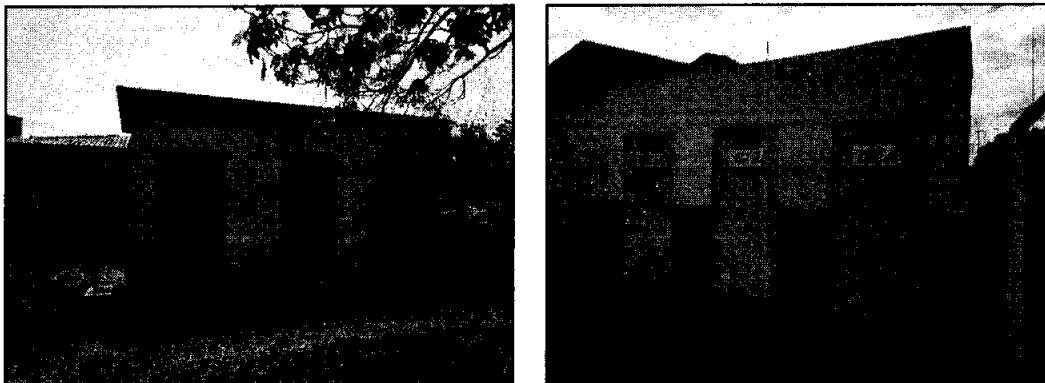
Figura 17 - (A) Acondicionamento de resíduos do Grupo A e Grupo B (B) Saco comum utilizado para armazenagem dos resíduos do Grupo D (C) Caixa utilizada para armazenagem de perfurocortantes. (imagens de Nova Mutum).



Fonte: PMSB-MT, 2016

Quando os recipientes de armazenagem dos resíduos de serviço de saúde atingem 2/3 de sua capacidade, estes são retirados e armazenados em depósitos próprios, localizados no próprio terreno de cada unidade básica de saúde. Estes são construídos de alvenaria, com telhado, placa de identificação e dotados de cadeado para impedir o acesso de pessoas não autorizadas (Figura 18). Os sacos brancos leitosos são acondicionados em bombonas plásticas, fornecidas pela empresa que recolhe o material. As caixas de amarelas são colocadas dentro de sacos brancos leitosos e dispostas no piso impermeável do abrigo de resíduos sólidos.

Figura 18 - Abrigo de RSS do Posto de Saúde Municipal de Feliz Natal e Nova Ubitatã



Fonte: CPSVTP, 2020

2.3.4. Coleta, Transporte, Tratamento e Destinação final

O serviço de coleta e tratamento dos resíduos de serviço de saúde Grupo A, B, C e E produzidos pelas unidades municipais de saúde são realizados pelas empresas Centro Oeste, Paz Ambiental, Máxima Ambiental e WM Serviços Ambientais, que atendem aos municípios conforme o Quadro 16.

Quadro 16 – Empresas responsáveis pela coleta e transporte dos resíduos de saúde

Municípios	Empresa
Cláudia	WM Ambiental
Feliz Natal	Recicla Sinop
Ipiranga do Norte	Bioresíduos
Itanhangá	WM Ambiental
Lucas do Rio Verde	Paz Ambiental
Nova Mutum	WM Ambiental
Nova Ubitatã	Bioresíduos
Santa Carmem	Máxima ambiental
Santa Rita do Trivelato	Máxima ambiental
Sinop	WM Ambiental
Sorriso	Paz ambiental
Tapurah	WM Ambiental
União do Sul	WM Ambiental
Vera	WM Ambiental

Fonte: CPSVTP, 2020.

As empresas têm por responsabilidade a coleta, o transporte, o tratamento e a destinação final dos resíduos biológicos para atender os blocos da atenção básica, média

e alta complexidade. Cada contrato, possui um valor diferenciado por quilo de resíduo efetivamente coletado. O transporte dos resíduos perigosos é realizado por meio de caminhão de carroceria fechada, tipo baú, devidamente licenciado (Figura 19).

Figura 19 - Caminhão utilizado para transporte dos RSS em Lucas do Rio Verde



Fonte: PMSB-MT, 2015

Todos os resíduos dos serviços de saúde são tratados por meio de incineração. As cinzas geradas pelo processo e outros rejeitos da incineração são enviados pela empresa para aterro sanitário devidamente licenciado, para destinação final adequada.

2.4. SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA

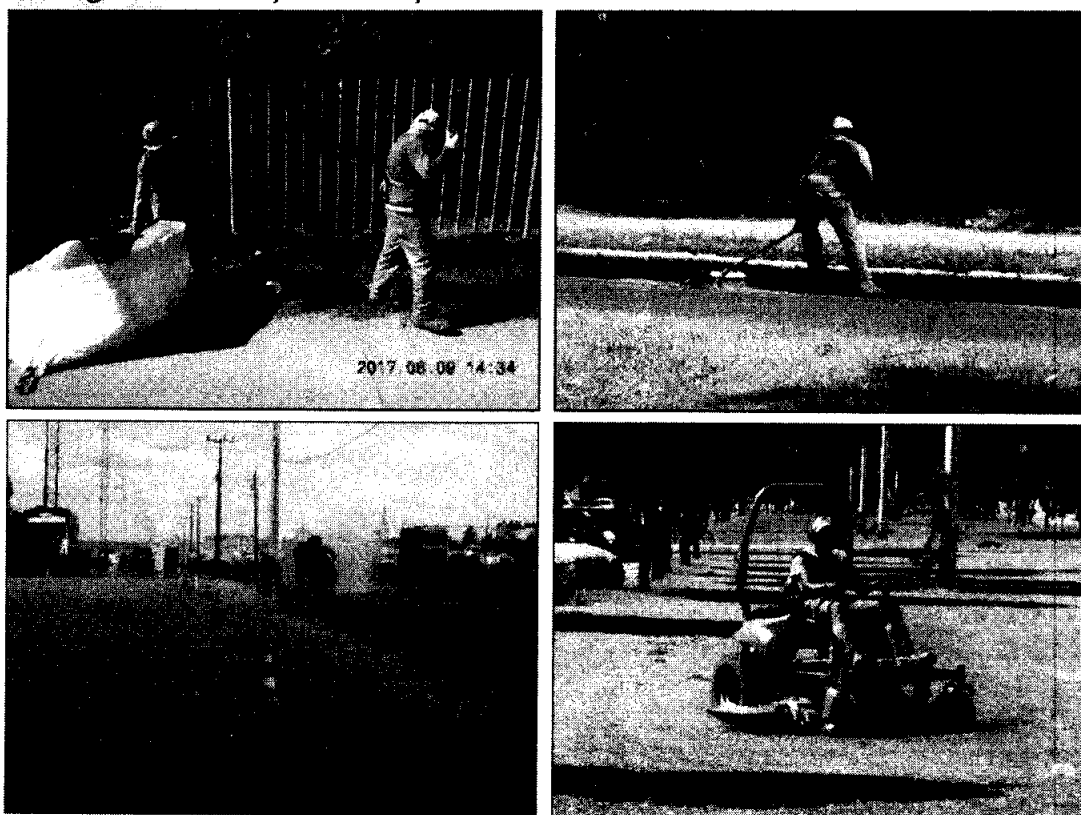
A Limpeza Urbana é constituída por um conjunto de atividades que objetivam a limpeza da cidade, afastando resíduos que podem causar incômodo e problemas de saúde pública (PHILIPPI JR; AGUIAR, 2005). As principais atividades dos órgãos municipais além da coleta regular de lixo envolvem:

- 1) Varrição de vias públicas;
- 2) Remoção de areia de sarjetas;
- 3) Limpeza de jardins e praças;
- 4) Remoção de entulhos de construção, dependendo da quantidade e da origem;
- 5) Limpeza de galerias de drenagem;
- 6) Limpeza de canais e córregos;
- 7) Capinação e roçagem de vias e logradouros públicos.

De acordo com Magalhães (2009) os serviços de limpeza pública geralmente não são realizados de forma igual em toda a cidade, sendo que na maioria dos casos há sérias deficiências nas periferias, recebendo os serviços esporadicamente.

Com exceção dos municípios de Cláudia e Nova Mutum, a execução do serviço de limpeza pública nos municípios do Consórcio compete as Secretarias de Obras, ou de Infraestrutura, variando a nomenclatura entre municípios. Os serviços abrangidos são: varrição de sarjetas e calçadas, limpeza de desobstrução de bocas de lobo, capina manual e mecanizada das vias públicas, roçagem de terrenos baldios, inclusive o transporte e destinação final dos resíduos produzidos por estes serviços. Os cronogramas de trabalho são definidos pela secretaria. Com relação a Cláudia os serviços de limpeza pública são realizados pela cooperativa Cooper Vale, já em Nova Mutum pela cooperativa CoomuServ.

Figura 20 - Serviços de varrição urbana em Lucas do Rio Verde e Nova Mutum



Fonte: PMSB-MT, 2016



VALE DO TELES PIRES
CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE

Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazônia

CEP: 78890-000 - Sorriso - MT

Fone: (66) 3544-3358

www.consorciovaledotelepises.com.br

E-mail: adm@consorciovaledotelepises.com.br

CNPJ: 23.019.551/0001-00

Figura 21 – Poda e coleta de árvores em Santa Carmem



Fonte: PMSB-MT, 2015

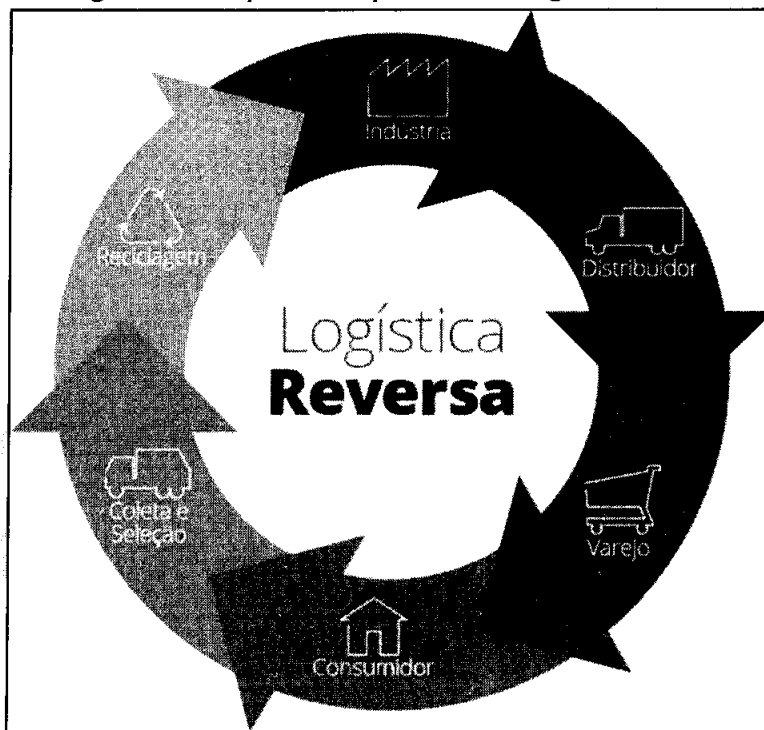
No que se refere à limpeza pública verificou que o poder público local ocupa o papel apenas de executor dos serviços, não há uma integração com a sociedade visando uma participação social nessas ações, ficando a cargo somente da Prefeitura.

Não há uma ação do poder público em programas de Educação ambiental com ênfase aos serviços e limpeza urbana, com a população em geral. Trabalha-se o tema em escolas municipais, estaduais e particulares, inclusos no currículo escolar.

2.5. RESÍDUOS DA LOGÍSTICA REVERSA

Este conjunto de resíduos é constituído por produtos eletroeletrônicos pilhas e baterias; pneus; lâmpadas fluorescentes (vapor de sódio, mercúrio e de luz mista); óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens e, agrotóxicos, também com seus resíduos e embalagens. O artigo 33 da Lei 12.305/2010 dispõe que são obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa (Figura 22), mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, todos os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes participantes da geração desses resíduos.

Figura 22 - Esquema simplificado da logística reversa



Fonte: Imagens-Google, 2020.

Cabe salientar que outros resíduos podem ser objetos da cadeia da logística reversa, por exemplo, medicamentos e embalagens em geral. Vários dos resíduos com logística reversa já têm a gestão disciplinada por resoluções específicas do CONAMA. Conforme Art. 18 do Decreto nº 7.404/2010 na implementação e operacionalização do sistema de logística reversa poderão ser adotados procedimentos de compra de produtos ou embalagens usadas e instituídos postos de entrega de resíduos reutilizáveis e recicláveis, devendo ser priorizada, especialmente no caso de embalagens pós-consumo, a participação de cooperativas ou de outras formas de associações de catadores de materiais recicláveis ou reutilizáveis. Para cumprimento do disposto, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes ficam responsáveis pela realização da logística reversa no limite da proporção dos produtos que colocarem no mercado interno, conforme metas estabelecidas.

Dentre estes resíduos, os municípios integrantes do Consórcio apenas recebem e armazenam, conforme será descrito posteriormente, os pneus inservíveis e embalagens de agrotóxicos, quanto aos demais resíduos, o monitoramento municipal deve ainda ser estruturado. No entanto o Consórcio e Municípios já tem planejado e deverá em breve promover ações objetivando construir acordos setoriais junto aos revendedores para consolidar a logística reversa destes resíduos.



2.5.3. Estimativa de geração de Resíduos da Logística Reversa

Nos casos em que não há quantificação dos resíduos gerados da logística reversa são utilizados dados de estudos realizados em outras instituições e feita uma estimativa para o município em análise. Uma série de trabalhos estabeleceu os valores *per capita* da geração de resíduos sujeitos à logística reversa.

De acordo com os autores, são estabelecidos os seguintes valores de geração *per capita*: Feam (2009) indica uma taxa de 2,6 kg/ano.hab de resíduos eletroeletrônicos; Ibama (2014) indica uma taxa 2,45 kg/hab.ano de resíduos de pneus; Trigueiro (2006) apud Icei (2012) indica uma taxa de 4,34 unidades/hab.ano de resíduos de pilhas e 0,09 unidades/hab.ano de resíduos de baterias; e Mansor (2010) indica uma taxa de 4 unidades/residência.ano de resíduos de lâmpadas fluorescentes.

Dessa forma, temos as seguintes estimativas das quantidades de resíduos gerados nos municípios:

Quadro 17 - Estimativa de geração de resíduos da logística reversa em 2020.

Municípios	Habitantes 2020	REE Geração (ton/ano)	Pneus Geração (ton/ano)	Pilhas e Baterias Geração (un/ano)	Lâmpadas Geração (un/ano)
Cláudia	12.280	31,93	53,30	54.648	98.243
Feliz Natal	14.609	37,98	63,40	65.012	116.875
Ipiranga do Norte	8.018	20,85	34,80	35.681	64.146
Itanhanga	6.922	18,00	30,04	30.805	55.380
Lucas do Rio Verde	68.236	177,41	296,14	303.650	545.888
Nova Mutum	47.232	122,80	204,99	210.181	377.853
Nova Ubiratã	12.336	32,07	53,54	54.896	98.690
Santa Carmem	4.577	11,90	19,86	20.366	36.614
Santa Rita do Trivelato	3.553	9,24	15,42	15.811	28.424
Sinop	146.772	381,61	636,99	653.134	1.174.173
Sorriso	93.434	242,93	405,50	415.781	747.472
Tapurah	14.133	36,75	61,34	62.892	113.063
União do Sul	3.500	9,10	15,19	15.574	27.999
Vera	11.435	29,73	49,63	50.886	91.481
CPSVTP	447.038	1.162,30	1.940,14	1.989.317	3.576.301

Fonte: CPSVTP, 2020.

2.5.4. Pilhas, Lâmpadas, Baterias e Similares

Além dos resíduos Classe IIA, os resíduos sólidos domiciliares contêm itens como pilhas e baterias, óleo de motor, latas de tintas, ceras e solventes, pesticidas, embalagens de inseticidas, produtos de limpeza, lâmpadas fluorescentes, medicamentos e resíduos que são classificados como perigosos (SISINNO; OLIVEIRA, 2002). Estes resíduos oferecem riscos à saúde humana e ao meio ambiente, devendo receber tratamento e destinação especiais quando não mais utilizados.

As pilhas e baterias são de várias dimensões, desde os dispositivos de muito pequeno porte até as baterias automotivas. As pilhas e baterias têm como princípio básico converter energia química em energia elétrica utilizando um metal como combustível. Apresentando-se sob várias formas (cilíndricas, retangulares, botões), podem conter um ou mais dos seguintes metais, tais como chumbo (Pb), cádmio (Cd), mercúrio (Hg), níquel (Ni), prata (Ag), lítio (Li), zinco (Zn), manganês (Mn) e seus compostos.

As substâncias das pilhas que contêm esses metais possuem características de corrosividade, reatividade e toxicidade e são classificadas como "Resíduos Perigosos – Classe I". Porém, já existem no mercado pilhas e baterias fabricadas com elementos não tóxicos, que podem ser descartadas, sem problemas, juntamente com o RSD.

O pó que se torna luminoso encontrado no interior das lâmpadas fluorescentes contém mercúrio. Isso não está restrito apenas às lâmpadas fluorescentes comuns de forma tubular, mas encontra-se também nas lâmpadas fluorescentes compactas. As lâmpadas fluorescentes liberam mercúrio quando são quebradas, queimadas ou enterradas em aterros sanitários, o que as transforma em resíduos perigosos Classe I, uma vez que o mercúrio é tóxico para o sistema nervoso humano e, quando inalado ou ingerido, pode causar uma enorme variedade de problemas fisiológicos.

Com exceção de Lucas do Rio Verde e Nova Mutum, que possuem ecopontos, realizam coleta e logística reversa parcial das pilhas e baterias do município, em todos os outros municípios, os resíduos de pilhas, baterias e lâmpadas são acondicionadas pelos municípios juntamente com os RSD, transportados e dispostos pela municipalidade nos lixões ou aterro.

2.5.5. Pneus

A Resolução CONAMA Nº 416/2009 atribui às empresas fabricantes e as importadoras de pneumáticos a obrigação de coletar e dar destino ambientalmente adequado de acordo com uma proporção definida pela própria resolução. São muitos os problemas ambientais gerados pela destinação inadequada dos pneus. Se deixados em ambiente aberto, sujeito a chuvas, os pneus acumulam água, servindo como local para a proliferação de mosquitos. Se encaminhados para aterros de lixo convencionais,



VALE DO TELES PIRES

CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE

Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazônia
CEP: 78890-000 - Sorriso - MT

Fone: (66) 3544-3358

www.consorciovaledotelespires.com.br
E-mail: adm@consorciovaledotelespires.com.br

CNPJ: 23.019.551/0001-00

provocam "ocos" na massa de resíduos, causando a instabilidade do aterro. Se destinados em unidades de incineração, a queima da borracha gera enormes quantidades de material particulado e gases tóxicos, necessitando de um sistema de tratamento dos gases extremamente eficiente e caro.

Todos os municípios do consórcio disponibilizam ecopontos, realiza a coleta e armazenam os pneus em galpões (Figura 23) até o envio/coleta da Reciclanip, empresa fundada em 2007 pelos fabricantes de pneus novos Bridgestone, Goodyear, Michelin, Pirelli, Continental e Dunlop que possuem o objetivo de promover a coleta e destinação de pneus inservíveis. Atualmente no estado de Mato Grosso, há 26 pontos de coleta (Figura 24).

Figura 23 - Ponto de coleta de pneus para reciclagem de Ipiranga do Norte



Fonte: PMSB-MT, 2016



VALE DO TELES PIRES
CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE

Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazônia

CEP: 78890-000 - Sorriso - MT

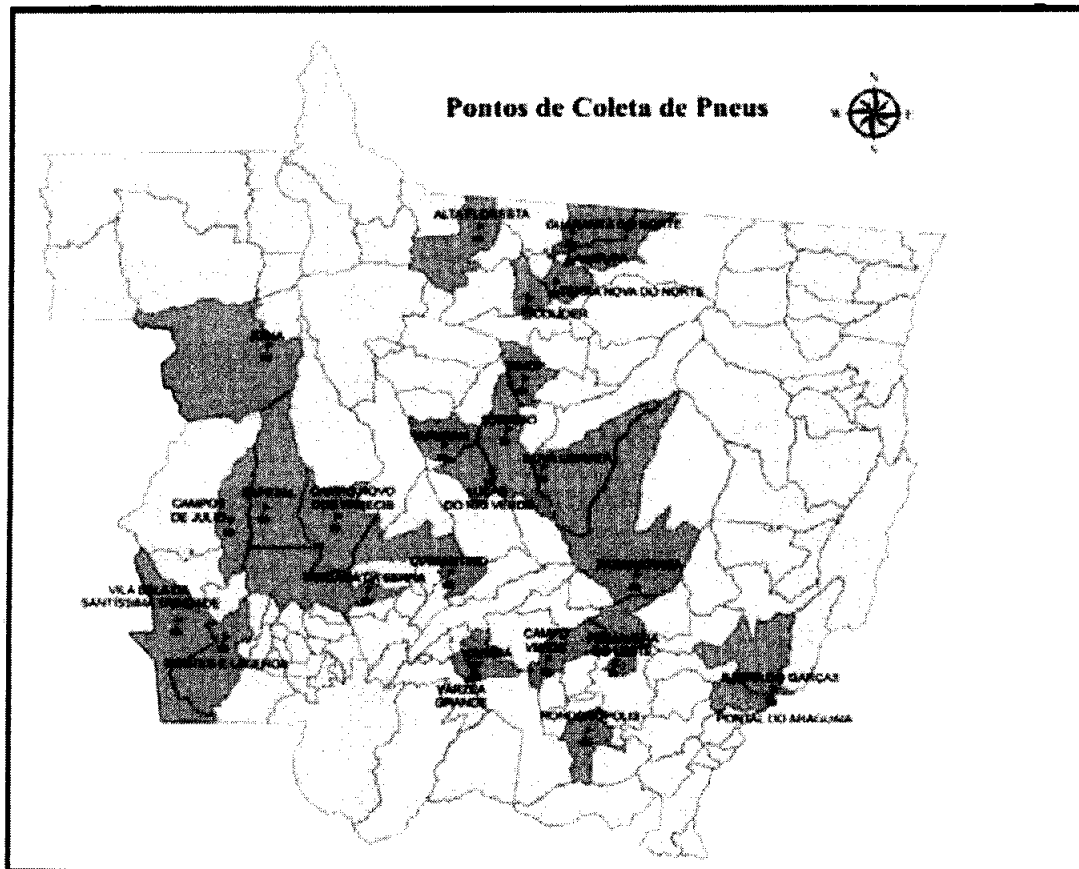
Fone: (66) 3544-3358

www.consorciodeotelespires.com.br

E-mail: adm@consorciovaledotelespires.com.br

CNPJ: 23.019.551/0001-00

Figura 24 - Pontos de coleta no Mato Grosso da Reciclanip



Fonte: PMSB-MT, 2016

Além da coleta e reciclagem realizada pela Reciclanip, alguns municípios, como exemplo de Itanhanga (Figura 25) e Cláudia (Figura 26) fazem o reaproveitamento dos pneus para urbanização das cidades com a construção de caminhos e jardins público, com o plantio de plantas e flores.



VALE DO TELES PIRES
CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE

Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazônia

CEP: 78890-000 - Sorriso - MT

Fone: (66) 3544-3358

www.consortiovaledotelespires.com.br

E mail: adm@consorciovaledotelespires.com.br

CNPJ: 23.019.551/0001-00

Figura 25 – Reaproveitamento de pneus em Itanhangá-MT



Fonte: PMSB-MT, 2016

Figura 26 – Reutilização de pneus Assentamento 12 de Outubro, Cláudia-MT.



Fonte: PMSB-MT, 2016

2.5.6. Óleos Lubrificantes, seus Resíduos e Embalagens

Outro resíduo perigoso que deve receber atenção para o correto gerenciamento é o óleo lubrificante, que apresenta toxicidade. A Resolução CONAMA Nº 362 de 23 de junho de 2005 estabelece que todo óleo lubrificante usado ou contaminado deverá ser recolhido, coletado, e ter destinação final de modo que não afete negativamente o meio ambiente e propicie a máxima recuperação dos seus constituintes.

O Art. 3º define que todo o óleo lubrificante usado ou contaminado deve ser coletado e destinado à reciclagem. O Art. 5º da Resolução citada define que o produtor, o importador e o revendedor de óleo lubrificante acabado, bem como o gerador de óleo lubrificante usado, são responsáveis pelo recolhimento do óleo lubrificante usado ou contaminado, nos limites das atribuições previstas nesta resolução. Na sequência, o Art. 6º estabelece que o produtor e o importador de óleo lubrificante acabado deverão coletar ou garantir a coleta e dar destinação final ao óleo lubrificante usado ou contaminado de forma proporcional em relação ao volume total de óleo comercializado, podendo para isso, contratar empresa coletora ou habilitar-se como coletor.

A Resolução CONAMA Nº 362 orienta sobre os procedimentos necessários ao correto gerenciamento dos óleos por parte do fabricante e também do gerador. Por prática, em alguns municípios, as oficinas mecânicas juntam seus resíduos, e depois são levados para o lixão na sua cidade. Apenas quatro dos municípios do Consórcio conseguem realizar reciclagem ou reaproveitamento deste resíduo, Santa Rita do Trivelato e Tapurah, reutilizam os óleos por meio da prefeitura para realizar pintura de madeira de pontes e de postes de sustentação de cercas de arame em áreas rurais, em Nova Mutum a gestão pública solicita o serviço de diversas empresas para realizar o gerenciamento dos resíduos oleosos e Ipiranga do Norte utiliza parte do resíduo para fabricação de sabão.

Entretanto quando analisamos as empresas privadas de postos de combustíveis, mecânicas, oficinas, garagens, entre outros, a grande maioria realiza a gestão dos seus resíduos oleosos por meio de empresas terceirizadas, requisito obrigatório para manutenção dos licenciamentos ambientais, junto a Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA).

2.5.7. Resíduos Eletroeletrônicos

Os Resíduos eletroeletrônicos têm recebido atenção especial por apresentarem substâncias potencialmente perigosas em seus componentes, como chumbo, cádmio, arsênio, mercúrio, bifenilaspolicloradas (PCBs), éter difenilpolibromados, além do grande e exponencial aumento em sua geração. Este aumento na geração de REE pode ser justificado pelo aumento do consumo de eletrônicos e rápido desenvolvimento tecnológico, atribuindo rápida obsolescência aos produtos, reforçando a justificativa do



VALE DO TELES PIRES
CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE

Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazônia
CEP: 78890-000 - Sorriso - MT

Fone: (66) 3544-3358

www.consorciovaldetelespires.com.br
E-mail: adm@consorciovaldetelespires.com.br

CNPJ: 23.019.551/0001-00

impacto ambiental agregado, e requerendo desta forma manejo e controle dos volumes de aparatos e componentes eletrônicos descartados.

Os resíduos eletroeletrônicos possuem os mais variados tamanhos, agregando desde pequenos dispositivos, até equipamentos de grande porte, e incluem todos os dispositivos de informática, som, vídeo, telefonia, brinquedos, equipamentos da linha branca, como geladeiras, lavadoras e fogões, pequenos dispositivos como ferros de passar, secadores, ventiladores, exaustores e outros equipamentos dotados, em geral, de controle eletrônico ou acionamento elétrico.

Foram identificadas apenas algumas ações pontuais implantadas nos municípios para o recolhimento e descarte separado desse tipo de resíduo, como o recolhimento em Nova Mutum pela cooperativa COOMUSERV e Pontos de Entrega Voluntária (PEV) em locais de alta circulação de pessoas nos municípios de Sorriso, Lucas do Rio Verde e Sinop, porém sem uma adesão massiva da população, por falta de políticas de educação ambiental e conscientização.

Desta forma conclui-se que os municípios e empresas descartam boa parte dos equipamentos eletroeletrônicos junto aos resíduos domiciliares e comerciais, que são encaminhados para os lixões na sua cidade, ou para o aterro consorciado.

2.5.8. Embalagens de Agrotóxicos

Devido aos riscos que estes compostos químicos oferecem à saúde humana e ao meio ambiente, existe legislação específica do Conselho Nacional do Meio Ambiente que através da Resolução Nº 334/2003 dispõe sobre os procedimentos de licenciamento ambiental de estabelecimentos destinados ao recebimento de embalagens vazias de agrotóxicos.

De acordo com o artigo 2º o estabelecimento comercial é o local onde se realiza a comercialização de agrotóxicos e afins, responsável pelo recebimento, controle e armazenamento das embalagens vazias de agrotóxicos nele vendidas. Os estabelecimentos comerciais, postos e centrais de recebimento devem ser licenciados pelo órgão ambiental competente, no caso de Santa Catarina a Fundação de Meio Ambiente – FATMA, conforme exigências da lei e do próprio órgão.

O destino final das embalagens vazias é de responsabilidade conjunta do fabricante, do comerciante e do produtor rural que faz uso do produto, cabendo ao órgão ambiental a fiscalização para o cumprimento dos procedimentos legais e ambientalmente corretos e ao poder público a conscientização destes atores para a importância do gerenciamento correto destes resíduos perigosos. Cabe ressaltar que o Art. 14 do Decreto 7.404/2010 determina que a logística reversa de agrotóxicos, seus resíduos e embalagens seguirá o disposto na Lei nº 7.802/1989 e Decreto nº 4.074/2002.

2.6. RESÍDUOS DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO

São os resíduos gerados em atividades relacionadas às seguintes modalidades do saneamento básico:

- Tratamento de água;
- Tratamento de esgoto;
- Manutenção dos sistemas de drenagem e manejo das águas pluviais.

Os resíduos são resultantes dos processos aplicados em Estações de Tratamento de Água - ETA's e Estações de Tratamento de Esgoto – ETE's, ambos envolvendo cargas de matéria orgânica, e resíduos dos sistemas de drenagem, com predominância de material inerte proveniente principalmente do carregamento hidráulico que ocorre ao longo das sarjetas.

O abastecimento de água de todos os municípios integrantes do consórcio é realizado por meio de poços artesianos, portanto não há nenhuma estação de tratamento de água, desta forma não ocorre a geração de lodo. Quanto ao esgotamento sanitário dos municípios, em regra são destinados a sistemas de tratamentos individualizados, com exceção dos municípios de Cláudia, Lucas do Rio Verde e Sinop que possuem estações de tratamento de esgoto, porém nenhum destes municípios apresenta controle em relação a esses resíduos, sendo o lodo possivelmente lançado em galerias e posteriormente cursos d'água.

Em relação a limpeza de bocas de lobo e canais de drenagem, nenhum município apresenta regularidade ou planejamento desse serviço, o qual acontece de acordo com a necessidade. Sendo assim, são desconhecidos a quantidade gerada e a destinação final do mesmo.

2.7. RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO DEMOLIÇÃO (RCD)

Nenhum dos municípios do consórcio possui padronização no acondicionamento desses resíduos, dispendo-os usualmente pelos municípios nas calçadas e em terrenos baldios, com relação a empresas de construção civil os RCD gerados são normalmente acondicionados em caçambas, que posteriormente são coletados pelas Prefeituras Municipais ou empresas privadas.

Até então não existem empresas especializadas que realizam a coleta e disposição final adequada nos municípios do consórcio, portanto, em regra as prefeituras depositam os resíduos nos lixões municipais. Em contrapartida Ipiranga do Norte, Itanhangá, Nova Ubiratã e Santa Carmem apesar de não possuírem uma padronização no



VALE DO TELES PIRES

CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE

Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazônia

CEP: 78890-000 - Sorriso - MT

Fone: (66) 3544-3358

www.consorciovaledotelespires.com.br

E-mail: adm@consorciovaledotelespires.com.br

CNPJ: 23.019.551/0001-00

acondiçãoamento e coleta, realizam o reaproveitamento de parte desses resíduos em erosões na cidade e estradas na área rural.

Existe hoje a proposta de implementação de uma empresa privada no município de Sinop que pretende receber este resíduo de construção civil, para realizar a segregação, britagem e retornar o resíduo para o mercado.

2.8. RESÍDUOS INDUSTRIAIS

Para a gestão de resíduos industriais, foi promulgada a Resolução Conama nº 313 de 29 de outubro de 2002 que dispõe sobre o inventário nacional de resíduos sólidos industriais. Visto que os resíduos existentes ou gerados pelas atividades industriais serão objeto de controle específico como parte do processo de licenciamento ambiental. A resolução define o resíduo sólido industrial como todo resíduo que resulte de atividades industriais e que se encontre nos estados sólido, semissólido, gasoso - quando contido, e líquido - cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgoto ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível. Ficam incluídos nesta definição os lodos provenientes de sistemas de tratamento de água e aqueles gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição.

O Art. 20 da Lei Federal 12.305/2010 estabelece que estão sujeitos à elaboração de plano de gerenciamento de resíduos sólidos os geradores de resíduos gerados nos processos produtivos e de instalações industriais; nas atividades de pesquisa, extração ou beneficiamento de minérios, sendo, conforme § 1º Art. 27 da mesma legislação, as pessoas físicas e jurídicas responsáveis pela implementação e operacionalização integral do plano de gerenciamento aprovado pelo órgão competente.

Os municípios do consórcio possuem o setor secundário da economia baseado na agroindústria, indústrias da construção civil e imobiliária, metalúrgica e indústria têxtil. Conforme a legislação, a destinação dos resíduos industriais é de responsabilidade das próprias empresas, tendo o município como órgão fiscalizador, junto ao órgão ambiental estadual (SEMA), dependendo da amplitude de impacto do empreendimento.

2.9. RESÍDUOS DE PORTOS E AEROPORTOS

Não há em nenhum dos municípios do consórcio, terminais portuários públicos ou privados. Com relação a aeródromos, na região há quatro aeroportos comerciais, nos municípios de Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Sorriso e Sinop, e alguns pequenos aeródromos privados, usualmente utilizado para a pulverização de fertilizantes e defensivos agrícolas, no caso dos aeroportos comerciais, os resíduos produzidos são

coletados juntamente com a coleta regular de RSU pelas prefeituras, já nos demais os resíduos são de responsabilidade dos produtores.

2.10. RESÍDUOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO

Cada um dos municípios do consórcio possui um terminal rodoviário em sua área urbana. Os resíduos gerados nestes terminais são resíduos não-perigosos, portanto são coletados pelos caminhões compactadores juntamente com os resíduos domiciliares e comerciais de cada município, e destinados para os Aterros Sanitários.

2.11. RECEITAS OPERACIONAIS E DESPESAS DE CUSTEIO

Custos adequados, qualidade e aumento da oferta são pressupostos para a cobrança dos serviços, um dos objetivos da PNRS.

Art. 7º São objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos:

(...)

X – regularidade, continuidade e universalização da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e do manejo dos resíduos sólidos, com adoção de mecanismos gerenciais e econômicos que assegurem a recuperação dos custos dos serviços prestados, como forma de garantir sua sustentabilidade operacional e financeira, observada a Lei nº 11.445, de 2007 – Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico.

(...)

A Tabela 64 demonstra as principais despesas relacionadas com serviços de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos no ano de 2020, informadas pelo poder público municipal.

Com exceção do município de Santa Rita do Trivelato, todos os outros municípios do consórcio tiveram déficit com os serviços de limpeza urbana e manejo dos resíduos. De maneira geral no consórcio no ano de 2020 apresentou um déficit de R\$ R\$ 28.434.013,47, pois a despesa total com serviços de manejo de RSU foi de R\$ R\$ 44.281.143,46, enquanto a receita arrecadada com taxas e tarifas foi de R\$ 15.847.129,99.

Quadro 18 – Planilha Financeira 2020.

Município	COLETA Valor/Ano	TRANSPORTE Valor/Ano	TRATAMENTO Valor/Ano	DISPOSIÇÃO FINAL Valor/Ano	CUSTO TOTAL Valor/Ano	ARRECADAÇÃO Valor/Ano	DEFICIT Valor/Ano
Cláudia	R\$ 175.194,01	R\$ 233.280,00	R\$ -	R\$ 193.141,23	R\$ 601.615,24	R\$ 161.419,89	-R\$ 440.195,35
Feliz Natal	R\$ 156.086,09	R\$ 198.720,00	R\$ -	R\$ 167.554,93	R\$ 522.361,01	R\$ -	-R\$ 522.361,01
Ipiranga do Norte	R\$ 112.812,00	R\$ 235.734,00	R\$ -	R\$ 156.276,00	R\$ 504.822,00	R\$ -	-R\$ 504.822,00
Itanhanga	R\$ 96.058,80	R\$ 144.480,00	R\$ 67.344,00	R\$ 119.005,32	R\$ 426.888,12	R\$ 235.507,80	-R\$ 191.380,32
Lucas do Rio Verde	R\$ 3.408.647,70	R\$ 1.440.780,82	R\$ 815.409,76	R\$ 2.805.715,79	R\$ 8.470.554,06	R\$ 2.679.505,40	-R\$ 5.791.048,67
Nova Mutum	R\$ 2.287.453,64	R\$ 966.870,04	R\$ 547.200,00	R\$ 1.945.826,71	R\$ 5.747.350,39	R\$ 765.518,00	-R\$ 4.981.832,39
Nova Ubiratã	R\$ 187.776,29	R\$ 207.120,00	R\$ -	R\$ 209.643,31	R\$ 604.539,60	R\$ 86.044,86	-R\$ 518.494,74
Santa Carmem	R\$ 203.391,36	R\$ -	R\$ -	R\$ 131.359,35	R\$ 334.750,71	R\$ 43.509,03	-R\$ 291.241,68
Santa Rita do Trivelato	R\$ 98.344,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 98.344,00	R\$ 103.859,00	R\$ 5.515,00
Sinop	R\$ 8.398.080,00	R\$ -	R\$ -	R\$ 6.805.260,00	R\$ 15.203.340,00	R\$ 8.700.000,00	-R\$ 6.503.340,00
Sorriso	R\$ 4.167.494,67	R\$ 1.329.681,70	R\$ 862.035,12	R\$ 3.847.978,83	R\$ 10.207.190,32	R\$ 2.259.698,01	-R\$ 7.947.492,31
Tapurah	R\$ 313.585,00	R\$ 271.710,00	R\$ -	R\$ 255.127,00	R\$ 840.422,00	R\$ 375.268,00	-R\$ 465.154,00
União do Sul	R\$ 172.966,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 172.966,00	R\$ -	-R\$ 172.966,00
Vera	R\$ 120.000,00	R\$ 210.000,00	R\$ -	R\$ 216.000,00	R\$ 546.000,00	R\$ 436.800,00	-R\$ 109.200,00
CPSVTP	R\$ 19.897.889,56	R\$ 5.238.376,56	R\$ 2.291.988,88	R\$ 16.852.888,47	R\$ 44.281.143,46	R\$ 15.847.129,99	-R\$ 28.434.013,47

Fonte: CPSVTP,2020



VALE DO TELES PIRES

CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE

Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazônia

CEP: 78890-000 - Sorriso - MT

Fone: (66) 3544-3358

www.consorciodeotelespires.com.br

E-mail: adm@consorciodeotelespires.com.br

CNPJ: 23.019.551/0001-00

2.12. CONSOLIDADO

Analisando os municípios do consórcio percebemos que há uma grande disparidade entre a operacionalização dos processos, execução de programas, projetos e ações nessa área do saneamento, principalmente quando comparamos Lucas do Rio Verde, Sorriso, Sinop e Nova Mutum que já apresentam um avanço quanto ao manejo dos resíduos sólidos gerados em seus municípios, com municípios menores como Santa Rita do Trivelato e União do Sul que ainda dispõe todos seus resíduos em lixões municipais.

Todos os municípios possuem pontos positivos e deficiências, sendo algumas dessas comuns entre todos do consórcio, como exemplo, todos os municípios coletam 100% dos resíduos sólidos urbanos, toda via ao analisarmos o acondicionamento dos resíduos, com exceção de Lucas do Rio Verde e Sinop, nenhum dos municípios possuem padronização, dispendo muitas vezes de forma incorreta em calçadas, sem proteção, podendo ocasionar a proliferação de insetos e vetores de doenças.

Distritos e comunidades próximas as zonas urbanas possuem coleta regular de 100% dos resíduos sólidos domiciliares gerados, porém nos assentamentos mais distantes e zonas rurais não há nenhuma ação de apoio na coleta ou tratamento por parte das prefeituras municipais.

Resíduos de saúde em todos os municípios são destinados a empresas contratadas, as quais tratam e destinam corretamente esses resíduos, conforme legislação vigente. Da mesma forma resíduos de embalagem de agrotóxicos e pneus, são acondicionados e retornam para os produtores, realizando a logística reversa, a partir dos projetos INPEV e Reciclanip, respectivamente.

Contudo os resíduos eletroeletrônicos, pilhas, baterias e lâmpadas possuem apenas algumas ações pontuais implantadas para realizar a logística reversa nos municípios do consórcio, sendo desta forma dispostos majoritariamente em aterros sanitários ou lixões municipais, podendo ocasionar problemas ambientais e na saúde humana, devido à grande concentração de produtos perigosos nos componentes destes resíduos.

Todos os municípios do consórcio atualmente destinam totalmente ou parcialmente seus Resíduos de Construção e Demolição em seus respectivos lixões municipais, devido principalmente a falta de alternativas técnicas de disposição ou reaproveitamento, inexistência de PGRCD, ausência de fiscalização do código de posturas e a falta de orientação a população. Os efeitos negativos decorrentes desse procedimento são a impossibilidade do encerramento dos lixões, poluição visual devido à alteração da paisagem local, degradação do solo e incremento nos custos dos serviços prestados.

As estações de transbordo em sua maioria possuem estrutura adequada para o recebimento e armazenamento temporário dos resíduos, porém os municípios de Feliz Natal, Itanhangá, Tapurah e Vera ainda não possuem a infraestrutura necessária para essa etapa do sistema, sendo necessário adequações técnicas que evitem impactos ambientais e minimize despesas com transporte e disposição, principalmente em períodos chuvosos.

Na abrangência do consórcio existem apenas três estações de triagem de resíduos recicláveis provenientes da coleta seletiva, com a presença de cooperativas estruturadas, as estações encontram-se nos municípios de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso, demais ações são realizadas individualmente por catadores ou empresas privadas, sem apoio das prefeituras municipais.

Quanto ao tratamento de resíduos orgânicos, existem apenas dois projetos pilotos de estação de compostagem nos municípios de Nova Mutum (podas de árvores) e Sorriso (resíduo domiciliar), porém o volume de resíduo aproveitado ainda é ínfimo, com relação ao potencial orgânico dos municípios.

Os municípios integrantes do consórcio atualmente não possuem um plano de ação sistematizada de educação ambiental voltada a gestão e o manejo dos resíduos sólidos urbanos junto a população, conquanto realizam algumas atividades pontuais em escolas e meios de comunicação, individualmente, em cada municípios.

Para a elaboração das estimativas e projeções utilizou-se dados obtidos junto a empresa Sanorte ambiental, sendo adotado o valor mais recente (2020) para geração per capita de resíduos, variando de 0,295 kg/hab.dia (Feliz Natal) até 1,114 kg/hab.dia (Nova Mutum), tendo como média do consórcio 0,878 kg/hab.dia.

Quanto a composição gravimétrica dos resíduos, foi utilizado um estudo de caracterização realizado em julho de 2019, mediante a um Termo de Parceria Técnica-Científica da Sanorte Ambiental com o Centro Universitário de Várzea Grande – UNIVAG e obteve como resultado para o consórcio a média de 49,42% de resíduos recicláveis, 31,67% de orgânicos e 18,90% de rejeitos.

Os municípios do CPSVTP no ano de 2020 tiveram um expressivo déficit quanto as despesas com o manejo dos resíduos e limpeza urbana, este déficit pode ser minimizado com a implantação de medidas de prestação regionalizada dos serviços de transporte e disposição final, visando a geração de ganhos de escala, além da intensificação no reaproveitamento de resíduos, o que pode se tornar também uma importante ferramenta para diminuir custos com o transporte e a disposição final.

Outro ponto a se avaliar é a cobrança sub dimensionada da taxa de lixo executada pelos municípios. Portanto devem ser realizados estudos de viabilidade econômica para garantir a sustentabilidade dos serviços no horizonte de projeto.

3. PROGNÓSTICO

O prognóstico envolve o estudo a respeito da evolução dos cenários no que tange o manejo dos resíduos sólidos e limpeza urbana nos municípios, considerando o horizonte de projeto, desta forma abrange a definição de alternativas de intervenção visando à prestação dos serviços com o estabelecimento de metas ao longo do período anteriormente definido dentro do PRGIRS e de acordo com as tendências de desenvolvimento socioeconômico e das características dos municípios.

Para que se construam cenários adequados ao planejamento é necessário que se faça a definição de metas para adequação e ampliação do acesso aos serviços existentes nos municípios, que deve ser o resultado de negociação entre a administração municipal, os prestadores de serviços e a população, através das carências atuais constatadas na fase de Diagnóstico do PRGIRS. Devem ser tratadas também questões relacionadas à prestação de serviço, regulação, fiscalização, o controle social, a assistência técnica e, quando for o caso, a promoção da gestão associada, via convênio de cooperação ou consórcio intermunicipal, para o desempenho de uma ou mais destas funções (BRASIL, 2009a).

Os dados apresentados a seguir foram alcançados a partir da análise das informações obtidas no diagnóstico, levando-se em consideração principalmente a taxa de crescimento da população e demais informações importantes as quais devem ser consideradas, tais como: as características ambientais dos municípios, a caracterização física e composição dos resíduos sólidos coletados, as condições econômicas e culturais da população. As conclusões e projeções obtidas foram realizadas seguindo as exigências previstas na Política Nacional dos Resíduos Sólidos.

3.1. ESTUDO DO PERFIL DA POPULAÇÃO E AS TENDÊNCIAS DE CRESCIMENTO

Para efeito de cálculo, quanto ao perfil de crescimento populacional, geração per capita, volumes de resíduos e todos os aspectos relacionados ao manejo dos resíduos sólidos urbanos nas etapas de coleta, transporte e destinação final, foram considerados apenas a população urbana, devido ao fato de apenas essa parcela da população atualmente ser atendida pelas políticas públicas de resíduos nos municípios integrantes do consórcio.

Considerando a taxa de crescimento populacional adotada pelo IBGE, a projeção da população urbana no horizonte de 20 anos terá um aumento de mais de 330 mil habitantes na região do consórcio, passando de 368 mil para aproximadamente 698 mil. O Quadro 19 demonstra o crescimento populacional em todos os municípios nesse período. As taxas de crescimento populacional podem sofrer alterações com o novo



VALE DO TELES PIRES
CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE

Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazônia

CEP: 78890-000 - Sorriso - MT

Fone: (66) 3544-3358

www.consorciovaldetelespires.com.br

E-mail: adm@consorciovaldetelespires.com.br

CNPJ: 23.019.551/0001-00

censo, o qual deverá ser realizado em 2021, necessitando desta forma de uma readequação do dimensionamento de projeto.

O cálculo do crescimento populacional está descrito a seguir:

$$Pop = Pop_{2020} \times \left(1 + \frac{tx}{100}\right)^n$$

Onde,

Pop - População (Ano);

Pop₂₀₂₀ – População em 2020;

Tx – Taxa de crescimento populacional (%);

N – Período em anos até 2020.

Quadro 19 - Projeção populacional urbana, horizonte 20 anos.

Projeção da População urbana	Taxa de crescimento populacional	Projeção 2020	Projeção 2025	Projeção 2030	Projeção 2035	Projeção 2040
Cláudia	1,08%	9.407	9.927	10.475	11.054	11.665
Feliz Natal	2,94%	10.855	12.548	14.505	16.767	19.382
Ipiranga do Norte	4,58%	5.436	6.801	8.509	10.645	13.318
Itanhanga	2,75%	4.160	4.766	5.459	6.253	7.162
Lucas do Rio Verde	4,12%	63.596	77.833	95.257	116.582	142.681
Nova Mutum	4,08%	38.588	47.140	57.587	70.350	85.941
Nova Ubiratã	2,96%	7.932	9.176	10.616	12.280	14.207
Santa Carmem	1,14%	3.451	3.653	3.866	4.092	4.332
Santa Rita do Trivelato	3,61%	1.951	2.330	2.782	3.323	3.968
Sinop	2,64%	121.674	138.608	157.899	179.875	204.910
Sorriso	3,46%	81.942	97.113	115.093	136.403	161.658
Tapurah	3,12%	8.875	10.350	12.070	14.076	16.416
União do Sul	-0,71%	2.177	2.100	2.026	1.955	1.886
Vera	1,11%	8.210	8.678	9.173	9.696	10.249
Consórcio CPSVTP	2,66%	368.254	431.023	505.318	593.352	697.773

Fonte: CPSVTP, 2020.

3.2. PROJEÇÃO DE DEMANDAS

De posse dos cálculos da população atual, da projeção populacional e das informações levantadas no diagnóstico foram calculadas a geração dos resíduos por município e para a região. Tanto a geração atual como a futura. (Quadro 20).

O dimensionamento dos serviços de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos deverá levar em conta a população atual. À medida que a mesma vai crescendo o sistema deverá ser revisto e atualizado.

Quadro 20 – Projeção geração de resíduos.

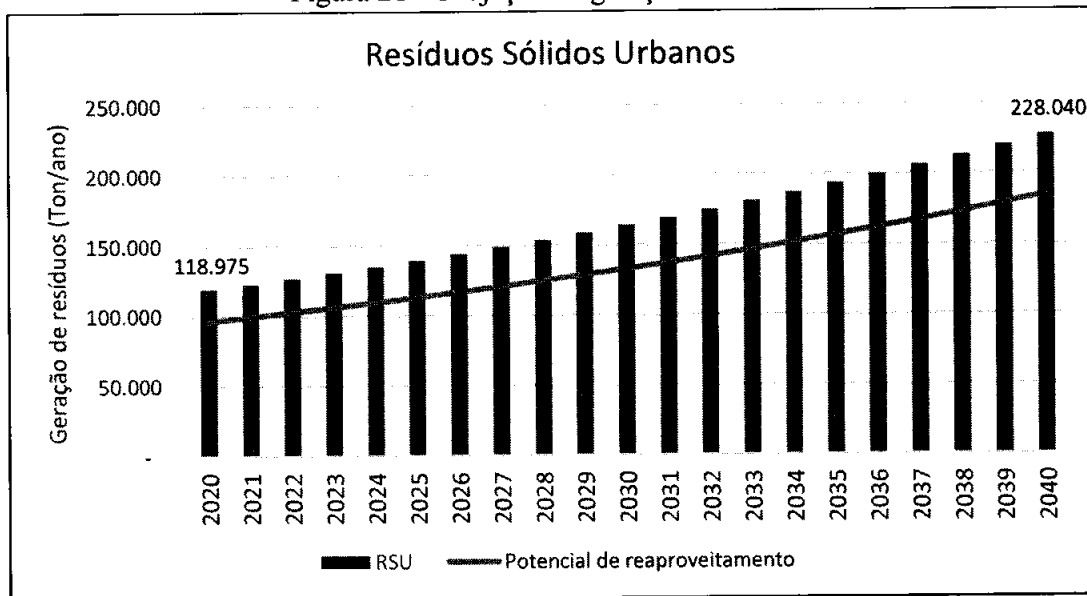
RDC	Produção per capita (kg/hab.dia)	Projeção 2020	Projeção 2025	Projeção 2030	Projeção 2035	Projeção 2040
Cláudia	0,382	1.311	1.384	1.460	1.541	1.626
Feliz Natal	0,295	1.168	1.350	1.561	1.805	2.086
Ipiranga do Norte	0,586	1.162	1.454	1.819	2.276	2.847
Itanhangá	0,517	785	900	1.030	1.180	1.352
Lucas do Rio Verde	0,920	21.356	26.137	31.989	39.150	47.914
Nova Mutum	1,114	15.691	19.169	23.417	28.607	34.947
Nova Ubiratã	0,485	1.405	1.626	1.881	2.176	2.517
Santa Carmem	0,850	1.070	1.133	1.199	1.269	1.343
Santa Rita do Trivelato	0,322	229	274	327	391	466
Sinop	1,007	44.700	50.921	58.008	66.082	75.279
Sorriso	0,873	26.116	30.952	36.683	43.474	51.524
Tapurah	0,651	2.110	2.461	2.870	3.346	3.903
União do Sul	0,319	253	245	236	228	220
Vera	0,539	1.616	1.708	1.805	1.908	2.017
CPSVTP	0,878	118.975	139.712	164.285	193.432	228.040

Fonte: CPSVTP, 2020.

Como observado a geração anual de resíduos sólidos urbanos na região tem uma projeção de aumento de aproximadamente 110 mil toneladas no período de 20 anos, praticamente duplicando o volume de resíduos e conseqüentemente aumentando a necessidade de investimentos em planejamento e gerenciamento no manejo destes resíduos. O que explicita a necessidade da implementação de medidas de aproveitamento dos resíduos sólidos, com a prática de coleta seletiva, reciclagem e compostagem nos municípios, além do fomento na prestação regionalizada dos serviços, com vista à geração

de ganhos de escala. Tendência de crescimento e potencial de aproveitamento dos resíduos que podem ser observados na Figura 28.

Figura 28 – Projeção da geração dos RSU.



Fonte: CPSVTP, 2020.

O aproveitamento dos resíduos sólidos urbanos na região pode ter uma boa efetividade devido a caracterização dos resíduos gerados pelos municípios, que possuem praticamente metade dos resíduos passíveis de reciclagem e 30% passíveis de aproveitamento orgânico por meio da compostagem, restando para disposição final apenas 19%, o que pode ser observado no Figura 29.

Figura 29 – Caracterização dos RSU.



Fonte: CPSVTP, 2020

A partir da caracterização pode-se projetar o volume diário de cada tipo de resíduos e a prospecção destes resíduos no horizonte de 20 anos, conforme o Quadro 21, entretanto os percentuais podem ser alterados ao longo dos anos, pelos comportamentos populacionais e desenvolvimento socioeconômico, necessitando desta forma, de revisões periódicas.

Quadro 21 – Projeção de caracterização dos resíduos CPSVTP.

Ano	Per capita	População	Reciclável (ton/d)	Orgânico (ton/d)	Rejeito (ton/d)
2020	0,878	372.876	161,88	103,74	61,94
2021	0,879	384.742	167,15	107,12	63,96
2022	0,880	397.013	172,60	110,61	66,04
2023	0,880	409.702	178,23	114,22	68,20
2024	0,881	422.824	184,06	117,95	70,43
2025	0,881	436.396	190,09	121,82	72,74
2026	0,882	450.432	196,33	125,81	75,12
2027	0,883	464.949	202,78	129,95	77,59
2028	0,883	479.965	209,46	134,23	80,15



VALE DO TELES PIRES

CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE

Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazônia

CEP: 78890-000 - Sorriso - MT

Fone: (66) 3544-3358

www.consorcioaledotelespires.com.br

E-mail: adm@consorcioaledotelespires.com.br

CNPJ: 23.019.551/0001-00

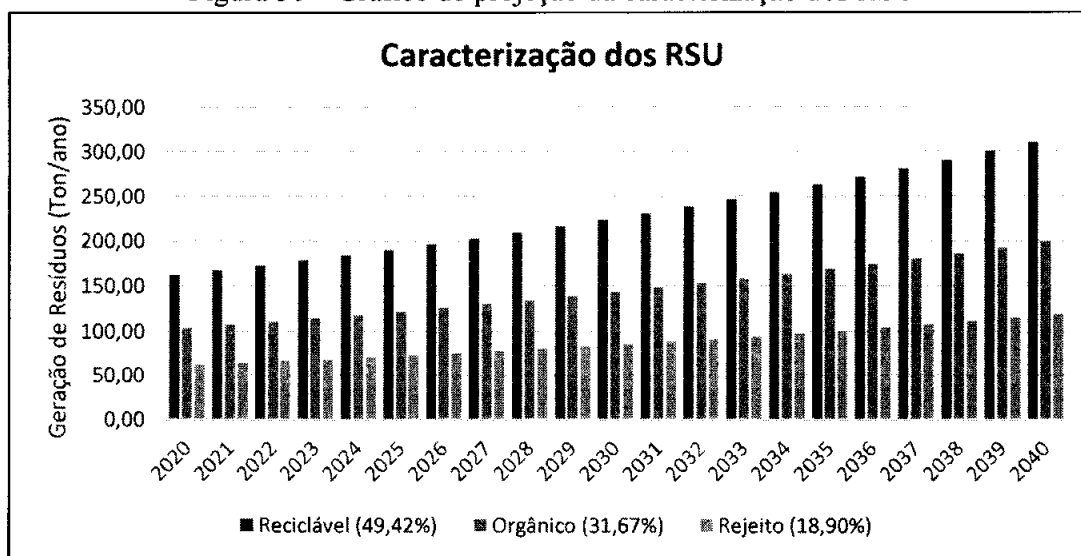
Continuação do Quadro 21 - Projeção de caracterização dos resíduos CPSVTP.

Ano	Per capita	População	Reciclável (ton/d)	Orgânico (ton/d)	Rejeito (ton/d)
2029	0,884	495.497	216,36	138,65	82,79
2030	0,884	511.564	223,51	143,23	85,52
2031	0,885	528.184	230,91	147,97	88,35
2032	0,885	545.379	238,56	152,88	91,28
2033	0,886	563.167	246,48	157,95	94,31
2034	0,886	581.571	254,67	163,20	97,45
2035	0,887	600.612	263,15	168,64	100,69
2036	0,887	620.314	271,93	174,26	104,05
2037	0,887	640.699	281,01	180,08	107,52
2038	0,888	661.794	290,41	186,10	111,12
2039	0,888	683.623	300,14	192,34	114,84
2040	0,889	706.213	310,21	198,79	118,70

Fonte: CPSVTP, 2020.

Independente se a porcentagem de cada tipo de resíduos se mantenha constante, ou sofra alterações, o volume de resíduos permanece sempre em constante crescimento, tanto por causa do aumento populacional, quanto pela industrialização, desenvolvimento socioeconômico e mudança nos padrões de consumo. Crescimento que pode ser observado com nitidez no gráfico da Figura 30.

Figura 30 – Gráfico de projeção da caracterização dos RSU



Fonte: CPSVTP, 2020.



VALE DO TELES PIRES

CONSORCIO PÚBLICO DE SAÚDE

Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazônia
CEP: 78890-000 - Sorriso - MT

Fone: (66) 3544-3358

www.consorciovaldedotelespires.com.br
E-mail: adm@consorciovaldedotelespires.com.br

CNPJ: 23.019.551/0001-00

O Plano sugere, portanto, a implantação de programas que visem a educação ambiental e, prioritariamente, a sensibilização da população quanto a separação entre os resíduos secos e úmidos, a priori, ampliando desta forma o aproveitamento dos materiais potencialmente recicláveis coletados nos municípios. A reciclagem, além de gerar empregos e agregar valor à resíduos já não utilizados, também diminui a quantidade de resíduos a serem transportados e dispostos em aterro sanitário fazendo com que diminuam os custos pagos pelos municípios a empresa proprietária dos aterros sanitários, visto que, atualmente são pagos R\$ 147,30 por tonelada de resíduo disposto.

Além da reciclagem, outra maneira de diminuir a quantidade de resíduos a serem dispostos em aterro sanitário é a implantação de compostagem dos resíduos orgânicos. A compostagem pode ocorrer por meio da implantação de uma central de compostagem da cidade, uma central coletiva ou comunitária, um programa institucional ou empresarial de compostagem, ou de programas que incentivem a compostagem caseira/individual.

O projeto de implementação de pátio piloto de compostagem de resíduos de feiras e de podas na subprefeitura da Lapa, no município de São Paulo/SP, é um exemplo de compostagem realizada pelo poder público. A "Revolução dos Baldinhos", projeto de gestão comunitária de resíduos orgânicos no bairro Monte Cristo, em Florianópolis/SC, é um exemplo de compostagem comunitária. O Serviço Social do Comércio do Estado de Santa Catarina - Sesc/SC é um exemplo de compostagem institucional ou empresarial, pois desde 2011 realiza a gestão de resíduos em suas unidades de Florianópolis, Blumenau e Lages.

Para auxiliar na implementação das alternativas sugeridas anteriormente, existem materiais disponíveis com as mais diversas metodologias de compostagem, como o Manual de Compostagem Doméstica, Comunitária e Institucional de Resíduos Orgânicos disponível no site do Ministério do Meio Ambiente (http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80058/Compostagem-ManualOrientacao_MMA).

A PNRS prevê que somente poderão ser encaminhados para o aterro sanitário, ou outra forma correta de disposição final, aqueles resíduos que não puderem ser reaproveitados de forma alguma, os chamados rejeitos. A orientação, através de ações e projetos educativos, bem como a adequada fiscalização do órgão ambiental para as atividades potencialmente poluidoras e grandes geradores deve ter como premissa básica a modificação dos costumes e o desenvolvimento de senso de responsabilidade de cada ator envolvido na geração dos resíduos, o que já está previsto na PNRS (Lei Federal nº 12.305/2010 – que instituiu a PNRS).

3.3. COLETA

Os serviços públicos na área de resíduos sólidos correspondem à coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos sólidos, além da limpeza de vias e logradouros públicos. O Poder Executivo Municipal atualmente é o responsável legal pela coleta total dos resíduos sólidos urbanos domiciliares, resíduos da prestação dos serviços públicos de saneamento e atividades de pequenos comércios.

Entretanto, os resíduos perigosos, industriais, de construção e demolição ou resultantes de serviços de saúde, devem ser objeto de estudo nos planos de gerenciamento de resíduos sólidos específicos e de responsabilidade total do gerador, conforme estabelece a legislação ambiental em vigor, portanto não devem ser coletados pelo serviço regular de coleta de resíduos sólidos urbanos.

A PNRS (Lei Federal nº 11.445 de 2007) estabelece, no Art. 29, que os serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos urbanos terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, sempre que possível, mediante remuneração pela cobrança dos serviços, podendo ser taxas ou tarifas e outros preços públicos, em conformidade com o regime de prestação do serviço e atividades.

O Art. 35 da Política Nacional de Saneamento Básico, estabelece que as taxas ou tarifas decorrentes da prestação de serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos urbanos devem levar em conta a adequada destinação dos resíduos coletados, o nível de renda da população da área atendida e poderão ainda considerar, as características dos lotes urbanos e as áreas que podem ser neles edificadas, o consumo de água e a frequência da coleta.

O inciso II do Art. 45 da Constituição Federal autoriza a União, os Estados, o Distrito Federal e municípios a instituírem taxas sobre os serviços públicos específicos e divisíveis prestados ao contribuinte ou postos à disposição.

3.4. TRANSPORTE

O transporte de resíduos sólidos é regulamentado por meio de normas técnicas e resoluções vigentes, devendo cada resíduo ser transportado corretamente. A seguir serão apresentadas regras para o transporte e outras etapas do gerenciamento de resíduos sólidos, definindo as responsabilidades quanto à sua implantação e operacionalização.

As Prefeituras, como os demais setores, deverão realizar o transporte de seus resíduos, prioritariamente por frota própria de maneira regionalizada, via consórcio, ou frota própria individualizada em cada município, ou em caso de insuficiência técnico-



VALE DO TELES PIRES

CONSORCIO PÚBLICO DE SAÚDE

Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazônia
CEP: 78890-000 - Sorriso - MT

Fone: (66) 3544-3358

www.consorciotedotelespires.com.br
E-mail: adm@consorcioaledotelespires.com.br

CNPJ: 23.019.551/0001-00

operacional, o transporte pode ser realizado também por empresas privadas habilitadas e licenciadas no órgão ambiental do Estado. O transporte terrestre de resíduos sólidos é regulamentado pela NBR 13.221/2010, não sendo aplicado aos materiais radioativos, transportes aéreos, hidroviário, marítimo, assim como ao transporte interno, numa mesma área, do gerador, conforme descrito a seguir:

- O transporte de resíduos deve ser realizado por meio de veículo e/ou equipamento adequado, obedecendo às regulamentações pertinentes. Durante o transporte, o resíduo não pode estar exposto às intempéries nem ao meio ambiente, assim como deve estar devidamente acondicionado para evitar o seu espalhamento na via pública;
- O estado de conservação do equipamento de transporte deve ser tal que não permita vazamento ou derramamento do resíduo, devendo atender à legislação ambiental específica (federal, estadual ou municipal);
- A descontaminação dos equipamentos de transporte, quando necessária, deve ser realizada em local adequado. Para o manuseio e destinação adequada de resíduos, deve ser verificada a classificação discriminada na ABNT NBR 10004/2004;
- Para o armazenamento de resíduos perigosos, deve ser verificada a ABNT NBR 12235/1992, assim como o transporte de resíduos de serviços de saúde devem atender também às ABNT NBR 12807/1993, ABNT NBR 12808/1993, ABNT NBR 12809/1993 e ABNT NBR 12810/1993.

Diante do exposto recomenda-se a elaboração de Projeto Informativo/Educativo para a população, Prefeitura e entidades prestadoras de serviços, comerciais e industriais do município visando o cumprimento das normas vigentes.

Para enquadrar de forma eficiente e clara os empreendimentos que estão sujeitos ao Art. 20 da Lei 12.305/2010, regulamentada pelo Decreto nº. 7.404/2010, que define as responsabilidades e competências à elaboração de planos de gerenciamento de resíduos sólidos municipais, os mesmos deverão ser informados, para que apresentem seus planos de gerenciamentos de resíduos sólidos específicos. O encaminhamento do plano de gerenciamento de resíduos deverá ser realizado para a esfera de competência de cada empreendimento.

3.5. UNIDADES DE GERENCIAMENTO

A garantia da qualidade e cobertura dos serviços de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos municipais dependem diretamente da capacidade de atuação da administração pública ou privada, além de ser reflexo do correto dimensionamento de recursos humanos, equipamentos e unidades operacionais.



VALE DO TELES PIRES

CONSORCIO PÚBLICO DE SAÚDE

Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazônia
CEP: 78890-000 - Sorriso - MT

Fone: (66) 3544-3358

www.consorciavaledotelespires.com.br
E-mail: adm@consorciovaledotelespires.com.br

CNPJ: 23.019.551/0001-00

A falta de definição de critérios nos diversos setores da área de planejamento como apoio à guarnição, centros de coleta voluntária, mensagens educativas para a área de planejamento em geral e para a população específica, causam inúmeros problemas do sistema de limpeza urbana e estão associados à insuficiência operacional da prestação dos serviços.

A seguir são elencados critérios para a implantação e operação de pontos de apoio ao sistema de limpeza urbana municipal, bem como de melhorias das campanhas informativas e apoio às equipes envolvidas, como:

Ecopontos ou Pontos de Entrega Voluntária (PEV) - Alternativa de apoio para a gestão do sistema de limpeza urbana, principalmente no que concerne aos diversos tipos de resíduos volumosos, de construção civil e de podas, evitando ocorrências deste tipo de problema para a limpeza urbana municipal.

Deverão ser instalações públicas e de uso gratuito pela população, e devem receber resíduos em pequenas quantidades (pequenos geradores), sendo estes os resíduos da construção civil, recicláveis, volumosos, pneus, e outros resíduos que não são coletados na coleta convencional ou pelos Locais de Entrega Voluntária de Recicláveis - LEV's.

Instalação de Locais de Entrega Voluntários - LEV's: prioriza pontos de grande circulação de pessoas, como supermercados, postos de combustíveis, farmácias, praças, dentre outros, considerando a densidade populacional. Estes locais devem possuir ao mínimo: facilidade para o estacionamento de veículos; local público, visando garantir o livre acesso dos participantes; entorno não sujeito a alagamentos e intempéries (ação da chuva, vendavais, etc.); boa iluminação.

Instalação da Unidade de Triagem de Resíduos - UTR: a unidade de triagem é uma das edificações e instalações destinadas ao manejo dos materiais domiciliares e comerciais com a separação dos resíduos secos e úmidos, enfardamento e comercialização. Esta é uma infraestrutura primordial para que se possa alcançar os almejados princípios de redução, reutilização, reciclagem da PNRS.

Ressalta-se que sua eficiência é importante é de suma importância para que se possa atingir um alto índice de redução dos resíduos a serem dispostos no aterro sanitário e, conseqüentemente, o aumento da vida útil deste, bem como a minimização do valor por tonelada de disposição final de resíduos sólidos.

Unidade de Compostagem - UC: A compostagem é definida como a decomposição da matéria orgânica pela ação de organismos biológicos, em condições físicas e químicas adequadas.

Recomenda-se que a instalação da UC seja dentro da área onde será instalada a nova UTR ou o mais próximo possível, facilitando a logística de movimentação de resíduos. No caso de ser instalada junto a UTR poderá compartilhar as estruturas, minimizando o investimento.

A UC é componente essencial para que se possa alcançar um elevado índice de redução dos resíduos a serem disposto no aterro sanitário, uma vez que, 39% dos resíduos gerados no município são orgânicos. Deste modo, a implantação da UC aumentará a vida útil do aterro sanitário, além de reduzir os custos de disposição final de resíduos sólidos e gerar renda proveniente da comercialização de composto.

3.6. LOGISTICA REVERSA

Entre outros princípios e instrumentos introduzidos pela PNRS, Lei nº 12.305/2010, e seu regulamento, Decreto Nº 7.404/2010, destacam-se a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos e a logística reversa.

Nos termos da PNRS, a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos é o conjunto de atribuições individualizadas e encadeadas dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, dos consumidores e dos titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, para minimizar o volume de resíduos sólidos e rejeitos gerados, bem como para reduzir os impactos causados à saúde humana e à qualidade ambiental decorrentes do ciclo de vida dos produtos.

São obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de:

“I - Agrotóxicos, seus resíduos e embalagens, assim como outros produtos cuja embalagem, após o uso, constitua resíduo perigoso, observadas as regras de gerenciamento de resíduos perigosos previstas em lei ou regulamento, em normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS e do Suasa, ou em normas técnicas;

II - Pilhas e baterias;

III - pneus;

IV - óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens;



VALE DO TELES PIRES

CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE

Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazônia
CEP: 78890-000 - Sorriso - MT

Fone: (66) 3544-3358

www.consorciovaledotelespires.com.br
E-mail: adm@consorciovaledotelespires.com.br

CNPJ: 23.019.551/0001-00

V - Lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista;

VI - Produtos eletroeletrônicos e seus componentes.”

Além das embalagens de tintas usadas na construção civil. Conforme demonstra a Resolução CONAMA nº 469/2015:

“§ 2º As embalagens de tintas usadas na construção civil serão submetidas a sistema de logística reversa, conforme requisitos da Lei nº 12.305/2010, que contemple a destinação ambientalmente adequada dos resíduos de tintas presentes nas embalagens.”

Atualmente três produtos possuem o sistema de logística reversa implantado nos municípios do consórcio de maneira bem estruturada, sendo estes: as embalagens de agrotóxicos, resíduos de óleos lubrificantes e pneus, conquanto, alguns municípios específicos possuem ações pontuais de logística reversa também para os resíduos eletroeletrônicos, pilhas e baterias. Os resíduos que ainda apresentam maior negligência na gestão da logística reversa são as lâmpadas e embalagens de tintas usadas na construção civil.

Destaca-se, caso o titular do serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos encarregue-se dessa função, por acordo ou termo de compromisso firmado com o setor empresarial, deverá ser devidamente remunerado por isso.

Dessa forma, cabe ao titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, conforme art. 36 da Lei, e priorizando a organização e o funcionamento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis:

Adotar procedimentos para reaproveitar os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis oriundos dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos;

- Estabelecer sistema de coleta seletiva;
- Articular com os agentes econômicos e sociais medidas para viabilizar o retorno ao ciclo produtivo dos resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis oriundos dos serviços de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos;
- Realizar as atividades definidas por acordo setorial ou termo de compromisso na forma do § 7º do art. 33, mediante a devida remuneração pelo setor empresarial;
- Implantar sistema de compostagem para resíduos sólidos orgânicos e articular com os agentes econômicos e sociais formas de utilização do composto produzido;



VALE DO TELES PIRES

CONSORCIO PÚBLICO DE SAÚDE

Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazônia

CEP: 78890-000 - Sorriso - MT

Fone: (66) 3544-3358

www.consorciotedotelespires.com.br

E-mail: adm@consorciovaldetelespires.com.br

CNPE 23.019.551/0001-00

- Viabilizar a disposição final ambientalmente adequada aos resíduos e rejeitos oriundos dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos.

Deve-se buscar implantar a criação de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda, bem como sua contratação.

Recomenda-se ainda, a criação da Lei Municipal da Logística reversa ou mesmo sua introdução na Política Municipal de Saneamento.

3.7. DISPOSIÇÃO FINAL

A Lei nº 12.305/2010, em seu Capítulo II, inciso VIII, define “disposição final ambientalmente adequada” como: distribuição ordenada de rejeitos em aterros, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos.

Portanto apenas os rejeitos deverão ser encaminhados para os aterros sanitários, dando prioridade para o reaproveitamento dos demais resíduos nas formas de reutilização, reciclagem, compostagem e aproveitamento energético.

Atualmente na região possuem dois aterros sanitários operados pela empresa Sanorte ambiental, a qual possui capacidade para a disposição dos rejeitos de todos municípios do consorcio pelo horizonte de projeto, cabe ao consórcio e aos órgãos ambientais estaduais a fiscalização e cobrança das documentações necessárias, para garantir a eficiência do processo e a proteção ambiental.

Como medidas alternativas aos aterros sanitários possuem atualmente duas tecnologias disponíveis de disposição final ambientalmente adequadas, a incineração e a biodigestão. Alternativas que podem ser estudadas a implementação no consórcio caso sejam economicamente viáveis e tecnicamente eficientes na garantia da saúde da população e do meio ambiente.

3.8. PASSIVOS AMBIENTAIS E MEDIDAS SANEADORAS

Os principais passivos ambientais relacionados aos resíduos sólidos na região são as áreas dos lixões municipais, devido as condições de operação e inconformidades encontradas, portanto se faz necessário a apresentação de medidas a serem adotadas pelos municípios para a recuperação destes locais que são considerados potencialmente perigosos a saúde humana e do meio ambiente.

Recomenda-se a elaboração de estudos da melhor técnica a ser utilizada para reabilitação da área, projeto que avalie as condições físicas e o comprometimento ambiental, além da realização de levantamento planialtimétrico do terreno, estudos de sondagem e caracterização geotécnica, análise de águas superficiais e subterrâneas, entre outros. De acordo com FEAM (2010), deve-se apresentar também um plano de intervenção e execução de uma análise de risco à saúde humana, estas operações devem ser realizadas sob a supervisão técnica de profissional habilitado, com registro da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).

Dentre as medidas a serem adotadas, ressalta-se as seguintes atividades:

- Avaliação da extensão da área ocupada pelos resíduos sólidos;
- Delimitação da área com cerca de isolamento e portão;
- Identificação do local com placas de advertência;
- Arrumação dos resíduos em valas escavadas ou reconformação geométrica dos resíduos com a menor movimentação possível, ficando a critério dos técnicos responsáveis, a obtenção da configuração mais estável;
- Conformação do platô superior com declividade mínima de 2% na direção das bordas ou, no caso de valas, o nivelamento final deverá ser feito de forma abaulada para evitar o acúmulo de águas de chuva sobre a vala e ficar em cota superior à do terreno, prevendo-se prováveis recalques;
- Recobrimento do maciço de resíduos com uma camada mínima de 50cm de argila de boa qualidade, inclusive nos taludes laterais.
- Deve ser avaliada a necessidade da utilização de membrana sintética antes da camada de argila para se obter maior impermeabilidade;
- Execução de canaletas de drenagem pluvial a montante do maciço para desvio das águas de chuva;
- Execução de drenos verticais de gás;
- Lançamento de uma camada de terra vegetal ou composto orgânico para possibilitar o plantio de espécies nativas de raízes curtas;
- Registro no cadastro da Prefeitura para restrição de uso futuro da área.

Para a elaboração dos projetos de encerramento dos lixões, cabe aos municípios a escolha de realizar o planejamento com o próprio corpo técnico especializado e capacitado, seguindo as atividades descritas ou pode-se optar pela contratação, via licitação, de empresa especializada para realização do serviço.

Como já constatado, o encerramento dos lixões atualmente é uma necessidade de todos os municípios do consórcio, devido a este fato, há ainda a possibilidade da



VALE DO TELES PIRES

CONSORCIO PÚBLICO DE SAÚDE

Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazônia
CEP: 78890-000 - Sorriso - MT

Fone: (66) 3544-3358

www.consorciovaldetelespires.com.br
E-mail: adm@consorciovaldetelespires.com.br

CNPJ: 23.019.551/0001-00

constituição de uma equipe técnica temporária, de maneira consorciada, para a realização de todos os planejamentos e execuções dos projetos de encerramento dos lixões municipais, caso essa ação traga benefícios técnicos e econômicos aos municípios.

3.8.1. Reabilitação da área

A proposta para o uso futuro das áreas reabilitadas deve considerar que nos locais onde os resíduos permaneçam aterrados, continuará ocorrendo processos de decomposição mesmo após o encerramento das atividades, por períodos relativamente longos, que podem ser superiores a 10 anos.

Assim, após a reabilitação das áreas, os sistemas de drenagem superficial de águas pluviais, de tratamento dos gases, de coleta e tratamento dos lixiviados e de monitoramento da qualidade do solo e da água subterrânea devem ser mantidos por um período que será definido pelo órgão ambiental em função das características locais.

A escolha do uso futuro da área deverá ser definida com base nos estudos realizados e na aptidão da área, levando-se em consideração a proteção à saúde humana e ao meio ambiente. O uso futuro da área deverá ser aprovado pelo órgão ambiental competente.

Recomenda-se a implantação de áreas verdes, com equipamentos comunitários como praças esportivas, campos de futebol, nos casos de locais próximos a áreas urbanizadas. A implantação de parques e espaços mais abertos poderá beneficiar a um maior número de pessoas, e uma área verde, com trabalho paisagístico de implantação de gramados, arbustos e árvores.

Em função dos possíveis problemas relacionados à baixa capacidade de suporte do terreno e à possibilidade de infiltração de gases com alto poder combustível e explosivo (metano), a implantação de edificações sobre os depósitos de lixo desativados é desaconselhável, a menos que estudos geotécnicos e resultados de monitoramento de gases demonstrem que a ocupação é possível, devendo haver projetos especializados para contemplar a necessidade de segurança, estrutural e ambiental, do novo empreendimento.

Porém, pode ser viável a implantação de pequenas construções como prédios administrativos e sanitários públicos, que devem ser projetados com boa ventilação, de modo a evitar o acúmulo de biogás na base ou em seu interior, e devem possuir fundações adequadas para resistir a possíveis recalques.

As áreas encerradas podem também ser utilizadas para pastagens ou plantações (lenhosas, viveiros de mudas etc.), observando-se, em ambos os casos, a recomendação de que a camada utilizada para o plantio (acima da camada selante argilosa) seja suficiente

para garantir que as raízes não entrem em contato com os resíduos dispostos, sugerindo-se que as raízes cheguem, no máximo, até a camada de argila da cobertura final.

Em qualquer caso, a reabilitação da área deve proporcionar uma integração à paisagem do entorno e às necessidades da comunidade local, sendo recomendável a participação de seus representantes na definição do uso futuro da área.

3.9. PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS

Os serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos urbanos demandam a utilização de diversos procedimentos operacionais e especificações técnicas mínimas de modo a garantir a efetiva prestação do serviço, com regularidade e integralidade; qualidade da prestação do serviço; saúde e a segurança dos trabalhadores envolvidos; manutenção das condições de salubridade e higiene dos espaços públicos; eficiência a sustentabilidade dos serviços; adoção de medidas que visem a redução, reutilização e reciclagem dos resíduos; entre outras.

Diversas são as normas técnicas e as diretrizes existentes que norteiam o manejo e a realização de serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, incluindo a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos. A seguir, as especificações mínimas e os procedimentos operacionais a serem adotados:

- Acondicionamento – ABNT/NBR 9191/99 - classifica os sacos de lixo classificados pela norma que estabelece: dimensões, capacidade volumétrica, resistência ao levantamento e a queda, resistência a perfuração estática, a estanqueidade de líquidos acumulados no fundo e a não transparência;
- Coleta Domiciliar – ABNT/NBR 12980/93 - coleta convencional: caminhão coletor compactador, coleta seletiva: caminhão com carroceria fechada e metálica;
- Roteiro de coleta - o veículo coletor deve esgotar sua capacidade de carga no percurso antes de se dirigir ao local de tratamento, transbordo ou disposição final.
- Destinação final - triagem dos resíduos secos, prensagem e enfardamento para comercialização para indústrias de reciclagem dos distintos materiais (papel, plástico, metal). Reciclagem da parcela orgânica através da compostagem;
- Disposição Final - os critérios de seleção das áreas de disposição final devem levar em conta aspectos técnicos e legais; econômico-financeiros e os políticos setoriais;
- Varrição - deve ser realizada na região central, diária ou alternadamente. Os equipamentos mínimos são: vassouras, pá, carrinho, sacos plásticos, equipamentos de proteção do trabalhador (luvas, chapéu ou boné, calças, sapato fechado, protetor solar, entre outros);



VALE DO TELES PIRES

CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE

Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazônia
CEP: 78890-000 - Sorriso - MT

Fone: (66) 3544-3358

www.consorciovaledotelespires.com.br
E-mail: adm@consorciovaledotelespires.com.br

CNPJ: 23.019.551/0001-00

- Capina e Roçagem - adota o uso de enxadas, pás e raspadores. O acabamento se dá com vassouras
- Roçada - adota o uso de foices, roçadeiras, serras, alfanjes; deve-se priorizar a segurança do trabalhador no manuseio desses equipamentos.
- Limpeza de locais de feiras livres – impede que resíduos se espalhem, controla odores, liberar o local para outras atividades e trânsito de pessoas; recomenda-se colocar caçambas moveis. A maior parte dos resíduos gerados nesses locais deve ser encaminhada para compostagem.

Para que se possa contemplar uma redução na destinação final dos resíduos sólidos para o aterro sanitário, deverão ser observadas atividades que potencializem a redução, a reutilização, a reciclagem e o tratamento, de modo que apenas os rejeitos e/ou resíduos que não sejam viáveis financeiramente ou não possuam alternativas tecnológicas para sua reciclagem sejam encaminhados para a destinação final. Neste caso se buscará seguir os preceitos de tratamento dos resíduos orgânicos por meio da compostagem, reciclagem para os resíduos secos, sendo implantada a coleta diferenciada (secos e úmidos), e a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

3.10. EMPREENDIMENTOS PASSÍVEIS DE PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Segundo a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/10) estão sujeitos as elaborações do plano, empresas de construção civil, empreendimentos de serviços públicos de saneamento básico, empreendimentos que gerem resíduos industriais, empreendimentos que gerem resíduos de serviços de saúde, empreendimentos que gerem resíduos de mineração, além de os estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços que gerem resíduos perigosos e gerem resíduos que, mesmo caracterizados como não perigosos, por sua natureza, composição ou volume, não sejam equiparados aos resíduos domiciliares pelo poder público municipal.

A identificação dos empreendimentos que necessitam de plano de gerenciamento de resíduos sólidos faz parte deste plano. Tal item norteia os responsáveis pela aplicação deste trabalho para que possam estar agindo de forma a orientar e fiscalizar os empreendimentos. A seguir uma listagem que esclarece de forma genérica as atividades e o porquê da necessidade de plano de gerenciamento de resíduos sólidos específicos:

- Supermercados: Os supermercados geram grandes quantidades de resíduos, boa parte passíveis de reciclagem e compostagem. Além do mais, os supermercados comercializam pilhas, baterias e lâmpadas fluorescentes.



VALE DO TELES PIRES

CONSORCIO PÚBLICO DE SAÚDE

Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazônia
CEP: 78890-000 - Sorriso - MT

Fone: (66) 3544-3358

www.consortiovaledotelespires.com.br
E-mail: adm@consortiovaledotelespires.com.br

CNPJ: 23.019.551/0001-00

- **Oficinas Mecânicas/Postos de Combustíveis/Chapeação e Pintura:** Estes empreendimentos, além de gerarem grandes quantidade de resíduos recicláveis como embalagens e peças metálicas, produzem também vários tipos de resíduos Classe I (Perigosos), portanto devem ser manuseados de forma a evitar a contaminação de solo e água e devem ser enviados para coleta especializada e nunca enviados para o aterro sanitário.
- **Lava-car:** Geram grandes quantidades de lodo provindo dos sistemas de tratamento de efluentes. Estes lodos estão sempre carregados com materiais tensoativos e óleos e graxas e são classificados como Classe I (Perigosos).
- **Indústrias Alimentícias/Silos:** Tais indústrias geram grandes quantidades e variedades de resíduos. Estes resíduos podem ser provindos do sistema produtivo (em sua maior parte orgânico) e também de refeitórios e banheiros.
- **Unidades de Saúde e farmácias:** Esses empreendimentos geram resíduos perigosos Classe A (resíduos infectantes) e Classe B (resíduos especiais), desta forma necessitando de gerenciamento específico para inertização dos resíduos antes da sua destinação final.
- **Construtoras e bota-fora:** Geram grandes quantidades de resíduos e há a possibilidade de geração de resíduos perigosos classe D, como solventes, inviabilizando desta forma a disposição em aterros sanitários, além do fato de boa parte dos resíduos serem passíveis de reciclagem e reutilização, mediante a processo simples de segregação e trituração.

Vale salientar que outros empreendimentos também podem ser considerados geradores em potencial de resíduos sólidos, onde, a prefeitura e os órgãos ambientais fiscalizadores devem estar sempre atentos aos processos produtivos que irão diferentes tipos de resíduos. Para que os empreendimentos estejam comprometidos com a gestão de seus resíduos sólidos, a prefeitura deve solicitar o PGRS no momento da solicitação do alvará e nos anos seguintes, relatório simplificado e comprovação de entrega de resíduos perigosos a empresas especializadas.

3.10.1. Diretrizes para o gerenciamento dos resíduos passíveis de PGRS

As etapas de acondicionamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos mencionados no art. 20 da Política Nacional de Resíduos Sólidos são de inteira responsabilidade das empresas geradoras destes resíduos, conforme citado no tópico anterior, desta forma, cabe ao empreendimento o encargo de gerenciar as etapas de manejo dos seus resíduos por conta própria ou através da contratação de empresas terceirizadas que realizam esse tipo de serviço.



VALE DO TELES PIRES

CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE

Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazônia
CEP: 78890-000 - Sorriso - MT

Fone: (66) 3544-3358

www.consorciovaldotelespires.com.br
E-mail: adm@consorciovaldotelespires.com.br

CNPJ: 23.019.551/0001-00

Todos os empreendimentos citados, além da necessidade do PGRS, devem possuir também o licenciamento ambiental vigente, garantindo a sustentabilidade e acompanhamento dos órgãos ambientais. Caso o empreendimento opte por realizar o manejo dos seus resíduos de forma terceirizada a empresa contratada deve obrigatoriamente possuir licenciamento ambiental vigente para execução do serviço.

3.10.2. Controle e fiscalização dos empreendimentos passíveis de PGRS

Atualmente, em regra, o controle e fiscalização das empresas passíveis de PGRS é de responsabilidade da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA), quando houver a possibilidade de impacto intermunicipal, ou por meio das secretarias municipais responsáveis, quando os impactos se limitarem apenas a área do município. Este controle é realizado mediante o acompanhamento do licenciamento dos empreendimentos e por meio de fiscalizações periódicas, conforme metodologia do órgão.

Devido à falta de equipe técnica em número suficiente para atender completamente as demandas regionais relacionadas ao licenciamento e fiscalização das atividades ambientais, cabe a análise da estruturação de uma equipe técnica responsável pelas ações administrativas referentes ao licenciamento e as fiscalizações ambientais, por meio do Consórcio, garantindo a celeridade dos processos, sustentabilidade financeira, uniformização das ações de gestão ambientais regionais e melhor acompanhamento e fiscalização dos empreendimentos.



VALE DO TELES PIRES
CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE

Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazônia
CEP: 78890-000 - Sorriso - MT

Fone: (66) 3544-3358

www.consorciovaldetelespires.com.br
E-mail: adm@consorciovaldetelespires.com.br

CNPJ: 23.019.551/0001-00

4. VISÕES, OBJETIVOS E METAS

4.1. VISÕES

- Mato Grosso sem lixões e aterro sanitário apenas para rejeitos;
- Consórcio Vale do Teles Pires, Excelência em procedimentos operacionais na gestão de resíduos sólidos;
- Gestão participativa de resíduos sólidos;
- Crianças conscientizadas, população conscientizada.
- Mato Grosso livre de impactos ambientais e doenças provenientes da má gestão de resíduos sólidos;
- Consórcio Vale do Teles Pires, polo tecnológico na gestão de resíduos sólidos;

4.2. OBJETIVOS

O Plano Regional de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos elaborado para o Consórcio Público de Saúde Vale do Teles Pires, tem como objetivos principais incentivar a regionalização da prestação dos serviços de manejo dos resíduos sólidos, nortear as políticas públicas dos municípios integrantes do consórcio, auxiliar na tomada de decisões dos governantes de maneira regionalizada, proporcionar melhor eficiência nos investimentos do setor, fomentar a economia circular e otimizar procedimentos operacionais, garantindo maior sustentabilidade nesta área do saneamento, o que acarretará em melhoria para a saúde da população e do meio ambiente.

4.2.1. Objetivos Específicos

- Melhorar e padronizar os procedimentos operacionais de acondicionamento, coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos urbanos;
- Promover a universalização dos serviços de manejo dos resíduos sólidos em todos os municípios do consórcio;
- Promover a prestação regionalizada dos serviços, com vista à geração de ganhos de escala e garantia de viabilidade técnica e econômico-financeira dos serviços;
- Priorizar investimentos e projetos que fomentem a economia circular;
- Reduzir, Reutilizar e Reciclar os Resíduos sólidos na região;
- Minimizar os impactos ambientais decorrentes das etapas de manejo dos resíduos sólidos;
- Minimizar necessidade de atendimento de saúde decorrente da falta de saneamento;



VALE DO TELES PIRES

CONSORCIO PÚBLICO DE SAÚDE

Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazônia
CEP: 78890-000 - Sorriso - MT
Fone: (66) 3544-3358
www.consorciavaledotelespires.com.br
E-mail: adm@consorciavaledotelespires.com.br
CNPJ: 23.019.551/0001-00

- Desenvolver a conscientização da população, mediante aplicação de ações e programas de educação ambiental;

4.3. METAS

As metas desenvolvidas neste plano visam elencar, descrever e demonstrar os objetivos traçados, distinguindo-os em níveis de prioridade, traçando desta forma prazos para aplicação por meio de programas, projetos e ações, que irão operacionalizar o planejamento, como pode ser observado no Quadro 22. Os prazos foram definidos conforme a seguir.

- -Contínuo: Durante todo o período de abrangência do plano (20 anos);
- -Imediato: até 2 anos;
- - Curto: 3 - 5 anos;
- - Médio: 6 - 10 anos;
- - Longo: 11 - 20 anos.

Quadro 22 – Metas do PGRIS.

METAS	Prazo
Manutenção das medidas de acondicionamento, coleta, transporte, tratamento e disposição final dos Resíduos Sólidos de Saúde.	Contínuo
Manutenção da coleta em 100% da zona urbana dos municípios.	Contínuo
Manutenção de todas as etapas da limpeza urbana (Varrição, poda de árvores, cortes de grama, limpeza de bueiros e locais públicos) na zona urbana dos municípios.	Contínuo
Manutenção e atualização da geração per capita de resíduos em todos os municípios do consórcio.	Contínuo
Manutenção dos dois aterros sanitários, mediante a fiscalizações em todas as unidades de processamento, que atualmente são de responsabilidade da Sanorte Ambiental.	Contínuo
Implementar trabalhos voltados a Educação ambiental em todos os municípios do consórcio, conscientizando a população, gerando desta forma a responsabilização individual a respeito dos resíduos sólidos e fazendo com que o cidadão se torne parte do processo, o que auxilia em todas as ações de coleta seletiva e aproveitamento dos resíduos.	Imediato
Adequação de estações de transbordo em todos os municípios, com a instalação de cobertura protetora, evitando o acúmulo de água nos containers, rampa de acesso aos caminhões, facilitando a carga e descarga, realizar Impermeabilização do solo e instalar calhas coletoras de chorume, evitando a infiltração do percolado.	imediatO

Continuação do Quadro 22 - Metas do PGRIS.

METAS	Prazo
Avaliar a viabilidade da implementação do transporte de resíduos das estações de transbordo até os aterros sanitários de maneira consorciada entre os municípios, minimizando custos operacionais.	Imediato
Realizar a caracterização dos resíduos sólidos nos municípios que ainda não possuem (Feliz Natal, Santa Rita do Trivelato e União do Sul), e atualizar anualmente os estudos.	imediatos
Avaliar a revisão de contrato, ou a elaboração de parceria público privado no que cerne a disposição final dos resíduos sólidos urbanos a partir da gestão associada via consórcio, com vista a geração de ganhos de escala.	Imediato
Avaliar a viabilidade da construção de estações de transbordo comuns entre municípios, para minimizar custos operacionais e viabilizar a locomoção dos resíduos aos aterros sanitários.	curto
Implementação de PEV voltados a logística reversa para os resíduos que ainda não possuem ações voltadas para a sua destinação correta.	Curto
Implementação e regularização de políticas a respeito dos Resíduos de Construção Civil, destinando corretamente todos os resíduos gerados nessa atividade.	curto
Implementação do trabalho de compostagem para o reaproveitamento do resíduo orgânico dos municípios do consórcio.	médio
Implementação da Coleta seletiva nos municípios que ainda não realizam tal atividade e intensificar nos municípios que já possuem trabalhos na área	médio
Avaliar a viabilidade da construção de estações de triagem comuns entre municípios para minimizar custos operacionais e viabilizar a locomoção e venda/distribuição dos resíduos.	médio
Elaboração e implementação de alternativas de coleta/tratamento dos resíduos sólidos gerados na zona rural.	médio
Padronização do acondicionamento, evitando proliferação de vetores, percolação de chorume e propagação de mal odor na zona urbana dos municípios do consórcio.	longo
Implementação de ações e programas de logística reversa, responsabilizando todos os agentes pelo retorno ao processo produtivo dos respectivos resíduos.	longo
Avaliar a viabilidade da construção de unidade de queima de rejeitos dos resíduos sólidos urbanos (incineração), com objetivo de minimizar as quantidades resíduos dispostos em aterros sanitários.	longo
Avaliar a viabilidade da construção de unidade de tratamento de resíduos sólidos de saúde, por meio de inertização dos patógenos (autoclave), com objetivo de otimizar os procedimentos de tratamento e disposição e minimizar gastos operacionais.	longo

Fonte: CPSVTP, 2020.

5. PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES

Neste capítulo serão propostos programas de governo municipal específicos que contemplem soluções práticas (ações) para alcançar os objetivos que compatibilizem com o crescimento econômico, a sustentabilidade ambiental e a equidade social dos municípios. Também serão definidas as obrigações do poder público na atuação da limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos.

Os programas, projetos e ações propostos para os municípios do CPSVTP, visam estabelecer os meios para que os objetivos e metas do plano possam ser alcançados ao longo de um horizonte de 20 anos.

Para tanto, são abordados aspectos de cunho institucional especificamente relacionados a limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, de forma que todas as carências e demandas identificadas nas fases de Diagnóstico e Prognóstico possam ser supridas (ou significativamente equacionadas) dentro do período previsto.

O planejamento em saneamento visa, basicamente, à otimização na implantação dos serviços, na qualidade e quantidade disponível, bem como dos recursos aportados.

Ressalta-se que foi utilizado como elemento orientador dos programas o balanceamento entre medidas estruturais e estruturantes, com a valorização destas últimas, premissa central para a lógica dos investimentos planejados no âmbito do PRGIRS. Para este efeito, adotam-se os conceitos, ou seja, medidas estruturais compreendem os tradicionais investimentos em obras, com intervenções físicas relevantes nos territórios municipais, para a conformação da infraestrutura de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos dos municípios. Para as medidas estruturantes são entendidas aquelas que fornecem suporte político e gerencial para a sustentabilidade da prestação de serviços. Encontrando-se tanto na esfera do aperfeiçoamento da gestão, em todas as suas dimensões, quanto na da melhoria cotidiana e rotineira da infraestrutura física.

5.1. EDUCAÇÃO AMBIENTAL E MOBILIZAÇÃO SOCIAL

5.1.1. Ação de educação Sanitária e Ambiental

Esta ação deve ter caráter permanente e se propõe a desenvolver um conjunto de ações educativas e ambientais com objetivo de envolver as comunidades atendidas, de forma a contribuir para mudanças de hábitos e costumes para a melhoria da qualidade de vida.



VALE DO TELES PIRES

CONSORCIO PÚBLICO DE SAÚDE

Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazônia

CEP: 78890-000 - Sorriso - MT

Fone: (66) 3544-3358

www.consorciotedotelespires.com.br

E-mail: adm@consorcioaledotelespires.com.br

CNPJ: 23.019.551/0001-00

O desenvolvimento proporcionará a oportunidade de transformação da participação da sociedade no que diz respeito aos resíduos sólidos e conseqüentemente ao meio ambiente. Desta forma, é relevante ressaltar a adequação e necessidade destas atividades educativas no contexto da estruturação e da regulação, seja na fiscalização, normatização e controle regulatório ou na implementação de políticas públicas educativas acerca do manejo dos resíduos sólidos domésticos e comerciais.

A Educação Sanitária e Ambiental nesse contexto terá um enfoque estratégico para a gestão pública, de maneira que o processo pedagógico deverá ser pautado no ensino contextualizado, abordando os temas da coleta, destinação adequada, tratamento, redução do consumo, reutilização e reaproveitamento de resíduos sólidos domésticos, priorizando os níveis básicos de ensino. Devido ao fato de as crianças usualmente reproduzirem o conhecimento para toda a família, tendo desta forma uma disseminação mais efetiva da informação.

Atividades práticas devem ser também uma estratégia utilizada na disseminação da informação, ocasionando a curiosidade e envolvimento cotidiano dos alunos, e funcionários da educação com o manejo dos resíduos sólidos, atividades tais como:

- Visitas escolares em unidades de gerenciamento de resíduos;
- Implementação de pequenos projetos de compostagem nas escolas, produzindo adubo orgânico para hortas;
- Exigência da disposição correta dos resíduos recicláveis de forma segregada;
- Construção de brinquedotecas de materiais sustentáveis;
- Reciclagem do óleo de cozinha para confecção de produtos de limpeza e higiene;
- Implementação de locais de entrega voluntária dentro das escolas;
- Campanhas de mobilização comunitária para seleção dos resíduos e coleta seletiva.

Portanto, mostra-se necessário uma cooperação didático-pedagógica entre secretarias municipais, mediante uma articulação das secretarias de meio ambiente e secretaria de obras, que são responsáveis pela gestão dos resíduos sólidos urbanos, com a secretaria de educação, que é responsável pelo planejamento do conteúdo didático-pedagógico que é implementado nas escolas públicas municipais, cooperação que é essencial para que as ações sejam sustentáveis e cumpram o planejamento estratégico desejado.

Deve-se realizar também, no mínimo, uma reunião por ano entre os municípios, mediado pelo consórcio público, pelo horizonte do plano que tenha como premissa o repasse de conhecimento ambiental, do acesso à informação no manejo dos resíduos sólidos, como estímulo à organização e participação na busca das resoluções dos problemas vivenciados cotidianamente, além de claramente adicionar o componente da



VALE DO TELES PIRES

CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE

Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazônia
CEP: 78890-000 - Sorriso - MT
Fone: (66) 3544-3358
www.consortiovaledotelespires.com.br
E-mail: adm@consorciovaledotelespires.com.br
CNPJ: 23.019.551/0001-00

mudança de atitudes e comportamentos, de maneira proativa em favor de melhorias nas condições de saúde, qualidade de vida e reflexos positivos no meio ambiente e seu entorno.

5.1.2. Ação de mobilização social

A mobilização social é o movimento que envolve diversos atores sociais dos municípios, de forma articulada e propositiva na formulação de políticas públicas, bem como no acompanhamento dos trabalhos de gestão e em programas, projetos e ações de reaproveitamento dos resíduos.

Para Brasil, (2006, p. 15), a ideia quanto à mobilização social, é que a comunidade seja mais que uma beneficiária dos serviços públicos oferecidos, atuando como defensora e proponente das políticas que deseja para sua comunidade, por meio do diálogo entre a sociedade e o poder público.

Desta forma a mobilização social teria como tarefas:

- Divulgar o Plano Regional de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos;
- Envolver a população na discussão das potencialidades e dos problemas relativos aos resíduos e suas implicações;
- Sensibilizar a sociedade para a responsabilidade coletiva na preservação e na conservação do meio ambiente;
- Estimular os diferentes atores sociais a participarem do processo de gestão ambiental.

A efetiva implementação do Plano será realizada pelo Consórcio Público do Vale do Teles Pires, que possui uma estrutura organizacional com legitimidade institucional e condições de agilidade e eficiência necessárias à implantação do PRGIRS. Desta forma solucionando os principais fatores limitantes ao desenvolvimento das ações em municípios de pequeno porte, que seria a carência em termos quantitativo e qualitativo do corpo técnico especializado, além da ausência ou ineficiência de programas de treinamento de pessoal nas administrações municipais, o que espelha na condição atual de diversos municípios do consórcio.

5.2. COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL

Consórcios públicos são autarquias com a finalidade de realizar objetivos de interesse comum ou viabilizar que um ente venha a cooperar com outro ente da Federação. Tendo isto em mente foi desenvolvido o Consórcio Público de saúde Vale do Teles Pires,



VALE DO TELES PIRES

CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE

Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazônia
CEP: 78890-000 - Sorriso - MT

Fone: (66) 3544-3358

www.consorciovaledotelespires.com.br
E-mail: adm@consorciovaledotelespires.com.br

CNPJ: 23.019.551/0001-00

garantindo a solução de problemas regionalizados na área da saúde. Ao identificar também dificuldades quanto ao manejo dos resíduos sólidos na região, o consórcio vale do teles pires tornou-se multifinalitário, para desenvolver também soluções regionalizadas quanto ao manejo de resíduos, desta forma sendo possível a geração de ganhos de escala e a viabilidade técnica e econômico-financeira de serviços, antes não possíveis em pequenos municípios.

Deve ser buscada nesta gestão consorciada a facilitação do processo de diálogo e articulação entre municípios, envolvendo os diferentes órgãos públicos, as iniciativas locais e os diferentes atores sociais envolvidos com o objetivo de:

- Desenvolver soluções para problemas regionais referente aos resíduos sólidos;
- Minimizar despesas operacionais dos municípios, com o manejo dos resíduos e limpeza urbana, por meio de ganhos de escala;
- Desenvolver equipe técnica específica, apta a fornecer apoio e consultoria no planejamento e gerenciamento do manejo dos resíduos sólidos a municípios de menor expressividade, cujo não possuam profissionais na área ou necessitem deste amparo;
- Garantir maior força de governo perante a outros entes da federação, como exemplo governos estaduais e federais;
- Ensejar a angariação de verbas governamentais destinadas a consórcios públicos, possibilitando uma utilização mais eficiente dos recursos públicos;
- Estabelecer mecanismos de gestão (aspectos legais, institucionais, de planejamento e a base de informações), com base em estudos e projetos coerentes com o ponto de vista técnico;
- Propor arranjo institucional;
- Organizar, monitorar, avaliar a operação e manutenção dos sistemas existentes, de modo a evitar a perda de patrimônio público e o desempenho inadequado da infraestrutura já instalada;
- Implementar o sistema de informação capaz de ordenar o fluxo, acesso e disponibilização das informações aos setores e ao PRGIRS;

5.3. IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO

Atualmente o sistema de informação utilizado para o manejo de resíduos sólidos no Brasil é o Sinir, um dos Instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) instituída pela Lei 12.305/2010 e regulamentada pelo Decreto 7.404/2010. A PNRS está basicamente ancorada nesse sistema de informações, e a evolução de sua concepção envolverá o Sistema Nacional de Informações sobre Meio Ambiente (Sinima) e o Sistema

Nacional de Informações sobre Saneamento Básico (Sinisa), atual Snis, coordenado pelo Ministério das Cidades. Ainda não existem sistemas de informação em âmbito estadual, regional ou municipal no que tange a abrangência do consórcio.

Deve-se avaliar, portanto, a implementação de um sistema de informação regionalizado. Tendo por objetivo o fortalecimento e instrumentalização da administração pública, subsidiando a alimentação, tratamento e análise, provisão e divulgação de dados referente aos resíduos sólidos urbanos, possibilitando aos gestores públicos do setor, o manejo de uma ferramenta poderosa para a gestão dos municípios, além de instrumentalizar ações coletivas de avanços regionalizados no manejo dos resíduos, propiciando a atratividade de novas tecnologias.

A implementação de um sistema requer o domínio no uso de tecnologias modernas de informação, tanto em termos de pessoal qualificado em tecnologia da Informação (TI), quanto em equipamentos de informática (hardware e software). Este sistema de informação para o saneamento básico deve ser constantemente retroalimentado com dados válidos, coerentes com a realidade, contendo indicadores de fácil obtenção, apuração e compreensão; pois é uma ferramenta essencial ao planejamento e gerenciamento dos serviços de manejo de resíduos.

5.4. PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL NA GESTÃO DE RESÍDUOS

O acesso ao saneamento básico de maneira universal é uma premissa da própria Lei Federal nº 11.445/2007, pois a transformação da saúde pública nos municípios depende muito das ações de saneamento básico a serem implantadas. Nesse sentido, a inclusão social de todas as comunidades ao acesso integral aos serviços de saneamento básico pode transformar a realidade da saúde pública nos municípios.

Para assegurar essa efetiva participação, deverá ser instituído no âmbito do Consórcio o Conselho de Controle Social dos Serviços de Saneamento Básico, visando a disseminação, o conhecimento e o acompanhamento efetivo da execução do Plano perante a população. Carvalho (1995) destaca que a expressão “Controle social corresponde a uma moderna compreensão de relação entre “Estado-sociedade”, onde a esta cabe estabelecer práticas de vigilância e controle sobre aquele. Assim pode-se estabelecer uma efetiva participação da sociedade no acompanhamento e verificação das ações da gestão pública na execução das políticas públicas, avaliando os objetivos, processos e resultados.”

O acesso universal aos benefícios gerados pelo saneamento demanda o envolvimento articulado dos diversos segmentos sociais envolvidos em parceria com o poder público o que exige o desenvolvimento de ações que possibilitem a compreensão



VALE DO TELES PIRES

CONSORCIO PÚBLICO DE SAÚDE

Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazônia
CEP: 78890-000 - Sorriso - MT

Fone: (66) 3544-3358

www.consortiovaledotelespires.com.br
E-mail: adm@consortiovaledotelespires.com.br

CNPJ: 23.019.551/0001-00

do enfrentamento dessa questão, ou seja, que a população conheça diferentes aspectos relacionados ao saneamento, participe ativamente das reuniões, oficinas, palestras, exercendo o controle social ao longo do processo de implementação do Plano.

A execução da limpeza pública, e manejo de resíduos, deve garantir, independentemente de classe social e capacidade de pagamento, qualidade, integralidade e continuidade e inclusão social e, ainda, contribuir para a superação das diferentes formas de desigualdades sociais e regionais, em especial as desigualdades de gênero e étnico-raciais.

Entre as ações voltadas para maior envolvimento da população estão:

- Elaborar e Analisar pesquisas de satisfação dos usuários no desempenho dos serviços de saneamento;
- Abrir canais de comunicação e informação que permita a inclusão social de todos os segmentos da sociedade, junto ao Conselho representativo;
- Viabilizar a criação de associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, possibilitando a inclusão social através da geração de emprego e renda.

Os projetos e ações propostos para os municípios do consórcio visam garantir a universalização dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos em quantidade e qualidade tanto na sede urbana como nas comunidades rurais esparsas, minimizando impactos ambientais e na saúde humana.

5.5. INFRAESTRUTURA DE LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

As prioridades dos programas projetos e ações para o Sistema de limpeza Urbana e Manejo dos Resíduos Sólidos são elencadas de acordo com a priorização advinda das metas desenvolvidas no plano.

Nesse sentido, deve-se ressaltar que o PRGIRS não deve ser entendido como um documento de orientações estanques e definitivas, e sim como um documento com metas a serem seguidas, que devem ser constantemente avaliadas, e se necessário, revisadas e adaptadas conforme a necessidade.

As ações dos programas de manejo de resíduos sólidos permeiam todas as linhas de prioridade, sendo necessárias execuções durante todo o planejamento. Os Projetos a serem considerados seguem a seguir:

- Elaboração de projeto de desativação e remediação dos lixões;
- Elaboração de projeto de transporte dos resíduos por meio de gestão associada;



VALE DO TELES PIRES

CONSORCIO PÚBLICO DE SAÚDE

Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazônia

CEP: 78890-000 - Sorriso - MT

Fone: (66) 3544-3358

www.consorciodevaletelespires.com.br

E-mail: adm@consorciovaletelespires.com.br

CNPJ: 23.019.551/0001-00

- Implantação de Ecopontos;
- Implantação de pontos de entrega voluntária – PEV's
- Elaboração de projeto de coleta seletiva para resíduos secos e resíduos úmidos em todos os municípios;
- Implantação de unidades de triagem e compostagem;
- Disponibilização de Terreno, construção de barracão de triagem, e instalação de Maquinários e Equipamentos;
- Elaboração de planos de gerenciamento de resíduos de construção e demolição
- Elaboração de planos de gerenciamento de resíduos passíveis de logística reversa;
- Gerenciamento das atividades de construção civil de pequenos e grandes geradores, com vista na produção de resíduos;
- Realização da revisão de contratos de transporte, disposição final e tratamento de resíduos de saúde, avaliando a implementação via consórcio, buscando o ganho de escala;
- Implantação da cobrança da taxa do lixo nos municípios que ainda não tenham, e atualização dos valores subdimensionados, garantindo sustentabilidade do sistema;
- Estudo de novas formas de destinação dos resíduos;

Toda ação proposta para os municípios do consórcio tem como objetivo atender aos princípios estabelecidos pela Lei 12.305/2010, com a implantação de uma estrutura que viabilize a redução de resíduos, sua reutilização e a reciclagem, seja de forma individualizada ou consorciada.

Para isso o Plano deve reconhecer os resíduos reutilizáveis e recicláveis como bens econômicos e dotados de valor social, geradores de trabalho e renda, sendo importante que o procedimento de reuso e reciclagem inicie seu processo na própria fonte geradora, por meio da Coleta Seletiva. Para potencializar a reutilização e/ou reciclagem dos resíduos sólidos esses devem ser separados na fonte de geração para não comprometer a qualidade e consequentemente, o valor no mercado da reciclagem.

5.5.1. Ponto de Entrega Voluntária

Os Ecopontos, ou pontos de entrega voluntária, de resíduos volumosos de que trata a ABNT/NBR 15.112/2004 - “Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos – Áreas de Transbordo e Triagem – Diretrizes para Projeto, Implantação e Operação” constituem-se numa alternativa de apoio para a gestão do sistema de limpeza urbana, principalmente no que concerne aos diversos tipos de resíduos volumosos, de construção civil e de podas, evitando ocorrências deste tipo de problema para a limpeza urbana municipal.



VALE DO TELES PIRES

CONSORCIO PÚBLICO DE SAÚDE

Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazônia

CEP: 78890-000 - Sorriso - MT

Fone: (66) 3544-3358

www.consorciovaldetelespires.com.br

E-mail: adm@consorciovaldetelespires.com.br

CNPJ: 23.019.551/0001-00

Todos os municípios do consórcio deverão construir PEV's, aptos a receber resíduos em pequenas quantidades (no máximo 1m³, ou seja, os pequenos geradores), os resíduos da construção civil, recicláveis, volumosos, pneus, dentre outros resíduos que não são coletados na coleta convencional ou pelos Locais de Entrega Voluntária de Recicláveis - LEV's.

Segundo a ABNT/NBR 15.112/2004, alguns critérios e aspectos técnicos devem ser observados na implantação de Ecopontos, tais como:

- Isolamento da área através de isolamento do perímetro da área de operação, de maneira a controlar a entrada de pessoas e animais;
- Identificação visível e descritiva das atividades desenvolvidas;
- Equipamentos de proteção individual, proteção contra descargas atmosféricas e de combate a incêndio;
- Sistemas de proteção ambiental, como forma de controlar a poeira, ruídos;
- Sistemas de drenagem superficial e revestimento primário do piso das áreas de acesso, operação e estocagem, utilizável em qualquer condição climática. Ainda, destacam-se as seguintes diretrizes de operação:
- Restrição de recebimento de cargas de resíduos da construção civil constituídas predominantemente por resíduos de classe D - aqueles considerados perigosos e capazes de causar riscos à saúde humana ou ao meio ambiente, se gerenciados de forma inadequada. Podem ser tóxicos, inflamáveis, reativos (capazes de causar explosões) ou patogênicos (capazes de transmitir doenças);
- Triagem, classificação e acondicionamento em locais diferenciados de todo o resíduo recebido; destinação adequada dos rejeitos;
- Evitar o acúmulo de material não triado;
- Resíduos volumosos devem ter como destino a reutilização, reciclagem, armazenamento ou disposição final.

Para a concepção dos critérios dos ecopontos é necessário a elaboração de um projeto executivo. Dentre as estruturas que compõe um PEV, deve haver locais para o armazenamento temporário de Resíduos da Construção Civil e Demolição - RCCD, solos e rejeitos da construção civil; baias para armazenamento de resíduos volumosos - RV; baias em local coberto para o armazenamento de móveis domiciliares, de pneus, resíduos eletrônicos e perigosos; e uma para papel, papelão e isopor.

5.5.2. Implementação da coleta seletiva

Qualquer que seja a forma de execução dos serviços, a implantação do programa de Coleta Seletiva requer muito além do comprometimento de diversos setores da

administração pública, ou seja, alocação de infraestrutura integrada por: instalações, mão de obra e equipamentos necessários à boa execução dos serviços.

Neste sentido, competem aos gestores dos setores envolvidos, promoverem o comprometimento dos diversos agentes envolvidos no processo, quais sejam: a população, a entidade executora dos serviços, os técnicos integrantes da administração pública e outros, além de promover a disponibilização da infraestrutura necessária.

A ampliação dos serviços de coleta seletiva com o aumento da cobertura do atendimento populacional é uma das estratégias para atingir maiores índices de materiais recicláveis recuperados. Assim, atendendo aos objetivos de universalização, o serviço de coleta deverá ser consolidado e ampliado para todos os municípios, de forma a atender todas as regiões administrativas, porém, sincronizada com a ampliação da capacidade de processamento decorrente do fortalecimento das unidades de triagem existentes, da implantação de novas unidades e precedida de Mobilização Social e Educação Ambiental.

O fortalecimento da cobertura atual é imprescindível e a ampliação para todo os municípios deve acontecer dentro de um processo gradativo, permitindo a aplicação correta das etapas, para obtenção de sucesso nos esforços e investimentos demandados.

A implantação da coleta deve considerar as seguintes etapas básicas:

- Etapa preliminar e contínua - Preparar e conscientizar a população através de mobilização social e educação ambiental, para que respondam de forma participativa na separação e disposição dos resíduos para a coleta;
- Etapa concomitante- Estruturar os processos logísticos de coleta e de destinação dos resíduos, com a participação de catadores de materiais recicláveis e/ou pessoas em vulnerabilidade social e mobilizar, formalizar e capacitar os catadores;
- Etapa conclusiva - Iniciar a Coleta Seletiva após implementação dos passos e processos anteriores.

A ampliação da cobertura da Coleta Seletiva e recuperação dos recicláveis estão diretamente relacionadas com a capacidade de triagem dos resíduos, ofertada nos municípios.

Assim, para o alcance das metas progressivas previstas, os municípios deverão:

- Adequar e ampliar a capacidade produtiva das três centrais de triagem - Associações de catadores - já implantadas nos municípios de Lucas do Rio Verde, Sorriso e Nova Mutum;
- Instalar nos demais municípios as Centrais de Triagem para o processamento da Coleta Seletiva de resíduos secos, com a capacidade de acordo com projeção calculada, sendo capaz de atender a população no horizonte de 20 anos do Plano;

- Instalar e ampliar os Pontos de Entrega Voluntária móveis, em vários pontos dos municípios.

A estrutura operacional atual da Coleta Seletiva precisa ser reestruturada visando maior e melhor cobertura, abrangência e recuperação dos resíduos secos. Para tanto, serão necessários a realização da setorização da coleta seletiva, implementação das associações de catadores e instalação de centrais de triagem de resíduos, procedimentos mínimos necessários à realização da Coleta Seletiva.

A Setorização da Coleta Seletiva é a divisão do município em setores de coleta dos recicláveis, de acordo com suas características geográficas e populacionais. Devem ser definidos os roteiros traçados de forma a atender a todos os domicílios ali localizados, procedimento que contribui para a universalização do serviço e melhor eficiência operacional do sistema de coleta.

5.5.3. Estruturação das associações de catadores

A construção da política pública de resíduos sólidos no Brasil se dá no âmbito da política ambiental com inclusão social, defendido por organizações da sociedade civil, pelo Movimento Nacional dos Catadores (MNCR), por técnicos e acadêmicos para o desenvolvimento de modelos de cooperação e parcerias entre o governo e a sociedade que articulam inclusão social para geração de renda e preservação ambiental (BESEN, 2011).

Dentre as principais políticas e ações do governo federal, para inserção dos catadores na cadeia de reciclagem destaca-se a criação da categoria de catador de matérias reciclável pelo Ministério do Trabalho e Emprego, no Cadastro Brasileiro de Ocupações (CBO), em 2002, sob o código único 5192, com o reconhecimento da atividade se estabeleceu para a categoria os mesmos direitos e obrigações de um trabalhador autônomo (BESEN, 2011).

Verifica-se no Diagnóstico Situacional dos sistemas de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, que em boa parte dos municípios não há catadores de resíduos recicláveis organizados em cooperativa ou associação.

Neste sentido, deve-se fomentar a organização e estruturação de Associação ou Cooperativa de catadores não organizados e pessoas de baixa renda interessadas no manejo de resíduos sólidos de forma a atender as demandas existentes e futuras de geração de resíduos recicláveis, dando suporte jurídico, capacitando-os e integrando-os ao sistema de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.

5.5.4. Implantação de centrais de triagem de resíduos

Os municípios de Cláudia, Feliz Natal, Ipiranga do Norte, Itanhangá, Nova Ubitatã, Santa Carmem, Santa Rita do Trivelato, Sinop, Tapurah, União do Sul, Vera, ainda não possuem centrais de triagem de resíduos, portanto devem realizar a construção de galpões para o processamento dos resíduos recicláveis, constituído dos seguintes itens:

- Cerca periférica;
- Locais de apoio, com banheiros, refeitório, escritório administrativo e depósito;
- Local para recepção dos resíduos para triagem;
- Local para triagem de resíduos sólidos, de forma manual ou mecanizada;
- Local para armazenamento dos resíduos resultantes da triagem (bacias de recicláveis);
- Local para armazenamento dos resíduos sólidos (rejeitos) para posterior envio à disposição final;
- Sistema de drenagem superficial;
- Sistema de drenagem e remoção de efluente, caso seja necessário;
- Sistema de tratamento do efluente e disposição final, caso seja necessário;

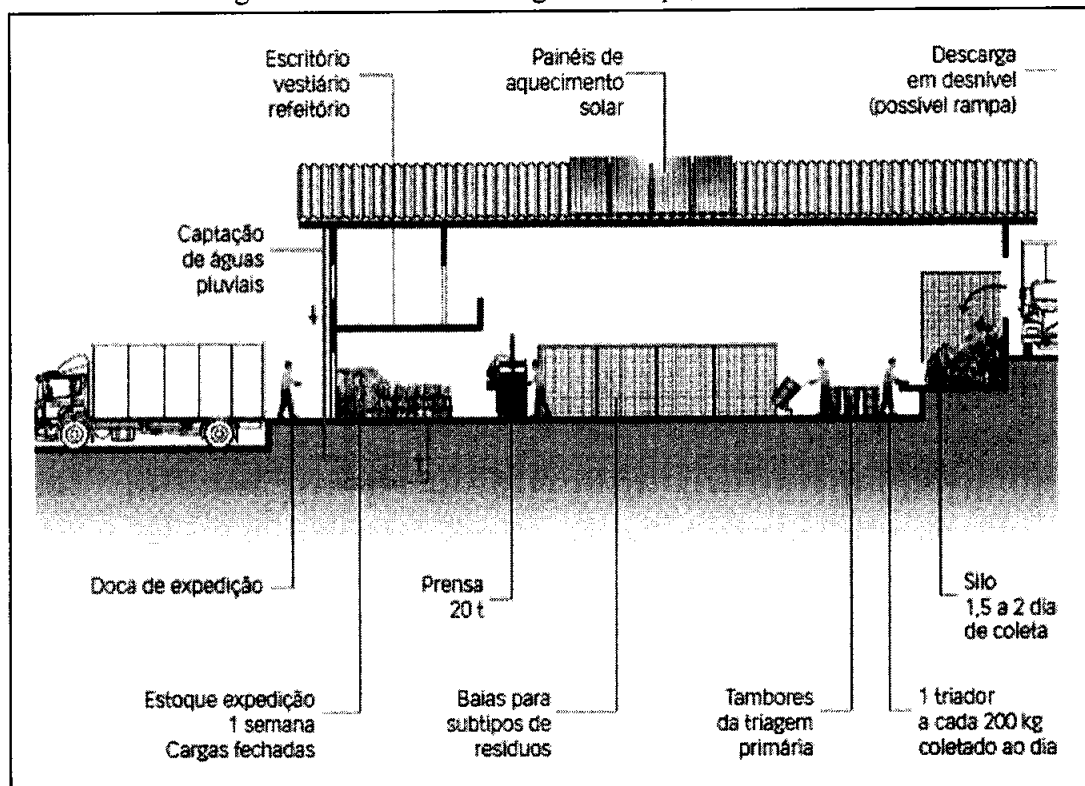
Sendo facultativo a utilização da gravidade para definição das zonas de trabalho, facilitando a logística, e a instalação de painéis solares e captação de águas pluviais para a melhor eficiência na sustentabilidade do sistema.

Além da estrutura física as centrais de triagem necessitam da aquisição de equipamentos para o seu funcionamento, sendo eles:

- Prensa enfardadeira;
- Balança;
- Carrinho plataforma;
- Empilhadeira simples, se necessário;
- Esteira reparadora; se necessário;

A Figura 31 demonstra a central de triagem da Lapa, bairro do Rio de Janeiro, como modelo ilustrativo que pode ser utilizado como comparativo construtivo.

Figura 31 – Central de triagem da Lapa, Rio de Janeiro.



Fonte: Ministério das Cidades.

Recomenda-se que seja realizado estudo da viabilidade técnica e econômico-financeira para implantação de centrais de triagem consorciadas, avaliando aspectos do transporte destes resíduos, minimização de custos, garantia de ganhos de escala, otimização de procedimentos operacionais e questões socio-culturais, mediante a empregabilidade dos catadores da região

5.5.5. Reaproveitamento dos resíduos orgânicos

A compostagem constitui-se em um processo biológico de degradação da matéria orgânica existente em restos de origem animal ou vegetal, o que origina um composto. O processo de compostagem propicia um destino útil para os resíduos orgânicos, evitando sua acumulação em aterros, além de contribuir para a melhoria da estrutura dos solos que recebem o composto.

Destaca-se que, para os serviços de manejo de resíduos sólidos, o objetivo principal da compostagem não é a produção do composto/adubo, o que se pretende,

essencialmente, é transformar e reaproveitar o material orgânico presente nos resíduos sólidos urbanos, diminuindo a quantidade de resíduos enviados ao aterro. A produção do composto, que agrega matéria ao solo e melhora suas propriedades, e a geração de renda por meio da venda do mesmo, são benefícios adicionais trazidos pelo processo de compostagem.

Este programa de reaproveitamento dos resíduos orgânicos pode ser dividido em dois subprogramas, sendo um deles voltado para a realização de compostagem em áreas urbanas e de maior concentração populacional, enquanto o outro objetiva promover as atividades de compostagem nas áreas rurais e/ou em pequenos núcleos populacionais.

Na área urbana, os resíduos oriundos de poda e o lodo proveniente das estações de tratamento de esgotos (Sinop, Cláudia e Lucas do Rio Verde) podem ser incorporados aos resíduos orgânicos originados da coleta regular de RSU para a produção do composto, o qual será utilizado como adubo para a agricultura. Ressalta-se que a utilização de lodos provenientes de ETE's podem ser utilizados na compostagem desde que sejam observadas as disposições constantes na Resolução CONAMA nº 375, de 29 de agosto de 2006, a qual define critérios e procedimentos, para o uso agrícola de lodos de esgoto gerados em estações de tratamento de esgoto sanitário e seus produtos derivados.

Sugere-se a participação nesta atividade da cooperativa de catadores com fins de aumentar a renda para as famílias.

Vale ressaltar que o composto gerado deverá passar por um controle, onde a qualidade de composto será verificada (relação C:N adequada, entre outras propriedades), bem como a não existência de patógenos ou outros organismos que possam trazer prejuízo à saúde humana e ao ambiente. O processo de compostagem, quando bem operado e controlado, produz um composto de qualidade, o qual não oferece riscos, ao contrário, agrega benefícios diversos.

Nas áreas rurais ou pequenos núcleos urbanos afastados recomenda-se a prática da compostagem de maneira diferenciada, ou seja, o composto seria desenvolvido em cada unidade da comunidade o que diminuirá gastos com coletas nestes locais e beneficiará os moradores.

Nesse contexto, primeiramente, deve-se realizar um levantamento e identificar as comunidades que farão parte do programa e, em seguida, orientar os moradores quanto a construção de composteiras e implantação de hortas comunitárias nas comunidades selecionadas.

Caso haja uma grande produção de hortaliças estas podem ser comercializadas. Nesse contexto, a Prefeitura poderia comprar os produtos para suprir a demanda de escolas e/ou creches municipais na elaboração de lanches para as crianças.

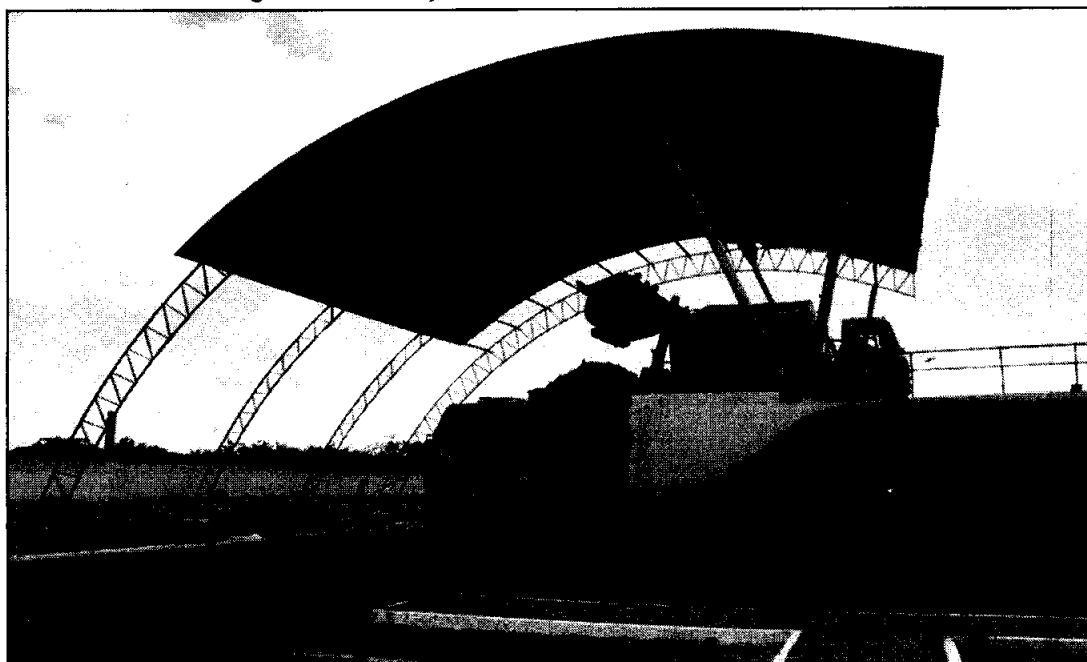
5.5.6. Estações de transbordo

Estação de transbordo é uma instalação destinada a receber resíduos de forma temporária. É utilizada para armazenar o material da coleta antes de transferi-lo definitivamente para o seu destino final, que usualmente são os aterros sanitários. Portanto, a estação de transferência funciona como uma espécie de entreposto entre a fonte geradora e a disposição final dos resíduos.

As Estações de transbordo necessitam de infraestrutura adequada para o recebimento dos resíduos e evitar os impactos ambientais. Portanto a infraestrutura padrão nas estações de transbordo devem conter:

- Rampa de acesso, facilitando o depósito dos resíduos nos contêineres;
- Cobertura protetora, que evita a entrada de água da chuva, fator esse que eleva a produção de chorume e aumenta o peso dos resíduos, consequentemente as despesas com a disposição final;
- Piso impermeável, para impedir a percolação do chorume no solo;
- Canaletas, para encaminhamento dos efluentes para o tratamento;
- Sistema de tratamento de efluentes;
- Cerca periférica, para evitar o acesso da população;

Figura 32 – Estação de transbordo Nova Parnamirim



Fonte: Prefeitura de Parnamirim, 2017.

Atualmente os municípios de Feliz Natal, Itanhangá, Tapurah e Vera realizam o transbordo dos seus resíduos por meio de estrutura improvisada com rampa e contêineres roll-on roll-off, contudo essas estações deverão ser readequadas para atender os requisitos mínimos construtivos que garantam a saúde do meio ambiente, além de ser necessário a elaboração do licenciamento ambiental de cada estação de transbordo.

Santa Rita do Trivelato e União do Sul ainda não possuem nenhuma estação de transbordo em seus municípios, portanto deverá ser elaborado projeto de construção das respectivas estações, seguindo os requisitos mínimos construtivos, concomitante a elaboração do licenciamento ambiental.

Santa Carmem e Sinop dispõe seus resíduos diretamente no aterro sanitário devido à proximidade dos municípios ao aterro, portanto não é necessário a utilização de estações de transbordo para realizar a disposição final dos resíduos.

Cláudia, Ipiranga do Norte, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Nova Ubitatã e Sorriso possuem atualmente uma estação de transbordo com infraestrutura adequada ao recebimento dos resíduos, e possuem licenciamento ambiental vigente, portanto sendo facultado a estes municípios apenas a posse sempre atualizada do licenciamento.

5.5.7. Transporte

Com a implementação dos aterros sanitários pela iniciativa privada na região, tornou-se possível a disposição final dos resíduos sólidos de maneira ambientalmente adequada, o que até então não havia sido realizado pelo poder público, porém as grandes dimensões do estado do Mato Grosso, explicitou as distâncias entre os municípios e os aterros, trazendo uma nova problemática para o manejo correto dos resíduos sólidos.

A iniciativa privada novamente atuou na solução deste problema público, fornecendo o serviço mediante contratos individualizados com os municípios, porém para o mesmo serviço na região, são cobrados valores elevados e distintos entre prefeituras, trazendo um grande encargo financeiro para realizar a disposição final correta de seus resíduos.

Com exceção dos municípios de Sinop e Santa Carmem, todos os municípios do consórcio necessitam ou necessitarão do serviço de transporte dos resíduos sólidos urbanos, portanto cabe a análise técnico-financeira da aquisição de veículos via consórcio, para realizar este serviço de maneira mais eficiente, facilitando a logística e minimizando custos operacionais, desta forma diminuindo as despesas dos municípios com o manejo dos resíduos e possibilitando, e até incentivando municípios que ainda não destinam corretamente os seus resíduos, passem a dispor em aterros ambientalmente licenciados.



VALE DO TELES PIRES

CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE

Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazônia
CEP: 78890-000 - Sorriso - MT

Fone: (66) 3544-3358

www.consorciovaldetelespires.com.br
E-mail: adm@consorciovaldetelespires.com.br

CNPJ: 23.019.551/0001-00

A viabilização desse transporte intermunicipal dos resíduos sólidos até os Aterros Sanitários licenciados, através de solução consorciada, seria o primeiro passo para desenvolver uma política pública regionalizada de tratamento e destinação dos resíduos. O efeito imediato dessa ação será a redução dos custos de transporte, resultando em uma economia aos municípios, os quais poderão destinar os recursos preservados para o andamento das etapas seguintes da implementação do PRGIS, de efeito a médio e longo prazos. Porém essa ação também irá influenciar diretamente na aglutinação dos municípios de forma a trabalharem em conjunto via consórcio, na solução do problema do transporte de resíduos na região, viabilizando e fomentando o desenvolvimento de novas práticas consorciadas.

Outra possível solução é a realização de um contrato unificado via consórcio, garantindo a padronização dos valores cobrados pelo serviço e uma possível diminuição dos encargos, devido ao ganho de escala gerados pela união dos municípios.

5.5.8. Disposição final

Atualmente, os resíduos comerciais e domiciliares produzidos na área urbana dos municípios do consórcio são encaminhados aos aterros sanitários da Sanorte, localizados em Primavera districto de Sorriso e em Sinop, os demais resíduos, como os Resíduos da Construção Civil e Demolições, resíduos de podas, capina e roçada não possuem um local adequado para a disposição, ou seja, são encaminhados ao “Lixão”. Portanto, é essencial o encerramento das atividades nesta área, bem como sua recuperação.

Porém de acordo com o novo marco do saneamento todos os lixões possuem prazos para encerramento, sendo dependente da população do município, conforme:

“Art. 54. A disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos deverá ser implantada até 31 de dezembro de 2020, exceto para os Municípios que até essa data tenham elaborado plano intermunicipal de resíduos sólidos ou plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos e que disponham de mecanismos de cobrança que garantam sua sustentabilidade econômico-financeira, nos termos do art. 29 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para os quais ficam definidos os seguintes prazos:

I - até 2 de agosto de 2021, para capitais de Estados e Municípios integrantes de Região Metropolitana (RM) ou de Região Integrada de Desenvolvimento (Ride) de capitais;



VALE DO TELES PIRES

CONSORCIO PÚBLICO DE SAÚDE

Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazônia
CEP: 78890-000 - Sorriso - MT

Fone: (66) 3544-3358

www.consorciotedotelespires.com.br
E-mail: adm@consorciotedotelespires.com.br

CNPJ: 23.019.551/0001-00

II - até 2 de agosto de 2022, para Municípios com população superior a 100.000 (cem mil) habitantes no Censo 2010, bem como para Municípios cuja mancha urbana da sede municipal esteja situada a menos de 20 (vinte) quilômetros da fronteira com países limítrofes;

III - até 2 de agosto de 2023, para Municípios com população entre 50.000 (cinquenta mil) e 100.000 (cem mil) habitantes no Censo 2010; e

IV - até 2 de agosto de 2024, para Municípios com população inferior a 50.000 (cinquenta mil) habitantes no Censo 2010.

Portanto com a aprovação do presente plano e a implementação da cobrança da taxa em todos os municípios do consórcio, a data limite para o encerramento dos lixões municipais será prorrogada de acordo com o Quadro 23.

Quadro 23 – Prazo limite para encerramento dos lixões municipais.

Prazo limite	Município
2 de agosto de 2022	Sinop
2 de agosto de 2023	Sorriso
2 de agosto de 2024	Cláudia
	Feliz Natal
	Ipiranga do Norte
	Itanhangá
	Lucas do Rio Verde
	Nova Mutum
	Nova Ubiratã
	Santa Carmem
	Santa Rita do Trivelato
	Tapurah
União do Sul	
Vera	

Fonte: CPSVTP, 2020.

Analisando o histórico do Mato Grosso e no Brasil em relação a operação de aterros sanitários públicos e privados, individualizados ou de maneira consorciada, foi



VALE DO TELES PIRES

CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE

Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazônia
CEP: 78890-000 - Sorriso - MT

Fone: (66) 3544-3358

www.consorciovaledotelespires.com.br
E-mail: adm@consorciovaledotelespires.com.br

CNPJ: 23.019.551/0001-00

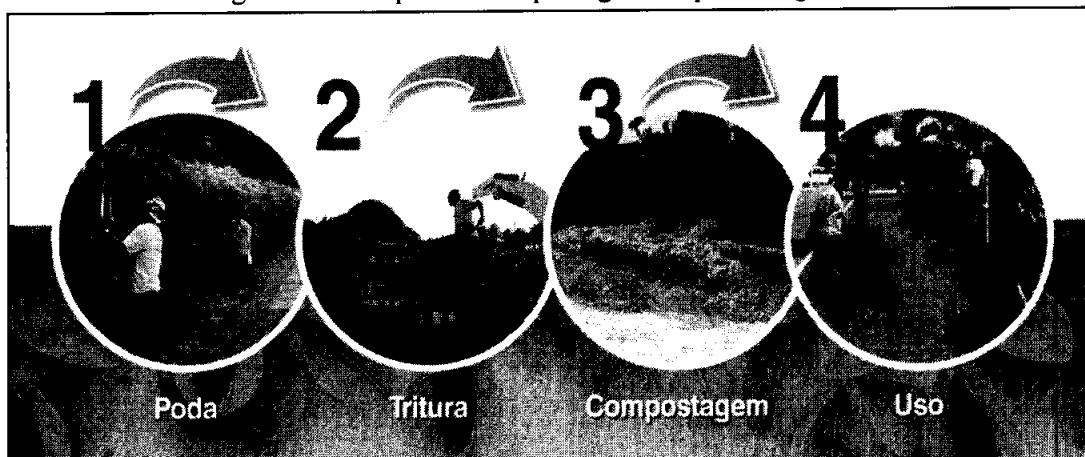
detectado que os aterros privados regionais possuem maior eficiência de operação, maior segurança ambiental e são economicamente mais viáveis, Diante do exposto, este Programa visa definir ações e projetos para o reaproveitamento ou reciclagem desses rejeitos e resíduos. Para adequar a disposição final dos resíduos, mediante as legislações vigentes, preconiza-se as seguintes alternativas:

- Continuidade da disposição dos rejeitos em aterros sanitários privados, não excluindo a possibilidade de aderir melhores tecnologias para disposição final;
- Utilização de resíduos triturados de podas, capina e roçada na compostagem;
- Reaproveitamento de resíduos da construção civil com a classificação, trituração e separação do resíduo, tornando-o apto a reutilização.

A continuidade da operação de disposição final via aterro sanitário privado regionalizado não exclui, portanto, a possibilidade de aderir ao longo do tempo novas tecnologias que se mostrem mais economicamente viáveis, e que garantam a saúde da população e do meio ambiente. O consórcio público responsável poderá atuar como intermediador do contrato entre municípios e empresa, com intuito de diminuir os valores pagos por tonelagem que são dispostas nos aterros, devido ao ganho de escala.

As podas atualmente são ainda um dos principais problemas para os municípios quanto a disposição final e encerramento dos lixões municipais, porém este material tem um ótimo potencial para o reaproveitamento com os processos de compostagem e fabricação de cavacos de madeira. A compostagem das podas trituradas e gramas podem ser associadas aos resíduos orgânicos domiciliares, ou individualmente dependendo da realidade do município. Após a trituração deste material, o mesmo é agrupado em “leiras” nas quais podem ser adicionados ureia, esterco, ou terra, para que ocorra o processo de decomposição do material orgânico, dando origem ao composto que será utilizado na manutenção das praças públicas, em canteiros e hortas das creches e escolas dos municípios, e no plantio de forma geral.

Figura 33 – Etapas da compostagem de podas e gramas.



Fonte: Administradora Jardim Acapulco, 2019.

Para efetivação deste programa, cada um dos municípios necessitará da aquisição de máquinas aptas a realizar a trituração das podas, uma área para realização da compostagem e um funcionário para manusear a composteira. O procedimento é simplificado e pode ser realizado por qualquer funcionário das prefeituras, com a devida instrução que deve ser repassada por equipe técnica específica do consórcio ou do município, se houver.

Nos resíduos de limpeza urbana, entretanto, possuem alguns pedaços de madeira provenientes da poda, que são grandes demais para uma se obter uma boa eficiência de compostagem, nestes casos, uma alternativa viável é a fabricação de cavacos de madeira, pequenos pedaços de madeira, que pode ter tamanhos variáveis entre 5 a 50mm. A qualidade do cavaco está diretamente relacionada à matéria prima e a tecnologia utilizada para sua produção. Estes cavacos podem ser utilizados como combustível em caldeiras de grandes centrais de produção de calor ou de produção de energia elétrica, como centrais termoelétricas a resíduos florestais. Na região, um potencial receptor desse tipo de produto são as usinas de etanol.

Outro Resíduo que impossibilita o encerramento dos lixões municipais da região é o resíduo proveniente da construção civil, por ainda não existir alternativas tecnológicas para destinação final deste resíduo, portanto cabe a avaliação da implementação de unidades de tratamento dos RCC público ou privado de forma individualizada, ou consorciada, avaliando alternativa que seja mais economicamente viável aos municípios. O tratamento do RCC também é realizado de maneira simplificada, porém necessita de alto investimento inicial para abranger as seguintes Etapas:



VALE DO TELES PIRES

CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE

Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazônia
CEP: 78890-000 - Sorriso - MT

Fone: (66) 3544-3358

www.consorciavaledotelespires.com.br
E-mail: adm@consorciavaledotelespires.com.br

CNPJ: 23.019.551/0001-00

Recepção e Pesagem: Os veículos transportadores são inspecionados, classificados pela tipologia dos resíduos transportados e pesados. Para a pesagem é utilizada uma balança rodoviária com capacidade para 60 toneladas, instalada na recepção da unidade de tratamento. O peso, além de se constituir numa unidade de medida para cobrança, também é utilizado para controle estatístico de produção e estoque;

Pátio de estocagem e triagem: os resíduos são descarregados no pátio de estocagem e triagem, onde funcionários retiram manualmente resíduos estranhos ao processo, classificando-os e estocando conforme sua tipologia. Estes resíduos, considerados rejeitos serão encaminhados a aterros classe I ou II, conforme classificação;

Preparação dos Resíduos a serem Tratados: ainda no pátio de estocagem e triagem, os RCC são agrupados conforme tipologia, a fim de obter-se um agregado reciclado de qualidade definida. Também nessa etapa, são reduzidas as dimensões dos blocos de concreto para adequação a boca do triturador. Também nessa etapa outros materiais recicláveis como madeiras, gesso, metais, dentre outros, são coletados e estocados em local apropriado;

Britagem: Os RCC são britados, tendo seus componentes desagregados e suas partículas diminuídas;

Peneiramento: Os resíduos britados são transportados através de correia transportadora até o sistema de peneiramento mecânico. Neste processo os RCC são classificados de acordo com sua granulometria. Nesta etapa os metais, presente no concreto armado, são removidos por um sistema de eletroímã;

Estocagem dos Agregados: Pátio onde são estocados os agregados provenientes do processo de reciclagem ficando à disposição do mercado ou utilização pelos próprios municípios em obras construtivas;

Outros serviços: beneficiamento dos materiais recicláveis, removidos antes do processo de britagem.

Portanto para a construção de uma unidade de tratamento de RCC é necessário a aquisição dos seguintes equipamentos:



VALE DO TELES PIRES

CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE

Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazônia
CEP: 78890-000 - Sorriso - MT

Fone: (66) 3544-3358

www.consorciavaledotelespires.com.br
E-mail: adm@consorciavaledotelespires.com.br

CNPJ: 23.019.551/0001-00

- Alimentador Vibratório;
- Transportador de correia fixo;
- Britador de Impacto;
- Transportador de correia móvel;
- Quadro Elétrico;
- Estrutura de sustentação;
- Bicas de transferência;
- Peneira vibratória;
- Pá carregadeira.

Figura 34 – Empresa de reaproveitamento de RCC.



Fonte: Estre, 2017.

Com a efetiva realização destes programas, os municípios do consórcio estarão aptos a realizar os planos de encerramentos completo de todos os lixões municipais e se adequar à lei Nº 14.206/2020 que rege sobre o novo marco do saneamento, além de viabilizar o desenvolvimento tecnológico na região, fomento da economia pautada nos resíduos sólidos, ampliação das vagas de empregos relacionadas aos resíduos e benefícios econômicos aos municípios.

5.5.9. Resíduos Sólidos de Saúde

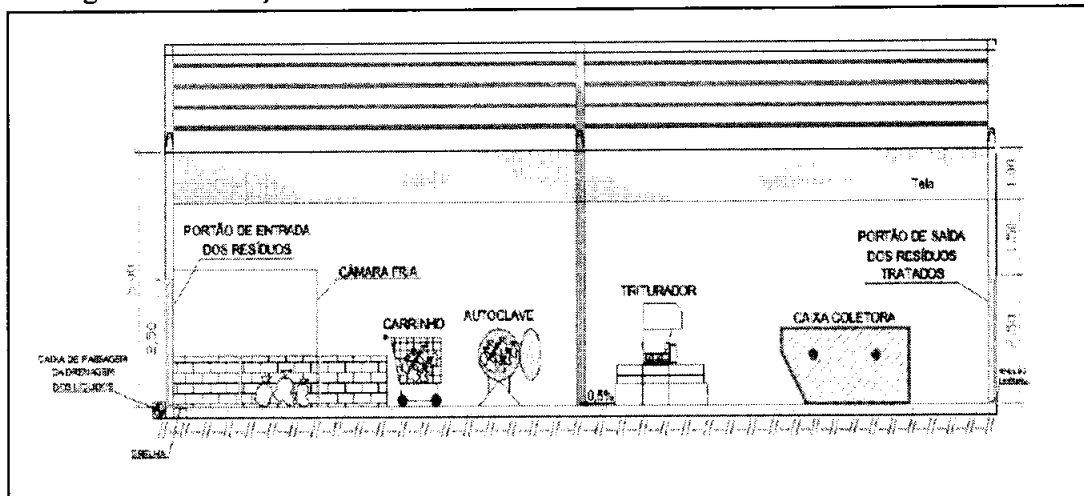
Resíduos sólidos de serviços de saúde são todos os resíduos gerados por estabelecimentos prestadores de serviços de saúde: hospitais, clínicas médicas e odontológicas, laboratórios de análises clínicas e postos de coleta, ambulatórios médicos, farmácias e drogarias, unidades municipais de saúde (postos da rede pública), clínicas veterinárias e instituições de ensino e pesquisa médica, relacionados tanto à população humana quanto à veterinária.

Assim como no transporte dos resíduos domiciliares, a iniciativa privada atua na solução do tratamento dos resíduos sólidos de saúde, fornecendo o serviço mediante contratos individualizados com os municípios. Portanto ocorre a mesma problemática do transporte, onde são cobrados valores elevados e distintos entre prefeituras, trazendo um grande encargo financeiro para realizar a destinação correta desse resíduo.

Com intuito de solucionar esse desafio, o plano recomenda a instalação de um complexo de tratamento dos resíduos sólidos de saúde de forma consorciada, garantindo o recebimento de todo resíduo de saúde da região, a instalação da unidade de tratamento de resíduos de saúde deverá contemplar:

- Local para recebimento dos resíduos;
- Câmara fria, para o acondicionamento correto dos resíduos, enquanto não são submetidos ao processo de autoclavagem;
- Autoclave, para inertização e tratamento dos resíduos;
- Triturador para posterior encaminhamento dos resíduos, já descaracterizados, ao aterro sanitário.
- Caixa coletora, para o armazenamento temporário dos resíduos tratados;
- Calhas/Grelhas no piso, com intuito de captar o percolado proveniente da decomposição dos resíduos;
- Sistema individualizado de tratamento de efluentes.

Figura 35 – Estação de tratamento de RSS, do Consórcio Nascentes do Pantanal



Fonte: PRGIRS do Consórcio Nascentes do Pantanal, 2014

Outra solução a ser avaliada é manter o serviço gerido pela iniciativa privada, porém elaborar de um contrato unificado via consórcio, garantindo a padronização dos valores cobrados pelo serviço e uma possível diminuição dos encargos, devido ao ganho de escala gerados pela união dos municípios.

5.5.10. Medidas estruturais e estruturantes

Para facilitar na visualização das principais medidas estruturantes e estruturais que devem ser implementadas em cada um dos municípios individualmente foi elaborado dois quadros resumo que podem ser observados a seguir.

Quadro 24 – Quadro Resumo das principais medidas estruturantes

Municípios		Medidas Estruturantes prioritárias				
Cláudia	Elaboração Plano de Educação Ambiental	Elaboração Sistema de Informação	Implantação de Cooperativa de Catadores	Elaboração Plano de Coleta Seletiva e Compostagem	Adequação da taxa de coleta de lixo	-
Feliz Natal	Elaboração Plano de Educação Ambiental	Elaboração Sistema de Informação	Implantação de Cooperativa de Catadores	Elaboração Plano de Coleta Seletiva e Compostagem	Implementação da taxa de coleta do lixo	Elaboração Código de Meio Ambiente
Ipiranga do Norte	Elaboração Plano de Educação Ambiental	Elaboração Sistema de Informação	Implantação de Cooperativa de Catadores	Elaboração Plano de Coleta Seletiva e Compostagem	Implementação da taxa de coleta do lixo	-
Itanhanga	Elaboração Plano de Educação Ambiental	Elaboração Sistema de Informação	Implantação de Cooperativa de Catadores	Elaboração Plano de Coleta Seletiva e Compostagem	Adequação da taxa de coleta de lixo	-
Lucas do Rio Verde	Elaboração Plano de Educação Ambiental	Elaboração Sistema de Informação	Apoio técnico e Jurídico a Cooperativas de catadores	Elaboração Plano de Coleta Seletiva e Compostagem	Adequação da taxa de coleta de lixo	-
Nova Mutum	Elaboração Plano de Educação Ambiental	Elaboração Sistema de Informação	Apoio técnico e Jurídico a Cooperativas de catadores	Elaboração Plano de Coleta Seletiva e Compostagem	Adequação da taxa de coleta de lixo	-
Nova Ubiratã	Elaboração Plano de Educação Ambiental	Elaboração Sistema de Informação	Implantação de Cooperativa de Catadores	Elaboração Plano de Coleta Seletiva e Compostagem	Adequação da taxa de coleta de lixo	-
Santa Carmem	Elaboração Plano de Educação Ambiental	Elaboração Sistema de Informação	Implantação de Cooperativa de Catadores	Elaboração Plano de Coleta Seletiva e Compostagem	Adequação da taxa de coleta de lixo	Elaboração Código de Meio Ambiente
Santa Rita do Trivelato	Elaboração Plano de Educação Ambiental	Elaboração Sistema de Informação	Implantação de Cooperativa de Catadores	Elaboração Plano de Coleta Seletiva e Compostagem	Adequação da taxa de coleta de lixo	Elaboração Código de Meio Ambiente
Sinop	Elaboração Plano de Educação Ambiental	Elaboração Sistema de Informação	Implantação de Cooperativa de Catadores	Elaboração Plano de Coleta Seletiva e Compostagem	Adequação da taxa de coleta de lixo	-
Sorriso	Elaboração Plano de Educação Ambiental	Elaboração Sistema de Informação	Apoio técnico e Jurídico a Cooperativas de catadores	Execução do Plano de Coleta Seletiva e Compostagem	Adequação da taxa de coleta de lixo	-

Continuação do Quadro 24 - Quadro Resumo das principais medidas estruturantes

Municípios		Medidas Estruturantes prioritárias				
Tapurah	Elaboração Plano de Educação Ambiental	Elaboração Sistema de Informação	Implantação de Cooperativa de Catadores	Elaboração Plano de Coleta Seletiva e Compostagem	Adequação da taxa de coleta de lixo	-
União do Sul	Elaboração Plano de Educação Ambiental	Elaboração Sistema de Informação	Implantação de Cooperativa de Catadores	Elaboração Plano de Coleta Seletiva e Compostagem	Implementação da taxa de coleta do lixo	-
Vera	Elaboração Plano de Educação Ambiental	Elaboração Sistema de Informação	Implantação de Cooperativa de Catadores	Elaboração Plano de Coleta Seletiva e Compostagem	Adequação da taxa de coleta de lixo	-

Fonte: CPSVTP, 2020.

Quadro 25 – Quadro Resumo das principais medidas estruturais

Municípios		Medidas Estruturais prioritárias					
Cláudia	Encerramento Lixão	-	Implementação da coleta seletiva	Construção de Central de Triagem de Recicláveis	Construção de Central de compostagem	Construção de PEV's	Construção de Central de triagem de RCC
Feliz Natal	Encerramento Lixão	Adequação Transbordo	Implementação da coleta seletiva	Construção de Central de Triagem de Recicláveis	Construção de Central de compostagem	Construção de PEV's	Construção de Central de triagem de RCC
Ipiranga do Norte	Encerramento Lixão	-	Implementação da coleta seletiva	Construção de Central de Triagem de Recicláveis	Construção de Central de compostagem	Construção de PEV's	Construção de Central de triagem de RCC
Itanhanga	Encerramento Lixão	Adequação Transbordo	Implementação da coleta seletiva	Construção de Central de Triagem de Recicláveis	Construção de Central de compostagem	Construção de PEV's	Construção de Central de triagem de RCC
Lucas do Rio Verde	Encerramento Lixão	-	-	-	Construção de Central de compostagem	Construção de PEV's	Construção de Central de triagem de RCC

Continuação do Quadro 25 - Quadro Resumo das principais medidas estruturais

Municípios		Medidas Estruturais prioritárias					
Nova Mutum	Encerramento Lixão	-	-	-	Ampliação de Central de compostagem	Construção de PEV's	Construção de Central de triagem de RCC
Nova Ubiratã	Encerramento Lixão	-	Implementação da coleta seletiva	Construção de Central de Triagem de Recicláveis	Construção de Central de compostagem	Construção de PEV's	Construção de Central de triagem de RCC
Santa Carmem	Encerramento Lixão	-	Implementação da coleta seletiva	Construção de Central de Triagem de Recicláveis	Construção de Central de compostagem	Construção de PEV's	Construção de Central de triagem de RCC
Santa Rita do Trivelato	Encerramento Lixão	Construção Transbordo	Implementação da coleta seletiva	Construção de Central de Triagem de Recicláveis	Construção de Central de compostagem	Construção de PEV's	Construção de Central de triagem de RCC
Sinop	Encerramento Lixão	-	Implementação da coleta seletiva	Construção de Central de Triagem de Recicláveis	Construção de Central de compostagem	Construção de PEV's	Construção de Central de triagem de RCC
Sorriso	Encerramento Lixão	-	Ampliação da coleta seletiva	-	Ampliação de Central de compostagem	Construção de PEV's	Construção de Central de triagem de RCC
Tapurah	Encerramento Lixão	Adequação Transbordo	Implementação da coleta seletiva	Construção de Central de Triagem de Recicláveis	Construção de Central de compostagem	Construção de PEV's	Construção de Central de triagem de RCC
União do Sul	Encerramento Lixão	Construção Transbordo	Implementação da coleta seletiva	Construção de Central de Triagem de Recicláveis	Construção de Central de compostagem	Construção de PEV's	Construção de Central de triagem de RCC
Vera	Encerramento Lixão	Adequação Transbordo	Implementação da coleta seletiva	Construção de Central de Triagem de Recicláveis	Construção de Central de compostagem	Construção de PEV's	Construção de Central de triagem de RCC

Fonte: CPSVTP, 2020.

5.6. POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO

Pode-se observar a consolidação de esforços para o desenvolvimento do setor do saneamento no Brasil, através da concepção do marco regulatório com o advento da Lei nº 11.445/2007. Além disso, a expectativa de incremento do setor foi impulsionada com a criação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC (TAVARES, 2010).

De acordo com a Lei 11.445/2007 a alocação de recursos federais está atrelada a Política de Saneamento Básico, materializada nos Planos de Saneamento Básico que passam a ser um referencial para a obtenção de recursos. Estes Planos passam a ser instrumentos importantes não só para o planejamento e avaliação da prestação dos serviços, bem como para a utilização de tecnologias apropriadas, como também para a obtenção de recursos, não onerosos e ou onerosos (financiamentos) e para a definição de política tarifária e de outros preços públicos condizentes com a capacidade de pagamento dos diferentes usuários dos serviços (BRASIL, 2009).

Os municípios de pequeno porte encontram dificuldades de caráter institucional, técnico e financeiro para cumprir com seus próprios recursos as determinações estabelecidas pela Lei nº 11.445/2007. Desta forma, necessitam de aportes financeiros complementares de outros entes federados, seja da união, como do próprio Estado.

Nesta direção, Cunha (2011), analisa a obrigação da União, dos estados-membros e dos municípios na promoção de programas de saneamento básico e a participação dos três níveis de governo no financiamento do setor, através da disponibilização de recursos orçamentários ou não orçamentários para investimento no setor.

De acordo com Peixoto (2006), existem diversas formas de financiamento dos serviços públicos de saneamento básico no Brasil, quais sejam:

- Cobrança direta dos usuários – taxa ou tarifa: principal fonte de financiamento dos serviços. Uma política de cobrança bem formulada pode ser suficiente para financiar os serviços e alavancar seus investimentos, podendo até mesmo não depender de empréstimos no médio ou longo prazo, se esta política prever a constituição de fundo próprio de investimento.
- Subsídios tarifários: forma que se aplica quando os serviços são prestados para vários municípios sob uma mesma gestão, como os Consórcios Públicos de Municípios, ou via fundos especiais de âmbito regional ou estadual (Regiões Metropolitanas), com contribuição obrigatória.
- Financiamentos – operação de crédito (Fundos e Bancos): Forma de investimentos nos serviços de saneamento, com recursos do FGTS. Conta ainda com a participação de recursos do BNDES que financia também concessionárias privadas.

Recursos do Orçamento Geral da União e de Orçamentos Estaduais: Recursos constantes do orçamento geral da União e dos Estados. Por serem recursos não onerosos estão sujeitos a contingenciamento, dificultando a liberação para fins de convênios. Os recursos da União são acessados pelos municípios via Emenda Parlamentar ou atendimento de Editais de Carta Consulta dos Ministérios. Com relação aos estados os recursos dependem dos valores orçados nos respectivos programas orçamentários e estão atreladas as condições financeiras dos mesmos.

5.7. FONTE DE RECURSOS FEDERAIS

5.7.1. Fundação Nacional Da Saúde (FUNASA)

Programa de saneamento básico em municípios com população até 50.000 habitantes: Tem por objetivo o desenvolvimento de ações e propostas que contemplem sistemas integrados de saneamento ambiental, prevendo desde a captação de água até a solução adequada para a destinação final dos dejetos, assim como iniciativas voltadas para a educação em saúde e mobilização social. Contempla as seguintes ações de implantação e ampliação ou melhoria de sistemas de tratamento e destinação final de resíduos sólidos para controle de agravos e implantação de melhorias sanitárias domiciliares para controle de agravos. Os municípios são selecionados pela base em critérios epidemiológicos, ou seja, que apresentem problemas sérios em termos de saúde pública.

5.7.2. Ministério Do Meio Ambiente

Programa Brasil Joga Limpo: Tem por objetivo a promoção da melhoria da qualidade ambiental nos assentamentos, o incremento da capacidade de gestão ambiental integrada no meio urbano e rural. Contempla as seguintes ações:

- Elaboração do Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos;
- Implantação de Sistema de Informação Ambiental relacionado à Gestão Integrada de Resíduos;
- Difusão de Práticas Sustentáveis de Gestão Ambiental no meio rural;
- Fomento a projetos de Gerenciamento e disposição final adequada de resíduos sólidos;
- Fortalecimento da Infraestrutura de Cooperativas de Catadores para coleta, transporte e comercialização de materiais recicláveis.

5.7.3. Banco Nacional De Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

O Projeto Multissetorial Integrado (PMI) é uma linha de financiamento do BNDES referente a um conjunto de projetos que compõe o planejamento e as ações dos agentes municipais em vários setores com a finalidade de solucionar problemas existentes na estrutura dos centros urbanos através de um modelo alternativo de tratamento dos problemas sociais para inúmeros tipos de carências, como por exemplo financiar empreendimentos de infraestrutura de educação, saúde, assistência social, e serviços públicos; de recuperação e revitalização de áreas degradadas; de saneamento ambiental (abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e drenagem urbana); As solicitações para este tipo de financiamento são enviadas ao BNDES por meio de Consulta Prévia, conforme Roteiro de Informações – Administração Pública que está disponível no site do BNDES (www.bndes.gov.br).

5.8. REVISÃO DO PLANO REGIONAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Conforme previsto na Lei 12.305 de 02 de agosto de 2010, o Plano Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PRGIRS) dos municípios integrantes do Consórcio Público deve ser submetido periodicamente a revisões, se observando prioritariamente os períodos de vigência dos planos plurianuais municipais.

O propósito de revisar constantemente o PRGIRS é adequá-lo de acordo com o contexto temporal, ambiental, econômico e social pelo qual os municípios consorciados encontram-se e traçar objetivos e metas condizentes com estas realidades, de modo que a gestão dos resíduos sólidos atenda às necessidades evidenciadas e seja cada vez mais eficaz, garantindo o atendimento às leis ambientais aplicáveis.

O Consórcio Vale do Teles Pires, em conjunto com as municipalidades envolvidas, definiu que a periodicidade de revisão do PRGIRS será de até 4 anos, com a primeira revisão prevista para até o ano de 2025, podendo ser antecipado de acordo com a situação ou demanda em função da funcionalidade do sistema integrado.

As atualizações e revisões do Plano Regional De Gestão Integrada De Resíduos Sólidos deverão ser propostas pela Câmara Técnica de Saneamento, mediante discussão e deliberação por maioria. A aprovação das proposições de revisão ou atualizações deverão ser submetidas ao colegiado de gestores do Consórcio em Assembleia Geral, respeitado a maioria qualificada (2/3) de seus integrantes que tenham aderido ao presente PGIRS, com peso de voto conforme a estrutura de cotas do Consórcio.



VALE DO TELES PIRES
CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE

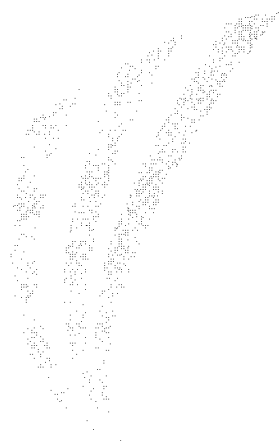
Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazônia
CEP: 78890-000 - Sorriso - MT

Fone: (66) 3544-3358

www.consorciavaledotelespires.com.br
E-mail: adm@consorciovaledotelespires.com.br

CNPJ: 23.019.551/0001-00

As atualizações de dados constantes de índices ou indicadores oficiais poderão ser realizadas pela Câmara Técnica de Saneamento, com a ratificação somente pelo Presidente do Conselho Diretor do Consórcio.



6. PLANOS DE CONTINGÊNCIA

O Plano de Contingência é um documento onde estão definidas as responsabilidades, estabelecidas em uma organização para atender a uma emergência e contém informações detalhadas sobre as características da área envolvida.

Este documento tem o intuito de organizar, orientar e agilizar as ações necessárias aos problemas diagnosticados nos municípios, prevendo diretrizes gerais para que todos os órgãos ou entidades envolvidas atuem em tempo hábil quando da ocorrência de eventos danosos ou perigosos para a coletividade.

A resposta rápida e eficiente ou evento danoso prescinde de um conjunto de processos e procedimentos que previnem, descobrem e mitiguem o impacto de um evento que possa comprometer os recursos e bens associados.

Para o PRGIRS, a aplicabilidade da preparação dos municípios para as situações emergenciais está definida na Lei nº 11.445/2007, como condição compulsória, dada a importância dos serviços classificados como “essenciais”.

O objetivo é prever as situações de anormalidade nos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza pública e drenagem urbana, e para estas situações estabelecer as ações mitigadoras e de correção, garantindo funcionalidade e condições operacionais aos serviços mesmo que em caráter precário.

Em linhas gerais, foram definidos os cenários de emergências, suas ações e as responsabilidades estabelecidas para atendê-las referentes aos componentes dos sistemas de saneamento, com o intuito de alertar a municipalidade da necessidade de treinar, organizar, orientar, facilitar, agilizar e uniformizar as ações necessárias às respostas de controle e combate às ocorrências atípicas.

Estas ações compreendem dois momentos distintos para sua elaboração. O primeiro compreende a fase de identificação de cenários emergenciais e definição de ações para contingenciamento e soluções das anormalidades. O segundo compreende a definição dos critérios e responsabilidades para a operacionalização destas ações. Esta tarefa deverá ser articulada pela administração municipal juntamente com os diversos órgãos envolvidos e que de forma direta ou indireto participem das ações.

6.1. CENÁRIOS PARA EMERGÊNCIAS E CONTINGÊNCIAS

A operação em contingência é uma atividade de tempo real que mitiga os riscos para a segurança dos serviços e contribui para a sua manutenção quanto à disponibilidade e qualidade em casos de indisponibilidade de funcionalidades de partes dos sistemas.

O impedimento do funcionamento dos serviços de coleta regular de resíduos acarreta problemas quase que imediatos para a saúde pública pela exposição dos resíduos em vias e logradouros públicos, resultando em condições para proliferação de insetos e outros vetores transmissores de doenças.

Diante das condições apresentadas foram identificadas situações que caracterizam anormalidades aos serviços de saneamento básico, no caso resíduos sólidos, e respectivas ações de mitigação de forma a controlar e sanar condições de anormalidade.

Visando sistematizar estas informações, foram elaboradas as tabelas a seguir com a inter-relação dos cenários de emergência e respectivas ações associadas, para os principais elementos que compõe as estruturas de saneamento.

A sequência da medida emergencial corresponde às descrições que serão utilizadas para os eventos estimados e correlacionados com as componentes resíduos sólidos quando as ocorrências de eventos emergenciais identificados, utilizando a sequência da medida emergencial de referência.

Quadro 26 – Medidas para situações emergenciais

Medida Emergencial	Descrição das Medidas Emergenciais
1	Paralisação completa da operação
2	Paralisação parcial da operação
3	Comunicação ao responsável técnico
4	Comunicação à administração pública: secretaria ou órgão responsável
5	Comunicação à defesa civil e/ou corpo de bombeiros
6	Comunicação ao órgão ambiental e/ou polícia ambiental
7	Comunicação à população
8	Substituição de equipamento
9	Substituição de pessoal
10	Manutenção corretiva
11	Uso de equipamento ou veículo reserva
12	Solicitação de apoio a municípios vizinhos
13	Manobra operacional
14	Isolamento de área e remoção de pessoas

Fonte: CPSVTP,2020



VALE DO TELES PIRES

CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE

Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazônia
CEP: 78890-000 - Sorriso - MT

Fone: (66) 3544-3358

www.consorciovaledotelespires.com.br
E-mail: adm@consorciovaledotelespires.com.br

CNPJ: 23.019.551/0001-00

Os procedimentos operacionais estão baseados nas funcionalidades gerais de uma emergência. Assim, no planejamento das ações de emergência e contingências deverá estabelecer as responsabilidades das agências públicas, provadas e não governamentais envolvidas na resposta às emergências, para cada cenário e respectiva ação nas etapas do manejo dos resíduos sólidos urbanos, que podem ser observados no Quadro 27.



Quadro 27 – Eventos emergenciais previstos para Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos

Eventos	COMPONENTES DO SISTEMA				
	Acondicionamento	Coleta	Transporte	Tratamento	Disposição Final
Precipitações intensas		2, 3, 4, 5	2, 3, 4, 5	2, 3, 4, 5	2, 3, 4, 5
Enchentes	1, 3, 4, 5, 6, 7	1, 3, 4, 5, 6, 7	1, 3, 4, 5, 6, 7	1, 3, 4, 5, 6, 7	1, 3, 4, 5, 6, 7, 12
Falta de energia				2, 3, 4, 5, 7	
Falha mecânica		2, 3, 4, 8, 10, 11	2, 3, 4, 8, 10, 11	2, 3, 4, 8, 10, 11	2, 3, 4, 6, 8, 10, 11
Rompimento (Aterro)					2, 3, 4, 6, 8, 10, 12
Escorregamento (Aterro)					2, 3, 4, 6, 8, 10, 12
Impedimento de acesso	2, 3, 4, 5	2, 3, 4, 5, 13	2, 3, 4, 5, 13	2, 3, 4, 5, 13	2, 3, 4, 5, 6, 12
Acidente Ambiental			1, 3, 4, 5, 6, 7	1, 3, 4, 5, 6, 7	1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10
Vazamento de efluente			1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10	1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10	1, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 13
Greve		2, 3, 4, 7, 9, 13	2, 3, 4, 7, 9, 13	2, 3, 4, 7, 9, 13	2, 3, 4, 7, 9
Falta ao trabalho		2, 3, 4, 9	2, 3, 4, 9	2, 3, 4, 9	2, 3, 4, 9
Sabotagem		1, 3, 4, 5, 6, 7, 10	1, 3, 4, 5, 6, 7, 10	1, 3, 4, 5, 6, 7, 10	1, 3, 4, 5, 6, 7, 10
Depredação		3, 4, 5, 6, 7, 10, 11	3, 4, 5, 6, 7, 10, 11	3, 4, 5, 6, 7, 10, 11	3, 4, 5, 6, 7, 10, 11
Incêndio			1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 14	1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 14	1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 14
Explosão				1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 14	1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 14

Fonte: CPSVTP,2020.



VALE DO TELES PIRES
CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE

Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazônia

CEP: 78890-000 - Sorriso - MT

Fone: (66) 3544-3358

www.consorciovaledotelespires.com.br

E-mail: adm@consorciovaledotelespires.com.br

CNPJ: 23.019.551/0001-00

6.2. ELABORAÇÃO DO PLANO DE CONTINGÊNCIA

São medidas previstas para a elaboração do Plano de Emergências e Contingências:

- Identificação das responsabilidades de organizações e indivíduos que desenvolvem ações específicas ou relacionadas às emergências;
- Identificação de requisitos legais (legislações) aplicáveis às atividades e que possam ter relação com os cenários de emergências;
- Descrição de como as pessoas, o meio ambiente e as propriedades serão protegidas durante emergências;
- Identificação de pessoal, equipamentos, instalações, suprimentos e outros recursos disponíveis para a resposta às emergências, e como serão mobilizados;
- Definição da logística de mobilização para ações a serem implementadas;
- Definição de estratégias de comunicação para os diferentes níveis de ações previstas; e
- Planejamento para a coordenação do Plano.

6.3. VALIDAÇÃO DO PLANO DE CONTINGÊNCIA

São medidas previstas para a validação do Plano de Emergências e Contingências:

- Definição de programa de treinamento;
- Aprovação do Plano de Emergências e Contingências; e
- Distribuição do Plano de Emergências e Contingências às partes envolvidas.

6.4. ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE CONTINGÊNCIA

São medidas previstas para a atualização do Plano de Emergências e Contingências:

- Análise crítica de resultados das ações envolvidas;
- Adequação de procedimentos com base nos resultados da análise crítica;
- Registro de revisões; e
- Atualização e distribuição às partes envolvidas, com substituição da versão anterior.



VALE DO TELES PIRES
CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE

Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazônia

CEP: 78890 000 - Sorriso - MT

Fone: (66) 3544-3358

www.consortiovaledotelespires.com.br

E-mail: adm@consorciovaledotelespires.com.br

CNPJ: 23.019.551/0001-00

7. INDICADORES DE DESEMPENHO OPERACIONAL

Indicadores de desempenho podem ser descritos como sendo instrumentos de mensuração de aspectos particulares do objeto que se deseja acompanhar e/ou monitorar a sua evolução. São, portanto, ferramentas de apoio ao acompanhamento e monitoramento da eficácia e efetividade dos programas e ações planejadas e em execução. Cada indicador, ao contribuir para a quantificação do desempenho sob um dado ponto de vista, numa dada área e durante um dado período de tempo, facilita a avaliação do cumprimento de metas e objetivos e a análise de sua evolução. A utilização de indicadores de desempenho é, portanto, ferramenta simplificadora de análises que tenham por natureza serem complexas.

Para o acompanhamento e monitoramento do PRGIRS em termos da eficácia no cumprimento de metas e ações e da efetividade dos seus desdobramentos junto à sociedade, deverão ser buscadas informações estatísticas no próprio Plano, nos seus agentes executores e, complementarmente, estatísticas públicas produzidas por órgãos como o IBGE e outras. A sistematização dessas informações na forma de taxas, proporções, índices ou mesmo em valores absolutos, transforma-se em indicadores que deverão guardar uma relação direta com o objetivo programático original do PRGIRS.

A escolha dos Indicadores se pautou pela aderência (Jannuzzi, 2001) deles a um conjunto de propriedades desejáveis das quais destacamos algumas:

- Relevância para a gestão pública;
- Confiabilidade da medida;
- Sensibilidade;
- Cobertura (abranger todas as metas e ações do PRGIRS) e
- Comunicabilidade ao público.

Além da aderência às propriedades acima elencadas os indicadores de desempenho devem apresentar, no mínimo, as seguintes características, dentre outras:

- Terem definição clara, concisa e interpretação inequívoca;
- Serem mensuráveis com facilidade;
- Possibilitarem e facilitarem a comparação do desempenho obtido com os objetivos planejados;
- Dispensarem análises complexas;

No caso do presente Relatório os Indicadores selecionados deverão atender, ainda, características específicas do objeto a ser avaliado e acompanhado: o PRGIRS, portanto deverão ser:



VALE DO TELES PIRES
CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE

Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazônia
CEP: 78890-000 - Sorriso - MT

Fone: (66) 3544-3358

www.consorciovaldotelespires.com.br
E-mail: adm@consorciovaldotelespires.com.br

CNPJ: 23.019.551/0001-00

- Limitados a uma quantidade mínima, o suficiente para avaliação objetiva das metas de planejamento do PMSB;
- Compatíveis com os indicadores do Sistema Nacional de Informações SNIS.

Deverão, ainda, incluir conjunto de indicadores epidemiológicos, importantes para se verificar os efeitos das ações de saneamento (ou da sua insuficiência) na saúde humana.

7.1. SELEÇÃO DE INDICADORES PARA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DO PRGIRS

Na escolha dos Indicadores para acompanhamento da implantação do Plano Regional de Gesto Integrada de Resíduos Sólidos (PRGIRS), buscou-se, sobretudo, definir indicadores com características que atendam aos critérios de eficácia e de efetividade relacionados às metas e ações planejadas.

Os indicadores de desempenho relacionados à eficácia permitem o acompanhamento das metas e ações explicitadas no PRGIRS e seus resultados efetivos, ou seja, são indicadores que permitem ao avaliador comparar, por exemplo, as metas propostas e as atingidas, com base nas informações disponíveis e tirar conclusões sobre o sucesso (ou insucesso) que vem sendo obtido na implementação do Plano. Ao mesmo tempo, a simplicidade dos indicadores, com resultados de fácil leitura, na medida em que forem socializados, permitirão a efetiva participação social na avaliação e acompanhamento da política regional dos resíduos.

O critério de efetividade diz respeito ao alcance dos resultados pretendidos, a médio e longo prazo. Refere-se à relação entre os resultados de uma intervenção ou programa, em termos de efeitos sobre a população alvo e os objetivos pretendidos. Além dos Indicadores de universalização dos serviços para acompanhamento do PRGIRS foram relacionados Indicadores de saúde que, embora não originários diretamente dos serviços de saneamento são, com estes, fortemente correlacionados, conforme demonstrada em vasta literatura técnica nacional e mundial. Ratifica-se, estes Indicadores são importantes para se verificar os efeitos das ações de saneamento na qualidade de vida da população.

Os conjuntos de Indicadores de desempenho do Plano Regional de Gesto Integrada de Resíduos Sólidos estão explicitados no (Quadro 28) a e a definição de suas variáveis compõe o conteúdo do (Quadro 29).



VALE DO TELES PIRES

CONSORCIO PÚBLICO DE SAÚDE

Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazônia

CEP: 78890-000 - Sorriso - MT

Fone: (66) 3544-3358

www.consorciodevaldetelespires.com.br

E-mail: adm@consorciodevaldetelespires.com.br

CNPJ: 23.019.551/0001-00

Quadro 28 – Variáveis utilizadas para compor os indicadores de desempenho

Variável	Descrição	Unidade	Fonte
ETBA	Quantidade de estações de transbordo com infraestrutura adequada na abrangência do consórcio	Estações de transbordo	CPSVTP
ETBT	Quantidade total de estações de transbordo na abrangência do consórcio	Estações de transbordo	CPSVTP
LME	Número de lixões municipais encerrados	Lixões	Prefeituras Municipais
LMT	Número total de lixões municipais	Lixões	Prefeituras Municipais
PARS	Total de projetos e ações programadas	Projetos e ações	PRGIRS
PARSe	Total de projetos e ações executados	Projetos e ações	CPSVTP
POPT	População total dos municípios	Habitantes	IBGE
POPTu	População urbana dos municípios	Habitantes	IBGE
PTR	População total atendida com serviço de coleta de resíduos	Habitantes	Prefeituras Municipais
PUCS	População urbana atendida com coleta seletiva	Habitantes	Prefeituras Municipais
QRSS	Quantidade total de resíduos dos serviços	Tonelada	Secretarias de saúde municipais
QRCC	Quantidade total de resíduos da construção civil	Tonelada	Prefeituras Municipais
QCRCC	Quantidade de resíduos da construção civil reaproveitados	Tonelada	Prefeituras Municipais
QCRSS	Quantidade de resíduos dos serviços de saúde coletados e tratados	Tonelada	Secretarias de saúde municipais
QCS	Quantidade de resíduos sólidos domiciliares coletados por meio de coleta diferenciada (coleta seletiva)	Tonelada	Prefeituras Municipais
QCSR	Quantidade de materiais recicláveis recuperados (exceto matéria orgânica e rejeitos) coletados de forma seletiva ou não, decorrente da ação dos agentes executores.	Tonelada	Prefeituras Municipais



VALE DO TELES PIRES
CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE

Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazônia

CEP: 78890-000 - Sorriso - MT

Fone: (66) 3544-3358

www.consorciodevaldetelespires.com.br

E-mail: adm@consorciodevaldetelespires.com.br

CNPJ: 23.019.551/0001-00

Continuação do Quadro 28 - Variáveis utilizadas para compor os indicadores de desempenho

Variável	Descrição	Unidade	Fonte
QCT	Quantidade de resíduos sólidos domiciliares totais coletados	Tonelada	Prefeituras Municipais
QOC	Quantidade de Resíduo orgânico reaproveitado por meio da compostagem.	Tonelada	Prefeituras Municipais
RDAS	Total de resíduos sólidos domiciliares destinado a Aterro Sanitário	Tonelada	Prefeituras Municipais
TICH	Número de casos de Febre Chikungunya	Nº de casos registrados	Secretarias de saúde municipais
TID	Incidência de casos de doenças diarreicas	Pessoas	Secretarias de saúde municipais
TIDE	Número de casos de Dengue	Nº de casos registrados	Secretarias de saúde municipais
TIZV	Número de casos de Zika Vírus	Nº de casos registrados	Secretarias de saúde municipais

Fonte: CPSVTP, 2020.

Quadro 29 – Indicadores de desempenho para acompanhamento do PRGIRS

Código	Indicador Nome do indicador	Objetivo	Unidade	Fórmula	Periodicidade de cálculo
In01	Índice de execução dos serviços de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos	Avaliar o desempenho no cumprimento das metas e objetivos estabelecidos no PRGIRS para os serviços de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos	Percentual (%)	$\frac{PARSe}{PARS} \times 100$	Semestral
In02	Índice de atendimento total com serviço de coleta de resíduos	Avaliar o grau de universalização da população total atendida com o serviço de coleta de resíduos sólidos.	Percentual (%)	$\frac{PPR}{POPT} \times 100$	Anual
In03	Índice de implantação de coleta diferenciada (secos e úmidos)	Avaliar o grau de universalização da coleta diferenciada (de secos e úmidos)	Percentual (%)	$\frac{QCS}{QCT} \times 100$	Anual
In04	Índice de encerramento de lixões municipais	Avaliar o encerramento dos lixões na abrangência do consórcio	Percentual (%)	$\frac{LME}{LMT} \times 100$	Anual
In05	Índice do transbordo de resíduos adequado	Avaliar e monitorar a quantidade de estações de transbordo com infraestrutura adequada	Percentual (%)	$\frac{ETBA}{ETBT} \times 100$	Semestral
In06	Índice de disposição final adequada	Avaliar e monitorar o volume de RDO coletado com disposição final adequada	Percentual (%)	$\frac{RDAS}{QCT} \times 100$	Semestral
In07	Índice de materiais recicláveis recuperados	Avaliar a redução de RDO destinados à disposição final em razão do volume de materiais recuperados	Percentual (%)	$\frac{QCSR}{QCT} \times 100$	Anual
In08	Índice de compostagem	Avaliar a abrangência de implantação da compostagem	Percentual (%)	$\frac{QOC}{QCT} \times 100$	Anual

Continuação do Quadro 29 - Indicadores de desempenho para acompanhamento do PRGIRS

Código	Indicador Nome do indicador	Objetivo	Unidade	Fórmula	Periodicidade de cálculo
In09	Índice de coleta seletiva	Avaliar a abrangência de implantação da coleta seletiva	Percentual (%)	$\frac{PUCS}{POPT_u} \times 100$	Anual
In10	Índice de reaproveitamento do resíduo da construção civil	Avaliar o grau de reaproveitamento dos resíduos provenientes das atividades de construção civil	Percentual (%)	$\frac{QCRCC}{QRCC} \times 100$	Anual
In10	Índice de tratamento do resíduo de saúde	Avaliar o grau de coleta e tratamento dos resíduos dos serviços de saúde	Percentual (%)	$\frac{QCRSS}{QRSS} \times 100$	Anual
In11	Taxa de incidência de casos de doenças diarreicas	Avaliar a efetividade dos programas e ações do PRGIRS na melhoria da qualidade de vida da população	Taxa por 1000	$\frac{TND}{POPT} \times 1000$	Anual
In12	Taxa de incidência de Dengue	Avaliar a efetividade dos programas e ações do PRGIRS na melhoria da qualidade de vida da população	Taxa por 1000	$\frac{TIDE}{POPT} \times 1000$	Anual
In13	Taxa de incidência de Zika Vírus	Avaliar a efetividade dos programas e ações do PRGIRS na melhoria da qualidade de vida da população	Taxa por 1000	$\frac{TIZV}{POPT} \times 1000$	Anual
In14	Taxa de incidência de Febre Chikungunya	Avaliar a efetividade dos programas e ações do PRGIRS na melhoria da qualidade de vida da população	Taxa por 1000	$\frac{TICH}{POPT} \times 1000$	Anual

Fonte: CPSVTP, 2020.

8. INSTRUMENTOS LEGAIS

As legislações específicas existentes nos municípios integrantes do Consorcio De Saúde Vale do Teles Pires não fazem referência de modo integral aos itens discriminados na Lei 12.305/2010 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, por diversos motivos, cabendo citar que as mesmas foram desenvolvidas nas últimas décadas e a concepção sobre a gestão dos resíduos sólidos era muito distinta da situação atual.

Desta forma fica evidenciada a necessidade de recomendar que todas as administrações municipais coloquem em seus planejamentos a reformulação e adaptação das legislações locais, se necessário, em conformidade com a nova Política Nacional de Resíduos Sólidos, estabelecida pela Lei Federal 12.305/2010, regulamentada pelo Decreto 7.404/2010.

Os planos municipais de saneamento apresentaram como produto, a elaboração de uma minuta de lei sobre a política municipal de saneamento básico, criação do conselho municipal de saneamento e do fundo municipal de saneamento, que vem ao encontro da necessidade de lei específica sobre a prestação dos serviços. E que em boa parte dos municípios consorciados já foram promulgadas.

Diante dessa situação, o presente plano regional de Resíduos sólidos apresenta Minuta de Lei específica, direcionadas à Instituição da taxa de resíduos sólidos domiciliares que será complementar à Minuta de Lei já apresentada nos Planos de Saneamento.

De acordo com o Manual para elaboração do plano de gestão integrada de resíduos sólidos dos consórcios públicos, a elaboração de minutas de Leis Uniformes e implantado o procedimento para a sua discussão visam dar continuidade ao processo participativo de Gestão Integrada e Associada dos Resíduos Sólidos Urbanos nos Consórcios Públicos.

Em relação à cobrança da coleta de lixo, segundo a Súmula Vinculante 19 do Supremo Tribunal Federal, a taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis não viola o artigo 145, II, da Constituição Federal.

Em Belo Horizonte, Minas Gerais, a taxa de coleta de lixo é cobrada juntamente com o IPTU, ou seja, uma vez ao ano. A fórmula de cálculo contempla o valor unitário da coleta, (calculado pela Superintendência de Limpeza Urbana com base na estimativa de custos e investimentos realizados), multiplicada a frequência semanal do serviço (duas ou três vezes por semana) pela quantidade de semanas em um ano. A taxa não incide sobre os lotes vagos, vagas de garagem constituídas em imóveis autônomos e sobre os barracões, esses últimos somente quando for o único tipo construtivo no lote.



VALE DO TELES PIRES

CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE

Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazônia

CEP: 78890-000 - Sorriso - MT

Fone: (66) 3544-3358

www.consortiovaledotelespires.com.br

E-mail: adm@consorciovaledotelespires.com.br

CNPJ: 23.019.551/0001-00

Em Vilhena, Rondônia, a Taxa de Coleta de Lixo é cobrada juntamente com a fatura do consumo mensal de água. Para calcular a Taxa de Coleta de Lixo, levam-se em consideração as dimensões do imóvel e a frequência do serviço prestado.

Em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, a Taxa de Coleta de Lixo (TCL), é cobrada pela Prefeitura junto com o IPTU, sendo calculada anualmente com base na Unidade de Referência Municipal (URM) em função da destinação de uso, localização e da área do imóvel beneficiado. São considerados beneficiados pelo serviço de coleta, remoção, transporte e destinação final de lixo, quaisquer imóveis edificados ou não, inscritos no Cadastro Imobiliário do Município de modo individualizado, tais como terrenos ou lotes de terrenos, prédios ou edificações de qualquer tipo, que constituam unidade autônoma residencial, comercial, industrial, de prestação de serviço ou de qualquer natureza e destinação.

Em Montes Claros, Minas Gerais, a Taxa de Coleta de Lixo, foi desvinculada do IPTU, passando a ser cobrada em boleto próprio, calculado através da multiplicação da Unidade de Coleta de Resíduos pelo Fator de Frequência de Coleta (2x; 4x; diária) e pelo o número de economias existentes no imóvel, sendo instituído valor fixo para áreas não loteadas de acordo com a localização.

Portanto, cada município dispõe de autonomia para legislar sobre esse assunto. Este Plano apresenta uma proposta de minuta de lei a ser discutida em cada município, para adequá-la as condições locais, garantindo assim, uma cobrança justa e adequada dos serviços.



VALE DO TELES PIRES
CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE

Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazônia

CEP: 78890-000 - Sorriso - MT

Fone: (66) 3544-3358

www.consorciovaledotelespires.com.br

E-mail: adm@consorciovaledotelespires.com.br

CNPJ: 23.019.551/0001-00

8.1. MINUTA DE LEI: INSTITUIÇÃO DO PLANO REGIONAL

Institui no âmbito do Município de xxxxx o Plano Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos dos Municípios Integrantes do Consórcio Intermunicipal De Saúde Vale do Teles Pires do Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

XXXXXX, Prefeito (a) do Município de XXXXX, Estado do Mato Grosso, faz saber, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aprovado no âmbito do Município de Xxxxxx o Plano Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos dos Municípios Integrantes do Consórcio Público de Saúde Vale do Teles Pires, nos termos do Anexo desta Lei, que dela é parte integrante.

Parágrafo Único. O Plano Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos dos Municípios Integrantes do Consórcio Público De Saúde Vale do Teles Pires, na forma do Anexo desta Lei, atende às determinações constantes da Política Nacional de Resíduos Sólidos, conforme determina a Lei Federal nº 12.305, de 02 de agosto de 2010.

Art. 2º. Este Plano Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos dos Municípios Integrantes do Consórcio Público de Saúde Vale do Teles Pires reger-se-á pelo aqui disposto em observância ao conjunto de princípios, objetivos, instrumentos, diretrizes, metas e ações adotadas pelo Governo Federal, isoladamente ou em regime de cooperação com os demais entes federativos, com vistas à gestão integrada e ao gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos.

Art. 3º. Fica o município autorizado a celebrar o respectivo Contrato de Rateio ou Contrato de Programa com o Consórcio Público De Saúde Vale do Teles Pires, para custeio das despesas das iniciativas adotadas através do Consórcio, despesas administrativas, bem como dos serviços contratados para a execução das ações previstas no Plano Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

Art. 4º. As diretrizes e objetivos estabelecidos nesta Lei serão de consideração obrigatória nas programações orçamentárias das áreas envolvidas pelo período nele expresso.

Art. 5º. O Poder Executivo Municipal dará ampla divulgação dos conteúdos deste Plano.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO, xx de xxxx de xxxx.

8.2. MINUTA DE LEI: INSTITUIÇÃO DA CAMARA TECNICA DE SANEAMENTO

RESOLUÇÃO N 001, DE xx DE xxxxx DE 2021.

Institui a Câmara Técnica Permanente de Saneamento do Consórcio Público de Saúde Vale do Teles Pires.

A PRESIDENTE DO CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE VALE DO TELES PIRES, no uso de suas atribuições, após aprovação em Assembleia Geral, conforme consta na Ata nº xxxx/xxxx, de xx de xxxx de 2021, RESOLVE:

Art.1º Institui a Câmara Técnica Permanente de Saneamento do Consórcio Público De Saúde Vale do Teles Pires.

Art. 2º São objetivos, funções e atividades do Consórcio:

I - Atuar como colegiado de assessoramento, apoio e orientação à Direção Executiva e à Assembleia Geral dos Entes Consorciados;

II - Realizar estudos na área de saneamento no âmbito dos municípios integrantes do Consórcio Público de Saúde Vale do Teles Pires,

III - Auxiliar na coordenação e acompanhamento dos trabalhos e estudos executados por empresas ou consultorias contratadas pelo Consórcio,

IV - Auxiliar os municípios na montagem e criação dos Comitês Técnicos Municipais de Saneamento, viabilizando orientação técnica aos municípios nas áreas de Saneamento Básico e Ambiental e;

V - Acompanhar a implementação dos programas e ações previstas no Plano Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, bem como a execução dos demais planos regionais e municipais que vierem a ser executados em cada ente integrante do Consórcio.

VI - Propor e discutir as eventuais atualizações e revisões do Plano Regional De Gestão Integrada De Resíduos Sólidos, submetendo à aprovação pelo Conselho Diretor.

Art. 3º A Câmara Técnica Permanente de Saneamento do Consórcio Público de Saúde Vale do Teles Pires deverá ter na sua composição, pelo menos:

- 03 assentos para representação do Consórcio Público de Saúde Vale do Teles Pires, sendo um deles ocupado pelo Presidente e os demais por ele nomeados;
- 02 assentos para representantes de cada um dos municípios consorciados, podendo ser um titular e um suplente



VALE DO TELES PIRES

CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE

Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazônia

CEP: 78890-000 - Sorriso MT

Fone: (66) 3544-3358

www.consorciovaldotelespires.com.br

E-mail: adm@consorciovaldotelespires.com.br

CNPJ: 23.019.551/0001-00

Art. 4º A Câmara Técnica Permanente de Saneamento do Consórcio Público de Saúde Vale do Teles Pires reunir-se-á ordinariamente uma vez a cada dois meses, na Sede do Consórcio com a finalidade de executar seus trabalhos e, sempre que necessário, em reunião extraordinária.

Art. 5º As funções e atividades desenvolvidas pelos membros da Câmara Técnica Permanente de Saneamento do Consórcio Público de Saúde Vale do Teles Pires, serão considerados de alta relevância e honoríficas, não recebendo em decorrência de tais funções e atividades quaisquer remuneração.

Art. 6º Os entes/órgãos titulares dos assentos na Câmara Técnica Permanente de Saneamento do Consórcio Público de Saúde Vale do Teles Pires, a qualquer tempo, poderão designar, substituir ou excluir seus representantes.

CONSÓRCIO XXXXXXXXXXXX, xx de xxxx de xxxx.



VALE DO TELES PIRES
CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE

Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazônia

CEP: 78890-000 - Sorriso - MT

Fone: (66) 3544-3358

www.consortiovaledotelespires.com.br

E-mail: adm@consortiovaledotelespires.com.br

CNPJ: 23.019.551/0001-00

9. CONCLUSÃO

A elaboração de um Plano Regional De Gestão Integrada De Resíduos Sólidos dispensa a necessidade da elaboração de planos municipais, como pode ser observado na Lei nº 14.026/2020, que rege sobre o novo marco do saneamento do Brasil,

“Art. 17.

(...)

§ 3º O plano regional de saneamento básico dispensará a necessidade de elaboração e publicação de planos municipais de saneamento básico.

(...)

Portanto este plano servirá regionalmente como objeto institucional para guiar e auxiliar a tomada de decisões quanto ao manejo dos resíduos sólidos e limpeza urbana, demonstrando possíveis soluções dos atuais problemas encontrados nos municípios e possíveis investimentos a serem realizados individualmente ou de maneira consorciada, visando a universalização dos serviços, diminuindo os impactos ambientais causados pelos resíduos sólidos e minimizando despesas municipais com o seu manejo.

O Plano Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PRGIRS) dos municípios integrantes do Consórcio Público de Saúde Vale do Teles Pires foi validado pelo mesmo e pelas prefeituras envolvidas em assembleias próprias, foi exposto, discutido e debatido e deve continuar sendo continuamente desenvolvido e debatido em todos os segmentos comunitários, possibilitando a construção de uma socialização referente à gestão dos resíduos sólidos gerados, frente às realidades sociais e as peculiaridades e características dos meios físico e biológico, geralmente melhor reconhecidas e avaliadas pelas sociedades locais do que por soluções exclusivamente técnicas.

Como pode ser observado nos capítulos iniciais deste plano, os municípios que compõem o consórcio possuem inúmeras dificuldades na questão do manejo dos resíduos e limpeza urbana, em suas devidas proporções, com muitas peculiaridades em cada município, indo desde encerramento dos lixões, estruturação das estações de transbordo, elevados preços para transporte e disposição final de resíduos, até problemas mais complexos de conscientização da população e desenvolvimento de educação ambiental de maneira institucionalizada.

Portanto são inúmeros desafios, elencados com níveis de urgência nas metas deste trabalho, que se forem tratados com a devida importância, seguindo as ações e programas propostas, pode ocasionar em um importante desenvolvimento das políticas públicas de



VALE DO TELES PIRES

CONSORCIO PÚBLICO DE SAÚDE

Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazônia
CEP: 78890-000 - Sorriso - MT

Fone: (66) 3544-3358

www.consorciotedotelespires.com.br
E-mail: adm@consorcioaledotelespires.com.br

CNPJ: 23.019.551/0001-00

resíduos na região, possibilitando o atendimento completo das legislações, mais especificamente, o novo marco do saneamento.

Todas as ações que demandarão estudos e projetos complementares deverão ser realizadas por equipe técnica especializada, garantindo a criação de instrumentos específicos de melhorias do sistema de limpeza urbana e manejo dos resíduos dos municípios.

Deve ser garantido o controle social da efetivação das ações propostas e validadas junto à sociedade, de forma a propiciar a participação da comunidade na identificação dos problemas e nas discussões sobre as necessidades de melhoria no sistema de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.

Portanto, conforme define a Lei Federal nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, a responsabilidade pelo gerenciamento de resíduos deverá ser compartilhada, envolvendo todos, desde os geradores, o comércio, os transportadores, as indústrias e o poder público. Sendo assim, todos deverão se adequar ao sistema de gestão proposta neste PRGIRS e contribuir com o sucesso ambiental, social e econômico do mesmo.



VALE DO TELES PIRES
CONSORCIO PÚBLICO DE SAÚDE

Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazônia
CEP: 78890-000 - Sorriso - MT
Fone: (66) 3544-3358
www.consorciavaledotelespires.com.br
E-mail: adm@consorciavaledotelespires.com.br
CNPJ: 23.019.551/0001 00

10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROZO, J. C. (org.). Mato Grosso do sonho à utopia da terra. Cuiabá: EdUFMT/Carlini & Caniato Editorial, 2008.

BESEN, G. R. Coleta seletiva com inclusão de catadores: construção participativa de indicadores e índices de sustentabilidade. São Paulo, 2011. 275p. Tese (Doutorado) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo.

BRASIL. DECRETO Nº 6.017, DE 17 DE JANEIRO DE 2007. Regulamenta a Lei no 11.107, de 6 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos. 2007.

BRASIL. LEI Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. 2001.

BRASIL. LEI Nº 11.107, DE 6 DE ABRIL DE 2005. Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências. 2005.

BRASIL. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979; 8.036, de 11 de maio de 1990; 8.666, de 21 de junho de 1993; 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978, e dá outras providências. 2007.

BRASIL. LEI Nº 12.305, DE 2 DE AGOSTO DE 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. 2010.

BRASIL. LEI Nº 14.026, DE 15 DE JULHO DE 2020. Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) competência para editar normas de referência sobre o serviço de saneamento, a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, para alterar o nome e as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos, a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, para vedar a prestação por contrato de programa dos serviços públicos de que trata o art. 175 da Constituição Federal, a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País, a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para tratar dos prazos para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, a Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrópole), para estender seu âmbito de aplicação às microrregiões, e a Lei nº 13.529, de 4 de dezembro de 2017, para autorizar a União a participar de fundo com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados. 2020.



VALE DO TELES PIRES

CONSORCIO PÚBLICO DE SAÚDE

Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazônia
CEP: 78890-000 - Sorriso - MT

Fone: (66) 3544-3358

www.consorciovaldotelespires.com.br
E-mail: adm@consorciovaldotelespires.com.br

CNPJ: 23.019.551/0001-00

BRASIL. LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. 1981.

BRASIL. LEI Nº 9.433, DE 8 DE JANEIRO DE 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. 1997.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. Programa de Modernização do Setor Saneamento (PMSS). Instrumentos das políticas e da gestão dos serviços públicos de saneamento básico. 2009.

CONAMA, RESOLUÇÃO Nº 469, DE 29 DE JULHO DE 2015. Altera a Resolução CONAMA n 307, de 05 de julho de 2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil. 2015.

CUNHA, Alexandre dos Santos. Saneamento Básico no Brasil: desenho institucional e desafios federativos. Rio de Janeiro: IPEA, 2011.

FEAM. Avaliação técnica, econômica e ambiental da implantação de uma usina de tratamento térmico de resíduos sólidos urbanos em Minas Gerais. / Engebio; Fundação Estadual do Meio Ambiente. --- Belo Horizonte: Fundação Estadual do Meio Ambiente, 2009.

FEAM - FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE. Fundação Israel Pinheiro. 2010. Áreas Contaminadas Por Resíduos Sólidos.

GRIPPI, Sidney. Lixo: reciclagem e sua história. Rio de Janeiro: Interciência, 2001.

JANNUZZI, P. M. Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fonte de dados e aplicações. Campinas: Alínea, 2001.

IBGE. *Censo*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010.

ICLEI. Ministério do Meio Ambiente ICLEI - Brasil Planos de gestão de resíduos sólidos: manual de orientação. Bibliografia ISBN: 978-85-99093-21-4. Brasília, 2012.

LEITE; I. G. COLONIZAÇÃO NO NORTE DE MATO GROSSO: PROGRESSO E MOVIMENTO DE EMANCIPAÇÃO. IV Congresso Internacional de História. 2009

MANSOR, M. T. C. CAMARÃO, T. C. R. C. CAPELINI, M. KOVACS, A. FILET, M. SANTOS, A. G. SILVA, A. B. Cadernos de Educação Ambiental Resíduos

Sólidos. Governo do Estado de São Paulo Secretaria do Meio Ambiente Coordenadoria de Planejamento Ambiental. 2010.

MATO GROSSO. LEI Nº 7.359, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2000. Autoriza o Estado de Mato Grosso a conceder incentivos à municipalização dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário e dá outras providências. 2000.

MONTEIRO, J. H. P. et al. Manual de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos. Rio de Janeiro: IBAM, 2001.

PEIXOTO, J. B. Financiamento dos Serviços de Saneamento Básico. Fontes de Recursos. Brasília, 2006.

PHILIPPI JR, A.; AGUIAR, A. O. Resíduos Sólidos: Características e Gerenciamento. In: PHILIPPI JR, A. (ed.). Saneamento, Saúde e Ambiente: Fundamentos para um desenvolvimento sustentável. São Paulo, 2005. PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil. Atlas do Desenvolvimento Humano. 2000.

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO: CLÁUDIA-MT. Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá-MT: EdUFMT, 2017.

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO: FELIZ NATAL-MT. Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá-MT: EdUFMT, 2017.

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO: IPIRANGA DO NORTE-MT. Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá-MT: EdUFMT, 2017.

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO: ITANHANGÁ-MT. Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá-MT: EdUFMT, 2017.

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO: LUCAS DO RIO VERDE-MT. Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá-MT: EdUFMT, 2017.

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO: NOVA MUTUM-MT. Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá-MT: EdUFMT, 2017.

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO: SANTA CARMEM-MT. Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá-MT: EdUFMT, 2017.

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO: SANTA RITA DO TRIVELATO-MT. Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá-MT: EdUFMT, 2017.

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO: TAPURAH-MT. Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá-MT: EdUFMT, 2017.

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO: UNIÃO DO SUL-MT. Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá-MT: EdUFMT, 2017.



VALE DO TELES PIRES
CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE

Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazônia

CEP: 78890-000 - Sorriso - MT

Fone: (66) 3544-3358

www.consorciotedotelespires.com.br

E-mail: adm@consorcioaledotelespires.com.br

CNPJ: 23.019.551/0001-00

PLANO REGIONAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO CONSÓRCIO NASCENTES DO PANTANAL. Consórcio Intermunicipal De Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal. São José dos Quatro Marcos, 2014.

SANO, H.; MONTENEGRO FILHO, M. J. As técnicas de avaliação da eficiência, eficácia e efetividade na gestão pública e sua relevância para o desenvolvimento social e das ações públicas. *Desenvolvimento em Questão*, v. 11, n. 22, p. 35-61, 20 fev. 2013.

SISINNO, Cristiana Lucia Silveira; OLIVEIRA, Rosália Maria de (Org.). *Resíduos sólidos, ambiente e saúde: uma visão multidisciplinar*. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2002.

SUZUKI, J. A. N.; GOMES, J. Consórcios intermunicipais para a destinação de RSU em aterros regionais: estudo prospectivo para os municípios no estado do Paraná. *Revista de Engenharia Sanitária Ambiental*, Rio de Janeiro, v.14, n. 2, abr./jun 2009.

TAVARES, R. P. de. *Linhas de Financiamento*. Workshop 2014 – Saneamento na rede. Rio de Janeiro, 2010.

ZANTA, V. M.; MARINHO, M. J. M. do R.; LANGE, L. C.; PESSIN, N. *Resíduos Sólidos, Saúde e Meio Ambiente: Impactos associados aos lixiviados de aterro sanitário*. In: CASTILHOS JUNIOR, Armando B. (Coord.). *Gerenciamento de resíduos sólidos urbanos com ênfase na proteção de corpos d'água: prevenção, geração e tratamento de lixiviados de aterros sanitários*. Rio de Janeiro: ABES, 2006.

11. ANEXOS (MODELOS SUGESTIVOS)

11.1. ANEXO 1 - MINUTA DE LEI: CÓDIGO MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA

(OBS.: A PRESENTE MINUTA É MERAMENTE SUGESTIVA, NÃO VINCULANDO OBRIGATORIAMENTE O INSTRUMENTO JÁ ESTABELECIDO OU A SER ADOTADO PELO MUNICÍPIO INTEGRANTE, PRESERVANDO A AUTONOMIA DE CADA MUNICÍPIO)

LEI COMPLEMENTAR Nº xxx, DE xxx DE xxxx DE 2021.

Institui o Código Municipal de Limpeza Urbana, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XXXXX

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições que me confere o inciso II do artigo xxx da Lei Orgânica do Município, sanciono a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituído, nos termos desta Lei Complementar, o Código Municipal de Limpeza Urbana, pelo qual são regidos os serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos.

Parágrafo único. O órgão Municipal competente é xxxxxx titular dos serviços públicos de saneamento básico, de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos urbanos, executando os por meios próprios ou adjudicando-os a terceiros, remunerada ou gratuitamente.

Art. 2º São classificados como serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, dentre outros serviços concernentes à limpeza do Município de xxxxxx:

I – O conjunto de atividades, infraestrutura e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo e destinação final dos resíduos sólidos urbanos;



VALE DO TELES PIRES

CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE

Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazônia
CEP: 78890-000 - Sorriso - MT

Fone: (66) 3544-3358

www.consorciavaledotelespires.com.br
E-mail: adm@consorciavaledotelespires.com.br

CNPJ: 23.019.551/0001-00

II – A conservação da limpeza de vias, praias, balneários, sanitários públicos, áreas verdes, parques e outros logradouros e bens de uso comum da população do Município de xxxxx;

III – A remoção de bens móveis abandonados nos logradouros públicos, exceto veículos automotivos; e

IV – A fiscalização no âmbito do cumprimento desta Lei Complementar.

Art. 3º Para fins desta Lei Complementar, consideram-se:

I - Limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: como o conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;

II – Resíduos sólidos de limpeza urbana os originários da varrição e demais serviços de limpeza executados nos logradouros públicos;

III – Resíduos sólidos ordinários domiciliares, para fins de coleta regular, os não recicláveis, produzidos em imóveis, residenciais ou não, que possam ser acondicionados em sacos plásticos com volume igual ou inferior a 200 (duzentos) litros, compostos por resíduos orgânicos, de origem animal ou vegetal, e rejeito, que são resíduos para os quais ainda não há reaproveitamento ou reciclagem, e que possam ser destinados aos sistemas de tratamento disponibilizados pelo Município de xxxxx ou Consórcio Intermunicipal;

IV – Resíduos sólidos recicláveis, para fins de coleta seletiva, os potencialmente recicláveis, originários de atividades domésticas em imóveis, residenciais ou não, devidamente acondicionados, independentemente de seu volume, os quais serão destinados preferencialmente às unidades de triagem cadastradas no (citar órgão competente).

IV – Resíduos sólidos especiais àqueles que, por sua composição, massa específica ou volume, necessitam de sistema de recolhimento diferenciado ou tratamento específico, enquadrados da seguinte forma:

a) resíduos gerados em imóveis, residenciais ou não, que não possam ser dispostos na forma estabelecida para a coleta regular;

b) resíduos gerados em imóveis não residenciais oriundos de processos rurais, comerciais, industriais ou de prestação de serviços;

c) resíduos gerados por atividades ou eventos instalados em logradouros públicos;

d) resíduos gerados pelo comércio ambulante; e



VALE DO TELES PIRES

CONSORCIO PÚBLICO DE SAÚDE

Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazônia

CEP: 78890-000 - Sorriso - MT

Fone: (66) 3544-3358

www.consorciavaledotelespires.com.br

E-mail: adm@consorcioaledotelespires.com.br

CNPJ: 23.019.551/0001-00

e) outros, por sua composição ou por ser objeto de legislação específica;

V – Geradores de resíduos sólidos: as pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que geram resíduos sólidos por meio de suas atividades, nessas incluído o consumo.

VI – Grandes geradores: os que gerarem resíduos da Classe 2, conforme a NBR/ABNT no 10.004, com volume superior a 200 (duzentos) litros diários ou massa superior a 50 (cinquenta) quilogramas diários;

VII - geradores de resíduos especiais: os que gerarem resíduos que por sua natureza e periculosidade sejam classificados pela norma legal como Resíduos Classe I.

VIII – Coleta diferenciada: compreende a coleta seletiva, entendida como a coleta dos resíduos orgânicos e inorgânicos, e a coleta multiseletiva, compreendida como a coleta efetuada por diferentes tipologias de resíduos sólidos, normalmente aplicada nos casos em que os resultados de programas de coleta seletiva implementados tenham sido satisfatórios;

IX – Consumo sustentável: consumo de bens e serviços, de forma a atender as necessidades das atuais gerações e permitir melhor qualidade de vida, sem comprometer o atendimento das necessidades e aspirações das gerações futuras;

X – Disposição final ambientalmente adequada: técnica de distribuição ordenada de rejeitos no solo, mediante confinamento das camadas cobertas com material inerte, geralmente solo, segundo normas operacionais específicas, de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança, minimizando os impactos ambientais adversos;

XI – Geradores de resíduos sólidos: são pessoas, físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, responsáveis por atividades ou empreendimentos que gerem os resíduos sólidos por meio de seus produtos e atividades, e as que desenvolvem ações que envolvam o fluxo de resíduos;

XII – Gerenciamento integrado de resíduos sólidos: atividades referentes à tomada de decisões quando do desenvolvimento, implementação e operação das ações definidas no Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, da fiscalização e do controle dos serviços de manejo dos resíduos sólidos;

XIII – Gestão integrada de resíduos sólidos: tomada de decisões voltada aos resíduos sólidos de forma a considerar as dimensões políticas, econômicas, ambientais, culturais e sociais, considerando a ampla participação da sociedade, tendo como premissa o desenvolvimento sustentável;



VALE DO TELES PIRES

CONSORCIO PÚBLICO DE SAÚDE

Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazônia

CEP: 78890-000 - Sorriso - MT

Fone: (66) 3544-3358

www.consorciodeotelespires.com.br

E-mail: adm@consorciodeotelespires.com.br

CNPJ: 23.019.551/0001-00

XIV – Logística reversa: conjunto de ações, procedimentos e meios, destinados a facilitar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos aos seus geradores, para que sejam tratados ou reaproveitados na forma de novas matérias-primas em seus processos produtivos ou de terceiros, visando a não geração de rejeitos;

XV – Redução: diminuição de quantidade, em massa ou grau de periculosidade, tanto quanto possível, de resíduos sólidos gerados, tratados ou dispostos;

XVI – Rejeitos: resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos acessíveis e disponíveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada;

XVII – Resíduos sólidos: resíduos no estado sólido e semissólido, que resultam de atividades de origem doméstica, comercial, industrial, agrícola, de serviços da área da saúde, inclusive os de limpeza pública; ficam incluídos nesta definição os lodos provenientes de sistema de tratamento de água e esgoto, aqueles gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição, bem como determinados líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou corpos d'água, ou exijam para isto soluções técnica e economicamente inviáveis em face à melhor tecnologia disponível;

XVIII – Resíduos da construção civil (RCC): os provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como: tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras e compensados, forros, argamassa, gesso, telhas, pavimentos, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica, etc., comumente chamados de entulhos de obras. Devem ser classificados, conforme o disposto na Resolução CONAMA nº 307, nas classes A, B, C e D;

XIX – Resíduos de serviços de saúde (RSS): os provenientes dos serviços relacionados com o atendimento à saúde humana ou animal, inclusive os serviços de assistência domiciliar e de trabalhos de campo; laboratórios analíticos de produtos para saúde; necrotérios, funerárias e serviços onde se realizem atividades de embalsamamento; serviços de medicina legal; drogarias e farmácias inclusive as de manipulação; estabelecimentos de ensino e pesquisa na área de saúde; centros de controle de zoonoses; distribuidores de produtos farmacêuticos; importadores, distribuidores e produtores de materiais e controles para diagnóstico in vitro; unidades móveis de atendimento à saúde; serviços de acupuntura; serviços de tatuagem, entre outros similares;

XX – Resíduos sólidos especiais ou diferenciados: aqueles que por sua classificação e especificidades requeiram procedimentos especiais ou diferenciados para



VALE DO TELES PIRES

CONSORCIO PÚBLICO DE SAÚDE

Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazônia

CEP: 78890-000 - Sorriso - MT

Fone: (66) 3544-3358

www.consorciavaledotelespires.com.br

E-mail: adm@consorciavaledotelespires.com.br

CNPJ: 23.019.551/0001-00

seu manuseio e disposição final dos rejeitos, considerando os impactos negativos que podem causar à saúde e ao meio ambiente;

XXI – Resíduos sólidos reversos: resíduos sólidos restituíveis ao gerador, por meio da logística reversa, visando o seu reaproveitamento, tratamento, e a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos;

XXII – Resíduos sólidos urbanos (RSU): resíduos sólidos produzidos em edificações residenciais, em estabelecimentos e logradouros públicos, comércio em geral e os resultantes dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos, sempre que não sejam considerados em legislação específica como resíduo especial ou diferenciado;

XXIII – Reutilização: processo de reaplicação dos resíduos sólidos sem sua transformação biológica, física ou físico-química;

XXIV – Pneu ou pneumático inservível: aquele que não mais se presta a processos de reforma (tais como recapagem, recauchutagem ou remoldagem) que permita condição de rodagem adicional;

XXV – Tecnologias ambientalmente saudáveis: são tecnologias de prevenção, redução ou eliminação de resíduos sólidos ou poluentes na fonte geradora e propiciam o desenvolvimento de ações que promovam a redução de desperdícios, a conservação de recursos naturais, a redução ou eliminação de substâncias tóxicas presentes em matérias primas ou produtos auxiliares, a redução da quantidade de resíduos sólidos gerados por processos e produtos e, conseqüentemente, a redução de poluentes lançados para o ar, solo e águas;

XXVI – Tratamento/reciclagem: processo de transformação dos resíduos sólidos, o qual envolve a alteração das propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas dos mesmos, tornando-os produtos ou insumos.

Art. 4º O Executivo Municipal adotará a coleta seletiva e a reciclagem de materiais como formas de tratamento dos resíduos sólidos, encaminhando os resíduos recicláveis a unidades de triagem devidamente cadastradas no (citar órgão competente).

Art. 5º A destinação e a disposição final dos resíduos sólidos de qualquer natureza e responsabilidade, ressalvadas as exceções previstas nesta Lei Complementar, somente poderão ser realizadas em locais licenciados ambientalmente.

Parágrafo único. A não observância ao disposto no caput deste artigo constitui infração gravíssima, punível conforme o art. 52, inc. IV, desta Lei Complementar.



VALE DO TELES PIRES
CONSORCIO PÚBLICO DE SAÚDE

Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazônia
CEP: 78890-000 - Sorriso - MT
Fone: (66) 3544-3358
www.consortiovaledotelespires.com.br
E-mail: adm@consorciovaledotelespires.com.br
CNPJ: 23.019.551/0001-00

Art. 6º O gerador de resíduo sólido será responsável pelo acondicionamento e pela apresentação dos resíduos sólidos por ele dispostos para a coleta, até o momento do recolhimento pelo (citar órgão competente).

Parágrafo único. A não observância ao disposto no caput deste artigo constitui infração média, punível conforme o art. 52, inc. II, desta Lei Complementar.

Art. 7º Os serviços públicos de saneamento básico, de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, sempre que possível, mediante remuneração pela cobrança dos serviços, levando em conta a adequada destinação dos resíduos coletados.

Art. 8º O resíduo sólido ordinário domiciliar será acondicionado e apresentado à coleta, separado em resíduo orgânico e rejeito, destinado à coleta regular, e resíduo reciclável, destinado à coleta seletiva.

§ 1º Caso o (citar órgão competente) venha a implantar sistema de tratamento para os resíduos orgânicos, estes deverão ser apresentados à coleta específica, separadamente do rejeito.

§ 2º A não observância ao disposto no caput e no § 1º deste artigo constitui infração média, punível conforme o art. 52, inc. II, desta Lei Complementar.

§ 3º O Executivo Municipal implantará, através de Decreto, um sistema de tratamento para os resíduos orgânicos e os resíduos inorgânicos, de forma a reaproveitá-los por meio de uma cadeia produtiva sustentável, tendo por norte o conceito de lixo zero.

Art. 9º A implantação do Programa de Coleta Seletiva se dará de forma progressiva, devendo ser precedida de ampla divulgação e articulação com a comunidade da região em que será realizada.

§ 1º Para o cumprimento do disposto no caput, o titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos priorizará a organização e o funcionamento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda, bem como sua contratação.

§ 2º. No caso do Órgão Público Municipal ou Concessionária, ser responsável pela coleta seletiva, todo material coletado no programa deverá ser destinado as cooperativas ou associações de catadores cadastrados no (citar órgão competente).

CAPÍTULO II - DISPOSIÇÕES GERAIS

Seção I - Dos Resíduos Sólidos

Subseção I - Dos Resíduos Sólidos de Limpeza Urbana

Art. 10º A coleta, o transporte e a destinação dos resíduos sólidos gerados na execução dos serviços de limpeza urbana são de responsabilidade exclusiva do Executivo Municipal.

§ 1º O produto do trabalho de capina e limpeza de meio-fio, sarjetas, ruas e demais logradouros públicos deverão ser recolhidos no prazo máximo de 12 (doze) horas, contadas da execução do serviço.

§ 2º O (citar órgão competente) deverá executar estes serviços para o Município de xxxxx, independentemente da receita da Taxa de Coleta de Lixo e das demais receitas próprias do órgão.

Subseção II - Dos Resíduos Sólidos Ordinários Domiciliares

Art. 11. A coleta regular, o transporte e a destinação final dos resíduos sólidos ordinários domiciliares são de exclusiva competência do (citar órgão competente).

§ 1º A prestação dos serviços descritos no caput deste artigo dar-se-á pela mera disponibilidade, independentemente de sua utilização ou não pelo responsável do imóvel servido.

§ 2º A utilização dos serviços dar-se-á na forma descrita nesta subseção.

§ 3º A não observância ao disposto no caput deste artigo constitui infração gravíssima, punível conforme o art. 52, inc. IV, desta Lei Complementar.

Art. 12. O acondicionamento do resíduo sólido ordinário domiciliar à coleta regular deverá considerar as determinações que seguem:

I – Deverá ser efetuado em sacos plásticos, tanto nas regiões com coleta porta a porta como nas regiões com coleta em contêineres;

II – O volume dos sacos plásticos não deve ser superior a 200 (duzentos) litros;

III – Materiais cortantes ou pontiagudos deverão ser devidamente embalados, a fim de evitar lesão aos garis; e

IV – Os sacos plásticos ou recipientes indicados devem estar convenientemente fechados, em perfeitas condições de higiene e conservação, sem líquido em seu interior.

Parágrafo único. A não observância ao disposto nos incs. I, II e IV do caput deste artigo constitui infração leve, e a não observância ao disposto no inc. III do caput deste artigo, gravíssima, punível conforme o art. 52, incs. I e IV, desta Lei Complementar.



VALE DO TELES PIRES

CONSORCIO PÚBLICO DE SAÚDE

Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazônia

CEP: 78890-000 - Sorriso - MT

Fone: (66) 3544-3358

www.consorciovaledotelespires.com.br

E-mail: adm@consorciovaledotelespires.com.br

CNPJ: 23.019.551/0001-00

Art. 13. O resíduo sólido ordinário domiciliar deverá ser apresentado para a coleta regular no logradouro público, junto ao alinhamento de cada imóvel, nas regiões em que a coleta for executada porta a porta.

Parágrafo único. A não observância ao disposto no caput deste artigo constitui infração média, punível conforme o art. 52, inc. II, desta Lei Complementar.

Art. 14. O resíduo sólido ordinário domiciliar deverá ser apresentado para a coleta nos dias e nos horários em que o serviço for posto à disposição na região, conforme segue:

I – Nas regiões em que a coleta domiciliar for realizada porta a porta no turno do dia, o resíduo somente poderá ser disposto a partir das 6h (seis horas), nos dias em que o serviço for prestado;

II – Nas regiões em que a coleta domiciliar for realizada porta a porta no turno da noite, o resíduo somente poderá ser disposto a partir das 18h (dezoito horas), nos dias em que o serviço for prestado;

III – Nas regiões em que a coleta domiciliar for realizada por meio de contêineres, o resíduo poderá ser disposto nesses recipientes em qualquer dia ou horário; e

IV – O gerador de resíduo sólido não deverá apresentar o resíduo à coleta após a passagem do veículo coletor.

Parágrafo único. A não observância ao disposto neste artigo constitui infração grave, punível conforme o art. 52, inc. III, desta Lei Complementar.

Art. 15. Somente serão recolhidos pelo serviço regular de coleta os resíduos sólidos acondicionados e apresentados em consonância com o disposto nesta subseção.

Subseção III - Dos Resíduos Sólidos Recicláveis

Art. 16. A coleta regular, o transporte e a destinação do resíduo sólido reciclável são de exclusiva competência do (citar órgão competente).

§ 1º A prestação dos serviços descritos no caput deste artigo poderá se dar:

I – Pela colocação de contêiner para depósito dos resíduos sólidos recicláveis próximo ao contêiner de depósito de resíduos orgânicos;

II – Pela disponibilização de postos de entrega voluntária (PEVs) para a entrega dos resíduos sólidos recicláveis por seus geradores;

III – Pela coleta porta a porta;

§ 2º A não observância ao disposto no caput deste artigo constitui infração gravíssima, punível conforme o art. 52, inc. IV, desta Lei Complementar.



VALE DO TELES PIRES

CONSORCIO PÚBLICO DE SAÚDE

Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazônia
CEP: 78890-000 - Sorriso - MT
Fone: (66) 3544-3358
www.consorciavaledotelespires.com.br
E-mail: adm@consorciavaledotelespires.com.br
CNPJ: 23.019.551/0001-00

Art. 17. O acondicionamento dos resíduos sólidos recicláveis a serem apresentados à coleta seletiva deverá ser realizado em sacos plásticos com volume igual ou inferior a 200 (duzentos) litros.

Parágrafo único. A não observância ao disposto no caput deste artigo constitui infração média, punível conforme o art. 52, inc. II, desta Lei Complementar.

Art. 18. Os resíduos sólidos recicláveis deverão ser apresentados para a coleta seletiva no logradouro público:

I – Junto ao alinhamento de cada imóvel;

II – Nos contêineres que lhes forem exclusivamente destinados, posicionados junto aos contêineres de recolhimento de resíduos orgânicos.

Parágrafo único. A não observância ao disposto nos incisos do caput deste artigo e a não observância ao disposto no § 1º deste artigo constituem infração média e grave, respectivamente, puníveis conforme o art. 52, incs. II e III, desta Lei Complementar.

Art. 19. Somente serão recolhidos pelo serviço regular de coleta seletiva os resíduos sólidos recicláveis acondicionados em consonância com o disposto nesta subseção.

Art. 20. Os resíduos sólidos recicláveis serão apresentados à coleta seletiva conforme segue:

I – Nos dias e nos turnos estabelecidos pelo (citar órgão competente), conforme as regiões de abrangência do serviço; e

II – O gerador de resíduo sólido reciclável não deverá apresentá-lo à coleta após a passagem do veículo coletor.

Parágrafo único. A não observância ao disposto neste artigo constitui infração grave, punível conforme o art. 52, inc. III, desta Lei Complementar.

Art. 21. Os órgãos públicos deverão implantar sistema interno de separação dos resíduos sólidos, a fim de apresentá-los à coleta seletiva.

Parágrafo único. A não observância ao disposto no caput deste artigo constitui infração média, punível conforme o art. 52, inc. II, desta Lei Complementar.

Art. 22. As escolas da rede municipal de ensino deverão desenvolver programas internos de separação dos resíduos sólidos recicláveis.

Art. 23. Os estabelecimentos comerciais deverão colocar à disposição de seus clientes recipientes próprios que garantam a separação dos resíduos sólidos gerados durante o seu funcionamento, para apresentação à coleta seletiva.

Parágrafo único. A não observância ao disposto no caput deste artigo constitui infração média, punível conforme o art. 52, inc. II, desta Lei Complementar.

Subseção IV - Dos Resíduos Sólidos Especiais

Art. 24. No que for pertinente à limpeza e à conservação dos logradouros públicos, as construções e as demolições reger-se-ão pelas seguintes obrigações, além das demais disposições desta Lei Complementar:

I – Manter em estado permanente de limpeza e conservação o trecho fronteiro à obra; e

II – Evitar a queda de detritos nos logradouros públicos.

Parágrafo único. A não observância ao disposto neste artigo constitui infração média, punível conforme o art. 52, inc. II, desta Lei Complementar, sendo as sanções aplicadas ao responsável pela obra, ao proprietário do imóvel ou a quem tiver a posse deste.

Art. 25. Os bares, as lanchonetes, as padarias, as confeitarias e outros estabelecimentos de venda de alimentos para consumo imediato serão dotados de recipientes para resíduos com capacidade suficiente para suprir a demanda gerada, posicionados em locais visíveis e de fácil acesso ao público em geral.

§ 1º Os recipientes a que se refere o caput deste artigo conterão letreiros de fácil leitura para o público em geral, com os dizeres “resíduo reciclável” e “resíduo orgânico” ou outra denominação adotada pelo órgão responsável, prezando pela adoção da coleta seletiva.

§ 2º A não observância ao disposto no caput deste artigo constitui infração média, punível conforme o art. 52, inc. II, desta Lei Complementar.

Art. 26. As áreas do passeio público fronteiriças ao local do exercício das atividades comerciais deverão ser mantidas em permanente estado de limpeza e conservação pelo responsável pelo estabelecimento.

Parágrafo único. A não observância ao disposto neste artigo constitui infração média, punível conforme o art. 52, inc. II, desta Lei Complementar.

Art. 27. Nas feiras livres instaladas em logradouros públicos, em que haja a venda de gêneros alimentícios, produtos hortifrutigranjeiros ou outros produtos de interesse do ponto de vista do abastecimento público, é obrigatória a colocação de recipientes de recolhimento de resíduos de, no mínimo, 40 (quarenta) litros, posicionados em local visível e acessível ao público em geral, preferencialmente em quantidade mínima de 2



VALE DO TELES PIRES

CONSORCIO PÚBLICO DE SAÚDE

Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazônia

CEP: 78890-000 - Sorriso - MT

Fone: (66) 3544-3358

www.consorciavaledotelespires.com.br

E-mail: adm@consorciovaledotelespires.com.br

CNPJ: 23.019.551/0001-00

(dois) recipientes por banca instalada, contendo letreiros de fácil leitura com os dizeres resíduo reciclável e resíduo orgânico ou rejeito.

Parágrafo único. A não observância ao disposto neste artigo constitui infração média, punível conforme o art. 52, inc. II, desta Lei Complementar.

Art. 28. O comerciante – feirante, artesão, agricultor ou expositor – deverá manter permanentemente limpa a sua área de atuação, acondicionando corretamente o produto da limpeza em sacos plásticos.

§ 1º Imediatamente após o encerramento das atividades, deverá o comerciante fazer a limpeza de sua área de atuação.

§ 2º A não observância ao disposto neste artigo constitui infração média, punível conforme o art. 52, inc. II, desta Lei Complementar.

Art. 29. O comerciante deverá, obrigatoriamente, cadastrar-se no (citar órgão competente), a contar da data de publicação desta Lei Complementar.

§ 1º Para os efeitos deste artigo, o Executivo Municipal deverá adotar medidas que evitem múltiplo cadastramento para o mesmo fim.

§ 2º A não observância ao disposto no caput deste artigo constitui infração leve, punível conforme o art. 52, inc. I, desta Lei Complementar.

Art. 30. Os responsáveis por circos, parques de diversões e similares, instalados em logradouros públicos, deverão manter limpa a sua área de atuação.

§ 1º É obrigatória a colocação de recipientes de recolhimento de resíduos, de 50 (cinquenta) litros, em local visível e acessível ao público, contendo letreiros de fácil leitura com os dizeres resíduo reciclável e resíduo orgânico ou rejeito.

§ 2º A não observância ao disposto no caput deste artigo constitui infração média, punível conforme o art. 52, inc. II, desta Lei Complementar.

Art. 31. Os vendedores ambulantes detentores de licenciamento de estabelecimento nos logradouros públicos deverão, obrigatoriamente, cadastrar-se no (citar órgão competente), a contar da data de publicação desta Lei Complementar.

§ 1º Para os efeitos deste artigo, o Executivo Municipal deverá adotar medidas que evitem múltiplo cadastramento para o mesmo fim.

§ 2º A não observância ao disposto no caput deste artigo constitui infração leve, punível conforme o art. 52, inc. I, desta Lei Complementar.

Art. 32. Os veículos de qualquer espécie destinados à venda de alimentos de consumo imediato deverão ter recipientes de resíduos neles fixados ou colocados no solo,



VALE DO TELES PIRES

CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE

Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazônia

CEP: 78890-000 - Sorriso - MT

Fone: (66) 3544-3358

www.consorciotedotelespires.com.br

E-mail: adm@consorcioaledotelespires.com.br

CNPJ: 23.019.551/0001-00

a seu lado, feitos de metal, plástico ou qualquer outro material rígido, que tenham capacidade para comportar sacos de, no mínimo, 40 (quarenta) litros.

§ 1º Os recipientes referidos no caput deste artigo deverão conter letreiro de fácil leitura para o público em geral com os dizeres resíduo reciclável e resíduo orgânico ou rejeito.

§ 2º A não observância ao disposto no caput e no § 1º deste artigo constitui infração leve, punível conforme o art. 52, inc. I, desta Lei Complementar.

Art. 33. Os vendedores ambulantes deverão tomar medidas necessárias para que a área destinada a seu uso e proximidade seja mantida em estado permanente de limpeza e conservação.

§ 1º Os resíduos resultantes destas atividades deverão ser dispostos para recolhimento em sacos plásticos nos dias e nos horários em que a coleta regular na região é prestada, observando o disposto no capítulo I desta Lei Complementar e nas subseções II e III desta seção.

§ 2º A não observância ao disposto no caput e no § 1º deste artigo constitui infração média, punível conforme o art. 52, inc. II, desta Lei Complementar.

Art. 34. O acondicionamento, a coleta, o transporte, o destino e a disposição final do resíduo sólido especial, quando não regulado em contrário nesta subseção, serão, obrigatoriamente, responsabilidade do gerador desse resíduo.

§ 1º O manejo de resíduos sólidos especiais deverá ser realizado por empresas devidamente habilitadas para prestar tal serviço.

§ 2º Não é permitida a apresentação de resíduo sólido especial para os serviços de coleta domiciliar regular e coleta seletiva.

§ 3º Não é permitida a disposição de resíduos sólidos especiais em locais não licenciados para este fim.

§ 4º Havendo a necessidade, por parte do Executivo Municipal, de ação corretiva pelo não cumprimento das disposições contidas neste artigo, será cobrado do gerador do resíduo sólido especial o custo correspondente, independentemente das sanções legais cabíveis.

§ 5º A coleta, o transporte e outros serviços relativos ao resíduo sólido especial podem ser realizados pelo Executivo Municipal, desde que solicitado para tanto, sendo cobrados conforme tabela própria a ser regulamentada em lei, acrescidos da taxa de administração de 20% (vinte por cento) do preço estipulado.



VALE DO TELES PIRES

CONSORCIO PÚBLICO DE SAÚDE

Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazônia

CEP: 78890 000 - Sorriso - MT

Fone: (66) 3544-3358

www.consorciovaledotelespires.com.br

E-mail: adm@consorciovaledotelespires.com.br

CNPJ: 23.019.551/0001-00

§ 6º A não observância ao disposto nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo constitui infração gravíssima, punível conforme o art. 52, inc. IV, desta Lei Complementar.

Art. 35. O (citar órgão competente) poderá oferecer alternativas para o recebimento de resíduos sólidos especiais, com limitação de tipologia e volume, para o seu tratamento ou sua disposição final adequadas, as quais deverão ser regulamentadas por instrumento legal específico.

Art. 36. O eventual inadimplemento das multas decorrentes de infração ao disposto nesta subseção sujeitará o infrator ao cancelamento de seu cadastro junto ao (citar órgão competente), resguardando-se o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Subseção V - Dos Resíduos Sólidos Especiais para fins de logística reversa

Art. 37. Para efeitos desta Lei Municipal entende-se por resíduos sólidos especiais para fins da logística reversa;

I - Agrotóxicos, seus resíduos e embalagens, assim como outros produtos cuja embalagem, após o uso, constitua resíduo perigoso, observadas as regras de gerenciamento de resíduos perigosos previstas em lei ou regulamento, em normas estabelecidas pelos órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente - Sisnama, do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária - SNVS e do Sistema Único de Atenção à Saúde Agropecuária – Suasa, ou em normas técnicas;

II - Pilhas e baterias;

III - Pneus;

IV - Óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens;

V - Lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista;

VI - Produtos eletroeletrônicos e seus componentes.

§1º Na forma do disposto em regulamento ou em acordos setoriais e termos de compromisso firmados entre o poder público e o setor empresarial, os sistemas previstos no caput serão estendidos a produtos comercializados em embalagens plásticas, metálicas ou de vidro, e aos demais produtos e embalagens, considerando, prioritariamente, o grau e a extensão do impacto à saúde pública e ao meio ambiente dos resíduos gerados.

§2º Se o titular do serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, por acordo setorial ou termo de compromisso firmado com o setor empresarial, encarregar-se de atividades de responsabilidade dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes nos sistemas de logística reversa dos produtos e embalagens a que se refere este artigo, as ações do Poder Público serão devidamente remuneradas, na forma previamente acordada entre as partes.



VALE DO TELES PIRES

CONSORCIO PÚBLICO DE SAÚDE

Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazônia

CEP: 78890-000 - Sorriso - MT

Fone: (66) 3544-3358

www.consorciodevaletelespires.com.br

E-mail: adm@consorciovaletelespires.com.br

CNPJ: 23.019.551/0001-00

§3º Com exceção dos consumidores, todos os participantes dos sistemas de logística reversa manterão, atualizadas e disponíveis aos órgãos estaduais e municipais competentes, informações completas sobre a realização das ações sob sua responsabilidade.

Art. 38. Nos termos da Lei Federal nº 12.305/2010, o sistema de logística reversa será estendido aos produtos comercializados em embalagens plásticas, metálicas ou de vidro, bem como aos demais produtos e embalagens.

Parágrafo Único. O sistema de logística reversa de embalagens incluirá os resíduos provenientes dos serviços de coleta seletiva realizada pela Prefeitura Municipal ou por Catadores.

Art. 39. Todos os estabelecimentos, públicos ou privados, geradores de resíduos sólidos especiais, incluindo as embalagens, independentemente do tipo, classe e/ou do volume, são responsáveis pela implantação dos processos de separação de todos os resíduos na origem, especialmente os resíduos recicláveis, que deverão ser preferencialmente destinados aos programas de coleta seletiva da Prefeitura Municipal, ou às Unidades de Triagem conveniadas com o Município.

Art. 40. Os eventos a serem realizados no município deverão engajar-se nos Programas Municipais de Redução e Controle de Resíduos, sendo o manuseio, coleta, transporte, valorização, tratamento e disposição final do lixo dos eventos de exclusiva responsabilidade dos seus geradores.

Seção II - Dos Terrenos Baldios e dos Passeios

Art. 41. Os proprietários ou possuidores de terrenos baldios, edificados ou não, são obrigados a:

I – Fechá-los de acordo com as normas estabelecidas em legislação específica;

II – Guardá-los e fiscalizá-los, mantendo-os em perfeito estado de limpeza, evitando que sejam usados como depósito de resíduos de qualquer natureza; e

III – Nos logradouros que possuam meio-fio, manter a área destinada a passeio público constantemente em bom estado de conservação e limpeza, com a vegetação rasteira aparada.

§ 1º Constatada a não observância ao disposto neste artigo, o proprietário será notificado para proceder à regularização do apontado, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, conforme o previsto no art. 49, inc. II, desta Lei Complementar.

§ 2º A não observância ao disposto nos incisos do caput deste artigo constitui infração média, punível conforme o art. 52, inc. II, desta Lei Complementar.



VALE DO TELES PIRES

CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE

Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazônia

CEP: 78890-000 - Sorriso - MT

Fone: (66) 3544-3358

www.consortiovaledotelespires.com.br

E-mail: adm@consorciovaledotelespires.com.br

CNPJ: 23.019.551/0001-00

§ 3º No caso de comprovada impossibilidade de atendimento da regularização dentro do prazo estipulado no § 1º deste artigo, o notificado poderá, no mesmo prazo previsto para a regularização, protocolar solicitação de ampliação de prazo, mediante requerimento escrito e fundamentado, o qual deverá ser dirigido e submetido à apreciação da autoridade competente, que poderá autorizar sua dilação em até o dobro.

§ 4º Em caso de não atendimento ao disposto nos incs. II e III do caput deste artigo, os terrenos baldios, edificados ou não, serão limpos compulsoriamente pelo Executivo Municipal, ficando seus proprietários obrigados ao pagamento de taxa de limpeza, que será definida pelo (citar órgão competente).

Seção III - Dos Suportes para Apresentação do Resíduo Sólido à Coleta

Art. 42. Fica permitida, no passeio público, a colocação de suporte para apresentação do resíduo sólido à coleta, desde que atendidas as seguintes condições:

I – O resíduo sólido apresentado deverá estar, obrigatoriamente, acondicionado em

sacos plásticos;

II – O suporte deverá possuir abertura pela face superior e dimensões que permitam a fácil retirada do resíduo de seu interior, sem a necessidade de o coletor entrar naquele;

III – São obrigatórias a limpeza e a conservação do suporte pelo proprietário ou possuidor do imóvel em cujo alinhamento estiver instalado;

IV – O suporte não poderá causar prejuízo ao livre trânsito de pedestres;

V – O seu acesso não seja restrito com trancas, cadeados ou qualquer outro elemento; e

VI – O suporte deverá estar posicionado no alinhamento do imóvel gerador de resíduos sólidos.

Parágrafo único. A não observância ao disposto nos incs. I a VI do caput deste artigo constitui infração média, punível conforme o art. 52, inc. II, desta Lei Complementar.

Art. 43. Os suportes considerados inservíveis, ou que não atendam às determinações desta Lei Complementar, deverão ser consertados ou substituídos pelo responsável, no prazo de 30 (trinta) dias subsequentes à sua notificação.

Parágrafo único. Transcorrido o prazo descrito no caput deste artigo, sem a adoção das providências necessárias pelo responsável, o (citar órgão competente) providenciará o recolhimento dos suportes inservíveis, sem que caiba qualquer espécie de indenização ao seu proprietário e sem prejuízo do estabelecido no parágrafo único do art. 38 desta Lei Complementar.

Seção IV - Da Coleta e do Transporte dos Resíduos Sólidos ou Pastosos

Art. 44. O transporte de material a granel ou de resíduos sólidos especiais será executado de forma a não provocar o seu derramamento ou a sua dispersão nos logradouros públicos, de modo a não trazer inconvenientes à saúde e ao bem estar público, atendendo também as seguintes condições:

I - A caçamba ou a carroceria do veículo de transporte será dotada de cobertura/lona ou sistema de proteção que impeça o derramamento ou dispersão do material transportado;

II - O veículo trafegará com carga rasa, com altura limitada à borda da caçamba, sem qualquer coroamento, e terá seu equipamento de rodagem limpo antes de atingir a via pública.

III - Os resíduos não podem ser transportados juntamente com alimentos, medicamentos ou produtos destinados ao uso e/ou consumo humano ou animal, ou com embalagens destinados a estes fins.

IV - O transporte de resíduos deve atender à legislação ambiental específica (federal, estadual ou municipal), quando existente, bem como deve ser acompanhado de documento de controle ambiental previsto pelo órgão competente, devendo informar o tipo de acondicionamento, conforme o anexo A. Caso seja usado o código E08-Outras Formas, deve ser especificada a forma utilizada de acondicionamento. As embalagens de resíduos devem atender ao disposto na NBR 7500.

V - A descontaminação dos equipamentos de transporte deve ser de responsabilidade do gerador e deve ser realizada em local(is) e sistema(s) previamente autorizados pelo órgão de controle ambiental competente.

§ 1º Entende-se como material a granel, dentre outros, os listados a seguir, ainda que encharcados ou molhados:

I - Terra, barro, rochas, minérios e solo em geral;

II - Produto de desaterro, desmonte de terrenos ou terraplanagem;

III - produto da demolição de estruturas de concreto ou alvenaria, também denominado entulho, metralha ou caliça;



VALE DO TELES PIRES

CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE

Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazônia
CEP: 78890 000 - Sorriso - MT

Fone: (66) 3544-3358

www.consorciovaledotelespires.com.br
E-mail: adm@consorciovaledotelespires.com.br

CNPJ: 23.019.551/0001-00

- IV - Areia;
- V - Brita;
- VI - Cascalho;
- VII - Concreto ainda não solidificado;
- VIII - Escória;
- IX - Serragem;
- X - Carvão;
- XI - Cereal e grão vegetal;

XII - Outros materiais particulados que, por suas características ou forma de apresentação, apresentem possibilidade de derramamento ou dispersão no ar.

§ 2º - O transporte de produto pastoso e resíduo sólido que exale odor desagradável, como os provenientes de estações de tratamento de água ou esgoto e outros efluentes, de remoção de lodo e resíduos de fossas sépticas ou poços absorventes, resíduos de limpeza de caixa de gordura, resíduos de postos de lubrificação, resíduos de abatedouro, matadouro e açougue, sebo, vísceras e similares, só será efetuado em carrocerias estanques ou caçambas estacionárias com tampa.

§ 3º Os responsáveis pelos serviços de carga e descarga dos veículos e pela guarda dos materiais transportados deverão:

I - Adotar precauções na execução do serviço, de forma a não obstruir, sujar ou danificar ralo, caixa receptora de águas pluviais e logradouro público;

II - Providenciar imediatamente a retirada das cargas e dos materiais descarregados em logradouro público;

III - Providenciar a limpeza dos locais públicos utilizados, recolhendo convenientemente os resíduos;

IV - Comprovar, por meios apropriados, a descarga em local de destinação devidamente autorizado pelo órgão ambiental competente.

§ 4º A não observância ao disposto neste artigo constitui infração média e grave, respectivamente, punível conforme o art. 52, incs. II e III, desta Lei Complementar.

Seção V - Dos Atos Lesivos à Limpeza Urbana

Art. 45. São atos lesivos à limpeza urbana:



VALE DO TELES PIRES

CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE

Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazônia

CEP: 78890-000 - Sorriso - MT

Fone: (66) 3544-3358

www.consorciovaledotelespires.com.br

E-mail: adm@consorciovaledotelespires.com.br

CNPJ: 23.019.551/0001-00

I – Depositar, lançar ou atirar, nos passeios ou nos logradouros públicos, papéis, invólucros, embalagens ou assemelhados que causem danos à conservação da limpeza urbana, constituindo infração leve, punível conforme o art. 52, inc. I, desta Lei Complementar;

II – Realizar triagem ou catação no resíduo sólido disposto em logradouros públicos, de qualquer objeto, material, resto ou sobra, seja qual for sua origem, constituindo infração leve, punível conforme o art. 52, inc. I, desta Lei Complementar;

III – Depositar, lançar ou atirar, em quaisquer áreas públicas ou terrenos, edificadas ou não, de propriedade pública ou privada, resíduos sólidos de qualquer natureza em volume:

a) de até 200 (duzentos) litros, constituindo infração grave, punível conforme o art. 52, inc. III, desta Lei Complementar; ou

b) acima de 200 (duzentos) litros, constituindo infração gravíssima, punível conforme o art. 52, inc. IV, desta Lei Complementar;

IV – Reparar veículos ou qualquer tipo de equipamento em logradouros públicos, quando desta atividade resultar prejuízo à limpeza urbana, constituindo infração grave, punível conforme o art. 52, inc. III, desta Lei Complementar;

V – Descarregar ou vaziar águas servidas de qualquer natureza em passeios ou logradouros públicos, constituindo infração média, punível conforme o art. 52, inc. II, desta Lei Complementar;

VI – Assorear logradouros públicos em decorrência de decapagens, desmatamentos ou obras, constituindo infração gravíssima, punível conforme o art. 52, inc. IV, desta Lei Complementar;

VII – Depositar, lançar ou atirar em riachos, canais, arroios, córregos, lagos, lagoas e rios, ou às suas margens, resíduos de qualquer natureza que causem prejuízo à limpeza ou ao meio ambiente, constituindo infração gravíssima, punível conforme o art. 52, inc. IV, desta Lei Complementar;

VIII – Dispor materiais de qualquer natureza ou efetuar preparo de argamassa sobre passeios ou pista de rolamento, constituindo infração média, punível conforme o art. 52, inc. II, desta Lei Complementar;

IX – Fazer varredura do interior de prédios, terrenos ou calçadas para os logradouros públicos, constituindo infração grave, punível conforme o art. 52, inc. III, desta Lei Complementar;



VALE DO TELES PIRES

CONSORCIO PÚBLICO DE SAÚDE

Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazônia

CEP: 78890-000 - Sorriso - MT

Fone: (66) 3544-3358

www.consorciovaledotelespires.com.br

E-mail: adm@consorciovaledotelespires.com.br

CNPJ: 23.019.551/0001-00

X – Danificar equipamentos dispostos em logradouros, constituindo infração gravíssima, punível conforme o art. 52, inc. IV, desta Lei Complementar; e

XI – Depositar em passeios, vias ou logradouros públicos, riachos, canais, arroios, córregos, lagos, lagoas e rios ou em suas margens animais mortos ou partes deles, constituindo infração média, punível conforme o art. 52, inc.II, desta Lei Complementar.

§ 1º No caso do disposto no inc. II do caput deste artigo, os infratores estarão sujeitos à apreensão do veículo ou equipamento usado para transporte do material e à remoção do resíduo.

§ 2º Nos casos dos incs. I e III a XI do caput deste artigo, os infratores ou seus mandantes estarão sujeitos a efetuar a remoção do material disposto, reparar danos causados ou indenizar o Município de xxxxxx pela execução dos serviços, sem prejuízo das multas correspondentes.

Seção VI - Da Fiscalização

Art. 46. Será atribuição (definir órgão/setor/departamento responsável), e dos agentes de fiscalização a emissão de notificações e autos de infração, bem como o estabelecimento de graduação de sanções, tendo em vista a gravidade das infrações e a reincidência dos infratores.

Parágrafo único. No exercício da atividade fiscalizatória, o agente de fiscalização poderá fazer uso de quaisquer provas materiais, bem como informações oriundas de aparelhos eletrônicos, equipamentos de audiovisual ou outros meios tecnologicamente disponíveis.

Art. 47. Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênios com órgãos públicos e entidades públicas, que visem a garantir a aplicação desta Lei Complementar.

Seção VII - Dos Procedimentos, das Infrações e das Penalidades

Art. 48. Para os fins desta Lei Complementar, considera-se infração a não observância ao disposto em normas legais, bem como em regulamentadoras ou outras, que, por qualquer forma, se destinem à promoção, à preservação, à recuperação e à conservação da limpeza pública.

Art. 49. Responde pela infração quem, por ação ou omissão, lhe deu causa, concorreu para sua prática ou dela se beneficiou.

Art. 50. Notificação é o ato pelo qual se dá conhecimento à parte, por escrito, de providência ou medida que a ela incumbe realizar, podendo ser procedida pelo correio, por meio de carta registrada com aviso de recebimento.



VALE DO TELES PIRES

CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE

Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazônia

CEP: 78890-000 - Sorriso - MT

Fone: (66) 3544-3358

www.consorciovaledotelespires.com.br

E-mail: adm@consorciovaledotelespires.com.br

CNPJ: 23.019.551/0001-00

Parágrafo único. Na notificação, será informado o prazo para que o notificado tome as providências ou as medidas solicitadas em função da gravidade da infração, sendo que:

- I – Na infração leve, 30 (trinta) dias;
- II – Na infração média, 15 (quinze) dias;
- III – Na infração grave, 10 (dez) dias; e
- IV – Na infração gravíssima, 5 (cinco) dias.

Art. 51. Na hipótese de o infrator estar em lugar incerto ou não sabido, a notificação far-se-á por meio de publicação em jornal Oficial impresso ou eletrônico concedendo-se o prazo de 10 (dez) dias a partir desta para cumprimento da obrigação.

Art. 52. De acordo com a gravidade do fato ou persistindo a situação proibida ou vedada por esta Lei Complementar, será lavrado o auto de infração, o qual deverá conter, obrigatoriamente:

- I – A qualificação do autuado;
- II – O local, a data e a hora da lavratura;
- III – A fiel descrição do fato infringente;
- IV – A capitulação legal e a penalidade aplicável;
- V – O prazo para que o infrator impugne a autuação e a legislação atinente; e
- VI – A assinatura do agente autuante, seu cargo e seu número de matrícula.

Art. 53. Os valores das multas serão atribuídos em função da gravidade da infração, definidos conforme os seguintes critérios:

- I – Para a infração leve, multa de 90 (noventa) Unidades Financeiras Municipais (UFMs);
- II – Para a infração média, multa de 180 (cento e oitenta) UFMs;
- III – Para a infração grave, multa de 360 (trezentos e sessenta) UFMs; e
- IV – Para a infração gravíssima, multa de 720 (setecentos e vinte) UFMs.

Parágrafo único. Em caso de reincidência, a multa será aplicada em dobro.

Art. 54. As multas aplicadas em decorrência da transgressão ao disposto nesta Lei Complementar deverão ser recolhidas em Documento de Arrecadação Municipal (DAM), específico para cada multa, nas instituições financeiras autorizadas.



VALE DO TELES PIRES

CONSORCIO PÚBLICO DE SAÚDE

Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazônia

CEP: 78890-000 - Sorriso - MT

Fone: (66) 3544-3358

www.consortiovaledotelespires.com.br

E-mail: adm@consorciovaledotelespires.com.br

CNPJ: 23.019.551/0001-00

Art. 55. Os valores não recolhidos pelas multas impostas e pelos preços de serviços prestados, esgotados os prazos administrativos, serão inscritos em dívida ativa, nos termos da legislação municipal atinente à matéria.

Art. 56. O pagamento da multa não exonera o infrator do cumprimento das disposições desta Lei Complementar.

Seção VIII - Do Rito Processual para Assegurar o Contraditório e a Ampla Defesa

Art. 57. Os procedimentos e os prazos para a apresentação de defesas e recursos em face da lavratura de auto de infração por descumprimento ao disposto nesta Lei Complementar obedecerão ao rito processual estabelecido para assegurar o contraditório e a ampla defesa no processo administrativo destinado a constituir dívida ativa não tributária, conforme legislação municipal atinente à matéria.

Seção IX - Da Educação Socioambiental

Art. 58. O Executivo Municipal desenvolverá política visando a conscientizar a população sobre a importância da preservação ambiental, em particular, em relação à limpeza urbana e ao correto gerenciamento dos resíduos sólidos.

§ 1º Para cumprimento do disposto neste artigo, o Executivo Municipal adotará:

I - Incentivo de atividades de caráter educativo e pedagógico, em colaboração com entidades do setor empresarial e da sociedade civil organizada;

II - Ações educativas voltadas para os agentes envolvidos direta e indiretamente com os sistemas de coleta seletiva e logística reversa;

III - Ações educativas voltadas à conscientização dos consumidores com relação ao consumo sustentável e às suas responsabilidades no âmbito da responsabilidade compartilhada de que trata a Lei nº 12.305/10;

IV - Capacitação dos gestores públicos para que atuem como multiplicadores nos diversos aspectos da gestão integrada dos resíduos sólidos;

V - Divulgação dos conceitos relacionados com a coleta seletiva, com a logística reversa, com o consumo consciente e com a minimização da geração de resíduos sólidos.

§ 2º Do resultado da cobrança das multas, 30% (trinta por cento) da receita serão destinados às ações elencadas nos incs. III e IV do § 1º deste artigo, ressalvadas as matérias publicitárias.

Seção X - Das Normas Gerais

Art. 59. Fica proibido, em todo o território do Município de xxxxxx, o depósito ou qualquer forma de disposição de resíduos que tenham sua origem na utilização de

energia nuclear e de resíduos radioativos, quando provenientes de outros municípios, de qualquer parte do território nacional ou de outros países.

Parágrafo único. A não observância ao disposto neste artigo constitui infração gravíssima, punível conforme o art. 52, inc. IV, desta Lei Complementar.

Art. 60. Cabe ao Município articular, com os agentes econômicos e sociais, medidas para viabilizar a implementação da estrutura necessária para garantir o fluxo de retorno dos resíduos sólidos reversos oriundos dos serviços de limpeza urbana e do manejo de resíduos sólidos.

Art. 61. Fica proibido o uso de resíduos in natura para servir como alimentação de suínos ou outros animais.

§ 1º Constatada a irregularidade, essa deverá ser comunicada aos órgãos competentes na área da saúde pública, para que sejam tomadas as providências cabíveis, sem prejuízo da aplicação da multa prevista.

§ 2º O resíduo orgânico proveniente de estabelecimentos de comércio alimentício e de fornecimento de alimentação deverá ser submetido à segregação na origem ou a tratamento para efeito de aproveitamento como ração animal.

§ 3º A não observância ao disposto no caput e no § 2º deste artigo constitui infração grave, punível conforme o art. 52, inc. III, desta Lei Complementar.

Art. 62. Os veículos transportadores de resíduos a serviço do (citar órgão competente) deverão ter estampados, destacadamente, identificação conforme disposições específicas do órgão, para auxiliar na fiscalização direta a ser exercida pela população.

Art. 63. Em locais previamente estabelecidos, o Executivo Municipal disponibilizará à população contêineres para o recolhimento do material proveniente de poda de galhos de árvores, móveis e eletrodomésticos descartados pela população.

Art. 64. Serão destinados 20% (vinte por cento) da receita decorrente das multas referidas nesta Lei Complementar à qualificação e à modernização dos espaços de triagem e reciclagem de resíduos sólidos recicláveis.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo dar-se-á prioritariamente:

- I – Na melhoria da infraestrutura dos galpões de triagem e reciclagem; e
- II – Na instalação de esteiras automatizadas para triagem e seleção dos resíduos sólidos recicláveis.



VALE DO TELES PIRES
CONSORCIO PÚBLICO DE SAÚDE

Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazônia
CEP: 78890-000 - Sorriso - MT
Fone: (66) 3544-3358
www.consorciotedotelespires.com.br
E-mail: adm@consorcioaledotelespires.com.br
CNPJ: 23.019.551/0001-00

Art. 65. Serão destinados 10% (dez por cento) da receita decorrente das multas aplicadas com base no art. 44 desta Lei Complementar à qualificação dos servidores do (citar órgão competente), por meio de cursos de formação de educador ambiental.

Art. 66. As multas aplicadas a pessoas com renda inferior a 3 (três) salários-mínimos poderão ser transformados em trabalhos comunitários vinculados à limpeza urbana do Município de xxxxxx.

CAPÍTULO III - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 67. O Executivo Municipal poderá, atendendo ao interesse público e de acordo com a necessidade e a conveniência, mediante consulta popular, editar atos normativos que tratem dos serviços públicos de saneamento básico de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos urbanos.

Parágrafo único. Sempre que necessário, o regulamento poderá ser reformulado, garantida a necessária divulgação.

Art. 68. Fica o Executivo Municipal autorizado a contratar os serviços de coleta seletiva de resíduos, destinação e separação por meio de convênio com as cooperativas de catadores e recicladores de resíduos sólidos e as associações de catadores e recicladores de resíduos sólidos.

Art. 69. Nos primeiros 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação desta Lei Complementar, cabe ao Poder Executivo dar ampla divulgação desta Lei.

Art. 70. Esta Lei Complementar deverá ser revisada em um prazo de 4 (quatro) anos, contados da data de sua publicação, ou em prazo inferior, conforme a implementação do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

Art. 71. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE XXXXXX, XX de XXXXXX de 2021.



VALE DO TELES PIRES
CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE

Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazônia

CEP: 78890-000 - Sorriso - MT

Fone: (66) 3544-3358

www.consorciavaledotelespires.com.br

E-mail: adm@consorcioaledotelespires.com.br

CNPJ: 23.019.551/0001-00

11.2. ANEXO 2 - MINUTA DE LEI: TAXA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES

(OBS.: A PRESENTE MINUTA É MERAMENTE SUGESTIVA, NÃO VINCULANDO OBRIGATORIAMENTE O INSTRUMENTO JÁ ESTABELECIDO OU A SER ADOTADO PELO MUNICÍPIO INTEGRANTE, PRESERVANDO A AUTONOMIA DE CADA MUNICÍPIO)

Institui a taxa de resíduos sólidos domiciliares e dá outras providências.

Art. 1º. Fica instituída a Taxa de Resíduos Sólidos Domiciliares, referenciada pela sigla TRSD, a qual passa a integrar o Sistema Tributário Municipal.

§ 1º A TRSD tem como fato gerador a utilização efetiva ou potencial dos serviços divisíveis de coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos domiciliares de fruição obrigatória, prestados em regime público.

§ 2º A utilização potencial dos serviços de que trata o parágrafo anterior ocorre no momento de sua colocação para fruição.

§ 3º As receitas provenientes do pagamento da TRSD têm como destinação exclusiva a cobertura dos custos e investimentos nos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos domiciliares.

Art. 2º. São considerados resíduos sólidos domiciliares para efeito de incidência da TRSD:

I – Os resíduos originários de atividades domésticas em residências;

II – Os resíduos gerados em razão do exercício das atividades de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços equiparáveis a resíduos sólidos domiciliares, desde que a geração diária por unidade imobiliária não ultrapasse 200 (duzentos) litros, excetuados:

a) os resíduos originários da varrição, limpeza de logradouros e vias públicas e outros serviços de limpeza urbana;

b) os resíduos dos serviços públicos de saneamento básico;



VALE DO TELES PIRES

CONSORCIO PÚBLICO DE SAÚDE

Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazônia

CEP: 78890-000 - Sorriso - MT

Fone: (66) 3544-3358

www.consorciavaledotelespires.com.br

E-mail: adm@consorciovaledotelespires.com.br

CNPJ: 23.019.551/0001-00

c) os resíduos de serviços de saúde, assim definidos em normas estabelecidas pelos órgãos do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária – SNVS e do Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA;

d) os resíduos da construção civil, assim definidos em normas estabelecidas pelos órgãos do Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA e do Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (SINMETRO);

e) os resíduos de serviços de transportes, assim compreendidos os originários de portos, aeroportos, terminais alfandegários, rodoviários e ferroviários, e passagens de fronteira.

Art. 3º. O valor da TRSD será definido anualmente e o seu total equivalerá ao rateio dos custos anuais da disponibilização dos serviços públicos de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos domiciliares aos contribuintes, observando-se, necessariamente:

I – As disposições dos planos locais e regionais de manejo de resíduos sólidos domiciliares aplicáveis ao Município;

II – A estimativa do custo a que se refere o caput com base no regime de eficiência para o exercício subsequente, realizada pelo órgão responsável pela regulação e fiscalização da prestação dos serviços passíveis de incidência da TRSD;

III – A legislação instituidora do zoneamento urbano, econômico e ambiental, quando houver;

IV – A área construída, a localização e a utilização da unidade imobiliária efetiva ou potencialmente usuária dos referidos serviços, observando se o imóvel é destinado à moradia ou ao desempenho de atividade comercial, industrial, de prestação de serviços ou a outra finalidade definida em regulamento;

V – A área, a localização da unidade imobiliária e as leis referidas no inciso III, tratando-se de terreno sem edificação;

VI – A localização, a utilização e as leis referidas no inciso III, tratando-se de quiosques, bancas de jornal, boxes de mercado e similares.

Art. 4º. O responsável pelas obrigações principais e assessórias geradas em razão da instituição da TRSD é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor, a qualquer título, de imóvel beneficiado pelo serviço de coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos sólidos domiciliares, ainda que seja apenas usuário em potencial destes serviços.



VALE DO TELES PIRES

CONSORCIO PÚBLICO DE SAÚDE

Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazônia

CEP: 78890-000 - Sorriso - MT

Fone: (66) 3544-3358

www.consortiovaledotelespires.com.br

E-mail: adm@consorciovaledotelespires.com.br

CNPJ: 23.019.551/0001-00

§ 1º Para efeitos de incidência e cobrança da TRSD, consideram-se beneficiadas pelos serviços a que se refere o caput as unidades imobiliárias inscritas no cadastro imobiliário municipal, edificadas, lindeiras às vias ou logradouros públicos nos quais sejam ofertados serviços de coleta de resíduos sólidos domiciliares, tais como terrenos ou glebas, prédios ou edificações de qualquer tipo, que constituam unidade autônoma, residencial, comercial, industrial, de prestação de serviços ou de qualquer outra natureza ou destinação.

§ 2º Considera-se, também, lindeira a via ou logradouro público a unidade imobiliária que tem acesso, através de rua ou passagem particular, entradas de vilas ou assemelhados.

§ 3º Para efeito de incidência da TRSD são considerados imóveis não residenciais os hotéis, apart-hotéis, motéis, pensões e albergues, os quartéis e os estabelecimentos hospitalares e prisionais de qualquer tipo.

§ 4º. A taxa é anual e, na forma da lei civil, se transmite aos adquirentes, salvo se constando de escritura certidão negativa de débitos referentes ao tributo.

Art. 5º. O lançamento da TRSD será procedido anualmente em nome do contribuinte, na forma e nos prazos regulamentares, isoladamente ou em conjunto com o Imposto Sobre a Propriedade Territorial Urbana – IPTU, ou em conjunto com a fatura do serviço público de abastecimento de água, a critério do órgão arrecadador.

Art. 6º. A TRSD será paga, total ou parcialmente, na forma e nos prazos definidos em regulamento próprio.

Art. 7º. O pagamento da TRSD e das penalidades ou acréscimos legais decorrentes do seu inadimplemento não exclui o pagamento de:

I - Preços públicos pela prestação de serviços de manejo de resíduos sólidos especiais, assim considerados os resíduos sólidos domiciliares com volume diário maior que 200 (duzentos) litros por unidade imobiliária, os resíduos da construção e demolição, os resíduos dos serviços de saúde, os resíduos eletroeletrônicos e de pilhas e baterias, os resíduos resultantes de aparas de jardins, podas de galhos de árvores, bens móveis imprestáveis, animais abandonados ou mortos, veículos abandonados, capina de terrenos, limpeza de prédio, terrenos e disposição de resíduos em aterros ou assemelhados;

II - Penalidades decorrentes da infração à legislação municipal referente ao manejo dos resíduos sólidos e à limpeza urbana.

Art. 8º. Nenhuma pessoa física ou jurídica poderá concorrer a fornecimento de materiais e serviços, vender diretamente ou participar de licitação para execução de obra pública sem que se ache adimplente com a TRSD.



VALE DO TELES PIRES
CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE

Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazônia

CEP: 78890-000 - Sorriso - MT

Fone: (66) 3544-3358

www.consortiovaledotelespires.com.br

E-mail: adm@consorciovaledotelespires.com.br

CNPJ: 23.019.551/0001-00

Art. 9º. Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a delegar ao Consórcio Público as atribuições de processar, lançar, arrecadar e recolher à conta do Município os valores referentes à TRSD, nos termos desta lei e do ato delegatário destas competências, mediante remuneração destes serviços.

Art. 10. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação ou 90 (noventa) dias após esta, com eficácia a partir de xxxxxx.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE XXXXXX, XX de XXXXXX de 2021.



11.3. ANEXO 3 - QUESTIONÁRIO - GESTÃO DE RESÍDUOS

Município: _____ **Data:** _____
Responsável pelas informações: _____ **Cargo:** _____
E-mail: _____ **Tel:** _____

QUESTIONÁRIO - GESTÃO DE RESÍDUOS

O Município Possui PMSB, PGIRS, Lei Orgânica, Código de Postura e Código de Meio ambiente?

O Município Possui estudo de caracterização dos resíduos?

O Município Possui Comunidades rurais, se sim, quais?

São coletados os resíduos das comunidades rurais?

Qual a produção mensal de resíduos sólidos urbanos? Possui acompanhamento e pesagem prévia/comparativa?

O Município possui padronização no acondicionamento dos RSU?

No município tem cooperativa de catadores legalmente instituída? Existe algum auxílio financeiro pela prefeitura?

Possui trabalho de reciclagem ou compostagem no Município? (Volume de resíduos e %)



VALE DO TELES PIRES
CONSORCIO PÚBLICO DE SAÚDE

Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazônia

CEP: 78890-000 - Sorriso - MT

Fone: (66) 3544-3358

www.consorciotedotespires.com.br

E-mail: adm@consorciotedotespires.com.br

CNPJ: 23.019.551/0001-00

Possui ação voltada para logística reversa no Município? (Pilhas, baterias, óleos lubrificantes, Pneus, Embalagens de agrotóxicos).

Qual a destinação final dos resíduos volumosos? (móveis, eletrodomésticos, Animais mortos e sucatas de veículos).

Qual o volume gerado e a destinação final dos RCC?

Qual o volume gerado de RSS e quais empresas fazem a coleta/tratamento? Como é realizado o acondicionamento?

É realizado acompanhamento dos resíduos produzidos pelo setor de saneamento básico? Lodo de ETA e ETE.

Tem algum programa, ação ou projeto específico na área de resíduos sólidos no município?

Onde são destinados os resíduos de limpeza urbana (varrição e poda)?

Coleta domiciliar e transporte dos resíduos até a estação de transbordo é realizada pela prefeitura? (Se não, qual empresa/Custo para coleta)

Possui quantos caminhões de coleta no município?

Possui quantos funcionários para coleta?

Quais são os dias de coleta?

Qual o tipo dos caminhões de coleta (compactador/caçamba)?



VALE DO TELES PIRES
CONSORCIO PÚBLICO DE SAÚDE

Av. Blumenau, 500 - Jardim Amazônia

CEP: 78890-000 - Sorriso - MT

Fone: (66) 3544-3358

www.consorciavaledotelespires.com.br

E-mail: adm@consorcioaledotelespires.com.br

CNPJ: 23.019.551/0001-00

Qual a capacidade dos caminhões de coleta (m³)?

Qual a distância do centro urbano do município até a estação de transbordo?

Qual a extensão da malha viária urbana no município?

O município possui estação de transbordo?

Qual a infraestrutura da estação de transbordo (rampa/cobertura/piso de concreto/ralo)?

O transporte dos resíduos da estação de transbordo até o aterro sanitário é realizado pela prefeitura? (Se não, qual empresa/Custo para transporte)

Qual a disposição final dos resíduos? Qual o custo mensal?

Tem lixão municipal ativo? Quais resíduos são dispostos?

Se tiver lixão, possui cercamento, segurança 24hrs, Presença de animais e pessoas, focos de queimadas?

Existe cobrança de tarifa de lixo? Como é feita essa cobrança?

Consórcio Público de Saúde do Vale do Teles Pires.
Rafael Machado de Oliveira
Engenheiro Sanitarista e Ambiental
Setor de Saneamento



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/41EF-DFF4-6671-D48E> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 41EF-DFF4-6671-D48E



Hash do Documento

2583C003271E5DC85A32175D79F7A75862E3BAECA725BA77FBE81BFE9CB1F59C

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 25/06/2021 é(são) :

- Rodrigo Audrey Frantz (Presidente - CONSORCIO PUBLICO DE SAUDE VALE DO TELES PIRES) - 885.328.361-00 em 25/06/2021 17:57 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - CONSORCIO PUBLICO DE SAUDE VALE DO TELES PIRES - 23.019.551/0001-00
- Rafael Machado de Oliveira (Engenheiro Sanitarista e Ambiental) - 091.533.164-01 em 25/06/2021 17:54 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital
- Julcimar Zuchi (Assessor Jurídico) - 000.491.840-16 em 25/06/2021 17:50 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital





Com alteração de Emenda
Aditivo n.º 039/2021

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

ESTADO DE MATO GROSSO

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES

Câmara Municipal de Sinop
Aprovado em 1ª Votação
A Sessão Ordinária

02/08/2021

COM ALTERAÇÃO

Câmara Municipal de Sinop
RECEBIDO

23 JUN 2021
14h18
Fonseca

- Projeto de Lei
- Projeto Decreto Legislativo
- Projeto de Resolução
- Requerimento
- Indicação
- Moção
- Emenda

1º SECRETÁRIO

Nº 042/2021

Autor: VEREADORES ADEMIR DEBORTOLI E TONINHO BERNARDES

Cria o Programa Banco de Alimentos no município de Sinop e da outras providencias.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP - ESTADO DE MATO GROSSO no uso de suas atribuições aprovou e o Prefeito Municipal aquiescendo sancionará a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa Banco de Alimentos, no âmbito do Município de Sinop, com a finalidade de captar doações de alimentos e promover sua distribuição, diretamente ou através de entidades previamente cadastradas às pessoas e/ou famílias em estado vulnerabilidade socioeconômicas.

Parágrafo único. O Programa tem como principal objetivo arrecadar junto a agricultores familiares, produtores rurais, sociedade civil, indústrias, supermercados, hipermercados, feiras, sacolões e assemelhados, os alimentos de qualquer natureza em condições plenas e seguras para o consumo humano.

Art. 2º São finalidades do Banco de Alimentos: coletar, receber, recondicionar, armazenar e distribuir produtos e gêneros alimentícios perecíveis ou não, em condições sanitárias para consumo humano.

Parágrafo único. Poderão habilitar-se como doador pessoas físicas e jurídicas.

Art. 3º A distribuição de alimentos aos beneficiários deverá ser realizada preferencialmente por entidades assistenciais sem fins lucrativos, previamente credenciadas perante a Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação.

§ 1º Prioritariamente serão credenciadas empresas e/ou entidades que possuam declaração de utilidade pública (federal, estadual ou municipal) para o atendimento de vulneráveis.

Encaminhado à Comissão de Justiça e Redação
Em 28/10/2021

Encaminhado à Comissões de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, Desporto e Assistência Social
Em 28/10/2021

2. A



CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

ESTADO DE MATO GROSSO

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES

	<p>Câmara Municipal de Sinop RECEBIDO</p> <p>23 JUN 2021 14h18</p> <p><i>[Signature]</i></p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Projeto de Lei</p> <p><input type="checkbox"/> Projeto Decreto Legislativo</p> <p><input type="checkbox"/> Projeto de Resolução</p> <p><input type="checkbox"/> Requerimento</p> <p><input type="checkbox"/> Indicação</p> <p><input type="checkbox"/> Moção</p> <p><input type="checkbox"/> Emenda</p>	<p>Nº <u>042/2021</u></p>
--	---	---	---------------------------

Autor: VEREADORES ADEMIR DEBORTOLI E TONINHO BERNARDES

§ 2º No ato do recebimento a entidade e/ou beneficiário deverá apresentar sua identificação e assinar o Registro Diário de Recebimento de Alimentos com a data do dia.

§ 3º As entidades assistenciais que promoverem a distribuição de alimentos deverão informar mensalmente o número de beneficiários e/ou famílias atendidas com as doações deste programa.

§ 3º O Registro Mensal de Recebimento do Alimento é uma ficha de controle nominal de cada beneficiário, cuja responsabilidade é da entidade assistencial ou da Secretária Municipal que procedeu a doação encaminhar ao Banco de Alimentos.

§ 4º As entidades que promoverem a distribuição de alimentos deverão preservar a identidade dos beneficiários finais.

§ 5º O Município, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação, poderá firmar parceria com organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, visando à distribuição de alimento, sem qualquer ônus para a municipalidade, e desde que a entidade se comprometa a cumprir o disposto nesta Lei, bem como a fornecer a comprovação da entrega do alimento.

Art. 4º O beneficiário será cadastrado para o recebimento de alimentos de acordo com critérios da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação, e devem ser pessoas de alta vulnerabilidade socioeconômica.

Art. 5º A Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação deverá coordenar o Programa, buscando racionalizar a coleta e a distribuição dos alimentos no município de Sinop.

Art. 6º A Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação deverá promover campanhas de esclarecimento, incentivo e estímulo à doação, redução de desperdício, aproveitamento integral de alimentos e demais atividades de educação para o consumo.

[Signature]



CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

ESTADO DE MATO GROSSO

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES

<p>Câmara Municipal de Sinop RECEBIDO 23 JUN 2021 J. Cunha MR 18</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Projeto de Lei <input type="checkbox"/> Projeto Decreto Legislativo <input type="checkbox"/> Projeto de Resolução <input type="checkbox"/> Requerimento <input type="checkbox"/> Indicação <input type="checkbox"/> Moção <input type="checkbox"/> Emenda</p>	<p>Nº <u>042/2021</u></p>
---	---	---------------------------

Autor: VEREADORES ADEMIR DEBORTOLI E TONINHO BERNARDES

Art. 7º Fica proibida a comercialização dos alimentos doados e coletados pelo Banco de Alimentos.

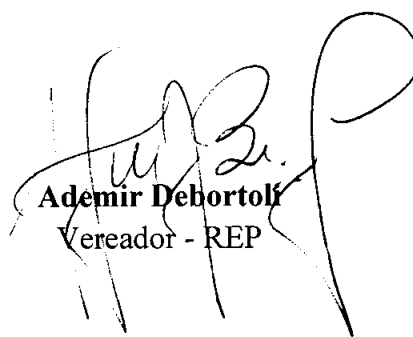
Art. 8º Esta Lei será regulamentada no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data da sua publicação.

Art. 9º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias da Secretária de Assistência Social, Trabalho e Habitação, ficando autorizada a suplementação, se necessário.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP
ESTADO DE MATO GROSSO,
Em, 22 de junho de 2021.


Toninho Bernardes
Vereador - PL


Ademir Debortoli
Vereador - REP



CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

ESTADO DE MATO GROSSO

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES

	<p>Câmara Municipal de Sinop RECEBIDO</p> <p>23 JUN 2021</p> <p><i>[Handwritten signature]</i></p>	<p><input checked="" type="radio"/> Projeto de Lei <input type="radio"/> Projeto Decreto Legislativo <input type="radio"/> Projeto de Resolução <input type="radio"/> Requerimento <input type="radio"/> Indicação <input type="radio"/> Moção <input type="radio"/> Emenda</p>	<p>Nº <u>042/2021</u></p>
--	---	--	---------------------------

Autor: VEREADORES ADEMIR DEBORTOLI E TONINHO BERNARDES

Justificativa

O Projeto de Lei que “Cria o Programa Banco de Alimentos do Município de Sinop”, com a finalidade de captar doações de alimentos e promover sua distribuição, diretamente ou através de entidades previamente cadastradas às pessoas e/ou famílias em estado vulnerável. O Programa tem como principal objetivo arrecadar junto a agricultores familiares, produtores rurais, sociedade civil, indústrias, supermercados, hipermercados, feiras, sacolões e assemelhados, os alimentos de qualquer natureza em condições plenas e seguras para o consumo humano. A finalidade primordial do programa Banco de Alimentos é evitar o desperdício e combater a fome.

Portanto, a intenção do Projeto de Lei é combater o desperdício de alimentos e promover a segurança alimentar e nutricional, auxiliando pessoas em situação de vulnerabilidade social, e ainda auxilia na redução de resíduos no meio ambiente, o que resguarda o interesse público. Diante dessas justificativas, considerando a legalidade, constitucionalidade e o interesse público da matéria, os vereadores subscritores solicitam apoio para aprovação do mesmo.

[Handwritten signature]



CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

ESTADO DE MATO GROSSO

Plenário das Deliberações

Câmara Municipal de Sinop RECEBIDO 28 JUL. 2021 <i>Luiz Kludun</i>	<input type="checkbox"/> Projeto de Lei	N° <u>019 / 2021</u>
	<input type="checkbox"/> Projeto Decreto Legislativo	
	<input type="checkbox"/> Projeto de Resolução	
	<input type="checkbox"/> Requerimento	
	<input type="checkbox"/> Indicação	
	<input type="checkbox"/> Moção	
	<input checked="" type="checkbox"/> Emenda <i>Aditiva</i>	

AUTOR:

VEREADORA PROFESSORA GRACIELE

APROVADO
Ao Expediente
Sala das Sessões <u>02/08/2021</u>
<i>[Signature]</i>
1º SECRETÁRIO

Adiciona parágrafo único ao Art. 5º do Projeto de Lei Nº 042/2021, de autoria dos vereadores Ademir Debortoli e Toninho Bernardes.

Fundamentado no que dispõe o Regimento Interno desta Casa de Leis, adiciona-se parágrafo único ao Art. 5º do Projeto de Lei Nº 042/2021, de autoria dos vereadores Ademir Debortoli e Toninho Bernardes, pelo que segue abaixo:

“Art. 5º (...)

Parágrafo único. Das equipes de coleta e distribuição, bem como das de plantão destinadas às finalidades desta Lei, participará pelo menos um profissional legalmente habilitado a aferir e atestar estarem os produtos e gêneros alimentícios in natura, industrializados ou preparados em condições apropriadas para o consumo.”

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP
ESTADO DE MATO GROSSO

Em,

Graciele M. Santos
PROFESSORA GRACIELE

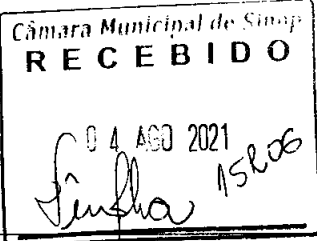
Vereadora – PT



CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

ESTADO DE MATO GROSSO

Plenário das Deliberações

	<input type="checkbox"/> Projeto de Lei <input type="checkbox"/> Projeto Decreto Legislativo <input type="checkbox"/> Projeto de Resolução <input type="checkbox"/> Requerimento <input type="checkbox"/> Indicação <input checked="" type="checkbox"/> Moção <input type="checkbox"/> Emenda	N° <u>021/2021</u>
---	---	-----------------------

AUTOR:

VEREADORA PROFESSORA GRACIELE

MOÇÃO DE APLAUSO

Fundamentado no Regimento Interno desta Casa de Leis, em seus Arts. 132 e 133, o vereador que subscreve esta proposição resolve encaminhar e cordialmente solicita que, após deliberação do Plenário, seja conferida a presente Moção de Aplauso em homenagem aos servidores públicos do Centro de Referência à Saúde da Mulher Eliana Carreira de Paula (CRASM).

Com o intuito de proporcionar dignidade e qualidade as mulheres sinopenses, o Centro de Referência foi inaugurado em agosto de 2020 após grande e árdua luta. Desde então, ele tem cumprido função de grande relevância no atendimento das especificidades que a Saúde da Mulher necessita, sobretudo por elas serem as principais usuárias do SUS e de atender em média 2.900 mulheres todos os meses, segundo dados do CRASM.

Dentre os principais serviços prestados pelos servidores do Centro, estão atendimento pré-natal de alto risco a todas as gestantes da Rede Municipal, acolhimento e oferta de consultas clínicas de psicologia às mulheres vítimas de violência, consultas ambulatoriais de ginecologia, mastologia e patologia cervical serviços de ultrassonografia, planejamento familiar, com especial atenção à prevenção da gravidez na adolescência, plantão obstétrico para as gestantes no último trimestre de gestação, a grupo de mulheres vulnerabilizadas.

Em razão disto, se propõe a esta Casa de Leis, representante constituída do Poder Legislativo Municipal, a presente Moção de Aplauso em homenagem aos servidores públicos do Centro de Referência à Saúde da Mulher Eliana Carreira de Paula pelos serviços prestados à sociedade sinopense.

Celsinho do Sopão
Vereador - Republicanos

Dalmir Collegaro
Vereador - PSDB

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP
ESTADO DE MATO GROSSO

Em,

Graciele M. Bento
PROFESSORA GRACIELE

Vereadora - PT

Paulo Abreu
Vereador - PL

Wolkeis
Vereador - Patriota

Celso Garcia
2º Secretário



CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

ESTADO DE MATO GROSSO

Plenário das Deliberações

	<input type="checkbox"/> Projeto de Lei <input type="checkbox"/> Projeto Decreto Legislativo <input type="checkbox"/> Projeto de Resolução <input type="checkbox"/> Requerimento <input type="checkbox"/> Indicação <input checked="" type="checkbox"/> Moção <input type="checkbox"/> Emenda	N.º <u>021 2021</u>
--	---	------------------------

AUTOR:

VEREADORA PROFESSORA GRACIELE

Serão contemplados pela presente Moção de Aplauso os servidores públicos abaixo descritos:

1. Maria das Graças de Mendonça Silva Calichio – Enfermeira Coordenadora
2. Dayane Aparecida de Souza – Enfermeira
3. Maria Rubia Alcino de Souza – Enfermeira
4. Andrea Bezerra Guimarães de Paula – Médica Ginecologista Obstetra
5. Bruna Regina Carvalho – Aux. Administrativo
6. Clarice Daversa – Técnica de Enfermagem
7. Dayse Luiza de Oliveira – Médica Ginecologista Obstetra
8. Débora Cristina Simão dos Santos – Médica Ginecologista Obstetra
9. Elocias de Fátima Marques Paiva – Técnico de Enfermagem
10. Fernando Massaki Mashima – Médico Ultrassonografista
11. Flávia Lucia Bittar Gonçalves – Médica Ginecologista Obstetra
12. Gilva Nete Neves Moreno – Técnica de Enfermagem
13. Ilidio Couto Moreira – Médico Ginecologista Obstetra
14. Isabel Cristina do Prado – Técnica de Enfermagem
15. Maria Eleine Sá Pinheiro – Técnica de Enfermagem
16. Nelci Osane Murari – Recepção
17. Paulo Rogério da Silva – Recepção
18. Rodomira Dominga Vieira – Recepção
19. Sirlei Francisca da Silva – Técnica de Enfermagem
20. Terezinha Aparecida Socreppa – Técnico de Enfermagem
21. Waniuska Borsatto Kuviatz - Médica Ginecologista Obstetra
22. Michelle Damaceno – Aux. Administrativa
23. Sandra Eliana Claudino Sotolani – Recepção
24. Beatriz Leme da Silva Brito – Estagiária Remunerada
25. Maliê Palácio Clemente – Aux. Administrativo
26. Jackeline de Paula Rocha – Recepção
27. Anna Aparecida de Andrade Brito – Zeladora
28. Teresa Fatima Andrade Nune – Zeladora
29. Walther Esteves Lima – Médico Ginecologista Obstetra
30. Noeli Gonzaga dos Santos – Aux. Administrativo
31. Sandro da Silva - Motorista
32. Henrique Soares de Jesus – Motorista
33. Geraldo Aparecido Chambo – Motorista
34. Juarez Maciel da Silva – Motorista
35. Fernanda Guimarães Braga – Técnica de Enfermagem
36. Vitor Perboni - Motorista

Elbio Volkweis
Vereador - Patriota

Raul
Ver. Célio Garcia
2º Secretário

Dilmair Callegaro
Vereador - PSDB

Celsinho do Sopão
Vereador - Republicanos

Graciele M.

Paulina
Vereador - PL



CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

ESTADO DE MATO GROSSO

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES

<p>Câmara Municipal de Sinop RECEBIDO 01 AGO 2021 <i>F. Callegaro</i> 15h23</p>	<p><input type="checkbox"/> Projeto de Lei <input type="checkbox"/> Projeto Decreto Legislativo <input type="checkbox"/> Projeto de Resolução <input type="checkbox"/> Requerimento <input type="checkbox"/> Indicação <input checked="" type="checkbox"/> Moção <input type="checkbox"/> Emenda</p>	<p>Nº <u>022/2021</u></p>
--	--	---------------------------

Autor: VEREADOR DILMAIR CALLEGARO

MOÇÃO DE APLAUSO

Com fulcro no que determinam os artigos 132 e 133 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Sinop – Estado de Mato Grosso, o vereador subscrito resolve encaminhar a presente **Moção de Aplauso aos atletas Miguel Alves Umburanas da Costa, Jairo Andrade, Maycon James e André Luís da Silva por participarem dos Campeonatos Sul-Americano de Jiu-jitsu Esportivo e Campeonato Brasileiro Jiu-jitsu Esportivo 2021.**

Os eventos foram realizados em São Paulo no mês de julho onde tivemos destaque no Campeonato Sul-Americano em 2º lugar - Miguel Alves Umburanas da Costa e 3º lugar faixa preta – Jairo Andrade. No Campeonato Brasileiro, André Luís da Silva ficou com o Ouro (faixa branca), Maycom James com o Bronze (faixa roxa), Jairo Andrade com o Bronze (faixa preta) e Miguel Alves Umburanas da Costa com a Prata.

Este Vereador parabeniza os quatro lutadores que possuem uma trajetória marcada pelo trabalho e compromisso permanente com o esporte no município de Sinop, e que representam o grande grupo de atletas das diferentes vertentes.

[Signature]
Ver. Elbio Volante
Presidente
Celsinho do Sopão
Vereador - Republicanos
Ademir Debortoli
Vereador - Republicanos

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP
ESTADO DE MATO GROSSO
Em

[Signature]
DILMAIR CALLEGARO
Vereador PSDB

[Signature]
Graciele M. Bento
Prof.^a Graciele
Vereadora - PT

[Signature]
Kenício Garcia
2º Secretário
Paulinho Abreu
Vereador - PL

[Signature]
Ademilson Rocha

Vereador - PSDB



CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

ESTADO DE MATO GROSSO

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES

Câmara Municipal de Sinop

RECEBIDO

27 JUL. 2021

V. Hedvaldo Costa

- Projeto de Lei
- Projeto Decreto Legislativo
- Projeto de Resolução
- Requerimento
- Indicação
- Moção
- Emenda

Nº 438/2021

Autor: VEREADOR HEDVALDO COSTA

Indica ao Exmo. Sr. Roberto Dorner - Prefeito Municipal, com cópia a Sra. Sandra da Conceição Donato Ferreira - Secretária Municipal de Educação, Esporte e Cultura e ao Sr. Dalton Martini - Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a necessidade de construção de uma praça com pista de caminhada, academia ao ar livre e playground na Área Institucional do Bairro Santa Catarina.

Fundamentado em disposições contidas no Regimento Interno da Câmara Municipal de Sinop, requeiro que após deliberação do Plenário, a Mesa encaminhe a presente matéria ao Exmo. Sr. Roberto Dorner - Prefeito Municipal, com cópia a Sra. Sandra da Conceição Donato Ferreira - Secretária Municipal de Educação, Esporte e Cultura e ao Sr. Dalton Martini - Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos, mostrando-lhes a necessidade da construção de faixas elevadas na Avenida Principal do Bairro Santa Catarina. A instalação e construção de uma área de praça, com área de lazer, esporte, recreação e academia ao ar livre é necessária, pois vem de encontro com o anseio da população que ali frequenta e reside. Portanto, por se tratar de uma questão de saúde pública e interesse da coletividade é responsabilidade do município a instalação, conservação e manutenção dos bens públicos.

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP
ESTADO DE MATO GROSSO

Em,

Hedvaldo Costa
Profº Hedvaldo Costa
Vereador - REPUBLICANOS



CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

ESTADO DE MATO GROSSO

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES

<p>Câmara Municipal de Sinop</p> <p>RECEBIDO</p> <p>02 AGO. 2021</p> <p><i>Lucinei A. Amaro</i></p>	<p><input type="checkbox"/> Projeto de Lei</p> <p><input type="checkbox"/> Projeto Decreto Legislativo</p> <p><input type="checkbox"/> Projeto de Resolução</p> <p><input type="checkbox"/> Requerimento</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Indicação</p> <p><input type="checkbox"/> Moção</p> <p><input type="checkbox"/> Emenda</p>	<p>Nº <u>439/2021</u></p>
--	--	---------------------------

Autor:

VEREADOR LUCINEI

Indica ao Exmo. Sr. Roberto Dorner – Prefeito Municipal, com cópia ao Sr. Joubert Rafael Lopes Sacramento – Secretário Municipal de Trânsito e Transportes Urbanos, a necessidade de construção de quebra-molas, na Rua dos Flamingos e na Avenida das Águias, no Bairro Recanto dos Pássaros.

Fundamentado em disposições contidas no Regimento Interno da Câmara Municipal de Sinop, requeiro que após a deliberação do douto Plenário, a Mesa encaminhe a presente matéria ao Exmo. Sr. Roberto Dorner – Prefeito Municipal, com cópia ao Secretário Municipal de Trânsito e Transportes Urbanos, Sr. Joubert Rafael Lopes Sacramento, mostrando-lhes a necessidade de construção de quebra-molas, na Rua dos Flamingos e na Avenida das Águias, no Bairro Recanto dos Pássaros.

A indicação visa atender ao pedido dos moradores do bairro, pois as ruas foram recentemente asfaltadas, no entanto, não foi instalada nenhuma sinalização para o controle de velocidade no local.

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP
ESTADO DE MATO GROSSO

Em,

Lucinei A. Amaro
Vereador - MDB



CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

ESTADO DE MATO GROSSO

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES

<p>Câmara Municipal de Sinop RECEBIDO 04 09 2021 <i>Valdir Hornchen</i></p>	<p><input type="checkbox"/> Projeto de Lei <input type="checkbox"/> Projeto Decreto Legislativo <input type="checkbox"/> Projeto de Resolução <input type="checkbox"/> Requerimento <input checked="" type="checkbox"/> Indicação <input type="checkbox"/> Moção <input type="checkbox"/> Emenda</p>	<p>Nº <u>440/2021</u></p>
--	--	---------------------------

Autor:

VEREADOR DILMAIR CALLEGARO

Indica ao Exmo. Sr. Roberto Dornier – Prefeito Municipal e ao Sr. Cristian Martarello, coordenador regional da Águas de Sinop, a necessidade de realizar campanhas sobre economia de água no município.

Com fulcro no que preceitua o Regimento Interno desta Casa Legislativa, requeremos que após anuência do douto Plenário, a Mesa dignese encaminhar a presente matéria ao Exmo. Sr. Roberto Dornier – Prefeito Municipal, e ao Sr. Cristian Martarello, coordenador regional da Águas de Sinop, mostrando-lhes a necessidade de realizar campanhas sobre economia de água no município.

A água é um bem natural finito, e seu uso consciente deve ser amplamente divulgado entre a população. Sendo assim, todo desperdício deste bem natural deve ser evitado, principalmente o seu uso inadequado, e os casos de vazamentos na rede de abastecimento.

Existem estratégias para se alcançar a economia do uso da água, bem como o reaproveitamento das águas pluviais, e da água utilizada nas máquinas de lavar roupa ou dos tanquinhos para uso de limpeza de quintais.

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP
ESTADO DE MATO GROSSO

Em,

[Assinatura]
DILMAIR CALLEGARO
Vereador PSDB



CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

ESTADO DE MATO GROSSO

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES

<p>Câmara Municipal de Sinop RECEBIDO 04 AGO 2021 <i>Valdir Kneudler</i></p>	<p><input type="checkbox"/> Projeto de Lei <input type="checkbox"/> Projeto Decreto Legislativo <input type="checkbox"/> Projeto de Resolução <input type="checkbox"/> Requerimento <input checked="" type="checkbox"/> Indicação <input type="checkbox"/> Moção <input type="checkbox"/> Emenda</p>	<p>Nº <u>441/2021</u></p>
---	--	---------------------------

Autor:

VEREADOR DILMAIR CALLEGARO

Indica ao Exmo. Sr. Roberto Dorner – Prefeito Municipal e ao Sec. Municipal de Obras Dalton Martini, a necessidade de realizar com urgência o reparo no asfalto das duas pistas da Av. Central do Jardim Umuarama II, entroncamento com Estrada Sabrina, no município de Sinop/MT.

Com fulcro no que preceitua o Regimento Interno desta Casa Legislativa, requeremos que após anuência do douto Plenário, a Mesa digne-se encaminhar a presente matéria ao Exmo. Sr. Roberto Dorner – Prefeito Municipal, e ao Sec. Municipal de Obras Dalton Martini, mostrando-lhes a necessidade de realizar com urgência o reparo no asfalto das duas pistas da Av. Central do Jardim Umuarama Nº 2, entroncamento com Estrada Sabrina, no município de Sinop.

Tendo em vista que o local possui um grande fluxo de veículos e de pedestres em decorrência da UBS Sebastião de Matos e comércios naquela região. Desta forma, os veículos são obrigados a fazer o desvio quando se deparam com buracos dali, correndo risco de causar acidentes.

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP
ESTADO DE MATO GROSSO

Em

[Assinatura]
DILMAIR CALLEGARO
Vereador PSDB



CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

ESTADO DE MATO GROSSO

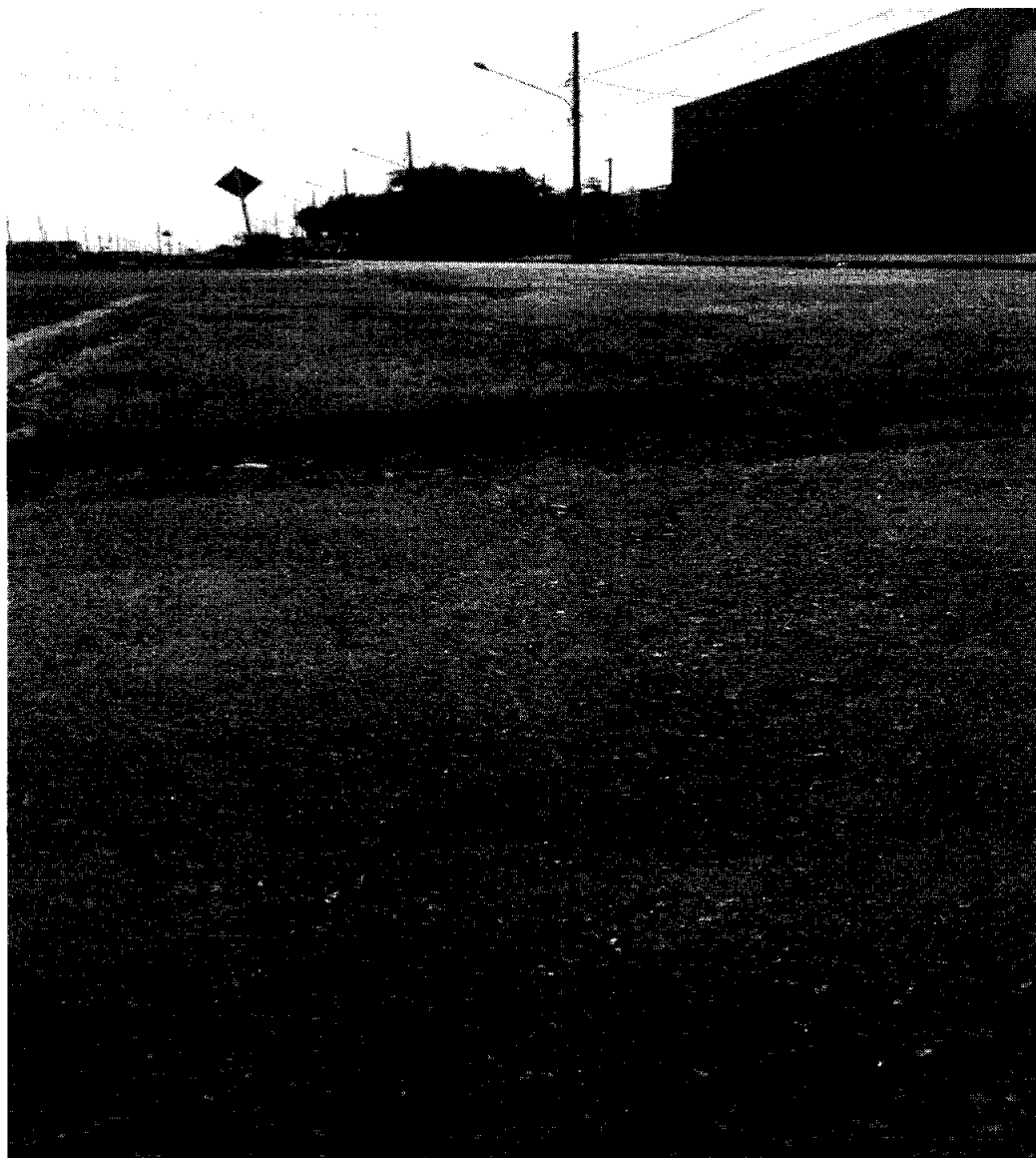
PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES

	<input type="checkbox"/> <i>Projeto de Lei</i> <input type="checkbox"/> <i>Projeto Decreto Legislativo</i> <input type="checkbox"/> <i>Projeto de Resolução</i> <input type="checkbox"/> <i>Requerimento</i> <input checked="" type="checkbox"/> <i>Indicação</i> <input type="checkbox"/> <i>Moção</i> <input type="checkbox"/> <i>Emenda</i>	Nº <u>441</u> <u>12021</u>
--	--	----------------------------

Autor:

VEREADOR DILMAIR CALLEGARO

ANEXO I





CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

ESTADO DE MATO GROSSO

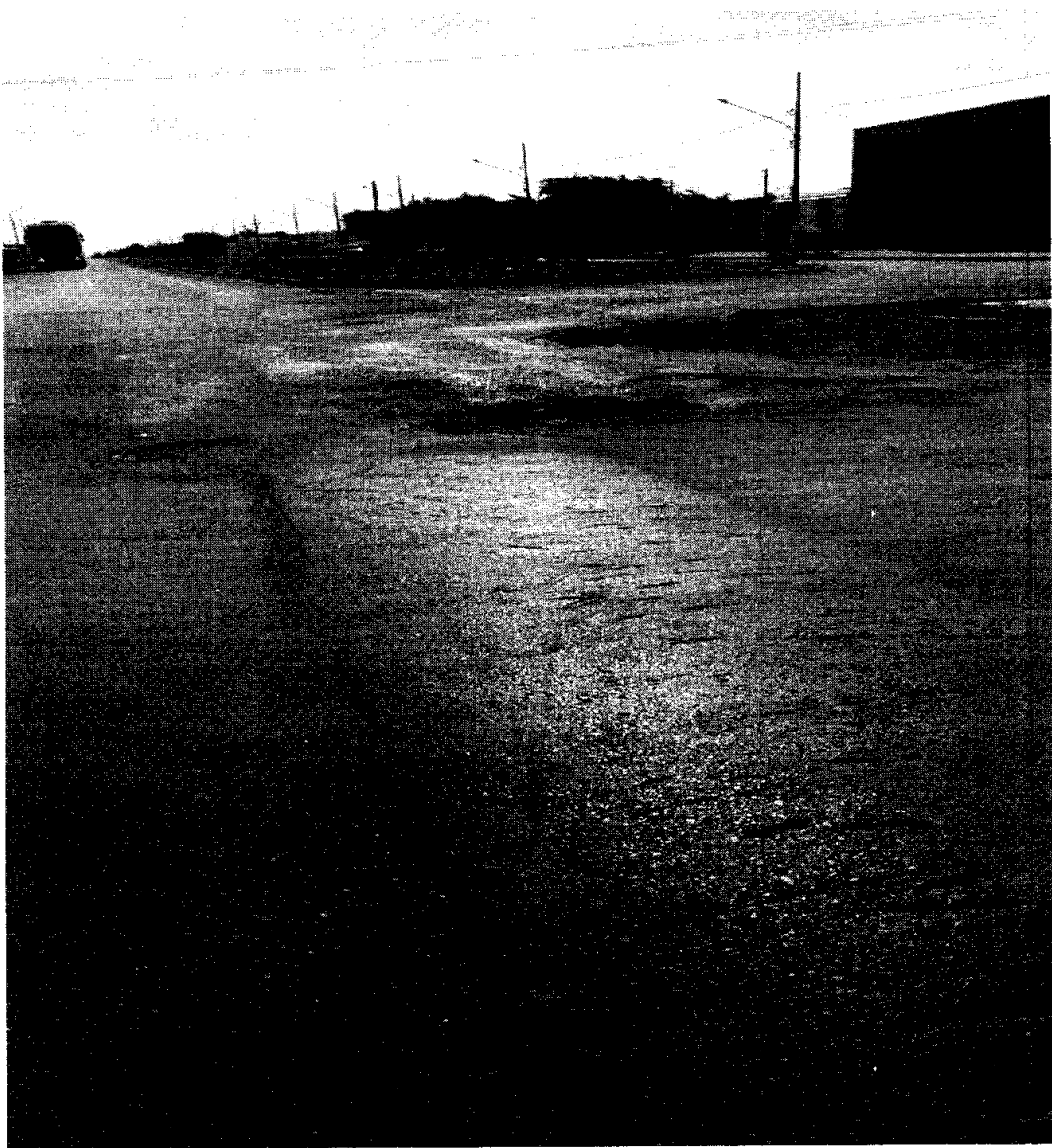
PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES

	<input type="checkbox"/> Projeto de Lei <input type="checkbox"/> Projeto Decreto Legislativo <input type="checkbox"/> Projeto de Resolução <input type="checkbox"/> Requerimento <input checked="" type="checkbox"/> Indicação <input type="checkbox"/> Moção <input type="checkbox"/> Emenda	Nº <u>441</u> / <u>2021</u>
--	---	-----------------------------

Autor:

VEREADOR DILMAIR CALLEGARO

ANEXO II





CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

ESTADO DE MATO GROSSO

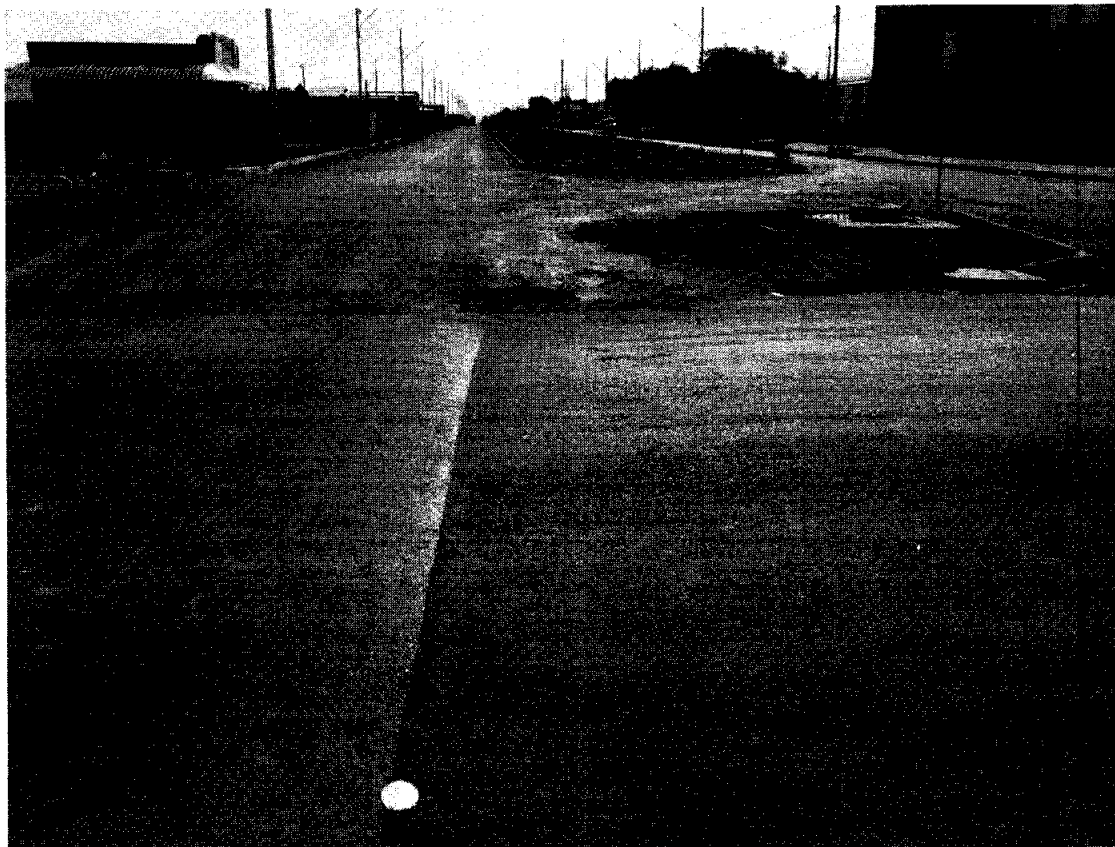
PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES

- | | |
|---|---------------------|
| <input type="checkbox"/> <i>Projeto de Lei</i> | <i>Nº 441 12021</i> |
| <input type="checkbox"/> <i>Projeto Decreto Legislativo</i> | |
| <input type="checkbox"/> <i>Projeto de Resolução</i> | |
| <input type="checkbox"/> <i>Requerimento</i> | |
| <input checked="" type="checkbox"/> <i>Indicação</i> | |
| <input type="checkbox"/> <i>Moção</i> | |
| <input type="checkbox"/> <i>Emenda</i> | |

Autor:

VEREADOR DILMAIR CALLEGARO

ANEXO III





CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

ESTADO DE MATO GROSSO

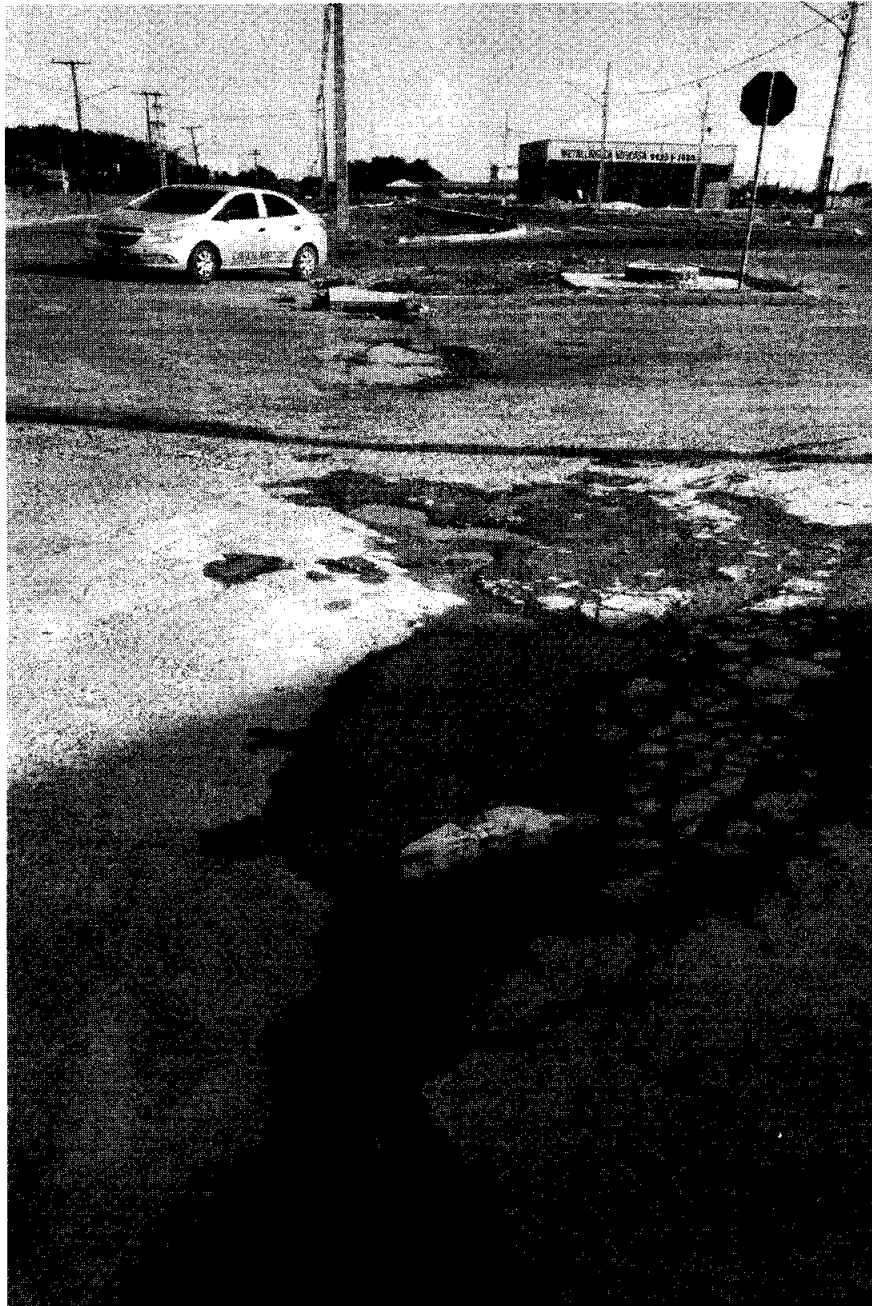
PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES

	<input type="checkbox"/> Projeto de Lei <input type="checkbox"/> Projeto Decreto Legislativo <input type="checkbox"/> Projeto de Resolução <input type="checkbox"/> Requerimento <input checked="" type="checkbox"/> Indicação <input type="checkbox"/> Moção <input type="checkbox"/> Emenda	Nº <u>441/2021</u>
--	---	--------------------

Autor:

VEREADOR DILMAIR CALLEGARO

ANEXO IV





CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

ESTADO DE MATO GROSSO

Plenário das Deliberações

	<p>Câmara Municipal de Sinop RECEBIDO 04 AGO 2021 <i>Sinop</i> 12h55</p>	<p><input type="checkbox"/> Projeto de Lei <input type="checkbox"/> Projeto Decreto Legislativo <input type="checkbox"/> Projeto de Resolução <input type="checkbox"/> Requerimento <input checked="" type="checkbox"/> Indicação <input type="checkbox"/> Moção <input type="checkbox"/> Emenda</p>	<p>Nº <u>442/2021</u></p>
--	---	--	-------------------------------

AUTOR:

VEREADOR LUÍS PAULO

Indica ao Exmo. Sr. Roberto Dornier – Prefeito Municipal, a necessidade de criação de um Programa Municipal de incentivo a apicultura e a meliponicultura.

Com fulcro no que preceitua o Regimento Interno desta Casa Legislativa, requero que após anuência do douto Plenário, a Mesa digno-se encaminhar a presente matéria ao Exmo. Sr. Roberto Dornier – Prefeito Municipal, mostrando-lhe a necessidade de criar um Programa Municipal de incentivo a apicultura e meliponicultura, visando promover políticas públicas que fomentem a cadeia produtiva do mel, regimentando a captura, remoção, criação, apoio a organização dos apicultores, até chegar ao processo de comercialização. Conforme anteprojeto anexo.

**CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP
ESTADO DE MATO GROSSO
Em,**

Luís Paulo da Gleba
**LUÍS PAULO DA GLEBA
VEREADOR – PROS**



CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

ESTADO DE MATO GROSSO

Plenário das Deliberações

	<input type="checkbox"/> Projeto de Lei <input type="checkbox"/> Projeto Decreto Legislativo <input type="checkbox"/> Projeto de Resolução <input type="checkbox"/> Requerimento <input checked="" type="checkbox"/> Indicação <input type="checkbox"/> Moção <input type="checkbox"/> Emenda	Nº <u>442 12021</u>
--	---	------------------------

AUTOR:

Vereador Luís Paulo da Gleba

Institui o Prodemel, Programa de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do mel no município de Sinop.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP – ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso das suas atribuições legais aprovou, e o Prefeito aquiescendo, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o Programa Municipal de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Mel – Prodemel, com objetivo de incentivar os produtores a proteção, criação, resgate, captura, remoção de abelhas silvestres nativas, produção de mel, própolis, e outros subprodutos, fortalecendo a apicultura e a meliponicultura, como atividade econômica sustentável, preservando o meio ambiente e priorizando a agricultura familiar formando parcerias com o Agronegócio no Município de Sinop, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º São objetivos do Programa Municipal de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Mel – PRODEMEL:

I – fortalecer a apicultura como atividade econômica sustentável e demonstrar a sociedade a importância das abelhas tanto na economia, como na saúde humana e no meio ambiente;

II – regimentar o resgate e a captura das abelhas com e sem ferrão;

III – incentivar a implantação de apiários promovendo a multiplicação de abelhas;

IV – evitar o êxodo rural, gerando emprego e renda;

V – preservar o meio ambiente através do incentivo a adoção de técnicas a fim de multiplicar as abelhas promovendo a polinização das florestas;



CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

ESTADO DE MATO GROSSO

- VI – incentivar o plantio de plantas melíferas, com a finalidade de melhorar a alimentação das abelhas nos períodos mais críticos que é a seca;
- VII – incentivar a implantação de pequenos apiários nas escolas com abelhas sem ferrão a fim de familiarizar e conscientizar os alunos da importância das abelhas para a sobrevivência humana;
- VIII – incentivar o consumo de mel na merenda escolar e nas famílias;
- IX – integrar a apicultura com a fruticultura, hortifrutigranjeiros promovendo a otimização do sistema;
- X – promover a implantação de indústrias para o beneficiamento e derivados do mel produzidas no município e região.
- XI – viabilizar parcerias com outras entidades público e privadas para promover cooperação técnica e investimentos nos projetos;
- XII – incentivar a apicultura e meliponicultura, proteger, criar, resgatar, capturar, e remover abelhas silvestres nativas em residências no município de Sinop;
- XIII – Integrar a atividade apícola e melipônica aos programas e projetos que envolvam o estudo e uso do serviço ecológico da polinização por abelhas.
- XIV – estimular a pesquisa para o desenvolvimento de novas tecnologias de manejo de polinizadores com incremento de produtividade, qualidade, aumento de valor agregado e manutenção da biodiversidade no contexto da agricultura sustentável, que facilitem o trabalho dos apicultores e meliponicultores;

Art. 3º Constituem ações do Programa Prodemel:

I – estimular a pesquisa para o desenvolvimento de novas tecnologias, visando a facilitar o trabalho de apicultores e de meliponicultores, a polinização, a conservação e a preservação de espécies nativas de abelhas e de árvores do Município de Sinop e a aumentar a produtividade das colméias;

II – promover:

a) cursos profissionalizantes para os trabalhadores da agricultura familiar, visando à difusão de tecnologias aplicáveis a apicultura e a meliponicultura como técnicas de



CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

ESTADO DE MATO GROSSO

resgate e captura desses animais em áreas urbanas, como residências, pátios e parques, uso racional e sustentável dos recursos naturais e ao beneficiamento, a organização social através de associações, e à comercialização de mel e seus subprodutos; e

b) cursos e atividades educativas e informativas voltados à população, relativos a apicultura e meliponicultura e a sua preservação.

Art. 4º Para efeito desta Lei considera-se:

I – criação de abelhas do gênero *Apis* e de abelhas nativas denominadas genericamente de abelhas sem ferrão ou abelhas-indígenas sem ferrão.

II – produtor Rural: pessoa física ou jurídica que explora a terra com fins econômicos ou de subsistência, por meio da agricultura, da pecuária, da silvicultura, do extrativismo sustentável, da aquicultura, além de atividades como o turismo, respeitada a função social da terra;

III – Termo de Adesão e Compromisso: documento por meio do qual o produtor rural oficializa seu interesse em aderir do Programa Municipal de Incentivo a Apicultura declarando possuir as condições previstas no Art. 6º, desta Lei, se comprometendo a receber e, prestar as informações necessárias aos técnicos responsáveis pelo programa.

IV – Ficha Técnica Individual: documento elaborado por técnicos especializados e sob supervisão da SEDEC – Secretaria de Desenvolvimento Econômico e parceiros, contendo um cadastro do produtor rural e de sua área de cultivo; informações agrônômicas, ambientais, sociais e econômicas da(s) propriedade(s) do produtor rural aderente ao Programa.

Art. 5º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder incentivos aos produtores cadastrados no Programa Prodemel, estando as despesas previstas no Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, sendo formas de incentivos:

I – Doação de caixas;



CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

ESTADO DE MATO GROSSO

II – Disponibilização de horas de patrulha mecanizada;

III – Doação de mudas melíferas;

IV – Visitas técnicas

Art. 6º Os incentivos para a implantação dos apiários serão disponibilizados em fases, sendo observado o percentual de cumprimento das mesmas para a liberação dos incentivos.

I – Fase 1 – Termo de Adesão e compromisso do produtor ao programa;

II – Fase 2 – Local adequado para o apiário;

III – Fase 3 – Manejo e manutenção dos apiários;

§ 1º As metas contidas na Ficha Técnica Individual da propriedade deverão abranger a adoção das boas práticas apícolas que deverão ser implantadas gradativamente para que os produtores rurais beneficiados possuam:

I – Acompanhamento técnico e registro das informações sobre operações realizadas nas áreas cultivadas;

IV – Possuir instalações adequadas e devidamente sinalizadas para armazenagem do mel nas unidades de beneficiamento;

V – Os trabalhadores rurais das áreas beneficiadas deverão participar de treinamentos promovidos pela municipalidade abordando o manejo e conhecimento técnico na apicultura;

VI – Realização das adequações necessárias para preservação dos cursos d'água e nascentes existentes nas áreas beneficiadas, atendendo o código e legislação vigente.

§ 2º O não cumprimento integral e sem justificativa das metas propostas na Ficha Técnica Individual da propriedade ocasionará:

I – Exclusão do produtor rural do programa Prodemel, que só poderá aderir novamente ao programa se comprovar o cumprimento das metas anteriormente estipuladas;

II – Ficará encarregado de devolver o custo dos investimentos realizados pela prefeitura municipal, indicado no projeto individual.



CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

ESTADO DE MATO GROSSO

Art. 7º As orientações técnicas do Programa serão adaptadas para cada propriedade, e, serão implantados mediante critérios técnicos e observados o disposto no Art. 5º, e incisos desta Lei.

Parágrafo único. Os incentivos dispostos nos Art. 4º e 5º, desta Lei ficam condicionados ao cumprimento integral das metas estabelecidas na Ficha Técnica Individual, após vistoria e emissão de laudo técnico da SEDEC—Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Sinop.

Art. 8º A adesão ao Prodemel será opcional e voluntária e será formalizada mediante Termo de Adesão e Compromisso, parte integrante desta lei, no qual serão expressamente definidos os compromissos assumidos, requisitos prazos de execução e demais obrigações a serem cumpridas para fazer jus aos incentivos.

Art. 9º Instituir Comitê Gestor do Programa, órgão responsável para analisar e deliberar sobre os projetos técnicos do Prodemel, sendo composto por 5 (cinco) membros titulares e respectivos suplentes em igual número, sendo:

I - 02 (dois) membros representando a SEDEC;

II - 01 (um) membro representando Corpo de Bombeiros;

III - 01 (um) membro representando o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Sinop;

IV - 01 (um) representando os produtores de mel.

§ 2º Os membros do Comitê Gestor do Prodemel serão indicados, por escrito, pelos segmentos que representam e os nomes serão encaminhados à SEDEC e nomeados mediante Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

§ 3º É vedado aos membros do Comitê Gestor do Prodemel, envolver-se com o recebimento ou oferecimento de propostas de qualquer natureza, e durante suas atividades no Comitê, responder requerimentos e/ou solicitações de forma individual;

§ 4º A função de membro do Comitê Gestor do Prodemel é considerada de relevante interesse público e não será remunerada.



CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

ESTADO DE MATO GROSSO

§ 5º O Comitê Gestor elaborará em até 60 (sessenta dias) seu Regimento Interno, no qual constará, dentre outras situações, as formalidades de seu funcionamento, período das reuniões, quórum de funcionamento, perda de mandato de membros, forma de substituição de membros, quórum de deliberação, critérios que serão adotados para definição dos incentivos, especificação de quais e quantos produtores serão atendidos anualmente, quais os produtores serão priorizados, observando o que estabelece esta Lei e o interesse público.

Art. 10. As despesas previstas para execução desta Lei deverão estar previstos no Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual.

Art. 11. Esta Lei poderá ser regulamentada por Decreto do Poder Executivo Municipal, no que couber.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Sinop, Estado de Mato Grosso, em 05 de julho de 2021. Roberto Dorner Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP
ESTADO DE MATO GROSSO

Em,

Luís Paulo da Gleba

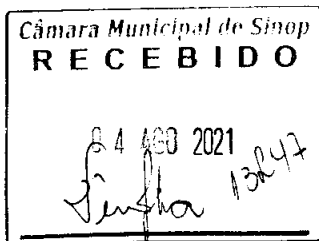
Vereador PROS



CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

ESTADO DE MATO GROSSO

Plenário das Deliberações



- Projeto de Lei
- Projeto de Decreto Legislativo
- Projeto de Resolução
- Requerimento
- Indicação
- Moção
- Emenda

Nº 443 / 2021

Autor: VEREADOR ELBIO VOLKWEIS – PATRIOTA

Indica ao Exmo. Sr. Roberto Dorner – Prefeito Municipal, com cópia a Sra. Ivete Mallmann – Secretária Municipal de Meio Ambiente, a necessidade de firmar parceria entre a administração municipal e as universidades, para recuperação de áreas degradadas no Município de Sinop, principalmente em áreas de proteção permanente.

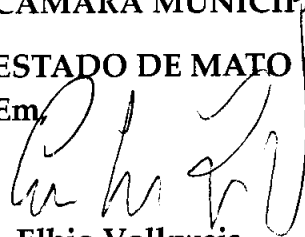
Em cumprimento no que preceitua o Regimento Interno desta Casa de Leis, requiro que após deliberação do Plenário, a Mesa encaminhe a presente matéria ao Exmo. Sr. Roberto Dorner – Prefeito Municipal, com cópia a Sra. Ivete Mallmann – Secretaria de Meio Ambiente, mostrando-lhes a necessidade de firmar parceria entre a administração municipal e as universidades, para recuperação de áreas degradadas no Município de Sinop, principalmente em áreas de proteção permanente. Considerando que Sinop é um polo universitário, sendo aqui ofertado vários cursos nas áreas de ciências ambientais e agrárias, tornando possível e viável estabelecer parcerias, para recuperação de áreas degradadas no âmbito do município, bem como expandir o projeto para outros municípios.

A proposta visa unir os conhecimentos teóricos, como aplicação prática, recuperando áreas comprometidas por atividades irregulares, remediando os impactos negativos de ação irregular.

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

ESTADO DE MATO GROSSO

Em,


Elbio Volkweis

Vereador – Patriota



CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

ESTADO DE MATO GROSSO

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES

<p>Câmara Municipal de Sinop RECEBIDO 24/03/2021 13h48 Sênfria</p>	<p><input type="checkbox"/> Projeto de Lei <input type="checkbox"/> Projeto Decreto Legislativo <input type="checkbox"/> Projeto de Resolução <input type="checkbox"/> Requerimento <input checked="" type="checkbox"/> Indicação <input type="checkbox"/> Moção <input type="checkbox"/> Emenda</p>	<p>Nº 444/2021</p>
---	--	--------------------

Autor:

VEREADOR PROFESSOR MÁRIO

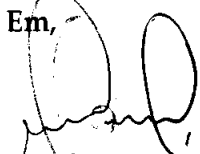
Indica ao Exmo. Sr. Roberto Dorner – Prefeito Municipal, com cópia ao Sr. Dalton Martini – Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos e Sr. Joubert Sacramento – Secretário de Trânsito e Transportes Urbanos, a necessidade de uma readequação no formato da junção da Avenida Figueiras com a Avenida André Maggi .

Fundamentado em disposições contidas no Regimento Interno da Câmara Municipal de Sinop, requiro que, após deliberação do Plenário, a Mesa encaminhe a presente matéria ao Exmo. Sr. Roberto Dorner – Prefeito Municipal, com cópia ao Sr. Dalton Martini – Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos e Sr. Joubert Sacramento – Secretário de Trânsito e Transportes Urbanos mostrando-lhes a necessidade de uma readequação no formato da junção da Avenida Figueiras com a Avenida André Maggi.

A presente indicação tem como finalidade sanar a dificuldade de atravessar a avenida André Maggi, para quem trafega na avenida Figueiras sendo que no horário de fluxo os acadêmicos sofrem com a demora e o risco de acidentes no referido entroncamento uma readequação ou estudo de viabilização pode sanar esta pendência e amenizar o risco de acidente e com isto deixar o tráfego mais harmônico.

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP
ESTADO DE MATO GROSSO

Em,


Professor Mario
Vereador Podemos



CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

ESTADO DE MATO GROSSO

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES

<p>Câmara Municipal de Sinop RECEBIDO 04 ABR 2021 <i>Sinop 13h49</i></p>	<p><input type="checkbox"/> Projeto de Lei <input type="checkbox"/> Projeto Decreto Legislativo <input type="checkbox"/> Projeto de Resolução <input type="checkbox"/> Requerimento <input checked="" type="checkbox"/> Indicação <input type="checkbox"/> Moção <input type="checkbox"/> Emenda</p>	<p>Nº <u>445</u> / <u>2021</u></p>
---	--	------------------------------------

Autor:

VEREADOR PROFESSOR MARIO

Indica ao Exmo. Sr. Roberto Dorner – Prefeito Municipal, com cópia ao Sr. Dalton Martini – Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos e Sr. Joubert Sacramento – Secretário de Trânsito e Transportes Urbanos, a necessidade da Implantação de uma ciclovia e pista de caminhada na Avenida Figueiras no trecho que compreende Avenida André Maggi e Rua Roma.

Fundamentado em disposições contidas no Regimento Interno desta Casa Legislativa, requeiro que após deliberação do soberano Plenário, a Mesa encaminhe a presente matéria ao Exmo. Sr. Roberto Dorner – Prefeito Municipal, com cópia ao Sr. Dalton Martini – Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos e Sr. Joubert Sacramento – Secretário de Trânsito e Transportes Urbanos apontando-lhes a necessidade de implantar uma ciclovia e uma pista de caminhada devidamente sinalizada e iluminada, na Avenida Figueiras no trecho que compreende Avenida André Maggi e Rua Roma.

Esta indicação tem como finalidade proporcionar uma melhor qualidade de vida dos moradores do Bairro Delta e bairros adjacentes onde o estímulo a prática de caminhada e o ciclismo são de suma importância para a manutenção da saúde e também busca garantir uma maior segurança.

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP
ESTADO DE MATO GROSSO

Em,

Professor Mario Sugizaki

Vereador – PODE



CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

ESTADO DE MATO GROSSO

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES

<p>Câmara Municipal de Sinop RECEBIDO 04 ABO 2021 <i>Leinha</i> 1422</p>	<p><input type="checkbox"/> Projeto de Lei <input type="checkbox"/> Projeto Decreto Legislativo <input type="checkbox"/> Projeto de Resolução <input type="checkbox"/> Requerimento <input checked="" type="checkbox"/> Indicação <input type="checkbox"/> Moção <input type="checkbox"/> Emenda</p>	<p>Nº <u>446/2021</u></p>
---	--	---------------------------

Autor: VEREADOR ADENILSON ROCHA

Indica ao Exmo. Sr. Mauro Mendes - Governador do Estado de Mato Grosso, com cópia ao Exmo. Sr. Alexandre Bustamante dos Santos - Secretário de Estado de Segurança Pública de Mato Grosso, a necessidade instalação de uma base da Polícia Militar na região do Bairro Vila Marina em Sinop.

Fundamentado em disposições contidas no Regimento Interno da Câmara Municipal de Sinop, requero que após deliberação do Plenário, a Mesa encaminhe a presente matéria Exmo. Sr. Mauro Mendes - Governador do Estado de Mato Grosso, com cópia ao Exmo. Sr. Alexandre Bustamante dos Santos - Secretário de Estado de Segurança Pública de Mato Grosso, apontando-lhes a necessidade de instalação de uma base da Polícia Militar na região do bairro Vila Mariana em Sinop, contribuído assim, com a segurança pública desta localidade que é muito populosa e sem nenhuma base de polícia próxima.

**CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP
ESTADO DE MATO GROSSO**

Em,


ADENILSON ROCHA

Vereador PSDB



CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

ESTADO DE MATO GROSSO

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES

	<p>Câmara Municipal de Sinop RECEBIDO 04 AGO 2021 <i>Adenilson Rocha</i> 14R23</p>	<p><input type="checkbox"/> Projeto de Lei <input type="checkbox"/> Projeto Decreto Legislativo <input type="checkbox"/> Projeto de Resolução <input type="checkbox"/> Requerimento <input checked="" type="checkbox"/> Indicação <input type="checkbox"/> Moção <input type="checkbox"/> Emenda</p>	<p>Nº <u>447/2021</u></p>
--	---	--	---------------------------

Autor: VEREADOR ADENILSON ROCHA

Indica ao Exmo. Sr. Mauro Mendes - Governador do Estado de Mato Grosso, com cópia à Exma. Sra. Rosamaria Carvalho - Secretária de Estado de Assistência Social e Cidadania de Mato Grosso, a necessidade de destinação de um veículo para o Conselho Tutelar de Sinop.

Fundamentado em disposições contidas no Regimento Interno da Câmara Municipal de Sinop, requero que após deliberação do Plenário, a Mesa encaminhe a presente matéria ao Exmo. Sr. Mauro Mendes - Governador do Estado de Mato Grosso, com cópia à Exma. Sra. Rosamaria Carvalho - Secretária de Estado de Assistência Social e Cidadania de Mato Grosso, apontando-lhes a necessidade de destinação de um veículo camioneta cabine dupla para o Conselho Tutelar de Sinop. É de muita necessidade esse veículo, para garantir maior segurança para os conselheiros que precisam realizar diversas viagens de deslocamento de crianças e jovens para outras cidades e estados, transitando por rodovias e estradas precárias e muitas delas sem pavimentação.

**CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP
ESTADO DE MATO GROSSO**

Em,

Adenilson Rocha
ADENILSON ROCHA
Vereador PSDB



CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

ESTADO DE MATO GROSSO

Plenário das Deliberações

	<p>Câmara Municipal de Sinop RECEBIDO 04 AJO 2021 <i>Verônica Sinop</i></p>	<p><input type="checkbox"/> Projeto de Lei <input type="checkbox"/> Projeto Decreto Legislativo <input type="checkbox"/> Projeto de Resolução <input type="checkbox"/> Requerimento <input checked="" type="checkbox"/> Indicação <input type="checkbox"/> Moção <input type="checkbox"/> Emenda</p>	<p>N.º <u>448 / 2021</u></p>
--	--	--	----------------------------------

AUTOR:

VEREADORA PROFESSORA GRACIELE

Indica ao Exmo. Sr. Roberto Dorner – Prefeito de Sinop, com cópia à Sra. Scheila Pedroso – Secretária Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação, a necessidade do Município de Sinop aderir ao Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR), instituído pela Lei Federal 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial).

Fundamentado no Regimento Interno desta Casa de Leis, a vereadora que subscreve esta proposição requer que, após deliberação do Plenário, a Mesa encaminhe a presente matéria ao Exmo. Sr. Roberto Dorner – Prefeito de Sinop, com cópia à Sra. Scheila Pedroso – Secretária Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação, mostrando-lhes **a necessidade do Município de Sinop aderir ao Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR), instituído pela Lei Federal 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial)**, visando a consecução dos objetivos do referido Estatuto no âmbito municipal.

O SINAPIR, órgão que busca a participação conjunta da União, estados e municípios na implementação das políticas de promoção da igualdade racial, possui atualmente a adesão de 22 estados da federação, sendo Mato Grosso um deles, e, ao menos, 91 municípios.

Dentre os requisitos obrigatórios para ocorrer a adesão municipal, está a existência de um Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial, que foi formalmente instalado na cidade de Sinop desde a entrada em vigor da Lei 1658/2012.

Entre os benefícios da adesão ao sistema estão a capacitação de gestores públicos em políticas de promoção da igualdade racial executado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Além disso, como participante do sistema, estados e municípios podem concorrer à bonificação de até 50% de pontos nos editais anuais da SNPIR. Os entes ainda poderão ter Núcleos de Estudos Afro-brasileiros (NEABs) ligados às universidades estaduais ou federais, apresentando projetos que podem receber recursos financeiros.

Graciele H.



CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

ESTADO DE MATO GROSSO

Plenário das Deliberações

	<input type="checkbox"/> Projeto de Lei <input type="checkbox"/> Projeto Decreto Legislativo <input type="checkbox"/> Projeto de Resolução <input type="checkbox"/> Requerimento <input checked="" type="checkbox"/> Indicação <input type="checkbox"/> Moção <input type="checkbox"/> Emenda	N.º <u>448 / 2021</u>
--	---	--------------------------

AUTOR:

VEREADORA PROFESSORA GRACIELE

São objetivos do SINAPIR, conforme disposto no Art. 5º do Estatuto, promover a igualdade étnica e o combate às desigualdades sociais resultantes do racismo, inclusive mediante adoção de ações afirmativas, formular políticas destinadas a combater os fatores de marginalização e a promover a integração social da população negra, descentralizar a implementação de ações afirmativas pelos governos estaduais, distrital e municipais, articular planos, ações e mecanismos voltados à promoção da igualdade étnica, garantir a eficácia dos meios e dos instrumentos criados para a implementação das ações afirmativas e o cumprimento das metas a serem estabelecidas.

É, portanto, imprescindível para o devido enfrentamento às desigualdades raciais e o cumprimento da Lei Federal 12.288/2010 a adesão ao SINAPIR por parte do Poder Executivo Municipal.

**CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP
ESTADO DE MATO GROSSO**

Em,

Graciele M. Santos

PROFESSORA GRACIELE

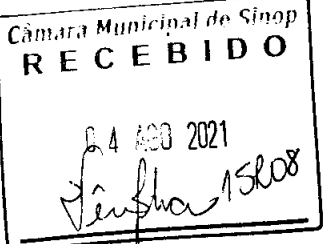
Vereadora – PT



CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

ESTADO DE MATO GROSSO

Plenário das Deliberações

	<input type="checkbox"/> Projeto de Lei <input type="checkbox"/> Projeto Decreto Legislativo <input type="checkbox"/> Projeto de Resolução <input type="checkbox"/> Requerimento <input checked="" type="checkbox"/> Indicação <input type="checkbox"/> Moção <input type="checkbox"/> Emenda	N° <u>449/2021</u>
---	---	-----------------------

AUTOR:

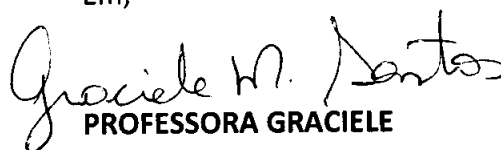
VEREADORA PROFESSORA GRACIELE

Indica ao Exmo. Sr. Roberto Dornier – Prefeito de Sinop, com cópia ao Sr. Ivan Schneider – Procurador Jurídico do Município, a necessidade de responder os ofícios e requisições encaminhados pela Defensoria Pública – Sede Sinop ao Poder Executivo Municipal.

Fundamentado no Regimento Interno desta Casa de Leis, a vereadora que subscreve esta proposição requer que, após deliberação do Plenário, a Mesa encaminhe a presente matéria ao Exmo. Sr. Roberto Dornier – Prefeito de Sinop, com cópia ao Sr. Ivan Schneider – Procurador Jurídico do Município, mostrando-lhes a **necessidade de responder os ofícios e requisições encaminhados pela Defensoria Pública – Sede Sinop ao Poder Executivo Municipal** visando possibilitar que os defensores públicos estaduais possam cumprir as funções que a Lei Complementar Estadual nº 146/2003 estabelece como sendo de sua prerrogativa, notadamente no que se refere ao Cap. V, Seção I, referentes as garantias e prerrogativas elencadas no Art. 77, IV, que menciona a competência de “requisitar de qualquer autoridade pública e de seus agentes ou de entidade privada exames, certidões, perícias, vistorias, diligência, processos, documentos, informações, esclarecimentos e providências necessárias ao exercício de suas atribuições”.

**CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP
ESTADO DE MATO GROSSO**

Em,


PROFESSORA GRACIELE

Vereadora – PT



CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

ESTADO DE MATO GROSSO

Plenário das Deliberações

<p>Câmara Municipal de Sinop RECEBIDO 04 AGO 2021 <i>Julha 15/09</i></p>	<p><input type="checkbox"/> Projeto de Lei <input type="checkbox"/> Projeto Decreto Legislativo <input type="checkbox"/> Projeto de Resolução <input type="checkbox"/> Requerimento <input checked="" type="checkbox"/> Indicação <input type="checkbox"/> Moção <input type="checkbox"/> Emenda</p>	<p>Nº <u>450/2021</u></p>
---	--	-------------------------------

AUTOR: VEREADOR ADEMIR DEBORTOLI

Indica ao Exmo. Sr. Roberto Dorner – Prefeito Municipal, com cópia ao Sr. Dalton Martini - Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a necessidade de fazer a obra de tubulação nos canteiros da Avenida dos Flamboyants, em frente as instalações da APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais e Lar dos Vicentinos.

Com fulcro no que preceitua o Regimento Interno desta Casa Legislativa, requiro que após deliberação do douto Plenário, a Mesa digno-se encaminhar a presente matéria ao Exmo. Sr. Roberto Dorner – Prefeito Municipal, com cópia ao Sr. Dalton Martini - Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos, mostrando-lhes a necessidade de fazer a obra de tubulação nos canteiros da Avenida dos Flamboyants, em frente às instalações da APAE e do Lar dos Vicentinos, localizados no Jardim Paraíso.

**CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP
ESTADO DE MATO GROSSO**

Em

[Handwritten Signature]
ADEMIR DEBORTOLI
Vereador - Republicanos



CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

ESTADO DE MATO GROSSO

Plenário das Deliberações

	<p>Câmara Municipal de Sinop RECEBIDO 04 AGO 2021 <i>Leitura ASR 10</i></p>	<p><input type="checkbox"/> Projeto de Lei <input type="checkbox"/> Projeto Decreto Legislativo <input type="checkbox"/> Projeto de Resolução <input type="checkbox"/> Requerimento <input checked="" type="checkbox"/> Indicação <input type="checkbox"/> Moção <input type="checkbox"/> Emenda</p>	<p>N° <u>451/2021</u></p>
--	--	--	-------------------------------

AUTOR: VEREADOR ADEMIR DEBORTOLI

Indica ao Exmo Sr. Roberto Dorner - Prefeito Municipal, com cópia ao Sr. Dalton Martini - Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a necessidade de viabilizar a construção de pista de caminhada no entorno da quadra onde está localizada as instalações da Unidade Ganha Tempo e a UBS do Jardim Botânico.

Com fulcro no que preceitua o Regimento Interno desta Casa Legislativa, requero que após deliberação do douto Plenário, a Mesa dignese encaminhar a presente matéria ao Sr. Roberto Dorner - Prefeito Municipal, com cópia ao Sr. Dalton Martini - Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos, mostrando-lhe a necessidade de viabilizar a construção de uma pista de caminhada no entorno da quadra onde está localizada as instalações da Unidade Ganha Tempo e a UBS - Unidade Básica de Saúde, na Avenida das Acácias no Bairro Jardim Botânico, Unidades de atendimento ao público com fluxo intenso de pessoas.

O atendimento à demanda contemplará todos os moradores do Bairro Jardim Botânico e região vizinha, permitindo a prática de caminhadas e lazer dos mesmos.

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP
ESTADO DE MATO GROSSO

Em,

Ademir Debortoli
ADEMIR DEBORTOLI
Vereador - Republicanos



CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

ESTADO DE MATO GROSSO

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES

<p>Câmara Municipal de Sinop RECEBIDO 04 AGO 2021 <i>Sinop</i> 15637</p>	<p><input type="checkbox"/> Projeto de Lei <input type="checkbox"/> Projeto Decreto Legislativo <input type="checkbox"/> Projeto de Resolução <input type="checkbox"/> Requerimento <input checked="" type="checkbox"/> Indicação <input type="checkbox"/> Moção <input type="checkbox"/> Emenda</p>	<p>Nº <u>452/2021</u></p>
---	--	---------------------------

Autor:

VEREADOR CELSINHO DO SOPÃO


Indica ao Exmo. Sr. Roberto Dorner – Prefeito Municipal, com cópia a Sra. Sandra Conceição Donato Ferreira – Secretária Municipal de Educação, Esporte e Cultura, ao Sr. Cesar Mauriana Diretor de Cultura, a necessidade de implantar uma biblioteca na praça do Bairro Vila Mariana.

Fundamentado nas disposições contidas no Regimento Interno desta Casa Legislativa, requeiro que após deliberação do douto Plenário, a Mesa encaminhe a presente matéria ao Exmo. Sr. Roberto Dorner – Prefeito Municipal, com cópia a Sr. Sandra Conceição Donato Ferreira – Secretária Municipal de Educação, Esporte e Cultura, ao sr. Cesar Muriana Diretor de Cultura, apontando-lhes a necessidade da implantação de uma biblioteca na praça do bairro Vila Mariana para atender toda a população da grande região dos Vilas, que compreende os bairros Vila Mariana, Vila Lobos, Vila Juliana, Vila América, Sebastião de Matos I e II.

A reivindicação se faz necessária para atender ao pedido da população daquela região, visto que a liberdade, a prosperidade e o desenvolvimento de uma sociedade e dos indivíduos são valores humanos fundamentais e só podem ser alcançados quando todos os cidadãos estiverem informados para exercerem seus direitos democráticos, para desempenharem um papel ativo na sociedade.

**CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP
ESTADO DE MATO GROSSO**

Em,


Celsinho do Sopão
Vereador – Republicanos



CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

ESTADO DE MATO GROSSO

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES

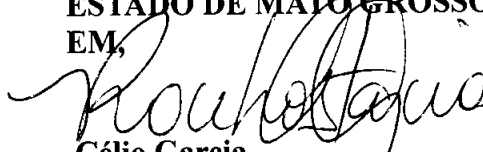
	<p>Câmara Municipal de Sinop RECEBIDO 04 AGO 2021 Sênha 15842</p>	<p><input type="checkbox"/> Projeto de Lei <input type="checkbox"/> Projeto Decreto Legislativo <input type="checkbox"/> Projeto de Resolução <input type="checkbox"/> Requerimento <input checked="" type="checkbox"/> Indicação <input type="checkbox"/> Moção <input type="checkbox"/> Emenda</p>	<p>Nº 453/2021</p>
--	--	--	--------------------

Autor: Vereador Célio Garcia

Indica ao Exmo. Sr. Roberto Dorner – Prefeito Municipal, e ao Sr. Valério Gobbato – Secretário Municipal de Saúde, a necessidade de fazer reparos e instalar 1 (um) aparelho de ar condicionado na Unidade Básica de Saúde do Jardim das Palmeiras.

Em cumprimento ao que preceitua o Regimento Interno desta Casa de Leis, requiero que após anuência do douto Plenário, a Mesa digno-se encaminhar a presente Indicação ao Exmo. Sr. Roberto Dorner - Prefeito Municipal e ao Sr. Valério Gobbato – Secretário Municipal de Saúde, mostrando-lhe a necessidade de fazer reparos e instalar 1 (um) aparelho de ar condicionado na recepção da Unidade Básica de Saúde do Jardim das Palmeiras. Em visita no local observamos a necessidade urgente de manutenção e instalação de mais 1 (um) ar-condicionado na Unidade de Saúde, considerando as condições de nosso clima na região é essencial que as Unidades de Saúde sejam climatizadas.

**CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP
ESTADO DE MATO GROSSO
EM,**


**Célio Garcia.
Vereador – DEM.**



CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

ESTADO DE MATO GROSSO

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES

<p>Câmara Municipal de Sinop RECEBIDO C.A. 103 2021 15/45 Sinha</p>	<p><input type="checkbox"/> Projeto de Lei <input type="checkbox"/> Projeto Decreto Legislativo <input type="checkbox"/> Projeto de Resolução <input type="checkbox"/> Requerimento <input checked="" type="checkbox"/> Indicação <input type="checkbox"/> Moção <input type="checkbox"/> Emenda</p>	<p>Nº <u>454/2021</u></p>
--	--	---------------------------

Autor: Vereador Célio Garcia

Indica ao Exmo. Sr. Roberto Dorner – Prefeito Municipal, e ao Sr. Valério Gobbato – Secretário Municipal de Saúde, a necessidade de comprar 2 (duas) motocicletas para atender o Centro de Endemias – Ivaldo José da Silva - “Bill”, em Sinop/MT.

Em cumprimento ao que preceitua o Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro que após anuência do douto Plenário, a Mesa digno-se encaminhar a presente Indicação ao Exmo. Sr. Roberto Dorner Prefeito Municipal e ao Sr. Valério Gobbato – Secretário Municipal de Saúde, mostrando-lhe a necessidade de adquirir 2 (duas), motocicletas para atender o Centro de Endemias – Ivaldo José da Silva - “Bill”. Sabemos que nosso Município possui muitos bairros que demandam atendimento do Centro de Endemias, e os serviços precisam serem efetuados em tempo hábil, assim a aquisição dessas motocicletas contribuirá para agilizar a execução dos serviços.

**CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP
ESTADO DE MATO GROSSO
EM,**

**Célio Garcia.
Vereador – DEM.**



CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

ESTADO DE MATO GROSSO

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES

<p>Câmara Municipal de Sinop RECEBIDO 04 ABO 2021 <i>Juventino</i> 16807</p>	<p><input type="checkbox"/> Projeto de Lei <input type="checkbox"/> Projeto Decreto Legislativo <input type="checkbox"/> Projeto de Resolução <input type="checkbox"/> Requerimento <input checked="" type="checkbox"/> Indicação <input type="checkbox"/> Moção <input type="checkbox"/> Emenda</p>	<p>Nº <u>455/2021</u></p>
---	--	---------------------------

Autor: VEREADOR JUVENTINO SILVA

Indica ao Exmo. Sr. Roberto Dorner - Prefeito Municipal, com cópia ao Major Joubert Sacramento – Secretário Municipal de Trânsito e Transporte Urbano, e ao Sr. Dalton Martini – Secretário de Obras e Serviços Urbanos, a necessidade de pintura de faixa de pedestre e meio-fio, na rotatória da Avenida dos Jequitibás, com Avenida das Sibipirunas.

Indica ao Exmo. Sr. Roberto Dorner - Prefeito Municipal, com cópia ao Major Joubert Sacramento – Secretário Municipal de Trânsito e Transporte Urbano, e ao Sr. Dalton Martini – Secretário de Obras e Serviços Urbanos, a necessidade de pintura de faixa de pedestre e meio-fio na rotatória da Avenida dos Jequitibás, com Avenida das Sibipirunas, onde o fluxo de carro e pedestres é grande principalmente nos finais de semana.

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP
ESTADO DE MATO GROSSO

Em,

Juventino Silva
Vereador PSB



CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

ESTADO DE MATO GROSSO

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES

<p>Câmara Municipal de Sinop RECEBIDO 04/03/2021 Juventino 16208</p>	<p><input type="checkbox"/> Projeto de Lei <input type="checkbox"/> Projeto Decreto Legislativo <input type="checkbox"/> Projeto de Resolução <input type="checkbox"/> Requerimento <input checked="" type="checkbox"/> Indicação <input type="checkbox"/> Moção <input type="checkbox"/> Emenda</p>	<p>Nº 456/2021</p>
---	--	--------------------

Autor:

VEREADOR JUVENTINO SILVA – PSB

Indica ao Exmo. Sr. Roberto Dorner – Prefeito Municipal, com cópias ao Sr. Joubert Sacramento – Secretário Municipal de Trânsito e Transporte Urbano, e ao Sr. Dalton Martini – Secretário de Obras e Serviços Urbanos, mostrando-lhes a necessidade da implantação de lombadas no Bairro Jardim Conquista, conforme especifica.

Com base no disposto no Regimento Interno desta Casa Legislativa, requeiro que após anuência do douto Plenário, a Mesa digne-se encaminhar a presente matéria ao Exmo. Sr. Roberto Dorner – Prefeito Municipal, com cópias ao Sr. Joubert Sacramento – Secretário Municipal de Trânsito e Transporte Urbano, e ao Sr. Dalton Martini – Secretário de Obras e Serviços Urbanos, mostrando-lhes a necessidade da implantação de lombadas nas Ruas B e 23 de Julho, localizadas no Bairro Jardim Conquista, com o fito de reduzir a velocidade do tráfego no local, proporcionando maior segurança aos moradores das vias em comento.

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

ESTADO DE MATO GROSSO

Em,

JUVENTINO SILVA
Vereador – PSB



CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

ESTADO DE MATO GROSSO

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES

	<p>Câmara Municipal de Sinop RECEBIDO 04 A GOV 2021 <i>F. Silva</i> 16/26</p>	<p><input type="checkbox"/> Projeto de Lei <input type="checkbox"/> Projeto Decreto Legislativo <input type="checkbox"/> Projeto de Resolução <input type="checkbox"/> Requerimento <input checked="" type="checkbox"/> Indicação <input type="checkbox"/> Moção <input type="checkbox"/> Emenda</p>	<p>Nº <u>457/2021</u></p>
--	--	--	---------------------------

Autor: VEREADOR HEDVALDO COSTA

Indica ao Exmo. Sr. Roberto Dorner - Prefeito Municipal a necessidade de declarar de utilidade pública à Agência adventista de desenvolvimento e recursos assistenciais - ADRA.

Fundamentado em disposições contidas no Regimento Interno da Câmara Municipal de Sinop, requero que após deliberação do Plenário, a Mesa encaminhe a presente matéria ao Exmo. Sr. Roberto Dorner - Prefeito Municipal, a necessidade de declarar de utilidade pública à Agência adventista de desenvolvimento e recursos assistenciais - ADRA.

À Agência adventista de desenvolvimento e recursos assistenciais - ADRA foi fundada em 03 de Outubro de 2016 e tem por finalidade a promoção da assistência social, cultural, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico, da segurança alimentar e nutricional, defesa, preservação e conservação do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável, do voluntariado, do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza, bem como outros.

À Agência adventista de desenvolvimento e recursos assistenciais - ADRA realiza vários projetos a exemplo o Projeto Instituto Mato - grossense de apoio à criança e adolescentes com idade de 05 a 17 anos. O reconhecimento da Utilidade Pública proporcionará que a entidade possa ampliar significativamente os trabalhos que desenvolve em prol da sociedade Sinopense.

**CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP
ESTADO DE MATO GROSSO**

Em,

HEDVALDO COSTA
Vereador - REPUBLICANO

MISSÃO OESTE MATOGROSSENSE DA IASD - ADRA



Balanço Denominacional Interno **Fundo: 0 - Todos os Fundos** **Departamento: 0 - TODOS OS DEPARTAMENTOS**

dezembro/2020
Moeda Padrão - Real

Adventist Accounting Software International - Versão: 1.6.9.7

Versão 2019.1.1 - 17/06/2019

Entidade de Cálculo: 144141

Area : 21 - Assistencial - ADRA

Usuário : luis.arce

Data Fechamento Mês: 25/01/2021

MISSÃO OESTE MATOGROSSENSE DA IASD - ADRA - CONSOLIDADO
Balanco Denominacional Interno - Dezembro/2020
BALANÇO PATRIMONIAL

	<u>dezembro/2020</u>	<u>% AV</u>	<u>dezembro/2019</u>	<u>% AV</u>	<u>% AH</u>
ATIVO					
ATIVO CIRCULANTE	31.788,45	84,02	373,52	2,05	8.410,51
A111 Disponível	31.788,45	84,02	373,52	2,05	8.410,51
A112 Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A113 Contas A Receber	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A114 Estoques	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A116 Despesas Antecipadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	6.045,13	15,98	17.824,38	97,95	-66,09
A121 Realizável A Longo Prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A131 Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A132 Imobilizado	6.045,13	15,98	17.824,38	97,95	-66,09
A133 Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DO ATIVO	37.833,58	100,00	18.197,90	100,00	107,90
PASSIVO					
PASSIVO CIRCULANTE	6.445,67	17,04	9.704,74	53,33	-33,58
A213 Contas A Pagar	4.143,64	10,95	7.767,86	42,69	-46,66
A214 Provisões	2.302,03	6,08	1.936,88	10,64	18,85
A215 Fundos Em Confiança	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A216 Receitas Antecipadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A221 Exigível A Longo Prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31.387,91	82,96	8.493,16	46,67	269,57
PATRIMÔNIO SOCIAL	26.387,91	69,75	8.493,16	46,67	210,70
A231 Saldo Inicial 01/01	8.493,16	22,45	28.232,51	155,14	-69,92
Constit. E Reversão De Verbas Disponiveis	-5.000,00	-13,22	0,00	0,00	0,00
Correção Monetária Do Patrimônio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Balanco Patrimonial de Cisão/Fusão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Doações E Subvenções Para O Imobilizado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Capital Integralizado/A integralizar no Período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajuste De Avaliação Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajuste De Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Varição Patrimonial	22.894,75	60,51	-19.739,35	-108,47	-215,99
A232 VERBAS DISPONÍVEIS	5.000,00	13,22	0,00	0,00	0,00
Saldo Inicial 01/01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Constit. E Reversão De Verbas Disponiveis	5.000,00	13,22	0,00	0,00	0,00
TOTAL DO PASSIVO E PATR. LÍQUIDO	37.833,58	100,00	18.197,90	100,00	107,90

Evaldo Oliveira
Presidente

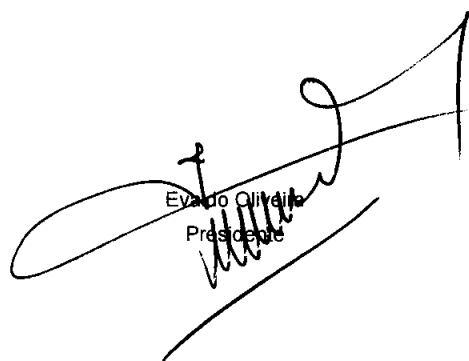
Paulo Fabrício
Tesorero

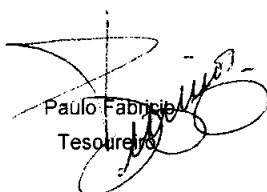
Luis Arce
Contador

João Carlos dos S. C. Junior
CRC-MT 017005/O-5

MISSÃO OESTE MATOGROSSENSE DA IASD - ADRA - CONSOLIDADO
Balanco Denominacional Interno - Dezembro/2020
DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS

	<u>dezembro/2020</u>	<u>% AV</u>	<u>dezembro/2019</u>	<u>% AV</u>	<u>% AH</u>
RECORRENTE					
RECEITAS	957,70	100,39	7.050,90	117,83	-86,42
Dízimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-)Repasso Dízimos - Compartilhado	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
A311 Dízimos Líquidos De Repasses	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A312 Ofertas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A313 Doações E Contribuições Recebidas	954,00	100,00	5.983,90	100,00	-84,06
A314 Prestação De Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A315 Vendas De Mercadorias, Prod. E Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A316 (-)Deduções De Vendas	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
Venda Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A317 (-)Custos Das Vendas	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
= Resultado em Vendas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A318 Outras Receitas Recorrentes	3,70	0,39	1.067,00	17,83	-99,65
DESPESAS	78.062,95	8.182,70	160.862,34	2.688,25	-51,47
A411 Despesas Com Pessoal	55.164,57	5.782,45	109.454,81	1.829,16	-49,60
A412 Administrativas E Gerais	22.898,38	2.400,25	51.407,53	859,10	-55,46
A413 Departamentos Promocionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A414 Educação, Assistência E Orientação Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A419 Outorgamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO RECORRENTE S/ SUBVENÇÕES	-77.105,25	-8.082,31	-153.811,44	-2.570,42	-49,87
A319 Subvenções Recebidas Líquidas	100.000,00	10.482,18	120.000,00	2.005,38	-16,67
RESULTADO RECORRENTE C/ SUBVENÇÕES	22.894,75	2.399,87	-33.811,44	-565,04	-167,71
NÃO RECORRENTES					
A321 Receitas Não Recorrentes	0,00	0,00	14.998,85	250,65	-100,00
A421 Despesas Não Recorrentes	0,00	0,00	926,76	15,49	-100,00
RESULTADO NÃO RECORRENTE	0,00	0,00	14.072,09	235,17	-100,00
RESULTADO DO EXERCÍCIO	22.894,75	2.399,87	-19.739,35	-329,87	-215,99


Evandro Oliveira
Presidente


Paulo Fabrício
Tesorero


Luis Arce
Contador

João Carlos dos S. C. Junior
CRC-MT 017005/O-5

MISSÃO OESTE MATOGROSSENSE DA IASD - ADRA



Balanço Denominacional Interno **Fundo: 0 - Todos os Fundos** **Departamento: 0 - TODOS OS DEPARTAMENTOS**

junho/2021
Moeda Padrão - Real

Adventist Accounting Software International - Versão: 1.7.1.2

Versão 2019.1.1 - 17/06/2019

Entidade de Cálculo: 144141

Area : 21 - Assistencial - ADRA

Usuário : luis.arce

Data Fechamento Mês: 02/07/2021

MISSÃO OESTE MATOGROSSENSE DA IASD - ADRA - CONSOLIDADO
Balanco Denominacional Interno - Junho/2021
BALANÇO PATRIMONIAL

	<u>junho/2021</u>	<u>% AV</u>	<u>dezembro/2020</u>	<u>% AV</u>	<u>% AH</u>
ATIVO					
ATIVO CIRCULANTE	41.943,53	88,36	31.788,45	84,02	31,95
A111 Caixa E Equivalentes De	26.614,47	56,07	31.788,45	84,02	-16,28
A112 Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A113 Contas A Receber	15.329,06	32,29	0,00	0,00	0,00
A114 Estoques	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A116 Despesas Antecipadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	5.525,29	11,64	6.045,13	15,98	-8,60
A121 Realizável A Longo Prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A131 Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A132 Imobilizado	5.525,29	11,64	6.045,13	15,98	-8,60
A133 Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DO ATIVO	47.468,82	100,00	37.833,58	100,00	25,47
PASSIVO					
PASSIVO CIRCULANTE	8.155,56	17,18	6.445,67	17,04	26,53
A213 Contas A Pagar	4.353,23	9,17	4.143,64	10,95	5,06
A214 Provisões	3.802,33	8,01	2.302,03	6,08	65,17
A215 Fundos Em Confiança	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A216 Receitas Antecipadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A221 Exigível A Longo Prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	39.313,26	82,82	31.387,91	82,96	25,25
PATRIMÔNIO SOCIAL	34.313,26	72,29	26.387,91	69,75	30,03
A231 Saldo Inicial 01/01	26.387,91	55,59	8.493,16	22,45	210,70
Constit. E Reversão De Verbas Disponíveis	0,00	0,00	-5.000,00	-13,22	-100,00
Correção Monetária Do Patrimônio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Balanco Patrimonial de Cisão/Fusão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Doações E Subvenções Para O Imobilizado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Capital Integralizado/A integralizar no Período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajuste De Avaliação Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajuste De Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Variação Patrimonial	7.925,35	16,70	22.894,75	60,51	-65,38
A232 VERBAS DISPONÍVEIS	5.000,00	10,53	5.000,00	13,22	0,00
Saldo Inicial 01/01	5.000,00	10,53	0,00	0,00	0,00
Constit. E Reversão De Verbas Disponíveis	0,00	0,00	5.000,00	13,22	-100,00
TOTAL DO PASSIVO E PATR. LÍQUIDO	47.468,82	100,00	37.833,58	100,00	25,47

Evalde Oliveira
Presidente

Paula Fabricio
Tesorero

Luis Arce
Contador

João Carlos dos S. C. Junior
CRC-MT 017005/O-5

MISSÃO OESTE MATOGROSSENSE DA IASD - ADRA - CONSOLIDADO
Balanco Denominacional Interno - Junho/2021
DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS

	<u>junho/2021</u>	<u>% AV</u>	<u>junho/2020</u>	<u>% AV</u>	<u>% AH</u>
RECORRENTE					
RECEITAS	12,58	0,00	954,00	100,00	-98,68
Dízimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-)Repasso Dízimos - Compartilhado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A311 Dízimos Líquidos De Repasses	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A312 Ofertas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A313 Doações E Contribuições Recebidas	0,00	0,00	954,00	100,00	-100,00
A314 Prestação De Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A315 Vendas De Mercadorias, Prod. E Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A316 (-)Deduções De Vendas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Venda Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A317 (-)Custos Das Vendas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
= Resultado em Vendas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A318 Outras Receitas Recorrentes	12,58	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS	32.072,23	0,00	37.118,01	3.890,78	-13,59
A411 Despesas Com Pessoal	28.324,77	0,00	24.506,91	2.568,86	15,58
A412 Administrativas E Gerais	3.747,46	0,00	12.611,10	1.321,92	-70,28
A413 Departamentos Promocionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A414 Educação, Assistência E Orientação Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A419 Outorgamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO RECORRENTE S/ SUBVENÇÕES	-32.059,65	0,00	-36.164,01	-3.790,78	-11,35
A319 Subvenções Recebidas Líquidas	39.985,00	0,00	19.428,58	2.036,54	105,81
RESULTADO RECORRENTE C/ SUBVENÇÕES	7.925,35	0,00	-16.735,43	-1.754,24	-147,36
NÃO RECORRENTES					
A321 Receitas Não Recorrentes	0,00	0,00	0,01	0,00	-100,00
A421 Despesas Não Recorrentes	0,00	0,00	160,47	16,82	-100,00
RESULTADO NÃO RECORRENTE	0,00	0,00	-160,46	-16,82	-100,00
RESULTADO DO EXERCÍCIO	7.925,35	0,00	-16.895,89	-1.771,06	-146,91

Evaldo Oliveira
Presidente

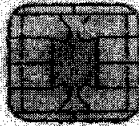
Paulo Fabrício
Tesorero

Luis Arce
Contador

João Carlos dos S. C. Junior
CRC-MT 017005/O-5



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 CARTEIRA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL
 CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
 DO ESTADO DE MATO GROSSO



CATEGORIA
 CONTADOR

Nº DO REGISTRO
 MT-0170050-5

NOME
 JOAO CARLOS DOS SANTOS
 CARVALHO JUNIOR

FILIAÇÃO
 JOAO DOS SANTOS CARVALHO
 ZILDA DOS SANTOS CARVALHO



ASSINATURA DO PROFISSIONAL

NASCIMENTO
 29/02/1980

NACIONALIDADE
 BRASILEIRA

NATURALIDADE
 CIANBA-MT

DIPLOMAÇÃO
 16/04/2012

CPF
 056.836.301-82

RG
 128465-2 SSP-MT

TÍTULO
 BACHAREL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

TÍTULO EXPEDIDO (OU DECL. DE PROVISIONADO)
 BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Esta carteira tem fé pública como documento de identidade, nos termos do art. 18 do Decreto-Lei nº 9.295/46, c/c art. 1º da Lei nº 6.206/75.



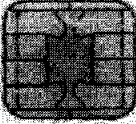


* DATA DE EXPEDIÇÃO
 01/04/2012

 Presidente do CRC

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 CARTEIRA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL
 CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
 DO ESTADO DE MATO GROSSO

	CATEGORIA CONTADOR	Nº DO REGISTRO MT-017005/0-5
	NOME JOAO CARLOS DOS SANTOS CARVALHO JUNIOR	
FILIAÇÃO JOAO DOS SANTOS CARVALHO ZILDA DOS SANTOS CARVALHO		
		
ASSINATURA DO PROFISSIONAL		

NASCIMENTO 28/02/1989	NACIONALIDADE BRASILEIRA	NATURALIDADE CURUBA-MT
DIPLOMAÇÃO 10/06/2012	CPF 098.898.381-87	RG 1328MS-4-58P-MT
TÍTULO BACHAREL EM CIÊNCIAS CONTÁBILIS	TÍTULO EXPEDIDO (OU DECL. DE PROVISIONADO) ICBC-INSTITUTO CURUBA DE ENS. E CULTURA	

Esta carteira tem fé pública como documento de identidade, nos termos do art. 18 do Decreto-Lei nº 9.295/46, c/c art. 1º da Lei nº 6.206/75.

* DATA DE EXPEDIÇÃO
01/04/2018



**Wilson Lourenço de Almeida Silva
PRESIDENTE DO CRC**

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 15.439.317/0008-72 FILIAL	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 03/10/2016
NOME EMPRESARIAL AGENCIA ADVENTISTA DE DESENVOLVIMENTO E RECURSOS ASSISTENCIAIS DO CENTRO OESTE		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) NUCLEO DE DESENVOLVIMENTO - SINOP	PORTE DEMAIS	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 88.00-6-00 - Serviços de assistência social sem alojamento 85.99-6-99 - Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente 86.90-9-01 - Atividades de práticas integrativas e complementares em saúde humana 86.90-9-99 - Outras atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 87.12-3-00 - Atividades de fornecimento de infra-estrutura de apoio e assistência a paciente no domicílio 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada		
LOGRADOURO R DOS MOGNOS	NÚMERO 661	COMPLEMENTO QUADRA17
CEP 78.555-098	BAIRRO/DISTRITO RESIDENCIAL VITORIA REGIA	MUNICÍPIO SINOP
UF MT		
ENDEREÇO ELETRÔNICO EDILMAR.FERREIRA@ADVENTISTAS.ORG.BR	TELEFONE (61) 3367-9000	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/10/2016	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 01/02/2021 às 12:27:31 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Certificado de Inscrição

CERTIFICAMOS DE ACORDO COM A LEI Nº 8.742 DE 07 DE DEZEMBRO DE 1993, NO SEU CAPÍTULO III, ARTIGO 9º, PARÁGRAFO 3º E COM A RESOLUÇÃO CMAS Nº 03/2018, DE 17 DE JANEIRO DE 2018, EM CONSONÂNCIA COM A ATA Nº 325, DE 19 DE MAIO DE 2021, E A RESOLUÇÃO CMAS Nº 025/2021, DE 19 DE MAIO DE 2021, QUE A ENTIDADE AGÊNCIA ADVENTISTA DE DESENVOLVIMENTO E RECURSOS ASSISTENCIAIS - ADRA, LOCALIZADA À DOS MOGNOS, Nº 661, QUADRA 17, RESIDENCIAL VITÓRIA RÉGIA, SINOP/MT, INSCRITA NO CNPJ 15.439.317/0008-72, ESTÁ DEVIDAMENTE INSCRITO NO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SINOP/MT.

NÚMERO DE INSCRIÇÃO: 023

SINOP/MT, 19 DE MAIO DE 2021



Juliano Antonio Heberle
JULIANO ANTONIO HEBERLE
Presidente do CMAS



ESTATUTO DA
AGÊNCIA ADVENTISTA DE DESENVOLVIMENTO E RECURSOS ASSISTENCIAIS
DO CENTRO OESTE

CAPÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO

Art. 1º A **AGÊNCIA ADVENTISTA DE DESENVOLVIMENTO E RECURSOS ASSISTENCIAIS DO CENTRO OESTE**, também designada por **ADRA CENTRO OESTE**, constituída em uma associação, é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede na cidade de Brasília, Distrito Federal, que será regida por este Estatuto, e em conformidade com a legislação brasileira pertinente.

CAPÍTULO II
DO FORO, SEDE E DURAÇÃO

Art. 2º A **ADRA CENTRO OESTE** tem foro na cidade de Brasília, DF, estando sua sede localizada à **SMDB** área especial D, Rodovia DF 001 km 26, Lago Sul, sendo sua existência por prazo indeterminado.

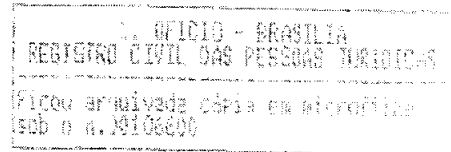
CAPÍTULO III
FINALIDADES

Art. 3º A **ADRA CENTRO OESTE**, como entidade não lucrativa, beneficente, de fins assistenciais e culturais, tem por finalidades:

- I** - promoção da assistência social;
- II** - promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;
- III** - promoção da segurança alimentar e nutricional;
- IV** - defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;
- V** - promoção do voluntariado;
- VI** - promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;
- VII** - experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;

1. OFÍCIO - BRASILIA
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Ficou arquivada cópia em microfilme
sob o n. 00106600

- VIII** - promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar;
- IX** - promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;
- X** - estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo.
- XI** - prestar amparo ao idoso, à gestante, ao adolescente e ao menor carente;
- XII** - cooperar com os órgãos públicos nas ações e programas de promoção assistencial, educacional e de erradicação da miséria;
- XIII** - promover eventos culturais e estimular tradições, notadamente através da arte e da música;
- XIV** - promover feiras, exposições e congressos, dentro de suas possibilidades técnicas e financeiras;
- XV** - preparar, qualificar e habilitar para o trabalho;
- XVI** - contribuir para o desenvolvimento do espírito de solidariedade comunitária, através do aperfeiçoamento do ser humano, e do desenvolvimento de suas potencialidades;
- XVII** - combater, através de ações e programas de esclarecimento, de prevenção e de recuperação, os males causados pelo alcoolismo, pelo tabagismo e pelas demais drogas e tóxicos nocivos à saúde;
- XVIII** - dar atenção especial aos jovens e aos juvenis com o fim de promover entre eles o cultivo das boas ações, dos atos nobres, da honra à Pátria, do respeito e amor aos pais, visando à formação do caráter, e desenvolver aptidões de civismo e altruísmo;
- XIX** - promover atendimento médico e odontológico com atenção à saúde preventiva e curativa;
- XX** - promover programas e ações, na área da agricultura familiar com ênfase na agroecologia; capacitar e promover o desenvolvimento integrado e sustentável das comunidades, realizando programas de capacitação técnica em agricultura, pecuária, horticultura, piscicultura, apicultura, entre outras atividades de geração de renda;
- XXI** - produzir e veicular ações e programas de educação e promoção humana através dos meios de comunicação social;
- XXII** - promover eventos culturais e desportivos, feiras, exposições e congêneres, com apoio da comunidade, dentro de suas possibilidades técnicas e financeiras.
- XXIII** - promoção gratuita da educação, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata a Lei nº 9.790/99 em seu artigo 3º, inciso III;



XXIV – promoção gratuita da saúde, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata a Lei nº 9.790/99 em seu artigo 3º, inciso IV;

Parágrafo único - A ADRA CENTRO OESTE não distribui entre as suas associadas, conselheiros, diretores, empregados ou doadores eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e os aplica integralmente na consecução do seu objetivo social.

Art. 4º No desenvolvimento de suas atividades, a ADRA CENTRO OESTE observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência e não fará qualquer discriminação de raça, cor, gênero ou religião.

Parágrafo único – Por obediência ao princípio da moralidade, fica vedada a ocupação simultânea de cargos de diretoria e conselho fiscal.

Art. 5º Para cumprir seu propósito a entidade atuará por meio da execução direta de projetos, programas ou planos de ações, da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuam em áreas afins.

Parágrafo Único – A ADRA CENTRO OESTE adotará práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação nos processos decisórios. (Conforme o art.4º, inciso II, da Lei 9790/99).

Art. 6º A ADRA CENTRO OESTE terá um Regimento Interno que, aprovado pela Assembleia Geral, disciplinará o seu funcionamento.

Art. 7º Para facilitar a consecução de seus objetivos, a ação e as atividades de ADRA CENTRO OESTE, serão desenvolvidas através de seus estabelecimentos a serem instalados em áreas físicas resultantes da divisão geográfica da jurisdição, sendo seus limites fixados ou redefinidos pelo Conselho Administrativo:

- I – ADRA DISTRITO FEDERAL, com sede em Brasília, Distrito Federal;
- II - ADRA GOIÁS, com sede em Goiânia, Goiás;
- III – ADRA TOCANTINS, com sede em Palmas, Tocantins;
- IV – ADRA MATO GROSSO, com sede em Cuiabá, Mato Grosso;
- V – ADRA MATO GROSSO DO SUL, com sede em Campo Grande, Mato Grosso do Sul;

§1º Os estabelecimentos, como Órgãos Membros, sem personalidade jurídica própria, realizarão e desenvolverão às atividades que lhes competirem, abrangendo estabelecimentos, departamentos e serviços existentes ou que vierem a ser criados.

§2º Os estabelecimentos, departamentos e serviços referidos neste Capítulo serão regidos pelo Conselho Administrativo e subordinados à Diretoria Executiva, sendo defeso dispor em seus Regimentos Internos matéria que venha contrariar os princípios deste Estatuto.

CAPÍTULO IV ADMINISTRAÇÃO

Art. 8º São órgãos da ADRA CENTRO OESTE:

- I - Quadro Associativo;
- II - Assembleia Geral;
- III - Conselho Administrativo;
- IV - Conselho Fiscal;
- V - Diretoria Executiva;
- VI - Estabelecimentos;
- VII - Secções Estaduais.

SEÇÃO 1 DOS ASSOCIADOS

Art. 9º A ADRA CENTRO OESTE é constituída nas categorias de Associados:

I - **INSTITUIDORES**, os que subscreveram a Ata da Assembleia de Organização:

- a) União Centro Oeste Brasileira da Igreja Adventista do Sétimo Dia, CNPJ nº 07.121.135/0001-54, sediada na cidade de Brasília, Distrito Federal;
- b) Confederação das Uniões Brasileiras da Igreja Adventista do Sétimo Dia, CNPJ nº 33.871.088/0001-76, sediada na cidade de Brasília, Distrito Federal;
- c) Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais do Brasil, CNPJ nº 01.467.063/0001-15, sediada na cidade de Brasília, Distrito Federal.

II - **COLABORADORES**, aqueles a quem a Assembleia ou Conselho Administrativo assim admitir e que estejam em dia com suas obrigações, disciplinadas pelo Conselho;

III - **BENEMÉRITOS**, aqueles a quem a Assembleia ou Conselho Administrativo assim reconhecer, por haverem prestado relevantes serviços ou concretizado doações de meios e bens de valor substancial.

§ 1º São direitos das associadas, além de participar das atividades da ADRA CENTRO OESTE e apresentar sugestões e propostas de interesse geral:

- I - comparecer às Assembleias através de seus representantes, nelas podendo votar;

1. OFÍCIO - BRASILEIRA
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Ficou arquivada cópia em microfilme
sob o nº.00106600

II - eleger os membros do Conselho Administrativo, de conformidade com o art. 16, com mandato de 5 anos;

III - eleger a Diretoria Executiva com mandato de 5 anos;

IV - destituir os membros da Diretoria Executiva;

V - apreciar e aprovar relatórios apresentados pela Diretoria Executiva;

VI - apreciar e deliberar sobre outros assuntos propostos pelo Conselho Administrativo ou Diretoria Executiva;

VII - aprovar a adesão ou exclusão de associada.

Parágrafo único. A matéria dos incisos I e VII, do art. 10, para serem submetidas à deliberação da Assembleia, dependerão de prévia aprovação da associada **Confederação**.

Art. 11. As Assembleias Gerais Ordinárias serão convocadas quinquenalmente, para data e lugar designados pelo Conselho Administrativo, por meio de Edital de Convocação publicado na Revista Adventista ou por outro meio que a Diretoria Executiva, na ocasião, julgar mais conveniente, com antecedência mínima de dez dias.

Parágrafo único. Em casos especiais, e da mesma forma que o disposto neste artigo, poderá a Assembleia Geral Ordinária, ser adiada em até doze meses, no máximo, ficando consequentemente prorrogados os mandatos do Conselho Administrativo e da Diretoria Executiva, por igual período.

Art. 12. O Conselho Administrativo poderá convocar, quando necessário, e pela forma estabelecida no art. 13, Assembleias Gerais Extraordinárias, indicando o motivo da convocação.

Parágrafo único. As Assembleias Gerais Extraordinárias tratarão somente dos assuntos constantes do Edital de Convocação.

Art. 13. A Assembleia Geral será instalada em primeira verificação de quórum, com 40% (quarenta por cento) dos Delegados Credenciados ou 24 (vinte e quatro) horas após, em segunda e última verificação, com 20% (vinte por cento) dos delegados presentes, se assim o dispuser o Edital de Convocação.

Parágrafo único. A Assembleia Geral poderá ser convocada por meio de comunicação epistolar aos membros, dessa forma dispensando o uso de Edital de Convocação.

Art. 14. A Assembleia Geral será constituída:

I - pelos associados pessoas físicas;

II - por delegados *ex-officio* e os regulares representando as associadas pessoas jurídicas.

§1º São delegados *ex-officio*:

a) os membros do Conselho Administrativo da ADRA CENTRO OESTE;

II – participar de todos os eventos promovidos pela ADRA CENTRO OESTE;

III – receber da Diretoria Executiva relatórios periódicos do andamento das atividades, material informativo e as divulgações de interesse das associadas;

IV – indicar pessoas para ocupar cargos de membros do Conselho Administrativo e da Diretoria Executiva;

§ 2º São obrigações das associadas:

I – promover e defender o bom nome da ADRA CENTRO OESTE, envidando, cada uma, esforços para que seus objetivos sejam plenamente alcançados;

II – colaborar para a realização dos objetivos da ADRA CENTRO OESTE e para o seu progressivo desenvolvimento;

III – zelar pelo cumprimento deste Estatuto.

§ 3º Poderá tornar-se associada da ADRA CENTRO OESTE, qualquer pessoa jurídica criada, instituída ou de propriedade da Igreja Adventista do Sétimo Dia existente no País.

§ 4º A admissão da associada dar-se-á por solicitação desta à Diretoria Executiva e aprovação da Assembleia Geral.

§ 5º Dar-se-á exclusão/demissão da associada:

I - mediante sua solicitação formal;

II - mediante sua extinção ou dissolução ou incorporação à outra pessoa jurídica, por qualquer das formas previstas em lei ou nos respectivos Estatutos;

III - por deliberação da Assembleia Geral, observadas as disposições legais vigentes.

§ 6º A exclusão/demissão de associada se dará por decisão da Diretoria Executiva:

I – na hipótese do inciso I do § 5º;

II – na hipótese dos incisos II e III, ante a apresentação dos documentos comprobatórios dos fatos relacionados.

§ 7º É assegurada as associadas, o direito de ampla defesa e/ou recurso a instância superior no caso de exclusão.

SEÇÃO 2

ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 10º A Assembleia Geral que será presidida pelo Presidente da ADRA CENTRO OESTE é órgão soberano da instituição, com atribuições para:

I - aprovar emendas, alterações e ou reformas do Estatuto;



b) os componentes da Mesa Administrativa da União Centro Oeste Brasileira da Igreja Adventista do Sétimo Dia.

§2º As associadas enumeradas nas alíneas "b" e "c" do inciso I, do art. 9º, serão representadas, cada uma, por 2 (dois) delegados regulares, e a associada citada no inciso II, do art. 9º por apenas um delegado, por elas indicados.

§3º Cada associado ou delegado tem direito a um único voto, mesmo quando comparecer simultaneamente como associado e/ou delegado *ex-officio* e/ou regular.

§4º É vedada a representação ou substituição de associados pessoas físicas ou de delegados, ainda que por procuradores.

Art. 15. Durante a Assembleia Geral Ordinária poderão funcionar:

I - Comissão de Estatutos;

II - Comissão de Nomeações;

III - qualquer outra constituída pela Assembleia, por proposta do Conselho Administrativo.

§1º O Conselho Administrativo proporá à Assembleia Geral as Comissões que nela deverão funcionar, apontando seus componentes.

§2º A Comissão de Nomeações deverá funcionar sob a direção do Presidente da União Centro Oeste Brasileira da Igreja Adventista do Sétimo Dia ou, em seu impedimento, por seu substituto legal.

SEÇÃO 3

DO CONSELHO ADMINISTRATIVO

Art. 16. O Conselho Administrativo que gerirá todas as atividades da ADRA CENTRO OESTE, no período compreendido entre as Assembleias Gerais Ordinárias, será composto de nove (09) membros, a saber:

I - como *ex-officio*, os componentes da Diretoria da ADRA CENTRO OESTE;

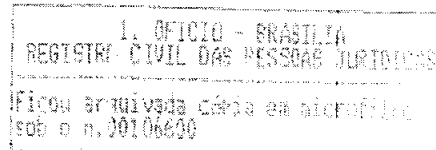
II - regulares, em número de seis (06), eleitos pela Assembleia Geral Ordinária ou nomeados pelo Conselho, em sua substituição.

§1º O quórum do Conselho Administrativo será de 5 (cinco) membros, e quando for apenas este o número de conselheiros presentes, as deliberações serão tomadas por unanimidade de votos.

§2º O Conselho será presidido e secretariado, respectivamente, pelo Presidente e pelo Secretário-Executivo da ADRA CENTRO OESTE.

§3º Será automaticamente exonerado da função de conselheiro, aquele que deixar o cargo ou função que ocupava, e em virtude do qual foi eleito membro do Conselho.

§4º Poderão assistir às reuniões do Conselho Administrativo convidados, sem direito a voto.



Art. 17. Ao Conselho Administrativo, compete:

I - preencher, no período administrativo vigente, qualquer vaga que ocorra no Conselho Administrativo;

II - nomear os Superintendentes para seus Estabelecimentos;

III - fixar e delimitar a área de jurisdição de seus Estabelecimentos;

IV - nomear procuradores com poderes especiais de representação judicial e extrajudicial, ativa ou passiva, bem como outorgar, por instrumento público os poderes que se tornarem necessários para o cumprimento do mandato em geral ou específico, inclusive de conceder fiança em contrato de locação a seus obreiros, cancelando a nomeação e ou cassando e ou revogando os poderes concedidos, quando convier;

V - ao nomear procuradores para toda e qualquer atividade, incluindo, mas não exclusivamente, alienação de imóveis, movimentação de contas bancárias, representação ante órgãos públicos, o Conselho indicará, por meio de Ata Legal, representante para assinar a procuração em nome deste Conselho;

V - autorizar a alienação ou a oneração de bens imóveis ou móveis, operações de crédito, empréstimos e financiamentos de qualquer natureza, oferecendo as garantias requeridas, bem como o recebimento de doações com encargos;

VI - votar orçamentos, autorizar verbas especiais, doações, outorgamentos e subvenções a entidades congêneres;

VII - aprovar balanços gerais e demonstrativos de variação patrimonial;

VIII - editar e ou modificar Regimentos Internos de seus Estabelecimentos, vinculando-os aos princípios gerais do presente Estatuto;

IX - Convocar ou autorizar a convocação de Assembleias Gerais Ordinárias e ou Extraordinárias, ou adiá-las, de acordo com o disposto nos arts. 10 e 11;

X - criar e organizar novos Estabelecimentos e promover seu efetivo funcionamento;

XI - destituir e/ou exonerar qualquer dos integrantes do Conselho Administrativo, das Superintendências, procuradores de seus estabelecimentos, desde que não procedam conforme as deliberações do Conselho Administrativo e ou contrariem o presente Estatuto e ou os princípios ético-morais contidos no Cânon Administrativo Denominacional;

XII - autorizar a Diretoria Executiva a admitir, demitir ou despedir trabalhadores de qualquer categoria;

XIII - reconhecer os impedimentos temporários do Presidente e aprovar sua substituição;

XIV - propor à Assembleia Geral alterações e ou modificações do Estatuto;

XV - propor à Assembleia Geral a composição das Comissões de que cuida o artigo 13;

1. OFÍCIO - BRASÍLIA
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Ficou arquivada cópia em microfiche
sob o n.º 00106600

XVI - deliberar e ordenar sobre qualquer matéria que se tornar necessária, por mais especial que seja, a fim de que a instituição possa atingir os objetivos a que se propõe.

Parágrafo Único - É permitida a participação de servidores públicos na composição deste conselho, vedada a percepção de remuneração ou subsídio, a qualquer título. (Conforme o art. 4º, Parágrafo Único da Lei 9.790/99)

SEÇÃO 4

CONSELHO FISCAL

Art. 18. O Conselho Fiscal será constituído por três (3) membros, eleitos pela Assembleia Geral.

§ 1º O mandato do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato da Diretoria;

§ 2º Em caso de vacância, o mandato será assumido pelo respectivo suplente, até o seu término.

Art. 19. Compete ao Conselho Fiscal:

I - examinar os livros de escrituração da Instituição;

II - opinar sobre os balanços e relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade;

III - requisitar à tesouraria, a qualquer tempo, documentação comprobatória das operações econômico-financeiras realizadas pela Instituição;

IV - contratar e acompanhar o trabalho de eventuais auditores externos independentes;

V - convocar extraordinariamente a Assembleia Geral;

Parágrafo primeiro - O Conselho Fiscal se reunirá ordinariamente a cada doze (12) meses e, extraordinariamente, sempre que necessário.

Parágrafo segundo - É permitida a participação de servidores públicos na composição deste conselho, vedada a percepção de remuneração ou subsídio, a qualquer título. (Conforme o art. 4º, Parágrafo Único da Lei 9.790/99)

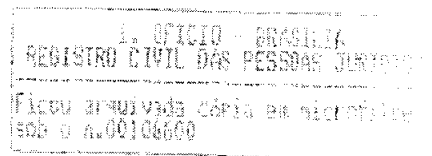
SEÇÃO 5

DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 20. A Diretoria Executiva será composta pelos seguintes membros:

I - um Presidente;

II - um Secretário-Executivo;



III - um Ecônomo.

Parágrafo único – É vedado aos membros da diretoria executiva o exercício de cargo, função ou emprego público.

Art. 21. O mandato administrativo da Diretoria Executiva abrangerá o período compreendido entre as Assembleias Gerais Ordinárias, exercendo suas atribuições perante terceiros através de mandato conferido pelo Conselho Administrativo, submetendo ao Conselho e à Assembleia Geral Ordinária relatórios de sua gestão.

Art. 22. A Diretoria Executiva se desincumbirá das atribuições previstas neste Estatuto e as conferidas pelo Conselho Administrativo, além das funções inerentes ao cargo.

§1º Ao Presidente compete:

- I - coordenar o funcionamento geral da instituição;
- II - presidir as sessões das Assembleias Gerais e do Conselho Administrativo;
- III - coordenar todos os níveis da administração e fazer cumprir as deliberações do Conselho Administrativo;
- IV - tratar dos interesses gerais da ADRA CENTRO OESTE e representá-la perante terceiros.

§2º Ao Secretário Executivo compete:

- I - convocar, de acordo com o Presidente, as reuniões do Conselho Administrativo;
- II - secretariar as sessões das Assembleias e do Conselho Administrativo, redigindo suas respectivas atas;
- III - elaborar o planejamento geral das atividades;
- IV - assessorar na elaboração e análise de projetos, prestar assistência em seu planejamento e fiscalizar sua implantação e funcionamento;
- V - responder pelos contactos, convênios e financiamentos com agências nacionais e organismos internacionais de cooperação e desenvolvimento social;
- VI - elaborar, regularmente, relatórios sobre o andamento das atividades e dos projetos promovidos por ADRA CENTRO OESTE;
- VII - preparar relatórios estatísticos relativos à Secretaria;
- VIII - substituir o Presidente em seus impedimentos temporários, mediante autorização deste ou deliberação do Conselho Administrativo;
- IX - ter participação ativa como membro da Diretoria Executiva e atuação conjunta nas atividades administrativas.

§3º Ao Ecônomo compete:

I - elaborar e submeter à aprovação do Conselho Administrativo os orçamentos operacionais, os Balanços Gerais e os Demonstrativos da Variação Patrimonial;

II - administrar e fiscalizar a execução orçamentária;

III - gerir as operações financeiras e bancárias, de conformidade com as deliberações do Conselho ou os poderes conferidos;

IV - supervisionar a escrituração contábil e a Seção do Pessoal;

V - substituir o Presidente e o Secretário, quando ambos estiverem impedidos ou ausentes, mediante voto do Conselho;

VI - ter participação ativa como membro da Diretoria Executiva e atuação conjunta nas atividades administrativas.

Art. 23. Os cargos dos membros da Diretoria Executiva e do Conselho Administrativo não são vitalícios, facultada, no entanto, a reeleição.

SEÇÃO 6

ESTABELECIMENTOS

Art. 24. A coordenação das atividades de cada Estabelecimento será exercida pelos seguintes órgãos:

I - Superintendência Regional;

II - Comissão Consultiva e de Planejamento Regional.

Art. 25. Cada Estabelecimento será dirigido por uma Superintendência Regional constituída por:

I - um Superintendente de Projetos e Desenvolvimentos;

II - um Superintendente Administrativo.

§1º As atribuições, funções e encargos dos integrantes da Superintendência serão definidos em Regimento Interno ou mediante mandato, com poderes específicos.

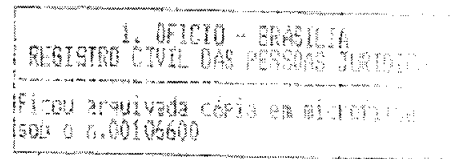
§2º Além dos poderes que lhes forem conferidos na forma do parágrafo anterior, ao Superintendente Administrativo caberá, com observância das disposições estatutárias e regimentais:

a) convocar e presidir as reuniões da Comissão Consultiva e de Planejamento Regional;

b) cumprir e fazer cumprir, no respectivo Estabelecimento, as disposições deste Estatuto, bem como as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho Administrativo.

Art. 26. A Comissão Consultiva e de Planejamento Regional constituída no Estabelecimento, funcionará como órgão de assessoramento da Superintendência.

Art. 27. Os Superintendentes dos Estabelecimentos não perceberão da Instituição remuneração, benefícios ou vantagens, a qualquer título.



SEÇÃO 7

SECÇÕES ESTADUAIS

Art. 28. Os Estabelecimentos poderão estabelecer Secções Estaduais, se assim acharem necessário, para descentralização administrativa e maior facilitação no cumprimento dos objetivos sociais junto às comunidades carentes, locais.

CAPÍTULO V RECURSOS FINANCEIROS

Art. 29. Os recursos financeiros necessários à manutenção da instituição poderão ser obtidos por:

I – Termos de Parceria, Convênios e Contratos firmados com o Poder Público para financiamento de projetos na sua área de atuação;

II – Contratos e acordos firmados com empresas e agências nacionais e internacionais;

III – Doações, legados e heranças;

IV – Rendimentos de aplicações de seus ativos financeiros e outros, pertinentes ao patrimônio sob a sua administração;

V – Contribuição dos associados;

VI – Recebimento de direitos autorais

VII – Subsídios e subvenções de órgãos governamentais

CAPÍTULO VI DO PATRIMÔNIO E DAS RECEITAS

Art. 30. O patrimônio da ADRA CENTRO OESTE compreende: os bens móveis e imóveis escriturados, registrados e ou adquiridos em seu nome, tais como: terrenos, prédios assistenciais, imóveis residenciais e de outras finalidades; bens móveis, equipamentos e instalações de sua Sede, instituições e estabelecimentos; veículos, lanchas, ambulâncias e clínicas médicas móveis; valores mobiliários; títulos de crédito; marcas, patentes; semoventes, ações, títulos da dívida pública e demais bens e direitos constantes em seus livros e registros contábeis ou de que é titular.

§1º Os bens imóveis somente poderão ser alienados ou onerados mediante prévia e expressa autorização do Conselho Administrativo e através de procurador formalmente constituído.

§2º No caso de alienação de bens móveis, o procurador da ADRA CENTRO OESTE deverá estar munido de poderes especiais outorgados pelo Conselho Administrativo;

§3º O patrimônio da ADRA CENTRO OESTE não constitui bens e/ou patrimônio particular de qualquer de seus associados pessoa física e/ou membros da sua Diretoria Executiva ou do Conselho Administrativo.

§4º A aquisição de qualquer bem descrito neste artigo, feita pelos estabelecimentos, departamentos ou serviços, deverá ser sempre em nome da ADRA CENTRO OESTE.

1. OFÍCIO - BRASÍLIA
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
FICOU ARQUIVADA CÓPIA EM MICROFILME
SER. O N. 00106600

Art. 31. No caso de dissolução da Instituição, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da Lei 9.790/99, preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social.

Art. 32. Na hipótese da Instituição obter e, posteriormente, perder a qualificação instituída pela Lei 9.790/99, o acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdeu aquela qualificação, será contabilmente apurado e transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da mesma Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social.

Art. 33. A ADRA CENTRO OESTE não tem finalidades lucrativas, não remunera, não distribui dividendos, participações ou outro qualquer benefício ou vantagem a qualquer título a seus associados, diretores, conselheiros, no entanto todas as suas rendas e bens serão utilizados e empregados no sentido de atingir os objetivos a que se propõe.

Art. 34. O exercício social e financeiro da ADRA CENTRO OESTE coincidirá com o ano civil.

Art. 35. Os assentamentos contábeis da ADRA CENTRO OESTE serão examinados anualmente por auditoria independente e internamente por um verificador de contas, indicados pelo Conselho Fiscal.

CAPÍTULO VII

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 36. A prestação de contas da ADRA CENTRO OESTE observará no mínimo:

- I - os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade;
- II - a publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para o exame de qualquer cidadão;
- III - a realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto de Termo de Parceria, conforme previsto em regulamento;
- IV - a prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos será feita, conforme determina o parágrafo único do Art. 70 da Constituição Federal.

CAPÍTULO VIII

REPRESENTAÇÃO LEGAL

Art. 37. A ADRA CENTRO OESTE será representada na esfera judicial e extrajudicial, ativa ou passivamente, pelo Presidente ou por representantes especialmente constituídos pelo Conselho Administrativo, podendo os mesmos outorgar aos advogados, por instrumento público ou particular, os necessários mandatos com a cláusula AD-JUDÍCIA e ou ET EXTRA e demais

1. OFÍCIO - BRASÍLIA
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Ficou arquivada cópia em microfilme
sob o n. 00106600

poderes constantes do artigo 38 do Código de Processo Civil, sendo indicado por meio de Ata Legal para tanto um membro do Conselho Administrativo que assinará a procuração aqui mencionada.

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 38. Os associados da ADRA CENTRO OESTE e os integrantes do Conselho Administrativo, da Diretoria Executiva e das Superintendências Regionais não respondem solidária nem subsidiariamente pelas obrigações da mesma, salvo por violação deste estatuto ou de disposição expressa de lei.

Art. 39. O presente Estatuto poderá ser emendado ou alterado a qualquer tempo com relação a qualquer matéria, inclusive no tocante à administração, por resolução de 2/3 (dois terços) dos delegados presentes a uma Assembleia Geral devidamente convocada.

Parágrafo único. As emendas a que se refere o presente artigo deverão ser propostas pelo Conselho Administrativo ou pela Comissão de Estatuto, à Assembleia.

Art. 40. A ADRA CENTRO OESTE só poderá ser dissolvida por voto da maioria absoluta dos Delegados presentes a uma Assembleia Geral Extraordinária para tal fim convocada, quando se tornar impossível a continuação de suas atividades.


Parágrafo único. Em caso de dissolução da ADRA CENTRO OESTE, todo o patrimônio remanescente será destinado a outra instituição congênera, mediante deliberação da Assembleia Geral.

Art. 41. O presente Estatuto foi aprovado e referendado, por mais de 2/3 (dois terços) das pessoas presentes à Assembleia de Criação e Organização, representando as Associadas, realizada em Brasília, no dia 10 de dezembro de 2011, passando a vigor a partir da sessão de sua aprovação.

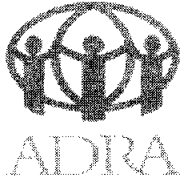
Brasília, 10 de dezembro de 2011


Helder Roger Cavalcanti Silva

Presidente

Visto

ADV. LUIGI MATEUS BRAGA
OAB/SE 3.250 e OAB/DF 32.862

Cartório Marcelo Ottoni CNPJ nº 07.012.210/0001-90 Tel: 3118-2000	Titular: Marcelo Ottoni Alves Substituído: Daniel Pereira Residência: Av. dos Jesuítas S/nº - Fone: 3012-2100/0001-90 CNPJ: 07.012.210/0001-90 Para consultar entrar em contato conosco.	Registro e Arquivado sob o nº 00106600 10/12/2011, às 14:23:44 Arquivado sob o nº 00106600 Brasília, 10/12/2011	REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS BRASÍLIA - DF - TEL: 3118-2000
---	---	--	--



AGÊNCIA ADVENTISTA DE DESENVOLVIMENTO E RECURSOS ASSISTENCIAIS DO CENTRO OESTE

SMDB, Área Especial "D", Rodovia DF 001, Km 26, Lago Sul, Brasília, Distrito Federal, CEP 71680-285

1º Ofício de Brasília - DF
Nº de Protocolo e Registro

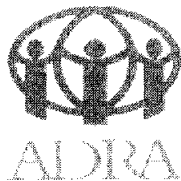
Data: 08 de julho de 2020
CNPJ/MF: 15.439.317/0001-04

158787

Fl. nº. 6

Registro de Pessoas Jurídicas

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DA AGÊNCIA ADVENTISTA DE DESENVOLVIMENTO E RECURSOS ASSISTENCIAIS DO CENTRO OESTE, nesta Ata a seguir singelamente nomeada **ADRA CENTRO OESTE**, pessoa jurídica de direito privado, entidade sem fins lucrativos, de objetivos assistenciais, beneficentes e culturais, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 15.439.317/0001-04, localizada na SMDB, Área Especial "D", Rodovia DF 001, Km 26, Lago Sul, Brasília, Distrito Federal, CEP 71680-285, com seu vigente Estatuto Social registrado sob nº 9571, no Livro A-28, do Cartório do 1º Ofício de Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas, da Comarca de Brasília. Às 8:00h dessa data, em sua sede social, reuniu-se o Conselho Administrativo, sob a presidência do **Sr. Alijofran Lima Brandão**, secretariada por mim, **Sr. Matheus Leite Tavares**, contando com a presença dos seguintes membros: **Sr. Gilnei Viveiro de Abreu**, **Sr. Gilson Magalhães da Cruz** e **Sr. Levino Dos Santos Oliveira**. Constatada a presença do quórum mínimo de cinco integrantes, estatutariamente exigido, o Sr. Presidente declarou instalados os trabalhos fazendo distribuir a agenda contendo a ordem do dia, da qual, depois de apreciada, discutida e analisada, resultaram, sequencialmente, as seguintes deliberações, tomadas por votação unânime: **(I) DELIBERAÇÃO**: registrar a nomeação e posse da superintendência da **REGIÃO ADMINISTRATIVA OESTE MATO-GROSSENSE**, para mandato de quatro (04) anos, conforme segue: 1) para exercer a função de SUPERINTENDENTE GERAL, Sr. **IVALDO DE SOUZA OLIVEIRA**, brasileiro, casado, ministro do evangelho, portador do RG sob nº 33065415-9 SSP/ SP e do CPF nº 252260022-20, residente e domiciliado na Rua da Bondade, nº 182 - BAIRRO: Jardim Gloria 2 - Várzea Grande - MT - CEP: 78.141-018; 2) para exercer a função de SUPERINTENDENTE SECRETÁRIO, Sr. **FRANCISCO ABDOVAL DA SILVA CAVALCANTI**, brasileiro, casado, ministro do evangelho, portador da Cédula de Identidade com RG sob n.º 15411680 SSP /AM, inscrito no CPF sob n.º 782978504-04, residente e domiciliado na Rua da Bondade, nº 182 - BAIRRO: Jardim Gloria 2 - Várzea Grande - MT - CEP: 78.141-018; 3) para exercer a função de SUPERINTENDENTE ADMINISTRATIVO, Sr. **PAULO FABRICIO DIAS JÚNIOR**, brasileiro, casado, ministro do evangelho, portador do RG nº. 1259244 SSP/ TO, e inscrito no CPF/MF sob nº. 826473139-20, residente e domiciliado em Cuiabá-MT; **(II) DELIBERAÇÃO**: VOTADO outorgar procurações por mandato público e em instrumentos individualizados para representar a outorgante **AGÊNCIA ADVENTISTA DE DESENVOLVIMENTO E RECURSOS ASSISTENCIAIS DO CENTRO OESTE** – inscrita no CNPJ nº 15.439.317/0001-04, bem como dirigir as atividades nos setores de sua jurisdição representada pelo Órgão Administrativo Regional denominado: **AGÊNCIA ADVENTISTA DE DESENVOLVIMENTO E RECURSOS ASSISTENCIAIS – ADRA MATO GROSSO**, inscrita sob n.º **15.439.317/0006-00** e **NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO – SINOP**, inscrito sob nº 15.439.317/0008-72; e demais estabelecimentos subordinados do seu respectivo território de abrangência, aos seguintes outorgados: 1) para exercer a função de SUPERINTENDENTE GERAL, Sr. **IVALDO DE SOUZA OLIVEIRA**, brasileiro, casado, ministro do evangelho, portador do RG sob nº 33065415-9 SSP/ SP e do CPF nº 252260022-20, residente e domiciliado na Rua da Bondade, nº 182 - BAIRRO: Jardim Gloria 2 - Várzea Grande - MT - CEP: 78.141-018; 2) para exercer a função de SUPERINTENDENTE SECRETÁRIO, Sr. **FRANCISCO ABDOVAL DA SILVA CAVALCANTI**, brasileiro, casado, ministro do evangelho, portador da Cédula de Identidade com RG sob n.º 15411680 SSP /AM, inscrito no CPF sob n.º 782978504-04, residente e domiciliado na Rua da Bondade, nº 182 - BAIRRO: Jardim Gloria 2 -



AGÊNCIA ADVENTISTA DE DESENVOLVIMENTO E RECURSOS ASSISTENCIAIS DO CENTRO OESTE

SMDB, Área Especial "D", Rodovia DF 002, Planaltina, DF, Brasília, Distrito Federal, CEP 71680-285

Data: 08 de julho de 2020
CNPJ/MF: 15.439.317/0001-04

158787
Registro de Pessoas Jurídicas

Fl. nº. 7

Várzea Grande - MT - CEP: 78.141-018; 3) para exercer a função de SUPERINTENDENTE ADMINISTRATIVO, Sr. **PAULO FABRÍCIO DIAS JÚNIOR**, brasileiro, casado, ministro do evangelho, portador do RG nº. 1259244 SSP/ TO e inscrito no CPF/MF sob nº. 826473139-20, residente e domiciliado em Cuiabá-MT; Conferindo poderes para **INDIVIDUALMENTE**: dirigir, gerir e administrar as atividades dela Outorgante, promovendo a defesa dos seus direitos e interesses em todos os atos, fatos, relações e em transações em que ela, Outorgante intervier ou formalizar para a consecução de seus fins e objetivos, podendo; a) representá-la perante pessoas físicas e jurídicas, públicas e privadas, **Ministérios do Governo Federal, Secretarias de Estado, Prefeituras e demais repartições e órgãos públicos Federais, Estaduais, Municipais, Autárquicas, Paraestatais e Particulares**, inclusive Secretaria da Receita Federal e suas Superintendências e ou Delegacias e ou Inspetorias e ou Alfândegas, Órgãos da Secretaria da Fazenda; Secretaria da Fazenda e Planejamento do GDF, para qualquer informação cadastral, financeira ou patrimonial, certidões, extratos, demonstrativos, conta corrente, certificado digital, assinar qualquer papel, documento, assinar pedidos de parcelamento de débitos junto ao GDF, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, assinar FAC, requerimento de baixa de inscrição junto a SEFP/DF; do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, o IAPAS e demais órgãos previdenciários, Caixa Econômica Federal, Coordenadoria Geral do FGTS, PIS, FINSOCIAL, FUNRURAL, Delegacias e demais repartições do Ministério do Trabalho, Sindicatos em Geral, Conselhos Federais ou Estaduais de Profissões Regulamentadas, em qualquer **Juízo, Instância ou Tribunal, inclusive na Justiça do Trabalho, de Juizado Especial, Distribuidores ou Partidores Forenses** e ou ainda em qualquer esfera administrativa, podendo requerer, impugnar, reclamar, acompanhar processos, requerer consignações de despachos e sentenças, retirar e ou anexar documentos, tomar ciência de despachos e decisões, firmar e anexar declarações nos autos ou fora deles, assinar termos de responsabilidade, de garantia e ou de compromisso, nomear e constituir prepostos e ou procuradores judiciais com a cláusula "ad judicium", e demais poderes constantes do art. 105 CPC/2015, do Código de Processo Civil, com a cláusula de substabelecimento, especificando sempre o tipo, natureza e identificação da respectiva ação a que se destina com prazo de validade até a extinção do processo; **b) assinar, celebrar, rescindir, renovar toda e quaisquer modalidades de contratos**, podendo inclusive assinar contratos em que seja necessária hipoteca de imóveis e receber quaisquer importâncias devidas, destinadas ou consignadas à Outorgante, verbas, subvenções e ou auxílio de qualquer espécie, bônus, doações, subsídios, convênios, direito a ações ou quotas societárias, inclusive mas não exclusivamente os originados de Prestação de Serviços de qualquer natureza, dando e passando a respectiva quitação dos valores por recibo ou por documentos; alugar propriedades imóveis, assinando os respectivos contratos, forma e condições de pagamento e assinando os demais papéis e documentos necessários; assinar cartas de fiança ou dar fiança em contratos em geral, exclusivamente de interesse e ou relacionados com as atividades da Outorgante e ou de suas entidades-membros e ou estabelecimentos, vedado expressamente a sua concessão a terceiros por simples ato de favor; conceder fiança em contrato de locação de imóveis exclusivamente para residências de seus religiosos e ou empregados; **c) assinar as Carteiras de Trabalho e Previdência Social**, nas admissões e ou demissões de seus empregados, efetuando todos os apontamentos e as anotações gerais, propondo, aceitando e ou efetuando acordos e homologações em rescisões, ações e reclamações de natureza trabalhista, com poderes expressos para nomear e ou constituir



AGÊNCIA ADVENTISTA DE DESENVOLVIMENTO E RECURSOS ASSISTENCIAIS DO CENTRO OESTE

SMDB, Área Especial "D", Rodovia DF 007, ~~Cópia - Livro 64~~, Brasília, Distrito Federal, CEP 71680-285
Nº de Protocolo e Registro

158787

Data: 08 de julho de 2020
CNPJ/MF: 15.439.317/0001-04

Registro de Pessoas Jurídicas Pl. nº. 8

prepostos para tal fim; comparecer em Juízo dando concordância da Outorgante em ações de opção retroativa pelo regime do FGTS de seus empregados; **d)** representar a Outorgante perante as **Carteiras de Comércio Exterior, Agrícola, Industrial, de Câmbio e Fiscalização Bancária do Banco do Brasil S.A., Banco Central do Brasil e de todo e qualquer Estabelecimento Bancário**, podendo assinar Pedidos e Guias, Licenças de Importação, Certificados de Cobertura Cambial, Termos de Responsabilidade, Declarações de Venda, comprar e vender cambiais, assinar os respectivos contratos, inclusive os de câmbio e todos os demais documentos e correspondências com estas Carteiras e Bancos; **e)** assinar toda a correspondência da Outorgante; receber e retirar da **Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos**, cartas, impressos, encomendas, volumes, mercadorias, "Collis Posteaux", simples ou registrados, com ou sem valor, vales e reembolsos postais, ordens de pagamento, cheques e tudo mais quanto vier endereçado e ou destinado e ou pertencente à Outorgante, sua Associação, a qualquer de suas Instituições, Departamentos, Estabelecimentos e Serviços, inclusive destinada à Caixa Postal, dando e passando a respectiva quitação; **f)** representar a Outorgante perante **Cartórios de Notas, de Protestos, de Registro de Imóveis, de Pessoas Jurídicas, Serviços Notariais, Tabelionatos e Anexos em geral**, podendo protestar títulos, cancelar protestos, requerer certidões, termos de cancelamento de protestos, e ainda perante outros órgãos de proteção ao crédito, bem como, e não exclusivamente, perante Cartórios de Registro de Imóveis e Anexos, com poderes expressos para, na melhor forma de direito: receber e assinar, retificar, ratificar e re-ratificar Escrituras Públicas e ou Contratos de aquisições e ou vendas de bens imóveis, por compra ou por qualquer outro título, podendo inclusive assinar escrituras em que seja necessária hipoteca de imóveis, tudo em nome da Outorgante, sua Associação, Órgão Interno, ou de suas Instituições, Departamentos, Estabelecimentos e Serviços, na jurisdição de seu respectivo cargo; pactuar e rescindir compromissos ou contratos de promessa de compra e ou de venda; avençar preço e forma de pagamento, emitir títulos de crédito à aquisição e vinculados necessariamente à Escritura de Compra e ou de Venda; pagar o preço estipulado, receber e ou dar a respectiva quitação; receber posse, direito e ações; imitar a Outorgante na posse de imóveis; receber por Escrituras de Doações, apenas se estas forem puras e simples, sem encargos de qualquer natureza; requerer o que devido for, inclusive autorizar registros, averbações, inscrições e baixas; alienar bens móveis, inclusive veículos auto motores de propriedade da Outorgante, suas Associações-Membro, Instituições, Departamentos, Estabelecimentos e Serviços, assinando os respectivos instrumentos de alienação, transferindo a propriedade, posse e quaisquer outros direitos; **g) proceder toda e qualquer operação relacionada aos imóveis**, desde que acompanhado de cópia da ata legal do conselho administrativo autorizando a operação ou negócio, e respeitado o disposto no artigo 62, do Provimento Geral da Corregedoria da Justiça do Distrito Federal, aplicada aos serviços notariais, por venda, permuta, doação em pagamento, doação com ou sem encargos, ou outro qualquer título, pactuado condições, cláusulas, preço, forma de recebimento, formalizando o negócio quer por instrumento particular ou por escritura pública, receber o preço avençado, dando quitação dos valores recebidos, transferir ao comprador domínio, direitos, ações responder pela evicção do direito, imitar o comprador na posse, firmando o que necessário for, autorizando os necessários registros, averbações, inscrições, cancelamentos e baixas; **h)** representá-la perante todo e qualquer Estabelecimento Bancário, Financeiro, Corretora de Títulos e Valores, Companhias de Investimentos, inclusive e não exclusivamente perante o Banco do Brasil S.A., Banco Central do Brasil, Caixas Econômicas



AGÊNCIA ADVENTISTA DE DESENVOLVIMENTO E RECURSOS ASSISTENCIAIS DO CENTRO OESTE

SMDB, Área Especial "D", Rodovia DF 001, Km 26, Lago Sul, Brasília, Distrito Federal, CEP 71680-285

1º Cêdulo de Brasília - DF
Nº de Protocolo e Registro

Data: 08 de julho de 2020
CNPJ/MF: 15.439.317/0001-04

158787

Fl. nº. 9

Federal, Banco Bradesco S.A., Banco Santander S.A., Banco de Brasília S.A., Itaú, HSBC e Estadual, inclusive cooperativas tais como SICCOB e SICRED, bem como **substabelecer eletronicamente** todos os poderes aqui descritos, inclusive para acesso às contas bancárias, podendo ainda **INDIVIDUALMENTE** solicitar extratos, requisitar talões de cheque para uso dela Outorgante, assinar toda correspondência dirigida ou destinada a Bancos, com instruções sobre títulos, autorizando abatimentos, descontos, prorrogação de vencimentos, entrega franco de pagamentos, protestos e o que mais preciso for; receber toda e qualquer importância ou valor à Outorgante devidos e ou destinados; proceder a quitação, resgate de títulos, investimento e valores mobiliários; comprar e vender ações negociadas em Bolsas de Valores, resgatando-as no seu vencimento ou antecipadamente, endossando-as a terceiros, assinado os respectivos instrumentos de subscrição, resgate ou transferência; assinar todo e qualquer tipo de contratos bancários, inclusive de hipoteca de bens imóveis e ou propostas de abertura de contas bancárias, movimentá-las, encerrá-las, emitir e assinar cheques, ordens de pagamentos, fazer retiradas mediante recibos ou saques, autorizar débitos em contas correntes, transferências e pagamentos por meio da Internet, podendo ainda praticar os demais atos legais e necessários ao mais fiel desempenho da deliberação do Conselho Administrativo; i) o Outorgado poderá ainda **substabelecer** no todo ou em parte, sempre com reservas para si dos poderes concedidos, não podendo os substabelecidos, por sua vez, substabelecerem os poderes que lhes forem conferidos, os quais deverão ser por prazo e tempo determinados, nunca superior ao deste mandato, podendo cessar e ou cancelar os poderes conferidos, inclusive os poderes judiciais. j) A presente procuração tem plena **validade** até **28/02/2024**, entretanto, ficará antes desta data, automaticamente ineficaz e revogada, no dia em que o outorgado vier a deixar o cargo ou a função para o qual foi nomeado e em virtude do qual recebe estes poderes ou se cancelada pela outorgante; ficarão, todavia, expressamente prorrogados os poderes constantes deste instrumento, que tenham sido inicialmente utilizados ou exercitados pelo outorgado ou seus substabelecidos em qualquer processo ou procedimento administrativo, judicial ou extrajudicial, nos quais tenha(m) intervindo ou iniciado procedimentos antes da data retro citada, até que a decisão final ou sentença ou acórdão tenha transitado em julgado, sendo ademais, desde já plenamente convalidados e declarados na melhor forma de direito, formalmente eficazes todos os atos praticados de conformidade com o que aqui se dispõe; (III) **DELIBERAÇÃO: VOTADO** outorgar procurações por mandato público e em instrumentos individualizados para representar a outorgante **AGÊNCIA ADVENTISTA DE DESENVOLVIMENTO E RECURSOS ASSISTENCIAIS DO CENTRO OESTE** – inscrita no CNPJ nº 15.439.317/0001-04, bem como dirigir as atividades nos setores de sua jurisdição representada pelo Órgão Administrativo Regional denominado: **AGÊNCIA ADVENTISTA DE DESENVOLVIMENTO E RECURSOS ASSISTENCIAIS – ADRA MATO GROSSO**, inscrita sob n.º **15.439.317/0006-00** e **NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO – SINOP**, inscrito sob nº 15.439.317/0008-72; e demais estabelecimentos subordinados do seu respectivo território de abrangência, aos seguintes outorgados: **1) Sr. REGIS ANDRÉ DA SILVEIRA SOUZA**, brasileiro, casado, contador, portador do RG 29646251 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 654215310-15, residente e domiciliado na Rua. Oriente tenuta, 138 apto 1304 bairro cõnsil, Cuiabá- MT, CEP 78 048-450, na qualidade de **ASSISTENTE ADMINISTRATIVO**; **2) EDENILSON JOSÉ DOS SANTOS SILVA**, brasileiro, casado, portador do RG nº 98630589 SSP/PR e do CPF sob nº 077.663.929-33, residente e domiciliado na Rua Santo Antônio número 250 Residencial Torre das Palmeiras Apto 402 Bloco B; **3) GLEYSON DE**



AGÊNCIA ADVENTISTA DE DESENVOLVIMENTO E RECURSOS ASSISTENCIAIS DO CENTRO OESTE

SMDB, Área Especial "D", Rodovia DF 001, Km 26, Lago Sul, Brasília, Distrito Federal, CEP 71680-285

Cidade de Brasília - DF
Nº de Protocolo e Registro

Data: 08 de julho de 2020
CNPJ/MF: 15.439.317/0001-04

150787

Registro de Pessoas Jurídicas FI. nº. 10

OLIVEIRA FIALHO, brasileiro, casado, portador do RG nº 1.252.992 SSP/TO, e CPF sob nº 582.959.922-87, residente e domiciliado na Avenida Governador Pedro Pedrossian nº 147, Centro Norte, Várzea Grande-MT, cep 78110-354, e demais estabelecimentos subordinados do seu respectivo território de abrangência, **INDIVIDUALMENTE**, perante: A): pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas; todas e quaisquer repartições públicas, Federais, Estaduais, Municipais, Autárquicas e ou Paraestatais, inclusive mas não exclusivamente Ministérios e Agências do Governo Federal, Secretarias de Governos Estaduais ou do Governo do Distrito Federal, Prefeituras Municipais, seus órgãos subordinados, como Conselhos, Superintendências, Delegacias ou Inspetorias; a Secretaria da Receita Federal e suas Superintendências e ou Delegacias e ou Inspetorias e ou Alfândegas; o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS; Delegacias e demais repartições do Ministério do Trabalho; Ministério de Relações Exteriores, Embaixadas e Consulados do Brasil no Exterior; a Direção e ou Coordenação do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço; Órgãos de Proteção do Crédito e de Defesa do Consumidor; a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO; Sindicatos Patronais e de Empregados; Conselhos Federais ou Estaduais de Profissões Regulamentadas; Cartórios de Notas, de Protestos, de Registro de Imóveis, Anexos e de Pessoas Jurídicas, Serviços Notariais, Tabelionatos; em qualquer esfera administrativa; podendo: A.1): Receber e ou assinar toda a correspondência da Outorgante; A.2): requerer, alegar, contestar, apresentar e ou interpor defesas, recursos, reclamações, protestos, recorrer, acompanhar processos, requerer reconsiderações de despachos e decisões; retirar ou juntar documentos; tomar ciência de despachos e decisões; firmar e fazer declarações nos autos e ou firmar termos de responsabilidade em autos de processos administrativos; A.3): receber quaisquer importâncias devidas, destinadas ou consignadas à Outorgante, verbas, créditos, direitos, subvenções e ou auxílio de qualquer espécie, bônus, doações, dividendos, rendimentos, alugueres, subsídios, convênios, direito a ações ou quotas societárias, os originados de Prestação de Serviços de qualquer natureza, dando e passando a respectiva quitação; A.4): requerer e ou autorizar registros, averbações, inscrições, cancelamentos e baixas; protestar títulos, autorizar o cancelamento de protestos; requerer certidões; subscrever termos de cancelamento de protestos; A.5): Assinar contratos de prestação de serviço, bem como contratos de locação, podendo conceder fiança em contratos de locação de imóveis alugados por suas Regiões Administrativas, demais Estabelecimentos, exclusiva e restritivamente nas locações feitas para residência dos empregados da Outorgante ou suas respectivas filiais, sendo vedada e nula de pleno direito além dos casos aqui expressamente previstos, qualquer concessão de fiança e ou aval e ou garantias a terceiros, pessoas físicas e ou jurídicas, a qualquer título; A.6): qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, inclusive Justiça do Trabalho, Juizado Especial Estadual ou Federal, Distribuidores e Partidores Forenses, em que a Outorgante figurar ou comparecer ativa ou passivamente inclusive na qualidade de preposto, quer como autora, litisconsorte ou ré, com plenos e especiais poderes, promovendo a defesa dos seus direitos e interesses, acompanhando cada processo(s) e ação(ões) até a última instância e ou trânsito em julgado da(s) sentença(s); receber notificações, intimações, confessar, reconhecer a procedência do pedido; transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação; receber importâncias a que se referir o processo; dar quitação; celebrar termos de acordo e ou compromisso em processos judiciais; propor, promover, aceitar e ou efetuar acordos, homologações e liquidações em ações e reclamações trabalhistas; proceder a notificações judiciais ou extrajudiciais; promover e ou

OK
A



AGÊNCIA ADVENTISTA DE DESENVOLVIMENTO E RECURSOS ASSISTENCIAIS DO CENTRO OESTE

SMDB, Área Especial "D", Rodovia DF 001, Km 26, Lago Sul, Brasília, Distrito Federal. CEP 71680-285

1º Cálculo de Brasília - DF
Nº de Protocolo e Registro

Data: 08 de julho de 2020
CNPJ/MF: 15.439.317/0001-04

158787

Registro de Pessoas Jurídicas FI. nº. 11

requerer buscas e apreensões; nomear e ou constituir prepostos, especificando poderes; receber, retirar e firmar documentos, inclusive termos de garantia e ou compromisso; A.7): representar a Outorgante perante Cartórios de Notas, de Protestos, de Registro de Imóveis, de Pessoas Jurídicas, Serviços Notariais, Tabelionatos e Anexos em geral, podendo protestar títulos, cancelar protestos, requerer certidões, termos de cancelamento de protestos, requerer averbações e registro de títulos e ainda perante outros órgãos de proteção ao crédito, requerer o que devido for, inclusive autorizar registros, averbações, inscrições e baixas; alienar bens móveis, inclusive veículos automotores de propriedade da Outorgante, suas Associações-Membro, Instituições, Departamentos, Estabelecimentos e Serviços, assinando os respectivos instrumentos de alienação, transferindo a propriedade, posse e quaisquer outros direitos; respeitado sempre o disposto no artigo 62, do Provimento Geral da Corregedoria da Justiça do Distrito Federal; B): a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, recebendo e retirando cartas, sedex, impressos, encomendas, volumes, mercadorias, "Collis Posteaux", simples ou registradas, com ou sem valor, vales postais, ordens de pagamento, cheques, reembolsos, bens e mercadorias importadas ou provenientes do exterior e tudo mais que a ela vier destinado, endereçado e ou destinado e ou pertencente à Outorgante, as suas Regiões Administrativas, a qualquer de suas Instituições, Departamentos, Estabelecimentos e Serviços, inclusive destinada à Caixa Postal, dando e passando a respectiva quitação; firmar contratos para utilização de caixas postais; C): a Empresa Brasileira de Telecomunicações – EMBRATEL S.A., TELEBRASÍLIA S.A., Sistema TELEBRÁS S.A., TELESP CELULAR, BRASIL TELECOM, VIVO, CLARO, TIM, BCP Telecomunicações e todas as demais empresas de telefonia fixa ou móvel no território nacional, seus Órgãos e Departamentos, com os poderes já acima enumerados, promovendo, ademais, a subscrição e ou alienação de ações e ou transferência e ou cessão e ou aquisição do direito de uso de linhas telefônicas; pactuar contratos de prestação de serviços; firmando e assinando todos os instrumentos indispensáveis para a formalização destes atos. D): **SEMPRE EM CONJUNTO COM MAIS UM PROCURADOR DA OUTORGANTE** em estabelecimento bancário toda e qualquer instituição financeira, bancos, bancos de investimentos, corretoras de valores mobiliários, inclusive mas não exclusivamente Banco Central do Brasil, Banco do Brasil S.A., HSBC, Itaú, Banco Brasília S.A., Banco Bradesco S.A., Banco S Santander S.A., Caixa Econômica Federal e ou Estaduais, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico S.A. inclusive, cooperativas tais como SICOOB e SICRED, com poderes além dos já enumerados para: D.1): administrar os recursos financeiros dela Outorgante, de suas Regiões Administrativas, Estabelecimentos e Serviços, assinar propostas e ou contratos de abertura de contas correntes bancárias, solicitar extratos de contas, requisitar talões de cheques para uso dela Outorgante; endossar cheques e ou ordens de pagamento para depósito em conta corrente bancária da Outorgante; D.2): assinar toda correspondência dirigida ou destinada a Estabelecimentos bancários e ou financeiros e ou corretoras, protestos, com instruções sobre títulos, abatimentos, descontos, prorrogações de vencimentos, entregas franco de pagamento, e similares e o que mais preciso for; D.3): abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, sacar, emitir, assinar cheques e ordens de pagamento, receber valores destinados a ela Outorgante, dando e passando a devida quitação; fazer retiradas mediante recibos, autorizar débitos em conta corrente, transferências, pagamentos e aplicações financeiras por meio de comunicação epistolar; proceder a liquidação, alienação, saque, endosso, resgate de investimentos, títulos, aplicações e valores mobiliários, resgatando-as no vencimento ou antecipadamente,



AGÊNCIA ADVENTISTA DE DESENVOLVIMENTO E RECURSOS ASSISTENCIAIS DO CENTRO OESTE

SMDB, Área Especial "D", Rodovia DF 001, Km 26, Lago Sul, Brasília, Distrito Federal, CEP 71680-285

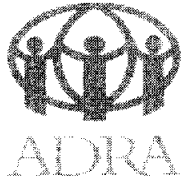
1º Ofício de Brasília - DF
Nº de Protocolo e Registro

Data: 08 de julho de 2020
CNPJ/MF: 15.439.317/0001-04

158707

Fl. nº. 12

endossando-as a terceiros; D.4): comprar e vender ações, assinando os instrumentos de aquisição, resgate, liquidação, venda, cessão, transferências de propriedade, dando e recebendo quitação dos valores envolvidos; assinar contratos, pedidos, declarações e ou guias de importação e ou exportação, certificados de cobertura cambial, declarações de compra e ou venda de moeda estrangeira, praticando todos os demais atos necessários para a formalização das operações de importação e ou exportação e ou venda e ou compra de moeda estrangeira; E): representar a OUTORGANTE perante: a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, e perante a Empresa Brasileira de Telecomunicações - EMBRATEL S/A, TELEBRÁS S/A, e todas as suas subsidiárias no território nacional; e perante a Serasa S.A., Autoridade Certificadora no âmbito da ICP-Brasil (Serasa AC), e a ICP-Brasil, nos atos relativos à validação da solicitação do certificado digital C.N.P.J e Nota Fiscal Eletrônica; F): praticar, enfim, todos os demais atos legais e necessários para o mais fiel cumprimento deste mandato. **SUBSTABELECIMENTO:** Os poderes deste mandato, de exercício individual, **NÃO PODERÃO** ser substabelecidos em nenhum caso. **VALIDADE:** A presente procuração tem plena validade até **28/02/2024** ficará, no entanto, antes desta data automaticamente ineficaz e revogada no dia em que o outorgado vier a deixar o cargo ou a função para o qual foi nomeado e em virtude do qual recebe estes poderes ou se cancelada pela Outorgante, sendo ademais, desde já plenamente convalidados e declarados na melhor forma de direito, formalmente eficazes todos os atos praticados de conformidade com o que aqui se dispõe; (IV) **DELIBERAÇÃO:** VOTADO outorgar procuração por mandato público e em instrumento individualizado para representar a outorgante **AGÊNCIA ADVENTISTA DE DESENVOLVIMENTO E RECURSOS ASSISTENCIAIS DO CENTRO OESTE** – inscrita no CNPJ nº 15.439.317/0001-04, bem como dirigir as atividades nos setores de sua jurisdição representada pelo Órgão Administrativo Regional denominado: **AGÊNCIA ADVENTISTA DE DESENVOLVIMENTO E RECURSOS ASSISTENCIAIS – ADRA MATO GROSSO**, inscrita sob n.º **15.439.317/0006-00** e **NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO – SINOP**, inscrito sob nº 15.439.317/0008-72; e demais estabelecimentos subordinados do seu respectivo território de abrangência, a Sra. **JACQUELINE ALVES DOS SANTOS OLIVEIRA**, brasileira, casada, portadora do RG 809.581 SSP/MT e inscrita no CPF sob nº 545.081.001-63, residente e domiciliado na Av. Mario Augusto Vieira, 269, Condomínio Morada do Parque, Apto 001, Torre I, bairro Morada do Ouro Cuiabá – MT, CEP 78053-734, na qualidade de **COORDENADORA DE DEPARTAMENTO PESSOAL**; para representar a outorgante, assim como todas as suas filiais e demais estabelecimentos, instituições, departamentos, serviços e órgãos internos da OUTORGANTE mantidos ou operados; promovendo a defesa dos seus direitos e interesses em todos os atos, fatos, relações e em transações em que ela, OUTORGANTE intervier ou formalizar para a consecução de seus fins e objetivos, representando-a para tanto, **perante:** a Serasa S.A., Autoridade Certificadora no âmbito da ICP-Brasil (Serasa AC), e a ICP-Brasil, nos atos relativos à validação da solicitação do certificado digital C.N.P.J e Nota Fiscal Eletrônica, podendo praticar todos os atos e assinar todos os documentos inerentes ao bom desempenho deste mandato; perante pessoas físicas, todas e quaisquer repartições públicas, Federais, Estaduais, Municipais, Autárquicas e ou Paraestatais, inclusive mas não exclusivamente Ministérios e Agências do Governo Federal, Secretarias de Governos Estaduais ou do Governo do Distrito Federal, Prefeituras Municipais; seus órgãos subordinados, como Conselhos, Superintendências, Delegacias ou Inspetorias; a Secretaria da Receita Federal do Brasil e suas Superintendências e ou Delegacias e ou Inspetorias e ou Alfândegas; o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e



AGÊNCIA ADVENTISTA DE DESENVOLVIMENTO E RECURSOS ASSISTENCIAIS DO CENTRO OESTE

SMDB, Área Especial "D", Rodovia DF 001, Km 26, Lago Sul, Brasília, Distrito Federal, CEP 71680-285

1º Ofício de Brasília - DF
Mº de Protocolo e Registro

Data: 08 de julho de 2020
CNPJ/MF: 15.439.317/0001-04

158787

Fl. nº. 13

Registro de Pessoas Jurídicas

demais órgãos previdenciários; Conselho de Contribuintes; Delegacias e demais repartições do Ministério do Trabalho; Caixa Econômica Federal; a Direção e ou Coordenação do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço; todas as instâncias da Justiça do Trabalho; Órgãos de Proteção do Crédito e de Defesa do Consumidor; Sindicatos Patronais e de Empregados; Conselhos Federais ou Estaduais de Profissões Regulamentadas; em qualquer esfera pública administrativa; **podendo**: - (1)-: assinar a correspondência da **Outorgante** relacionada com o Departamento de Recursos Humanos; - (2)-: requerer, alegar, contestar, apresentar e ou interpor defesas, recursos, reclamações, protestos, recorrer, acompanhar processos, requerer reconsiderações de despachos e decisões; retirar ou juntar documentos; tomar ciência de despachos e decisões; firmar e fazer declarações nos autos e ou firmar termos de responsabilidade em autos de processos administrativos; - (3)-: admitir e demitir empregados assinando as **Carteiras de Trabalho e Previdência Social**, efetuando nelas todos os apontamentos, registros e anotações regulamentares; comparecer em Juízo dando concordância da **Outorgante** em ações ou pedidos de opção retroativa pelo regime do FGTS de seus empregados; propor, promover, aceitar e ou efetuar acordos e homologações e liquidações em rescisões de contrato de trabalho, com poderes expressos para nomear e ou constituir prepostos para tal fim; - (4)-: representar a **Outorgante** perante a Justiça do Trabalho, nos casos em que ela figurar ou comparecer ativa ou passivamente, quer como autora, litisconsorte ou ré, **com plenos e especiais poderes**, promovendo a defesa dos seus direitos e interesses, acompanhando cada processo(s) e ação(ões) até a última instância e ou trânsito em julgado da(s) sentença(s); receber notificações, intimações, confessar, reconhecer a procedência do pedido; transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação; receber importâncias a que se referir o processo; dar quitação; celebrar termos de acordo e ou compromisso em processos judiciais; propor, promover, aceitar e ou efetuar acordos, homologações e liquidações em ações e reclamações trabalhistas. **VEDAÇÃO EXPRESSA**: É terminantemente vedada, sendo nula de pleno direito, a concessão de fiança, aval e ou garantias a terceiros, pessoas físicas ou jurídicas, a qualquer título. **SUBSTABELECIMENTO**: Os poderes deste mandato, de exercício individual, não poderão ser substabelecidos. **VALIDADE**: A presente procuração tem plena validade até **28/02/2024** ficará, no entanto, antes desta data automaticamente ineficaz e revogada no dia nomeado e em virtude do qual recebe estes poderes ou se cancelada pela Outorgante; ficarão, entretanto, expressamente prorrogados os poderes constantes deste instrumento, que tenham sido inicialmente utilizados ou exercitados pelo outorgado em qualquer processo ou procedimento administrativo, judicial ou extrajudicial nos quais tenha intervindo ou iniciado procedimentos antes de **28/02/2024** ou até que a decisão final ou sentença ou acórdão tenha transitado em julgado, sendo ademais, desde já plenamente convalidados e declarados na melhor forma de direito, formalmente eficazes todos os atos praticados de conformidade com o que neste instrumento dispôs; **(V) DELIBERAÇÃO**: VOTADO outorgar procuração por mandato público e em instrumento individualizado para representar a outorgante **AGÊNCIA ADVENTISTA DE DESENVOLVIMENTO E RECURSOS ASSISTENCIAIS DO CENTRO OESTE** – inscrita no CNPJ nº 15.439.317/0001-04, bem como dirigir as atividades nos setores de sua jurisdição representada pelo Órgão Administrativo Regional denominado: **AGÊNCIA ADVENTISTA DE DESENVOLVIMENTO E RECURSOS ASSISTENCIAIS – ADRA MATO GROSSO**, inscrita sob n.º **15.439.317/0006-00** e **NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO – SINOP**, inscrito sob nº 15.439.317/0008-72; e demais estabelecimentos subordinados do seu respectivo território de

024

AB



AGÊNCIA ADVENTISTA DE DESENVOLVIMENTO E RECURSOS ASSISTENCIAIS DO CENTRO OESTE

SMDB, Área Especial "D", Rodovia DF-00, 1.º Ofício de Brasília, DF, Brasília, Distrito Federal, CEP 71680-285
1.º Ofício de Brasília, DF, Brasília, Distrito Federal, CEP 71680-285

158787

Data: 08 de julho de 2020
CNPJ/MF: 15.439.317/0001-04

Registro de Pessoas Jurídicas

Fl. nº. 14

abrangência, ao Sr. **JOÃO CARLOS DOS SANTOS CARVALHO JUNIOR**, brasileiro, divorciado, advogado, portador da CI/RG n.º 15094650 SESP/MT e inscrito no CPF-MF sob n.º 696.839.301-82, OAB-MT 28.097/O, residente e domiciliado na rua paraná, quadra 34, casa 16, bairro Dr. Fábio leite, Cuiabá-MT, outorgando-lhe **poderes "ad judícia et extra"** e mais os especiais contidos no art. 105 do CPC/2015, objetivando a defesa dos interesses e direitos da outorgante perante pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, repartições públicas Federais, Estaduais, Municipais, Autárquicas, ou Paraestatais, especialmente, mas não exclusivamente órgãos, delegacias, conselhos, cartórios, serventias e ofícios de todo gênero, judiciais ou extrajudiciais, superintendências e inspetorias do Ministério da Fazenda, da Previdência Social, Instituto Nacional do Seguro Social, coordenação, direção ou órgãos do FGTS, do PIS e do COFINS; facultando-lhe requerer e assinar tudo o que julgar necessário, com o fim específico de tomar as medidas administrativas visando obter Certidão Negativa, Certidão Positiva com Efeitos de Negativa relativamente a tributos e/ou contribuições, podendo, ainda, retirar as referidas Certidões, relatórios de restrições e quaisquer outros documentos pertinentes, podendo representar a Outorgante e de todos os demais estabelecimentos, órgão, departamentos, serviços por ela mantidos, operados e/ ou enumerados no seu estatuto, onde com esta se apresentar, defendendo seus direitos, perante: pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas; todas e quaisquer repartições públicas, Federais, Estaduais, Municipais, Autárquicas e ou Paraestatais, inclusive, mas não exclusivamente Ministérios do Governo Federal, Secretarias dos Governos Estaduais ou do Governo do Distrito Federal, Prefeituras Municipais, seus órgãos subordinados, como Conselhos, Superintendências, Delegacias ou Inspetorias: a Secretaria da Receita Federal do Brasil e suas Superintendências e ou Delegacias e ou Inspetorias e ou Alfândegas; a Receita Previdenciária; o Instituto Nacional de Seguro Social- INSS; Delegacias do Ministério do Trabalho, Ministério de Relações Exteriores, Embaixadas e Consulados do Brasil no Exterior, Direção e ou Coordenação do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço e do Programa de Integração Social; a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO; Sindicatos Patronais e de Empregados; Conselhos Federais ou Estaduais de Profissões Regulamentadas; Cartórios de Notas, de Protestos, Anexos e de Pessoas Jurídicas, Serviços Notariais, Tabelionatos podendo protestar títulos, cancelar protestos, requerer certidões, termos de cancelamento de protestos e ainda perante outros órgãos de proteção ao Crédito, podendo requerer, alegar e contestar o que necessário for; podendo receber e assinar, retificar, ratificar e re-ratificar **Escrituras Públicas** e ou **contratos de aquisição e ou vendas** de bens imóveis, por compra, venda ou qualquer outro título, em nome da Outorgante, Instituições, Departamentos, Estabelecimentos e Serviços, na jurisdição de seu respectivo cargo, pactuar e rescindir compromissos e ou contratos de promessa de compra e ou de venda, avençar preço e forma de pagamento, emitir os títulos de crédito à aquisição e vinculados necessariamente à Escritura de Compra e Venda, pagar o preço estipulado, receber e ou dar a respectiva quitação, dar e receber quitação, receber e ou transmitir domínio, posse, direitos e ações, imitar a Outorgante e ou transmitir posse e propriedade dos respectivos imóveis; receber por **Escritura de Doações**, apenas se estas forem pura e simples, sem encargos de qualquer natureza, requerer o que for devido, inclusive autorizar registros, averbações, inscrições e baixas; **proceder toda e qualquer operação de alienação relacionada aos imóveis**, desde que acompanhado de cópia da ata legal do conselho administrativo autorizando a operação ou negócio, e respeitado o disposto no artigo 62, do Provimento Geral da Corregedoria da Justiça do Distrito Federal,



AGÊNCIA ADVENTISTA DE DESENVOLVIMENTO E RECURSOS ASSISTENCIAIS DO CENTRO OESTE

SMDB, Área Especial "D", Rodovia DF 001, Km 26, Lago Sul, Brasília, Distrito Federal, CEP 71680-285

1º Ofício de Brasília - DF
Nº de Protocolo e Registro

Data: 08 de julho de 2020
CNPJ/MF: 15.439.317/0001-04

150707

FI. nº. 15

aplicada aos serviços notariais, por venda, permuta, doação em pagamento, doação com ou sem encargos, ou outro qualquer título, pactuado condições, cláusulas, preço, forma de recebimento, formalizando o negócio quer por instrumento particular ou por escritura pública, receber o preço avençado, dando quitação dos valores recebidos, transferir ao comprador domínio, direitos, ações responder pela evicção do direito, imitar o comprador na posse, firmando o que necessário for, autorizando os necessários registros, averbações, inscrições, cancelamentos e baixas; representar ainda em **qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, inclusive Justiça do Trabalho, de Pequenas Causas/Juizados Especiais**, Distribuidores e Partidores Forenses, em que a OUTORGANTE figurar ou comparecer ativa ou passivamente, quer como autora, litisconsorte ou ré, receber notificações, intimações, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, receber importâncias a que se referir o processo; dar quitação; celebrar termos de acordo e ou compromisso em processos judiciais; propor, promover, aceitar e ou efetuar acordos, homologações e liquidações em ações e reclamatórias trabalhistas; representar a OUTORGANTE perante: a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, e perante a Empresa Brasileira de Telecomunicações - EMBRATEL S/A, TELEBRÁS S/A, e todas as suas subsidiárias no território nacional; e perante a Serasa S.A., Autoridade Certificadora no âmbito da ICP-Brasil (Serasa AC), e a ICP-Brasil, nos atos relativos à validação da solicitação do certificado digital C.N.P.J e Nota Fiscal Eletrônica, podendo praticar todos os atos e assinar todos os documentos inerentes ao bom desempenho deste mandato. O presente mandato tem **validade até 28/02/2024** ou até o trânsito em julgado, nas ações administrativas ou judiciais em que intervier, permitido o substabelecimento; **(VI) DELIBERAÇÃO:** Nomear a Srta. **LOAYNNE SUSY CAMPOS ALVES**, brasileira, solteira, secretária, portadora do RG nº **3.043.021-SSP/DF** e inscrita no CPF sob nº **044.197.321-30**, residente e domiciliada em Brasília/DF, para representar esta Comissão Diretiva em cartório e em nome desta outorgar as procurações retro mencionadas. Nada mais havendo a ser deliberado o Sr. Presidente suspendeu os trabalhos até que a presente Ata tivesse sua redação concluída, e fosse impressa em **04 vias**, sendo esta aprovada, depois de conferida, pelos que rubricam as folhas iniciais e assinam ao final, conjuntamente com o Sr. Presidente e comigo Secretário, os conselheiros presentes, em testemunho da sua aprovação.

Brasília – DF, 08 de julho de 2020



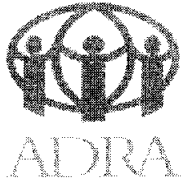
ALIJOFRAN LIMA BRANDÃO - Presidente CEO



MATHEUS LEITE TAVARES - Secretário Executivo



GILNEI VIVEIRO DE ABREU



AGÊNCIA ADVENTISTA DE DESENVOLVIMENTO E RECURSOS ASSISTENCIAIS DO CENTRO OESTE

SMDB, Área Especial "D", Rodovia DF 001, Km 26, Lago Sul, Brasília, Distrito Federal, CEP 71680-285

Data: 08 de julho de 2020
CNPJ/MF: 15.439.317/0001-04

Fl. nº. 16


GILSON MAGALHÃES DA CRUZ

1º Ofício de Brasília - DF
Nº de Protocolo e Registro

158787


LEVINO DOS SANTOS OLIVEIRA

Registro de Pessoas Jurídicas


Caetano
Marcelo Ribas

OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL - CASAMENTOS, TESTAMENTOS, RECURSOS EMPRESARIAIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS
121 - C.J. 02 - B - 403 - CNA - 140 - Torre de Operações - Av. Juv. - 9 - Anjo DF - CEP: 71633-450
Site: www.caetano.com.br ou www.caetano.com.br/brasil - Caixa Postal: Brasília - DF - CEP: 71633-450

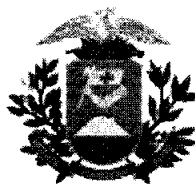
Registrado e Arquivado sob o número 00009571 do livro n. A-28. Dou fé. Protocolado e digitalizado sob nº00158787

Em 06/08/2020 Dou fé.

Titular: Marcelo Caetano Ribas
Rosimar Alves de Jesus
Selo: TJDFT20200210033587FKGC
Para consultar www.tjdf.jus.br



OFÍCIO
REGISTRO CIVIL
Levino dos Santos Oliveira da Silva
Escritório Substitua



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO

CERTIDÃO Nº: 6113947

O Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso **CERTIFICA** que revendo os registros, **EM ANDAMENTO**, de distribuições de ações criminais e cíveis do 1º Grau de Jurisdição do Estado de Mato Grosso **NÃO CONSTAM** ações em **DESFAVOR** de **IVALDO DE SOUZA OLIVEIRA**, portador do **CPF 252.260.022-20**, até a data de **27/07/2021**.

Observações:

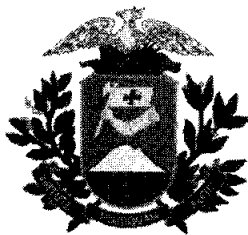
Certidão expedida gratuitamente com base no Provimento nº 24/2019-CGJ.

As informações do nome e CPF acima são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário e confirmada a autenticidade.

A consulta abrange todos os processos cadastrados na base de dados da primeira instância estadual, tanto cíveis quanto criminais, distribuídos na Justiça Comum ou nos Juizados Especiais.

A autenticidade da referida certidão pode ser verificada por meio do endereço: **sec.tjmt.jus.br**, no campo "verificar autenticidade de 1º grau", informando o número da certidão, CPF e nome, em até 3(três) meses após sua expedição.

Esta certidão tem validade de 30 dias, após a data de sua emissão.



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO

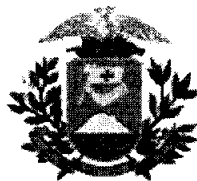
**Certidão de Distribuição
Segundo Grau
Ações e Execuções Cíveis e Criminais**

CERTIFICO que conforme pesquisa realizada nos sistemas Proteus e PJe de Distribuição do 2º Grau do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, **NADA CONSTA** referente a processos **Ações e Execuções Cíveis e Criminais** em que seja Parte Autor(a) e/ou Parte Réu(Ré) o(a) senhor(a) **IVALDO DE SOUZA OLIVEIRA**, portador(a) do **CPF: 252.260.022-20**, no período de 20 anos até a data de **22/07/2021**.

Nº DA CERTIDÃO: **4964994**

Observações:

- a. Certidão expedida gratuitamente, por meio da Internet, com base na Portaria nº 143/2014-PRES;
- b. ***A informação do NOME e do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;***
- c. A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, pelo endereço www.tjmt.jus.br, acessando a opção "Certidão Negativa" e logo em seguida "Verificar Autenticidade Certidão Negativa", informando o **Número da Certidão, Nome e CPF**.
- d. Este documento é válido por 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua expedição;
- e. A autenticação poderá ser efetivada em, no máximo, até 3 (três) meses após a sua expedição;
- f. Esta certidão tem a mesma validade da emitida diretamente nos Cartórios Distribuidores do Poder Judiciário de Mato Grosso, ressalvada a obrigatoriedade de o destinatário conferir a titularidade do documento pessoal informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica do TJMT.



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO

CERTIDÃO Nº: 6113950

O Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso **CERTIFICA** que revendo os registros, **EM ANDAMENTO**, de distribuições de ações criminais e cíveis do 1º Grau de Jurisdição do Estado de Mato Grosso **NÃO CONSTAM** ações em **DESFAVOR** de **PAULO FABRICIO DIAS JUNIOR**, portador do **CPF 826.473.139-20**, até a data de **27/07/2021**.

Observações:

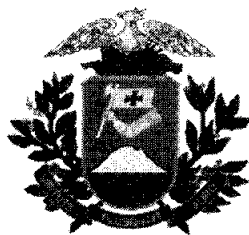
Certidão expedida gratuitamente com base no Provimento nº 24/2019-CGJ.

As informações do nome e CPF acima são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário e confirmada a autenticidade.

A consulta abrange todos os processos cadastrados na base de dados da primeira instância estadual, tanto cíveis quanto criminais, distribuídos na Justiça Comum ou nos Juizados Especiais.

A autenticidade da referida certidão pode ser verificada por meio do endereço: **sec.tjmt.jus.br**, no campo "verificar autenticidade de 1º grau", informando o número da certidão, CPF e nome, em até 3(três) meses após sua expedição.

Esta certidão tem validade de 30 dias, após a data de sua emissão.



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO

**Certidão de Distribuição
Segundo Grau
Ações e Execuções Cíveis e Criminais**

CERTIFICO que conforme pesquisa realizada nos sistemas Proteus e PJe de Distribuição do 2º Grau do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, **NADA CONSTA** referente a processos **Ações e Execuções Cíveis e Criminais** em que seja Parte Autor(a) e/ou Parte Réu(Ré) o(a) senhor(a) **PAULO FABRICIO DIAS JUNIOR**, portador(a) do **CPF: 826.473.139-20**, no período de 20 anos até a data de **22/07/2021**.

Nº DA CERTIDÃO: **4964993**

Observações:

- a. Certidão expedida gratuitamente, por meio da Internet, com base na Portaria nº 143/2014-PRES;
- b. **A informação do NOME e do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;**
- c. A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, pelo endereço www.tjmt.jus.br, acessando a opção "Certidão Negativa" e logo em seguida "Verificar Autenticidade Certidão Negativa", informando o **Número da Certidão, Nome e CPF**.
- d. Este documento é válido por 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua expedição;
- e. A autenticação poderá ser efetivada em, no máximo, até 3 (três) meses após a sua expedição;
- f. Esta certidão tem a mesma validade da emitida diretamente nos Cartórios Distribuidores do Poder Judiciário de Mato Grosso, ressalvada a obrigatoriedade de o destinatário conferir a titularidade do documento pessoal informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica do TJMT.

CARTÓRIO DO 3º OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO DE TÍTULOS DE BRASÍLIA

José Carvalho Freitas Sobrinho
Tabelião



José Arismaldo da Silva
Tabelião Substituto

S.C.S. - Qd. 08 - Bl "B-60" - Lj. 140-D - P. Andar - Ed. Venâncio 2000 - CEP 70333-900

FONE: 0 (XX) 61 3321-2212 - FAX: 0 (XX) 61 3038-2370

www.3oficiobsb.com.br - E-mail: tabjcar@3oficiobsb.com.br

Prot : 960163

Livro : 3057

Fls : 192

PROCURAÇÃO bastante que faz **AGENCIA ADVENTISTA DE DESENVOLVIMENTO E RECURSOS ASSISTENCIAIS DO CENTRO OESTE**, na forma abaixo:

S A I B A M quantos este público instrumento de procuração virem que, aos onze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte (11/08/2020), nesta cidade de Brasília, capital da República Federativa do Brasil, neste Serviço Notarial, no SCS, quadra 08, bloco B-60, loja 140-D, Verâncio Shopping, perante mim, escrevente do TERCEIRO OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO DE TÍTULOS DE BRASÍLIA, DF, compareceu como outorgante **AGENCIA ADVENTISTA DE DESENVOLVIMENTO E RECURSOS ASSISTENCIAIS DO CENTRO OESTE**, pessoa jurídica de direito privado, entidade sem fins lucrativos de objetivos assistenciais, com sede no SMDB, Área Especial D, Rodovia DF-001, KM 26, Lago Sul, nesta Capital, inscrita no CNPJ sob o número 15.439.317/0001-04, com seu estatuto registrado e arquivado sob o nº 00009571 do livro A-28, em 11.04.2012, no Cartório do 1º Ofício de Registro de Pessoas Jurídicas de Brasília-DF (Marcelo Ribas), cujas cópias encontram-se arquivadas nesta Serventia, no dossiê de fls. 018, livro 2633, neste ato representada por **LOAYNNE SUSY CAMPOS ALVES**, brasileira, que se declarou solteira, secretária, portadora da CNH DETRAN DF n. 05603288138 e inscrita no CPF/MF sob o nº 044.197.321-30, filha de Jose Ribamar Alves da Mota e de Divanir Pereira Campos Alves, endereço eletrônico: loaynne.campos@adventistas.org, residente e domiciliada no SMDB, Área Especial D, Rodovia DF-001, KM 26, Lago Sul, nesta Capital, cujas cópias dos documentos de identificação desta, encontra-se arquivadas nesta Serventia, no dossiê de fls. 194, livro 2848, autorizada por força da Ata da Reunião do Conselho Administrativo da Outorgante, realizada em 08/07/2020, registrada e arquivada sob o nº 09571, do livro nº A-28, protocolada e microfilmada sob o nº 158787, em 06/08/2020, no Cartório do 1º Ofício de Registro Civil de Pessoas Jurídicas de Brasília-DF, cujas cópia desta, encontra-se arquivada no dossiê do livro 3057, fls. 186, nesta Serventia, reconhecida e identificada como a própria, de cuja capacidade jurídica dou fé. E por ela Outorgante, na forma com vem representada, me foi dito que por este instrumento público nomeava e constituía seu bastante procurador, **PAULO FABRICIO DIAS JUNIOR**, brasileiro, casado, ministro do evangelho, portador da identidade RG nº 1259244-SSP/TO e inscrito no CPF/MF sob o nº 826.473.139-20, residente e domiciliado na Rua da Bondade, nº 182, bairro Jardim Gloria 2 - Várzea Grande - MT, exercendo a função de SUPERINTENDENTE ADMINISTRATIVO, representar a outorgante **AGÊNCIA ADVENTISTA DE DESENVOLVIMENTO E RECURSOS ASSISTENCIAIS DO CENTRO OESTE** - inscrita no CNPJ nº 15.439.317/0001-04, bem como dirigir as atividades nos setores de sua jurisdição representada pelo Órgão Administrativo Regional denominado: **AGÊNCIA ADVENTISTA DE DESENVOLVIMENTO E RECURSOS ASSISTENCIAIS - ADRA MATO GROSSO**, inscrita sob n.º 15.439.317/0006-00 e **NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO - SINOP**, inscrito sob nº 15.439.317/0008-72; e demais estabelecimentos subordinados do seu respectivo território de abrangência, Conferindo poderes para INDIVIDUALMENTE: dirigir, gerir e administrar as atividades dela Outorgante, promovendo a defesa dos seus direitos e interesses em todos os atos, fatos, relações e em transações em que ela, Outorgante intervier ou formalizar para a consecução de seus fins e objetivos, podendo; a) representá-la perante pessoas físicas e jurídicas, públicas e privadas, Ministérios do Governo Federal, Secretarias de Estado, Prefeituras e demais repartições e órgãos públicos Federais, Estaduais, Municipais, Autárquicas, Paraestatais e Particulares, inclusive Secretaria da Receita Federal e suas Superintendências e ou Delegacias e ou Inspetorias e ou Alfândegas, Órgãos da Secretaria da Fazenda; Secretaria da Fazenda e Planejamento do GDF, para qualquer informação cadastral, financeira ou patrimonial, certidões, extratos, demonstrativos, conta corrente, certificado digital, assinar qualquer papel, documento, assinar pedidos de parcelamento de débitos junto ao GDF, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, assinar FAC, requerimento de baixa de inscrição junto a SEFP/DF; do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, o IAPAS e demais órgãos previdenciários, Caixa Econômica Federal, Coordenadoria Geral do FGTS, PIS, FINSOCIAL, FUNRURAL, Delegacias e demais repartições do Ministério do Trabalho, Sindicatos em Geral, Conselhos Federais ou Estaduais de Profissões Regulamentadas, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, inclusive na Justiça do Trabalho, de Juizado Especial, Distribuidores ou Partidores Forenses e ou ainda em qualquer esfera administrativa, podendo requerer, impugnar, reclamar, acompanhar processos, requerer consignações de despachos e sentenças, retirar e ou anexar documentos, tomar ciência de despachos e decisões, firmar e anexar declarações nos autos ou fora deles, assinar termos de responsabilidade, de garantia e ou de compromisso, nomear e constituir prepostos e ou procuradores judiciais com a cláusula "ad judicium", e demais poderes constantes do art. 105 CPC/2015, do Código de Processo Civil, com a cláusula de substabelecimento,



CARTÓRIO DO 3º OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO DE TÍTULOS DE BRASÍLIA

José Carvalho Freitas Sobrinho
Tabelião

José Arismaldo da Silva
Tabelião Substituto

S.C.S. - Qd 08 - Bl "B-60" - Lj. 140-D - 1º Andar - Ed. Venâncio 2000 - CEP 70333-900

FONE: 0 (X X) 61 3321-2212 FAX: 0 (X X) 61 3038-2370

www.3oficiobsb.com.br - E-mail: tabjcar@3oficiobsb.com.br

Prot :960163

Livro :3057

Fls :193

especificando sempre o tipo, natureza e identificação da respectiva ação a que se destina com prazo de validade até a extinção do processo; **b)** assinar, celebrar, rescindir, renovar toda e quaisquer modalidades de contratos, podendo inclusive assinar contratos em que seja necessária hipoteca de imóveis e receber quaisquer importâncias devidas, destinadas ou consignadas à Outorgante, verbas, subvenções e ou auxílio de qualquer espécie, bônus, doações, subsídios, convênios, direito a ações ou quotas societárias, inclusive mas não exclusivamente os originados de Prestação de Serviços de qualquer natureza, dando e passando a respectiva quitação dos valores por recibo ou por documentos; alugar propriedades imóveis, assinando os respectivos contratos, forma e condições de pagamento e assinando os demais papéis e documentos necessários; assinar cartas de fiança ou dar fiança em contratos em geral, exclusivamente de interesse e ou relacionados com as atividades da Outorgante e ou de suas entidades-membros e ou estabelecimentos, vedado expressamente a sua concessão a terceiros por simples ato de favor; conceder fiança em contrato de locação de imóveis exclusivamente para residências de seus religiosos e ou empregados; **c)** assinar as Carteiras de Trabalho e Previdência Social, nas admissões e ou demissões de seus empregados, efetuando todos os apontamentos e as anotações gerais, propondo, aceitando e ou efetuando acordos e homologações em rescisões, ações e reclamações de natureza trabalhista, com poderes expressos para nomear e ou constituir prepostos para tal fim; comparecer em Juízo dando concordância da Outorgante em ações de opção retroativa pelo regime do FGTS de seus empregados; **d)** representar a Outorgante perante as Carteiras de Comércio Exterior, Agrícola, Industrial, de Câmbio e Fiscalização Bancária do Banco do Brasil S.A., Banco Central do Brasil e de todo e qualquer Estabelecimento Bancário, podendo assinar Pedidos e Guias, Licenças de Importação, Certificados de Cobertura Cambial, Termos de Responsabilidade, Declarações de Venda, comprar e vender cambiais, assinar os respectivos contratos, inclusive os de câmbio e todos os demais documentos e correspondências com estas Carteiras e Bancos; **e)** assinar toda a correspondência da Outorgante; receber e retirar da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, cartas, impressos, encomendas, volumes, mercadorias, "Collis Posteaux", simples ou registrados, com ou sem valor, vales e reembolsos postais, ordens de pagamento, cheques e tudo mais quanto vier endereçado e ou destinado e ou pertencente à Outorgante, sua Associação, a qualquer de suas Instituições, Departamentos, Estabelecimentos e Serviços, inclusive destinada à Caixa Postal, dando e passando a respectiva quitação; **f)** representar a Outorgante perante Cartórios de Notas, de Protestos, de Registro de Imóveis, de Pessoas Jurídicas, Serviços Notariais, Tabelionatos e Anexos em geral, podendo protestar títulos, cancelar protestos, requerer certidões, termos de cancelamento de protestos, e ainda perante outros órgãos de proteção ao crédito, bem como, e não exclusivamente, perante Cartórios de Registro de Imóveis e Anexos, com poderes expressos para, na melhor forma de direito: receber e assinar, retificar, ratificar e re-ratificar Escrituras Públicas e ou Contratos de aquisições e ou vendas de bens imóveis, por compra ou por qualquer outro título, podendo inclusive assinar escrituras em que seja necessária hipoteca de imóveis, tudo em nome da Outorgante, sua Associação, Órgão Interno, ou de suas Instituições, Departamentos, Estabelecimentos e Serviços, na jurisdição de seu respectivo cargo; pactuar e rescindir compromissos ou contratos de promessa de compra e ou de venda; avençar preço e forma de pagamento, emitir títulos de crédito à aquisição e vinculados necessariamente à Escritura de Compra e ou de Venda; pagar o preço estipulado, receber e ou dar a respectiva quitação; receber posse, direito e ações; imitar a Outorgante na posse de imóveis; receber por Escrituras de Doações, apenas se estas forem puras e simples, sem encargos de qualquer natureza; requerer o que devido for, inclusive autorizar registros, averbações, inscrições e baixas; alienar bens móveis, inclusive veículos auto motores de propriedade da Outorgante, suas Associações-Membro, Instituições, Departamentos, Estabelecimentos e Serviços, assinando os respectivos instrumentos de alienação, transferindo a propriedade, posse e quaisquer outros direitos; **g)** proceder toda e qualquer operação relacionada aos imóveis, desde que acompanhado de cópia da ata legal do conselho administrativo autorizando a operação ou negócio, e respeitado o disposto no artigo 62, do Provimento Geral da Corregedoria da Justiça do Distrito Federal, aplicada aos serviços notariais, por venda, permuta, doação em pagamento, doação com ou sem encargos, ou outro qualquer título, pactuado condições, cláusulas, preço, forma de recebimento, formalizando o negócio quer por instrumento particular ou por escritura pública, receber o preço avençado, dando quitação dos valores recebidos, transferir ao comprador domínio, direitos, ações responder pela evicção do direito, imitar o comprador na posse, firmando o que necessário for, autorizando os necessários registros, averbações, inscrições, cancelamentos e baixas; **h)** representá-la perante todo e qualquer Estabelecimento Bancário, Financeiro, Corretora de Títulos e Valores, Companhias de Investimentos, inclusive e não exclusivamente perante o Banco do Brasil S.A., Banco

CARTÓRIO DO 3º OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO DE TÍTULOS DE BRASÍLIA



José Carvalho Freitas Sobrinho
Tabelião

José Arismaldo da Silva
Tabelião Substituto

S.C.S. - Qd. 08 - Bl "B-60" - Lj. 140-D - 1º Andar - Ed. Venâncio 2000 - CEP 70333-900
FONE: 0 (X X) 61 3321-2212 - FAX: 0 (X X) 61 3038-2370
www.3oficiobsb.com.br - E-mail: tabjcar@3oficiobsb.com.br

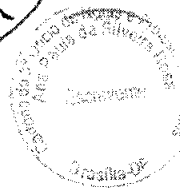
Prot :960163
Livro : 3057
Fls : 194

Central do Brasil, Caixas Econômicas Federal, Banco Bradesco S.A., Banco Santander S.A., Banco de Brasília S.A., Itaú, HSBC e Estadual, inclusive cooperativas tais como SICCOB e SICRED, bem como substabelecer eletronicamente todos os poderes aqui descritos, inclusive para acesso às contas bancárias, podendo ainda INDIVIDUALMENTE solicitar extratos, requisitar talões de cheque para uso dela Outorgante, assinar toda correspondência dirigida ou destinada a Bancos, com instruções sobre títulos, autorizando abatimentos, descontos, prorrogação de vencimentos, entrega franco de pagamentos, protestos e o que mais preciso for; receber toda e qualquer importância ou valor à Outorgante devidos e ou destinados; proceder a quitação, resgate de títulos, investimento e valores mobiliários; comprar e vender ações negociadas em Bolsas de Valores, resgatando-as no seu vencimento ou antecipadamente, endossando-as a terceiros, assinado os respectivos instrumentos de subscrição, resgate ou transferência; assinar todo e qualquer tipo de contratos bancários, inclusive de hipoteca de bens imóveis e ou propostas de abertura de contas bancárias, movimentá-las, encerrá-las, emitir e assinar cheques, ordens de pagamentos, fazer retiradas mediante recibos ou saques, autorizar débitos em contas correntes, transferências e pagamentos por meio da Internet, podendo ainda praticar os demais atos legais e necessários ao mais fiel desempenho da deliberação do Conselho Administrativo; i) o Outorgado poderá ainda substabelecer no todo ou em parte, sempre com reservas para si dos poderes concedidos, não podendo os substabelecidos, por sua vez, substabelecerem os poderes que lhes forem conferidos, os quais deverão ser por prazo e tempo determinados, nunca superior ao deste mandato, podendo cessar e ou cancelar os poderes conferidos, inclusive os poderes judiciais. j) **A presente procuração tem plena validade até 28/02/2024**, entretanto, ficará antes desta data, automaticamente ineficaz e revogada, no dia em que o outorgado vier a deixar o cargo ou a função para o qual foi nomeado e em virtude do qual recebe estes poderes ou se cancelada pela outorgante; ficarão, todavia, expressamente prorrogados os poderes constantes deste instrumento, que tenham sido inicialmente utilizados ou exercitados pelo outorgado ou seus substabelecidos em qualquer processo ou procedimento administrativo, judicial ou extrajudicial, nos quais tenha(m) intervindo ou iniciado procedimentos antes da data retro citada, até que a decisão final ou sentença ou acórdão tenha transitado em julgado, sendo ademais, desde já plenamente convalidados e declarados na melhor forma de direito, formalmente eficazes todos os atos praticados de conformidade com o que aqui se dispõe. Emolumentos recolhido(s) por meio do recibo nº 00391881, no valor de R\$ 41,20, conforme Tabela "F", Item IV letra a, do Registro de Custas da Justiça do Distrito Federal e Territórios. Dou fé. Eu, Ana Paula da Silveira Rosa, Escrevente Autorizada, lavrei, conferi, li e encerro o presente ato, colhendo a(s) assinatura(s). Eu, Alessandra Jeanne Freire Santos, substituta do Tabelião, a subscrevo, dou fé e assino. (a.a) LOAYNNE SUSY CAMPOS ALVES. Alessandra Jeanne Freire Santos. Nada mais. Trasladada em seguida. Eu _____, dou fé e assino em público e raso. (ana).

Selo: TJDF20200080255256YAXC
Consultar selo:www.tjdft.jus.br



Em testemunho _____ da verdade.



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO CIVIL 1.259.244 2ª Via DATA DO EMISSÃO 27/06/2019

TITULAR PAULO FABRÍCIO DIAS JUNIOR

PAULO FABRÍCIO DIAS
 OGENIA GECI WERLICH DIAS

MAT. EMPREGADO MISSAL-PR DATA DO REGISTRO 10/04/1972

CERT. CAS. Nº 2996, LV B-07, FLS 222-V, EXP. 02/04/1996

JAGUARAO-RS

CPF 826.473.139-20

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



ESTADO DO TOCANTINS
 SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
 INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

PROLEGADENR/ITL

DATA DO REGISTRO 10/04/1972

CARTEIRA DE IDENTIDADE

1985

PAULO FABRÍCIO DIAS JUNIOR

CARTÓRIO DO 3º OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO DE TÍTULOS DE BRASÍLIA**José Carvalho Freitas Sobrinho**
Tabelião**José Arismaldo da Silva**
Tabelião SubstitutoS.C.S. - Qd 08 - Bl "B-60" - Lj. 140-D - 1º Andar - Ed. Venâncio 2000 - CEP 70333-900
FONE: 0 (X X) 61 3321-2212 - FAX: 0 (X X) 61 3038-2370
www.3oficiobsb.com.br - E-mail: tjbjcar@3oficiobsb.com.br**Prot :960154**
Livro : 3057
Fls : 186**PROCURAÇÃO** bastante que faz **AGENCIA ADVENTISTA DE DESENVOLVIMENTO E RECURSOS ASSISTENCIAIS DO CENTRO OESTE**, na forma abaixo:

S A I B A M quantos este público instrumento de procuração virem que, aos onze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte (11/08/2020), nesta cidade de Brasília, capital da República Federativa do Brasil, neste Serviço Notarial, no SCS, quadra 08, bloco B-60, loja 140-D, Venâncio Shopping, perante mim, escrevente do TERCEIRO OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO DE TÍTULOS DE BRASÍLIA, DF, compareceu como outorgante **AGENCIA ADVENTISTA DE DESENVOLVIMENTO E RECURSOS ASSISTENCIAIS DO CENTRO OESTE**, pessoa jurídica de direito privado, entidade sem fins lucrativos de objetivos assistenciais, com sede no SMDB, Área Especial D, Rodovia DF-001, KM 26, Lago Sul, nesta Capital, inscrita no CNPJ sob o número 15.439.317/0001-04, com seu estatuto registrado e arquivado sob o nº 00009571 do livro A-28, em 11.04.2012, no Cartório do 1º Ofício de Registro de Pessoas Jurídicas de Brasília-DF (Marcelo Ribas), cujas cópias encontram-se arquivadas nesta Serventia, no dossiê de fls. 018, livro 2633, neste ato representada por **LOAYNNE SUSY CAMPOS ALVES**, brasileira, que se declarou solteira, secretária, portadora da CNH DETRAN DF n. 05603288138 e inscrita no CPF/MF sob o nº 044.197.321-30, filha de Jose Ribamar Alves da Mota e de Divanir Pereira Campos Alves, endereço eletrônico: loaynne.campos@adventistas.org, residente e domiciliada no SMDB, Área Especial D, Rodovia DF-001, KM 26, Lago Sul, nesta Capital, cujas cópias dos documentos de identificação desta, encontra-se arquivadas nesta Serventia, no dossiê de fls. 194, livro 2848, autorizada por força da Ata da Reunião do Conselho Administrativo da Outorgante, realizada em 08/07/2020, registrada e arquivada sob o nº 09571, do livro nº A-28, protocolada e microfilmada sob o nº 158787, em 06/08/2020, no Cartório do 1º Ofício de Registro Civil de Pessoas Jurídicas de Brasília-DF, reconhecida e identificada como a própria, de cuja capacidade jurídica dou fé. E por ela Outorgante, na forma com vem representada, me foi dito que por este instrumento público nomeava e constituía seu bastante procurador, **EVALDO DE SOUZA OLIVEIRA**, brasileiro, casado, ministro evangélico, portador da identidade RG nº 33.065415-9 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 252.260.022-20, residente e domiciliado na Rua da Bondade, nº 162 - BAIRRO: Jardim Gloria 2 - Várzea Grande - MT, exercendo a função de SUPERINTENDENTE GERAL, representar a outorgante **AGÊNCIA ADVENTISTA DE DESENVOLVIMENTO E RECURSOS ASSISTENCIAIS DO CENTRO OESTE** - inscrita no CNPJ nº 15.439.317/0001-04, bem como dirigir as atividades nos setores de sua jurisdição representada pelo Órgão Administrativo Regional denominado: **AGÊNCIA ADVENTISTA DE DESENVOLVIMENTO E RECURSOS ASSISTENCIAIS - ADRA MATO GROSSO**, inscrita sob nº 15.439.317/0006-00 e **NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO - SINOP**, inscrito sob nº 15.439.317/0008-72; e demais estabelecimentos subordinados do seu respectivo território de abrangência, Conferindo poderes para INDIVIDUALMENTE: dirigir, gerir e administrar as atividades dela Outorgante, promovendo a defesa dos seus direitos e interesses em todos os atos, fatos, relações e em transações em que ela, Outorgante intervier ou formalizar para a consecução de seus fins e objetivos, podendo; a) representá-la perante pessoas físicas e jurídicas, públicas e privadas, Ministérios do Governo Federal, Secretarias de Estado, Prefeituras e demais repartições e órgãos públicos Federais, Estaduais, Municipais, Autárquicas, Paraestatais e Particulares, inclusive Secretaria da Receita Federal e suas Superintendências e ou Delegacias e ou Inspetorias e ou Alfândegas, Órgãos da Secretaria da Fazenda; Secretaria da Fazenda e Planejamento do GDF, para qualquer informação cadastral, financeira ou patrimonial, certidões, extratos, demonstrativos, conta corrente, certificado digital, assinar qualquer papel, documento, assinar pedidos de parcelamento de débitos junto ao GDF, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, assinar FAC, requerimento de baixa de inscrição junto a SEFP/DF; do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, o IAPAS e demais órgãos previdenciários, Caixa Econômica Federal, Coordenadoria Geral do FGTS, PIS, PINSOCIAL, FUNRURAL, Delegacias e demais repartições do Ministério do Trabalho, Sindicatos em Geral, Conselhos Federais ou Estaduais de Profissões Regulamentadas, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, inclusive na Justiça do Trabalho, de Juizado Especial, Distribuidores ou Partidores Forenses e ou ainda em qualquer esfera administrativa, podendo requerer, impugnar, reclamar, acompanhar processos, requerer consignações de despachos e sentenças, retirar e ou anexar documentos, tomar ciência de despachos e decisões, firmar e anexar declarações nos autos ou fora deles, assinar termos de responsabilidade, de garantia e ou de compromisso, nomear e constituir prepostos e ou procuradores judiciais com a cláusula "ad judicium", e demais poderes constantes do art. 105 CPC/2015, do Código de Processo Civil, com a cláusula de substabelecimento, especificando sempre o tipo, natureza e

CARTÓRIO DO 3º OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO DE TÍTULOS DE BRASÍLIA



José Carvalho Freitas Sobrinho
Tabelião

José Arismardo da Silva
Tabelião Substituto

S.C.S. - Qd. 08 - Bl "B-60" - Lj. 140-D - 1º Andar - Ed. Venâncio 2000 - CEP 70333-900
FONE: 0 (XX) 61 3321-2212 - FAX: 0 (XX) 61 3038-2370
www.3oficiobsb.com.br - E-mail: labjcar@3oficiobsb.com.br

Prot : 960154
Livro : 3057
Fls : 187

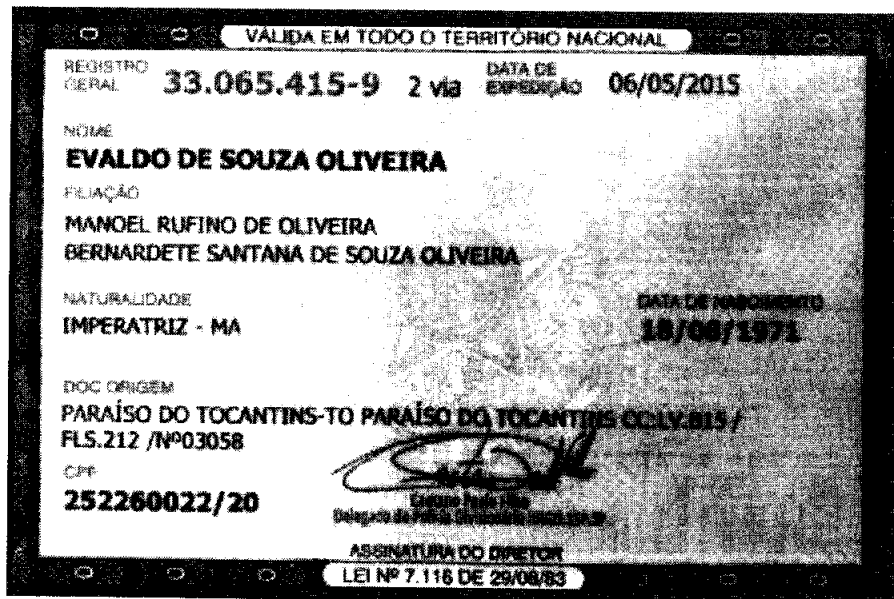
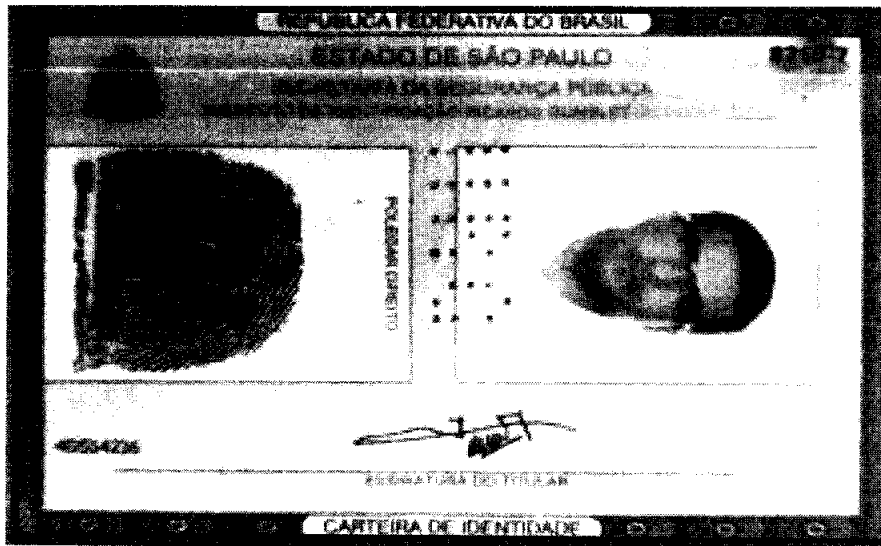
identificação da respectiva ação a que se destina com prazo de validade até a extinção do processo; **b)** assinar, celebrar, rescindir, renovar toda e quaisquer modalidades de contratos, podendo inclusive assinar contratos em que seja necessária hipoteca de imóveis e receber quaisquer importâncias devidas, destinadas ou consignadas à Outorgante, verbas, subvenções e ou auxílio de qualquer espécie, bônus, doações, subsídios, convênios, direito a ações ou quotas societárias, inclusive mas não exclusivamente os originados de Prestação de Serviços de qualquer natureza, dando e passando a respectiva quitação dos valores por recibo ou por documentos; alugar propriedades imóveis, assinando os respectivos contratos, forma e condições de pagamento e assinando os demais papéis e documentos necessários; assinar cartas de fiança ou dar fiança em contratos em geral, exclusivamente de interesse e ou relacionados com as atividades da Outorgante e ou de suas entidades-membros e ou estabelecimentos, vedado expressamente a sua concessão a terceiros por simples ato de favor; conceder fiança em contrato de locação de imóveis exclusivamente para residências de seus religiosos e ou empregados; **c)** assinar as Carteiras de Trabalho e Previdência Social, nas admissões e ou demissões de seus empregados, efetuando todos os apontamentos e as anotações gerais, propondo, aceitando e ou efetuando acordos e homologações em rescisões, ações e reclamações de natureza trabalhista, com poderes expressos para nomear e ou constituir prepostos para tal fim; comparecer em Juízo dando concordância da Outorgante em ações de opção retroativa pelo regime do FGTS de seus empregados; **d)** representar a Outorgante perante as Carteiras de Comércio Exterior, Agrícola, Industrial, de Câmbio e Fiscalização Bancária do Banco do Brasil S.A., Banco Central do Brasil e de todo e qualquer Estabelecimento Bancário, podendo assinar Pedidos e Guias, Licenças de Importação, Certificados de Cobertura Cambial, Termos de Responsabilidade, Declarações de Venda, comprar e vender cambiais, assinar os respectivos contratos, inclusive os de câmbio e todos os demais documentos e correspondências com estas Carteiras e Bancos; **e)** assinar toda a correspondência da Outorgante; receber e retirar da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, cartas, impressos, encomendas, volumes, mercadorias, "Collis Posteaux", simples ou registrados, com ou sem valor, vales e reembolsos postais, ordens de pagamento, cheques e tudo mais quanto vier endereçado e ou destinado e ou pertencente à Outorgante, sua Associação, a qualquer de suas Instituições, Departamentos, Estabelecimentos e Serviços, inclusive destinada à Caixa Postal, dando e passando a respectiva quitação; **f)** representar a Outorgante perante Cartórios de Notas, de Protestos, de Registro de Imóveis, de Pessoas Jurídicas, Serviços Notariais, Tabelionatos e Anexos em geral, podendo protestar títulos, cancelar protestos, requerer certidões, termos de cancelamento de protestos, e ainda perante outros órgãos de proteção ao crédito, bem como, e não exclusivamente, perante Cartórios de Registro de Imóveis e Anexos, com poderes expressos para, na melhor forma de direito: receber e assinar, retificar, ratificar e re-ratificar Escrituras Públicas e ou Contratos de aquisições e ou vendas de bens imóveis, por compra ou por qualquer outro título, podendo inclusive assinar escrituras em que seja necessária hipoteca de imóveis, tudo em nome da Outorgante, sua Associação, Órgão Interno, ou de suas Instituições, Departamentos, Estabelecimentos e Serviços, na jurisdição de seu respectivo cargo; pactuar e rescindir compromissos ou contratos de promessa de compra e ou de venda; avençar preço e forma de pagamento, emitir títulos de crédito à aquisição e vinculados necessariamente à Escritura de Compra e ou de Venda; pagar o preço estipulado, receber e ou dar a respectiva quitação; receber posse, direito e ações; imitar a Outorgante na posse de imóveis; receber por Escrituras de Doações, apenas se estas forem puras e simples, sem encargos de qualquer natureza; requerer o que devido for, inclusive autorizar registros, averbações, inscrições e baixas; alienar bens móveis, inclusive veículos auto motores de propriedade da Outorgante, suas Associações-Membro, Instituições, Departamentos, Estabelecimentos e Serviços, assinando os respectivos instrumentos de alienação, transferindo a propriedade, posse e quaisquer outros direitos; **g)** proceder toda e qualquer operação relacionada aos imóveis, desde que acompanhado de cópia da ata legal do conselho administrativo autorizando a operação ou negócio, e respeitado o disposto no artigo 62, do Provimento Geral da Corregedoria da Justiça do Distrito Federal, aplicada aos serviços notariais, por venda, permuta, dação em pagamento, doação com ou sem encargos, ou outro qualquer título, pactuado condições, cláusulas, preço, forma de recebimento, formalizando o negócio quer por instrumento particular ou por escritura pública, receber o preço avençado, dando quitação dos valores recebidos, transferir ao comprador domínio, direitos, ações responder pela evicção do direito, imitar o comprador na posse, firmando o que necessário for, autorizando os necessários registros, averbações, inscrições, cancelamentos e baixas; **h)** representá-la perante todo e qualquer Estabelecimento Bancário, Financeiro, Corretora de Títulos e Valores, Companhias de Investimentos, inclusive e não exclusivamente perante o Banco do Brasil S.A., Banco Central do Brasil, Caixas

CARTÓRIO DO 3º OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO DE TÍTULOS DE BRASÍLIA**José Carvalho Freitas Sobrinho**
Tabelião**José Arismaldo da Silva**
Tabelião SubstitutoS.C.S. - Qd. 08 - Bl "B-60" - Lj. 140-D - 1º Andar - Ed. Venâncio 2000 - CEP 70333-900
FONE: 0 (XX) 61 3321-2212 - FAX: 0 (XX) 61 3038-2370
www.3oficiobsb.com.br - E-mail: tabjcar@3oficiobsb.com.br**Prot :960154**
Livro : 3057
Fls : 188

Econômicas Federal, Banco Bradesco S.A., Banco Santander S.A., Banco de Brasília S.A., Itaú, HSBC e Estadual, inclusive cooperativas tais como SICOOB e SICRED, bem como substabelecer eletronicamente todos os poderes aqui descritos, inclusive para acesso às contas bancárias, podendo ainda INDIVIDUALMENTE solicitar extratos, requisitar talões de cheque para uso dela Outorgante, assinar toda correspondência dirigida ou destinada a Bancos, com instruções sobre títulos, autorizando abatimentos, descontos, prorrogação de vencimentos, entrega franco de pagamentos, protestos e o que mais preciso for; receber toda e qualquer importância ou valor à Outorgante devidos e ou destinados; proceder a quitação, resgate de títulos, investimento e valores mobiliários; comprar e vender ações negociadas em Bolsas de Valores, resgatando-as no seu vencimento ou antecipadamente, endossando-as a terceiros, assinando os respectivos instrumentos de subscrição, resgate ou transferência; assinar todo e qualquer tipo de contratos bancários, inclusive de hipoteca de bens imóveis e ou propostas de abertura de contas bancárias, movimentá-las, encerrá-las, emitir e assinar cheques, ordens de pagamentos, fazer retiradas mediante recibos ou saques, autorizar débitos em contas correntes, transferências e pagamentos por meio da Internet, podendo ainda praticar os demais atos legais e necessários ao mais fiel desempenho da deliberação do Conselho Administrativo; **i)** o Outorgado poderá ainda substabelecer no todo ou em parte, sempre com reservas para si dos poderes concedidos, não podendo os substabelecidos, por sua vez, substabelecerem os poderes que lhes forem conferidos, os quais deverão ser por prazo e tempo determinados, nunca superior ao deste mandato, podendo cessar e ou cancelar os poderes conferidos, inclusive os poderes judiciais. **j) A presente procuração tem plena validade até 28/02/2024**, entretanto, ficará antes desta data, automaticamente ineficaz e revogada, no dia em que o outorgado vier a deixar o cargo ou a função para o qual foi nomeado e em virtude do qual recebe estes poderes ou se cancelada pela outorgante; ficarão, todavia, expressamente prorrogados os poderes constantes deste instrumento, que tenham sido inicialmente utilizados ou exercitados pelo outorgado ou seus substabelecidos em qualquer processo ou procedimento administrativo, judicial ou extrajudicial, nos quais tenha(m) intervindo ou iniciado procedimentos antes da data retro citada, até que a decisão final ou sentença ou acórdão tenha transitado em julgado, sendo ademais, desde já plenamente convalidados e declarados na melhor forma de direito, formalmente eficazes todos os atos praticados de conformidade com o que aqui se dispõe. Emolumentos recolhido(s) por meio do recibo nº 00391877, no valor de R\$ 41,20, conforme Tabela "F", Item IV letra a, do Registro de Custas da Justiça do Distrito Federal e Territórios. Dou fé. Eu, Ana Paula da Silveira Rosa, Escrevente Autorizada, lavrei, conferi, li e encerro o presente ato, colhendo a(s) assinatura(s). Eu, Alessandra Jeanne Freire Santos, Substituta do Tabelião, a subscrevo, dou fé e assino. (a.a) LOAYNNE SUSY CAMPOS ALVES. Alessandra Jeanne Freire Santos. Nada mais. Trasladada em seguida. Eu _____, dou fé e assino em público e raso. (ana).

Selo: TJDFT20200080255251TBUJ
Consultar selo: www.tjdft.jus.br

Em testemunho _____ da verdade.





AGÊNCIA ADVENTISTA DE DESENVOLVIMENTO
E RECURSOS ASSISTÊNCIAS
REGIONAL MATO GROSSO

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE ATIVIDADES

1. IDENTIFICAÇÃO UNIDADE MANTENEDORA

Unidade Mantenedora/Razão Social			C.N.P.J.		
AGÊNCIA ADVENTISTA DE DESENVOLVIMENTO E RECURSOS ASSISTENCIAIS DO CENTRO OESTE			15.439.317/0008-72		
Endereço			(DDD) Telefone/Fax		
R DOS MOGNOS,661 - QUADRA 17 - RESIDENCIAL VITORIA REGIA			65-3388-3300		
Cidade	UF	CEP	E-mail Institucional		
SINOP	MT	78.555-098	Paulo.fabricio@adventistas.org		
Nome do responsável pela Unidade					
Paulo Fabricio Dias Junior					
CPF: 826473.139-20			Data de Nascimento: 10/04/1972		
RG/Órgão expedidor.	Cargo		E-mail do responsável		
1259244 Órg. Emissor: SSP- TO	Tesoureiro Geral		Paulo.fabricio@adventistas.org		
Endereço completo			CEP	(DDD) Tel/Cel do Responsável	
Rua da Bondade, 182 – bairro Jardim Glória – Várzea Grande - MT			78.141-018	65-3388-3300	

2. A entidade desenvolve suas atividades nos seguintes endereços:

Endereço da Mantenedora:			
ST SMAS TRECHO 3 S/N - CONJ 3 BLOCO B SALA 19 - SETORES COMPLEMENTARES - BRASILIA DISTRITO FEDERAL – CEP 70.610-053			
A Entidade tem unidade(s) executora(s)?			
SIM			
Nome Unidade Executora	Endereço	Regional	CNPJ Filial (se houver)
1. ADRA CENTRO OESTE	ST SMAS TRECHO 3 S/N - CONJ 3 BLOCO B SALA 19 - SETORES COMPLEMENTARES - BRASILIA DISTRITO	DISTRITO FEDERAL	15.439.317/0001-04



**AGÊNCIA ADVENTISTA DE DESENVOLVIMENTO
E RECURSOS ASSISTÊNCIAIS
REGIONAL MATO GROSSO**

	FEDERAL – CEP 70.610-053		
2. ADRA MATO GROSSO DO SUL	AV CUIABA, 1212 - SALA 1 - JARDIM LEBLON - CAMPO GRANDE - MATO GROSSO DO SUL - 79.092-035	MATO GROSSO DO SUL	15.439.317/0002-87
3. ADRA TOCANTINS	Q 106 SUL, ALAMEDA 28, LOTE 6 S/N - PLANO DIRETOR SUL – PALMAS - TOCANTINS -77.020- 090	TOCANTINS	15.439.317/0003-68
4. ADRA GOIAS	AV CAIAPO,800 - NOVA GENOVEVA - GOIANIA GOIAS - 74.672-400	GOIAS	15.439.317/0004-49
5. ADRA DISTRITO FEDERAL	Q EQRSW 7/8 S/N - LOTE 02 - SETOR SUDOESTE – BRASILIA - DISTRITO FEDERAL - 70.675-760	DISTRITO FEDERAL	15.439.317/0005-20
6. ADRA MATO GROSSO	R DA BONDADE (LOT NUCLEO G GLORIA),182 – GLORIA - VARZEA GRANDE - MATO GROSSO - 78.141-018	MATO GROSSO	15.439.317/0006-00
7. ADRA PARAISO DO TOCANTINS	R L3, 578 - SETOR INTERLAGOS - PARAISO DO TOCANTINS – TOCANTINS -77.600- 000	PARAISO DO TOCANTINS -TO	15.439.317/0007-91
8. NUCLEO DE DESENVOLVIMENTO – SINOP	R DOS MOGNOS,661 - QUADRA 17 - RESIDENCIAL VITORIA REGIA – SINOP - MATO GROSSO - 78.555-098	SINOP - MT	15.439.317/0008-72

3. FINALIDADES ESTATUTÁRIAS

A ADRA CENTRO OESTE, como entidade não lucrativa, beneficente, de fins assistenciais e culturais, tem por finalidade a promoção da assistência social, cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico, da segurança alimentar e nutricional, defesa, preservação e conservação do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável, do voluntariado, do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza, bem como outros elencados no artigo 3 de seu Estatuto Social acostado em anexo.



4. OBJETIVOS

Contribuir para a mudança de vida das crianças, adolescentes e famílias do bairro Vitória Régia e seu entorno. Proporcionar atendimento individual e grupal a crianças e adolescentes que serão inseridos na instituição, proveniente de família em situação de vulnerabilidade social, prevenindo a ocorrência de situações de risco pessoal e social. Promover o desenvolvimento humano consequentemente um aumento da qualidade de vida. Incentivar a socialização e a convivência comunitária. Fortalecer o respeito, a solidariedade, os vínculos familiares e proteção social. Identificar as dificuldades de cada criança e adolescente, e mediando eventuais conflitos. Disponibilizar acolhimento e escuta qualificada aos usuários do serviço, proporcionando-os a oportunidade de sentir, pensar e agir livremente. Estabelecer relação interpessoal entre os usuários e os colaboradores, impulsionando o processo sociocultural, propiciando nas crianças e adolescentes experiências e conhecimentos, de forma que possa desenvolver suas próprias ideias e caminhos de atuação.

5. ORIGEM DOS RECURSOS

FONTE	VALOR ANUAL (RS)
Recurso próprios	80.000,00
EX: TOTAL GERAL	80.000,00

6. INFRAESTRUTURA

6.1 Recursos Físicos

RECURSOS FÍSICOS	QUANTIDADE
Recepção com 8,27 m ²	01
Salas para realização de Oficinas uma sala com 40,61 m ² / e as outras duas com 33,80 m ²	03
Cozinha com 33,26 m ²	01
Lavanderia com 16,98 m ²	01
Depósito com 11,25 m ²	1
WC-Banheiros com 16,52 m ²	02
Sala de Reuniões com 52,87 m ²	01

6.2 Recursos Materiais



**AGÊNCIA ADVENTISTA DE DESENVOLVIMENTO
E RECURSOS ASSISTÊNCIAIS
REGIONAL MATO GROSSO**

RECURSOS MATERIAIS PERMANENTES	QUANTIDADE
Computador com acesso a internet	05
Mesas grandes	10
Prateleiras	08
Armários	08

6.3 Recursos Humanos

6.3.1 Quadro de pessoal com vínculo empregatício

Nome do Funcionário	Escolaridade	Profissão	Carga horária semanal	Cargo/ Função	Vínculo
01 Cícera Maria do Nascimento Tessaro	Superior completo	Pedagoga	44h	Auxiliar administrativo	CLT
02 Luzilene Gomes de Moura	Superior completo			Auxiliar administrativo	
03 Yhorana Franciely Farias Terra	Superior completo	Assistente Social		Assistente Social	CLT

6.3.2 Quadro de Voluntários

Nome do Voluntário	Escolaridade/Formação Profissional	Carga Horária Semanal	Cargo/Função
01 SILVIO GARCIA DE BRITO	Ensino médio completo	4h	Professor de Judô
02 JALMO PIRES DA SILVA	Ensino Superior Completo	4h	Educador Físico
03 Jefferson de Souza Gonçalves	Ensino Superior Completo	4h	Professor de Futebol/Futevôlei
04 Silviane Melissa Zeilinger Guerino Woicichoski	Ensino Superior Completo	2h	Psicóloga
5 Gustavo Trevisan Campelo	Segundo Grau Completo	4h	Professor de jiu-jitsu



7. IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS, PROJETOS E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS EXECUTADOS (para cada serviço, programa, projeto ou benefício, deverá ser preenchido um quadro específico)

7.1 TIPIFICAÇÃO/CARACTERIZAÇÃO

- Proteção Social Básica
- Proteção Social Especial Média Complexidade
- Proteção Social Especial Alta Complexidade
- Assessoramento
- Defesa e Garantia de Direitos
- Outro Programa ou Projeto de :
- Curso profissionalizante para os pais de corte e costura/ cabeleireiro/ culinária/
Curso de alfabetização para idoso;
Clube dos desbravadores e aventureiros
Aulas de violão, flautas, canto.
Atendimento com os profissionais da saúde; enfermeiro, psicólogo, nutricionista e farmacêutico.
- Habilitação/Reabilitação de Pessoa com Deficiência
- Inscrição ao Mundo do Trabalho

7.2 NOME DO SERVIÇO, PROGRAMA, PROJETO OU BENEFÍCIO

Projeto transformando vidas

7.3 ENDEREÇO DO SERVIÇO, PROGRAMA, PROJETO OU BENEFÍCIO

Rua dos Mognos, 661 Quadra 17 Bairro: Residencial Vitória Régia no Município de Sinop – MT, CEP:78.555-098

7.4 DESCRIÇÃO

O objetivo do projeto é contribuir para mudança da realidade vivenciada pelas crianças e adolescentes da região que se encontra em vulnerabilidade social e econômica.

7.5 PERIODICIDADE DO SERVIÇO

De segunda-feira a quinta-feira das 07:00 as 20:30, sexta-feira até as 16h.

7.6 PÚBLICO ALVO



**AGÊNCIA ADVENTISTA DE DESENVOLVIMENTO
E RECURSOS ASSISTÊNCIAIS
REGIONAL MATO GROSSO**

Crianças e adolescentes com idades entre 05 a 17 anos.

7.7 CAPACIDADE DE ATENDIMENTO

Cerca de 80 alunos

7.8 NÚMERO DE INDIVÍDUOS/FAMÍLIAS ATENDIDOS

Média de 50 famílias

8. ABRANGÊNCIA TERRITORIAL

O Residencial Vitória Régia é uma região carente, onde a vulnerabilidade social e econômica, são fortes fatores propulsores para que essas crianças e adolescentes fiquem sujeitos a altos índices de violência, inclusive a psicológica, evasão escolar e até mesmo as patologias clínicas. No momento percebe -se que a desigualdade social é um dos principais fatores que dificultam o pleno desenvolvimento de crianças e adolescentes assim como os pais também. O projeto visa, contribuir para devidas melhorias, oferecendo oportunidades para que as crianças e adolescentes se tornem autossuficientes.

8.1 FORMA DE PARTICIPAÇÃO DOS USUÁRIOS

A participação da população é muito importante para o crescimento do projeto pensando na melhoria para a população assistida. De forma participativa as crianças contam com atividades recreativas, aulas de futsal; judô, jiu-jítsu, vôlei com voluntários. Roda de conversa com adolescentes sendo guiada pela psicóloga e voluntária. O projeto conta com profissionais da saúde para prestar atendimento quando necessário as famílias. Aulas de cursos profissionalizantes para os pais com o intuito de gerar renda para o sustento da família. atendimentos socioassistenciais. atendimentos a família dos detentos e adolescentes em medidas socioeducativas. Os usuários poderão participar de assembleias e reuniões para definir ações e projetos voltados a comunidade.

9. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O monitoramento e avaliação do projeto será desenvolvido semestralmente, através de pesquisa qualitativa. Levando em consideração as abordagens dos indicadores da eficiência e eficácia, devendo permitir os resultados esperados e que busquem objetivos e transparência dos serviços e programas sociais ofertados pela instituição, mediante a coletas de dados como processamento de informações, propiciando os ajustes necessários. Os planejamentos educacionais deverão ser elaborados também semestralmente e analisados por relatórios das atividades e serviços, além de controle de ações. Visto que os voluntários serão responsáveis pela aplicação da pesquisa e confecção dos relatórios as ações realizadas.

10. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Diante da real perspectiva apresentada pelo projeto esperamos obter um excelente resultado, como também prestar serviços com qualidade a todos os usuários contemplado pelo projeto transformado vidas.



**AGÊNCIA ADVENTISTA DE DESENVOLVIMENTO
E RECURSOS ASSISTÊNCIAS
REGIONAL MATO GROSSO**

Sinop-MT, 20 de julho de 2021

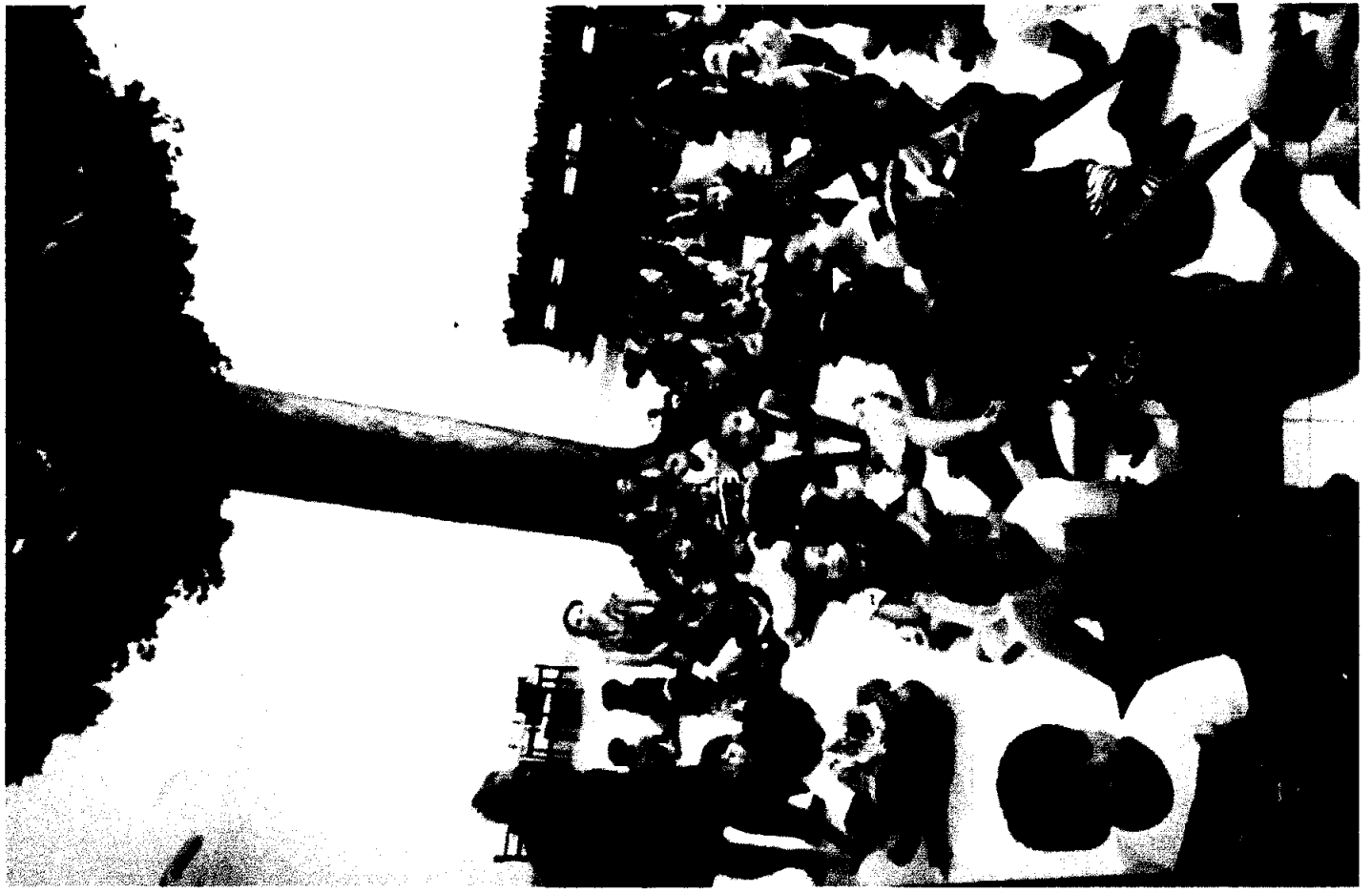
**AGÊNCIA ADVENTISTA DE DESENVOLVIMENTO E RECURSOS
ASSISTENCIAIS DO CENTRO OESTE**

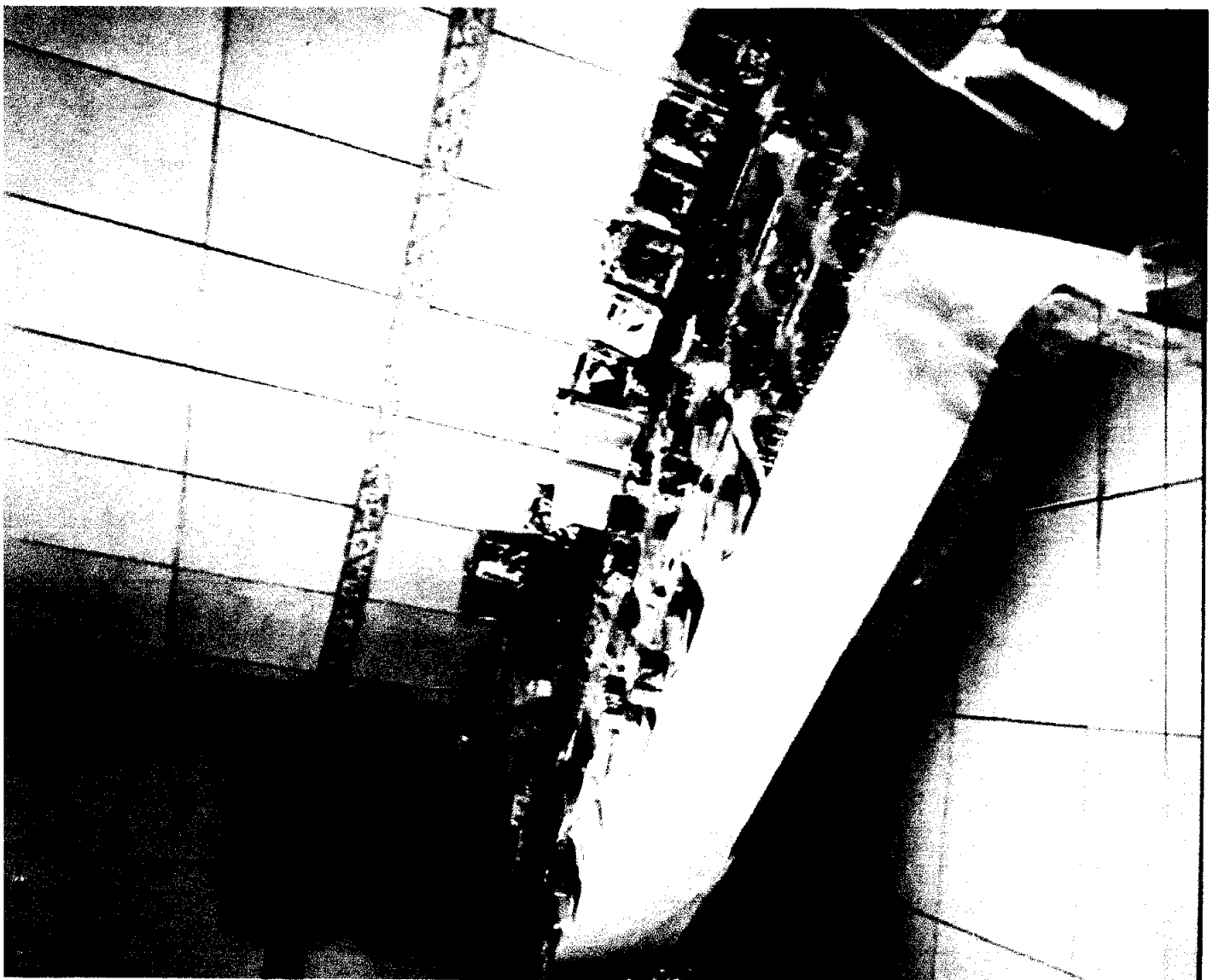
Paulo Fabricio Dias Junior

PROJETO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DESENVOLVIDO – IMAC SINOP

- **Descrição:** Projeto "Instituto Mato-grossense de Apoio à Criança" trabalha com crianças e adolescentes em situação de pobreza e ociosidade; para incentivar mudanças positivas e justas através do esporte, lazer, oficinas e boa alimentação.
- **Objetivo:** Melhorar as condições de vida de crianças e adolescentes do bairro Vitória Régia e seu entorno.
- **Público Alvo:** Crianças e adolescentes com idades de 05 a 17 anos.
- **Resultados obtidos:** Cerca de 80 alunos atendidos anualmente, no contra turno escolar.
- **Período de Realização:** AS segundas e quartas feiras, no decorrer do ano letivo.
- **Nº de Beneficiados 100% Gratuito (POR PROJETO):** Cerca de 80 alunos por ano.
- **Nº de Beneficiados Pago Parcial (POR PROJETO):** Não há.
- **Fotos:**













© 2000 by The Associated Press. All rights reserved. Photo by AP/Wide World.



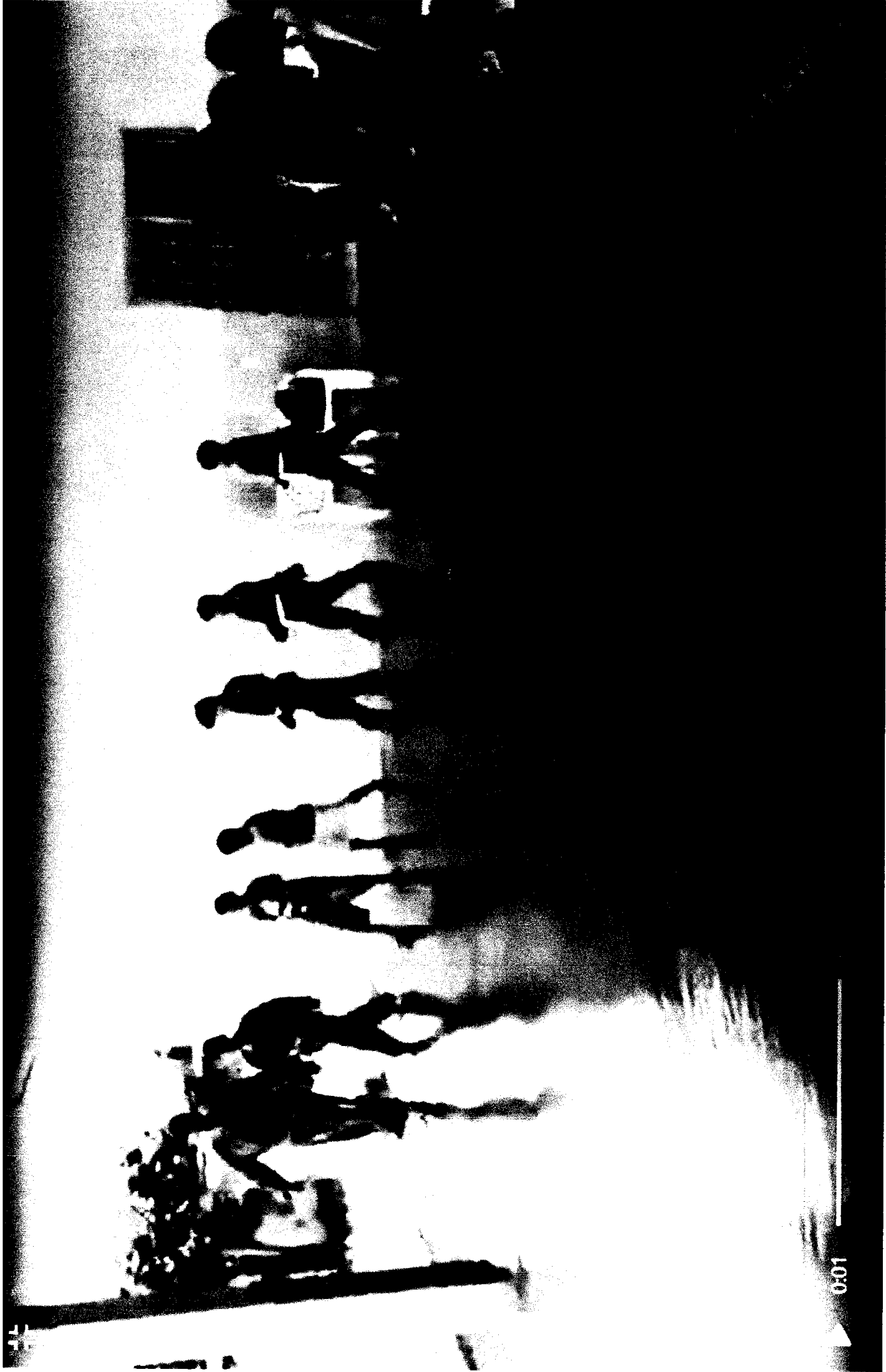
PHOTO: G. B. / CONTRASTO





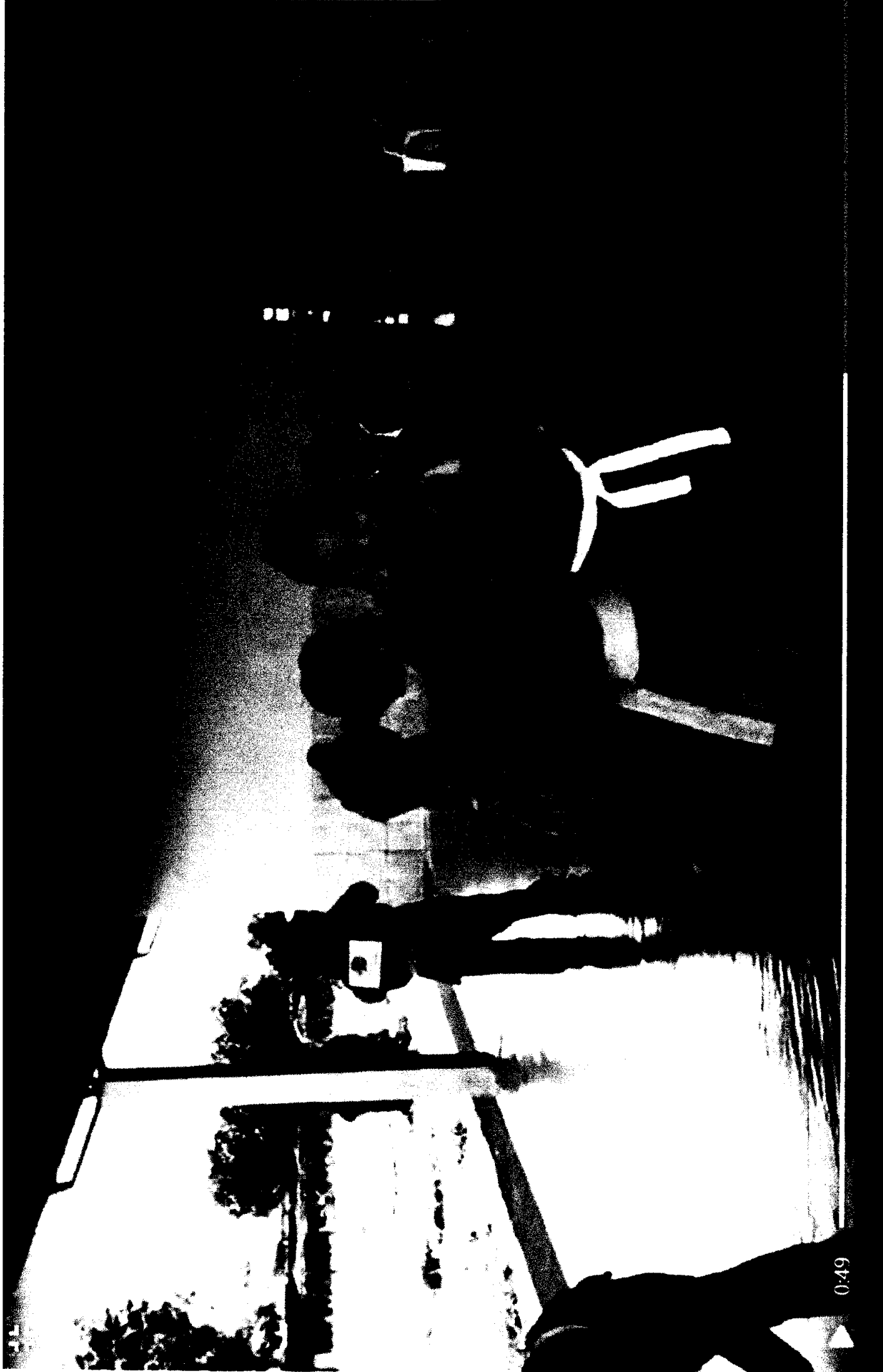
0:28





0:01





0:49

© 2014 Apple Inc. All rights reserved. Learn more at www.apple.com/legal/privacy.

